

RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

v.8 n.1 jan./abr. 2019
ISSN: 2317-2428
www.rigs.ufba.br



RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

Publicação acadêmica, quadrimestral. Publica 3 tipos de documentos: textos, fotos e vídeos. Estimula 6 tipos de contribuições: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual. Explora a gestão social de forma ampla ao situá-la na contemporaneidade, em territórios pluridisciplinares de prática e na investigação acadêmica. Difunde estudos pautados pela interdisciplinaridade.

v.8 n.1 jan./abr. 2019 ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



Universidade Federal da Bahia
Reitor: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Escola de Administração/ UFBA
Diretor: Prof. Dr. Horácio Nelson Hastenreiter Filho

Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Fischer

Editor

Eduardo Paes Barreto Davel
(CIAGS/EA/UFBA)

Editores Associados

Fabio Bittencourt Meira
(PPGA-UFRGS)

Grace Kelly Marques Rodrigues
(CIAGS/EA/UFBA)

Letícia Dias Fantinel
(UFES)

Paula Chies Schommer
(UDESC)

Gestor Executivo

Kleber Moitinho Gomes
revistarigs@ciags.org.br

**Revisão da Língua Portuguesa
e Normalização**

Kleber Moitinho Gomes

Gestão da Comunicação

Rodrigo Maurício Freire Soares
(CIAGS/EA/UFBA)

Diagramação e Design

Márdel Santos
(CIAGS/EA/UFBA)

Gestão Financeira

Cristina Araújo
(CIAGS/EA/UFBA)

Foto da Capa

Antonio Strati

Revista interdisciplinar de gestão social / Universidade Federal da
Bahia, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de
Desenvolvimento e Gestão Social. – Vol.8, n. 1 (jan./abr. 2019)-
- Salvador : EAUFBA, 2014 -
v.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: Vol. 1, n.1 (jan./ abr. 2012).

ISSN 2317-2428

1. Administração local - Periódicos. 2. Desenvolvimento social -
Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.
CDD 352

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Pádua Carrieri
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

Alketa Peci
Fundação Getúlio Vargas, EBAPE, Rio de Janeiro, Brasil

Ana Sílvia Rocha Ipiranga
Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil

Anderson de Souza Sant'Anna
Fundação Dom Cabral, Brasil

Andrea Leite Rodrigues
Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, Brasil

Antonia de Lourdes Colbari
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Antonio Strati
Facoltà di Sociologia, Università di Trento, Itália

Ariádne Scalfoni Rigo
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Cintia Rodrigues de O. Medeiros
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Eda Castro Lucas de Souza
Universidade de Brasília, Brasil

Fabio Bittencourt Meira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Fabio Vizeu Ferreira
Universidade Positivo, Brasil

Fernando Gomes de Paiva Júnior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Jeová Torres Silva Júnior
Universidade Federal do Cariri, Brasil

João Martins Tude
Universidade Federal da Bahia, Brasil

José Antonio Gomes de Pinho
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Josiane Silva de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Letícia Dias Fantinel
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Luciano Junqueira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Luiz Alex Silva Saraiva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcelo de Souza Bispo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Maria Amélia Jundurian Corá
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Maria Ester de Freitas, Fundação Getúlio Vargas - SP/EAESP, Brasil

Miguel Pina e Cunha
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Paula Chies Schommer
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Pedro Bendassolli
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Silvia Gherardi
Facoltà di Sociologia, Università degli Studi di Trento, Itália

Tânia Maria Diederichs Fischer
Universidade Federal da Bahia, Brasil

sumário

11 Editorial

13 Foto da Capa

Contribuição fotográfica

Antonio Strati

15 O que Pensam Mulheres Brasileiras e Estadunidenses sobre o Candidato Político?

Contribuição Teórica

Silveli Cristo-Andrade e Danilo Soares Monte-mor

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i1.26251>

41 Habitação Social e Participação Popular: Um Estudo sobre as Diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida

Contribuição Teórica

Douglas Cardoso da Silva

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i1.26465>

65 Experiencias y Prácticas de Adaptación al Cambio Climático en dos Municipios de la Cuenca del Río Usumacinta, México: Apuntes para el Diseño de Políticas Públicas

Contribuição Teórica

Alejandra Peña-García

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i1.26309>

85 A Memória na História Oral de Vida dos Idosos

Contribuição Teórica

Jessica Syrio Callefi e Elisa Yoshie Ichikawa

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i1.26959>

101 Planejamento Estratégico Situacional: Um Estudo Bibliométrico em Bases de Dados Nacionais entre 2013 e 2018

Contribuição Teórica

Francisco Carlos Cobaito

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i1.25567>

117 Entre a Formalidade e a Efetividade: A Dinâmica da Participação Social no Ciclo Político de um Conselho Gestor de Turismo em Juiz de Fora/MG

Contribuição Teórica

Thiago Duarte Pimentel, Fabíola Cristina Costa de Carvalho, Marcela Costa Bifano de Oliveira e Eliza Feres de Lima Moura

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i1.26450>

145 A Perspectiva da Moral na Aprendizagem da Prática do Artesanato de Barro Figurativo no Alto do Moura

Contribuição Teórica

Daniel Felipe Victor Martins

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i1.26656>

175 Perfil do Ingressante em Gestão Pública no Contexto do Recôncavo da Bahia: Quem é e o que Espera este Aluno desta Formação?

Contribuição Vivencial

Lys Maria Vinhaes Dantas, Daniela Abreu Matos e Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

<http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v8i1.26274>



Foto: Valeria Giannella



Foto: Simony Marins

editorial

Este número da RIGS tem o prazer de ser aberto com uma foto-poesia de Antonio Strati. É um convite para pensar e perceber a diversidade da estética em nossas vidas. Esta diversidade continua nas várias fotos que permeiam este número, além dos vários temas abordados pelos nossos autores. Ao desfrutar dos artigos, poderemos pensar sobre a gestão pública pelo perfil dos estudantes, a perspectiva de gênero para entender o comportamento do eleitor, a participação popular na habitação social, a participação social no conselho gestor de turismo de uma cidade, a perspectiva moral na aprendizagem da prática, o planejamento estratégico situacional, a história oral de idosos, as experiências e práticas de adaptação de uma localidade em relação à mudança climática. Poderemos também viajar por diferentes tempos e espaços: Recôncavo da Bahia, comunidade do Alto do Moura, Juiz de Fora, Maringá, México, Estados Unidos.

Desejamos que seu pensamento e percepção da diversidade sejam frutíferos!

EDUARDO PAES BARRETO DAVEL

Editor



Foto: Antonio Strati

FOTO DA CAPA

Desafiando o futuro mais que humano

Antonio Strati

2018

Oriunda da série “Noyeau et le Cheval”, esta foto é parte da pesquisa “Photopoesia”. É um arquivo Hasselblad CFV-50C, produzido com uma velha Hasselblad FlexBody de 1972 e manipulado com o aplicativo Adobe Lightroom e Photoshop. Na sua base, existe um processo de negociação e hibridização entre a diversidade da estética e as diferentes filosofias estéticas que a sustentam. Varia a partir do gosto dos artesãos franceses que produziram esses dois artefatos, passando pelas culturas estéticas da indústria fotográfica e indo até minha arte fotográfica e minha sensibilidade fenomenológica e filosofia pós-humanista.

Antonio Strati é fotógrafo e sociólogo. Professor na Universidade de Trento e membro fundador do RUCOLA – Research Unit on Communication, Organizational Learning and Aesthetics. Seus fotopoemas têm sido conservados na Bibliothèqe Nationale de France (Paris), no Museu de Fotografia Contemporânea de Milão (Cinisello Balsamo), no Polaroid Collections (Cambridge, Estados Unidos) e no WestLicht-Schauplatz fur Fotografie (Viena). Autor de vários livros, como “Organização e Estética” (Editora da FGV) e “Organizational Theory and Aesthetic Philosophies” (Routledge).



Foto: Simony Marins

O que Pensam Mulheres Brasileiras e Estadunidenses sobre o Candidato Político?¹

Silveli Cristo-Andrade e Danilo Soares Monte-mor

Resumo

Devido à pouca atenção que a literatura demonstra para o comportamento do voto em relação ao gênero, este estudo procurou evidenciar como a mulher escolhe seu candidato. Este artigo aplicou um modelo de comportamento do eleitor já usado em estudos anteriores para mostrar quais são os critérios relevantes para as mulheres brasileiras e estadunidenses. Para identificar estes critérios, foram escolhidas duas amostras com populações do Brasil e Estados Unidos da América. Como resultado, identificou-se que a mulher brasileira escolhe seu candidato diferentemente da mulher estadunidense, bem como também se encontram diferenças entre uma mulher escolher seu candidato e um homem escolher seu candidato. Atributos como imagem e qualidade percebida pelos eleitores não se mostraram tão significativos para a mulher brasileira como para a mulher estadunidense. Limitações também foram encontradas e novas oportunidades de melhoria e desafios para futuras pesquisas.

Palavras-chave

Mulheres Eleitoras. Comportamento do Eleitor. Marketing Político. Mulheres e Política.

Abstract

Due to the little attention that the literature displays concerning the voting behavior regarding gender, this study sought to show how women choose their candidate. This article applied a model of voter behavior already used in previous studies to show the relevant criteria for Brazilian and American women. To identify these criteria, two samples were selected with populations from Brazil and the United States of America. As a result, it was identified that Brazilian women choose their candidate differently from American women, as well as differences regarding female and male choices. Attributes such as image and quality perceived by voters were not as significant for Brazilian women as for American women. Limitations have also been found and new opportunities for improvement and challenges for future research.

Keywords

Women Voters. Behavior of the Elector. Political Marketing. Women and Politics.

INTRODUÇÃO

A democracia e seu amplo alcance nos cenários políticos da atualidade não só permitiu o uso do marketing na arena política como influenciou o desenvolvimento de ferramentas para os profissionais que atuam na política de um país. Da mesma maneira que as técnicas de marketing são utilizadas para suprir as necessidades dos consumidores, o marketing político vem buscando suprir as necessidades dos eleitores (CWALINA *et al.*, 2004; NEWMAN; SHETH, 1985). Constatando a importância do Marketing Político na campanha dos candidatos que venham a buscar uma vitória nas urnas, Gordon *et al.* (2012) citaram que, da mesma maneira que os consumidores elegem seus produtos preferidos no mercado, os eleitores procuram fazer suas escolhas conforme mais atrativo o candidato se apresentar em suas campanhas políticas.

Observa-se que, desde a década de 60, a academia enfatiza o comportamento do eleitor, porém, a maioria não distingue o gênero deste eleitor, sendo assim pouco discutido na literatura o comportamento do voto em relação ao gênero. Primeiramente, conforme dados de 2015 da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de mulheres vem ultrapassando o número de homens em países como o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA). No Brasil, em 2015, foram 102.201 (milhões) homens para 105.647 (milhões) mulheres, já nos EUA, em 2015, foi constatado 159.494 (milhões) homens para 162.280 (milhões) mulheres. A ONU também estima que, em 2030, exista uma diferença superior feminina de aproximadamente cinco milhões em cada um desses dois países.

Em segundo lugar, outro fenômeno que vem crescendo desde a década de 50 é a disputa pelas mulheres a altos cargos políticos. Nas últimas décadas, muitas alcançaram este status na América Latina, como Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina, Dilma Rousseff no Brasil (PANKE; IASULAITIS, 2016), como também nas Filipinas, com Corazón Aquino. Algumas inclusive comandaram seus países por mais de uma vez como Indira Gandhi na Índia e Sirimavo Bandaranaike no Sri Lanka, tendo ainda aquelas que se mantiveram no cargo por mais de uma década, como Margaret Thatcher na Inglaterra e Angela Merkel na Alemanha (IBGE, 2016). Nesse cenário, é importante citar também Hillary Clinton, presente na corrida presidencial de 2016 nos EUA.

Em termos de votos, na eleição presidencial do Brasil de 2014, os eleitores votantes chegaram ao número total de 142.822.046, destes, 68.247.598 foram votos masculinos e 74.459.424 foram votos femininos, ou seja, 52% desses eleitores foram mulheres (TSE, 2016). Elencam-se assim dois pontos importantes: primeiro, a população feminina eleitoral tem se tornado um ponto de possível desequilíbrio nos resultados das urnas; segundo, com a crescente representação feminina em altos cargos políticos, abre-se um novo cenário na disputa eleitoral, cenário este onde se mostra relevante o conhecimento do comportamento dessa maioria de eleitoras frente à possível eleição de uma mulher para o cargo. Sendo assim, o objetivo deste estudo é evidenciar como a mulher escolhe seu candidato político, ou seja, quais são os atributos relevantes que a eleitora leva em consideração.

Alguns fatores são essenciais para alcançar a vitória nas eleições. Newman e Sheth (1985) expõem em seu estudo alguns construtos capazes de esclarecer o comportamento de

indivíduos frente a uma escolha. Buscando ampliar o entendimento do comportamento já exposto por Newman e Sheth (1985), bem como de outros estudiosos como O’Cass (2002), Ormrod e Henneberg (2010), Kotler e Levy (1960), Hoegg e Lewis (2011), Cukierman (1991), a intenção foi adicionar um olhar mais profundo pela questão de gênero em uma eleição, ou seja, o comportamento de uma eleitora.

Hoegg e Lewis (2011) apresentam que os eleitores americanos julgam seus candidatos baseando-se em sua aparência. Desta maneira, compreende-se assim que, para estes estudiosos, tanto a aparência do candidato como uma campanha direcionada pelo marketing político possuem uma forte influência para uma vitória nas urnas.

Para desenvolver este estudo, foi revisada a importância atual da questão gênero no voto político, o tema marketing político, bem como o comportamento do eleitor perante as eleições. O modelo de Newman e Sheth (1985) foi utilizado para sistematizar os atributos do comportamento do eleitor e, como base de dados para este estudo, foi usada uma pesquisa realizada em fevereiro e março de 2015 por Quintino e Monte-Mor (2015). Referente à escolha do campo de estudo, optou-se em pesquisar dois países que detivessem a democracia como base de seu cenário político, bem como o fato de a liberdade e a participação da mulher na sociedade civil e política não fossem cerceadas por leis ou hábitos culturais. Sendo assim, a escolha foi por dois países americanos e democráticos, Brasil e Estados Unidos da América (EUA).

Os resultados apresentaram evidências de que tanto a mulher brasileira quanto a mulher estadunidense consideram-se criteriosas quanto ao plano de governo, ou seja, às propostas de um candidato, e que ambas decidem seu voto de maneira diferente entre si e em comparação aos homens.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O gênero e sua influência no voto

Estudos acadêmicos (CEBULA; MEADS, 2008; KENSKI, 2007; WANG, 2014) evidenciam que, no campo político, as mulheres têm se mostrado menos conhecedoras do tema político do que os homens. Conforme demonstrado em pesquisas de gênero realizadas ao longo do tempo, esta diferença no conhecimento do tema político manteve-se constante nos últimos 40 anos.

Conforme Cebula e Meads (2008), estas diferenças da presença e do “conhecimento” da mulher do cenário político podem ser atribuídas a diversos fatores como empregabilidade, salário médio, nível educacional, amadurecimento sobre o tema, entre outros. Neste aspecto, torna-se interessante frisar que a entrada da mulher no cenário político brasileiro veio muito após a entrada do homem, ou seja, ela só veio a participar das eleições a partir da década de 20, e somente a alcançar um alto cargo político na década de 50 (IBGE, 2016). Estes são fatos que podem ajudar a explicar o motivo pelo qual o amadurecimento da mulher no campo político seja diferente quando comparado aos homens.

Foi constatado que, somente a partir da década de 40, o nível de escolaridade entre mulheres e homens tornou-se mais equilibrado, tendo assim a mulher conquistado uma maior representatividade no mercado de trabalho e, conseqüentemente, buscado uma maior representação política. Portanto, torna-se evidente que, na atualidade, com uma participação maior da mulher em vários cenários sociais e sua representatividade, o desnível dos gêneros em relação às questões políticas vem diminuindo (GOLDIN, 2006; KENSKI, 2007; WANG, 2014).

Para os autores Dean e Croft (2009), as mulheres e os homens tomam suas decisões de maneiras diferentes em relação ao voto. Conforme seu estudo, as mulheres tendem a decidir embasadas em um envolvimento e comunicação, em contrapartida com o conhecimento e busca por controle, características masculinas.

Como a tomada de decisão de voto depende inteiramente de como uma pessoa pensa e age, Kenski (2007) afirma que existem três tipos de votos: aqueles em que as pessoas decidem antes das campanhas, aqueles que são decididos na campanha em si e os que são decididos no último minuto. Neste aspecto da decisão do voto pré-campanha, as mulheres mostraram-se mais adeptas a serem “sinceras” ao responderem não terem decidido o seu voto quando comparado aos homens, os quais se mostraram mais propensos a ter um voto provisório do que assumir o “não sei em quem votar”. Ou seja, as mulheres são mais propensas a assumir a sua indecisão do que os homens.

Sendo assim, devido a esta indecisão apresentada pelas mulheres quanto ao seu candidato, elas são vistas como mais persuadíveis, porque elas são menos propensas a se identificarem com um determinado partido (HARMER; WRING, 2013). Outra afirmação encontrada na academia é que as mulheres são mais maleáveis quanto ao próprio voto, ou seja, podem mudar seu voto com mais flexibilidade (KENSKI, 2007). Ficou identificado que não é a orientação política do candidato que obtém o voto da mulher, mas sim como este candidato se apresenta frente a ela. Se este candidato a convencer de que ele é a decisão correta, o voto correto, ela irá segui-lo. Ou seja, as mulheres são “corteadas”, “conquistadas” a tomar decisões.

Em resumo, observando os trabalhos existentes sobre a temática que distingue os comportamentos de eleitores mulheres e homens, percebe-se que este assunto pode ainda requerer mais investigação, principalmente devido à pouca presença de estudos que diferenciem a mulher e o homem na escolha de um candidato. Neste sentido, o trabalho aqui realizado buscou evidenciar diferentes comportamentos na tomada de decisão do voto entre mulheres e homens, tanto brasileiros quanto estadunidenses.

Marketing político

Marketing político é uma disciplina advinda da união de dois campos distintos, ciência política e marketing, sendo assim, ela vem se moldando devido ao dinamismo que a sociedade civil vem apresentando ao longo do tempo. De Aristóteles, com a retórica sendo o foco central para o sucesso político, aos dias atuais, com as inúmeras técnicas de comercialização

transpondo as barreiras dos negócios e fincando pés no campo não organizacional, o marketing político pode ser considerado uma disciplina mutável (BUTLER; HARRIS, 2009).

Ao se comparar marketing a marketing político, pode-se observar que as ferramentas utilizadas em ambos são similares, ou seja, a pesquisa de mercado, as estatísticas e as técnicas para atingir os consumidores são facilmente transportadas da disciplina de marketing já teorizada para o marketing político. Atualmente, nas estratégias adotadas do marketing político, encontram-se algumas ferramentas que ajudam a impulsionar os candidatos a patamares mais altos. O uso da web, das redes sociais, dos sites, blogs, twitter, YouTube, e outros, trouxeram um novo mercado a ser explorado pelos marketers políticos (BUTLER; HARRIS, 2009).

Como mencionam Shama (1975), Nielsen (2012), Ghiutã (2013) e Newman (2002), a estratégia do marketing político é o ativo de maior valor para um candidato e sua campanha. Sendo assim, o plano traçado, ou seja, a estratégia para alcançar a vitória nas urnas precisa de objetivos tangíveis, de ser mutável conforme o ambiente solicita e que forneça vantagens competitivas ao candidato que outros candidatos não alcancem. Sendo assim, se um candidato tem o conhecimento de um possível maior público eleitoral feminino, torna-se racional ele utilizar estas ferramentas no marketing direcionado a este público, nesta sua busca pela vitória.

Para citar um exemplo de estratégia de marketing político para vencer eleições, tem-se a estratégia utilizada por Obama nas eleições de 2008. Conforme o marketer Al Ries, Obama foi feliz em inúmeros pontos em sua campanha, mas ressalta que ele utilizou três importantes elementos que foram decisórios: simplicidade, consistência e relevância. Para este especialista em marketing político, foram estes três elementos que lançaram Obama para a vitória. Enquanto seus oponentes perdiam terreno com dúvidas e alterações em seus temas, Obama permaneceu fiel ao seu discurso inicial e aliou todo o seu marketing político em uma só direção, no cerne de seu slogan “*Change*”, e fez isso sem titubear. As ferramentas tecnológicas com a adição do marketing social utilizado foi arrasador e lançou Obama como Marketer do ano em 2008 pela Associação Nacional de Propaganda dos EUA (BUTLER; HARRIS, 2009).

Outro exemplo que pode ser mostrado é o de como o uso e direcionamento da mídia fazem do marketing político uma força aliada em uma campanha política, principalmente no Brasil, pois este possui campanhas políticas obrigatórias, tornando assim o marketing político realizado um dos principais formadores de opinião quando se trata de eleições política (FINAMORE; CARVALHO, 2016). Na corrida eleitoral de Dilma Rousseff em 2010, seu apelo na mídia mostrou-se enfático na questão do gênero, seja na exposição na internet e redes sociais ou nos discursos, nos programas eleitorais, no apelo à imagem de mulher, de mãe, de trabalhadora, de guerreira – estes *slogans* foram muito explorados para atrair justamente a grande fatia eleitoral feminina (PANKE; IASULAITIS, 2016; PANKE, 2018).

COMPORTEAMENTO DO ELEITOR

O comportamento dos eleitores em votações já vem sendo campo de estudo na academia há décadas. Entre eles, destaque para o modelo de comportamento de Newman e Sheth (1985), o qual abrange sete domínios cognitivos. Para demonstrá-los, foi desenvolvido o Quadro 1.

Quadro 1 - Domínios Cognitivos e Abordagens

Domínios cognitivos	O que aborda	Abordagem dos domínios
Questões e políticas	Plano de governo e questões que o candidato propõe para efetuar mudanças	Plano de Governo do candidato
Eventos atuais	Quando ocorre uma crise nacional ou internacional e um político atua de uma maneira com a qual muitos cidadãos concordam, este candidato tende a obter seguidores e, se houver uma eleição próxima, estes seguidores tendem a votar nele.	
Sentimentos emocionais	Sentimentos que o candidato desperta no eleitor, por sua pessoa ou por alguma questão que é abrangida pelo seu plano de governo.	Entre a Pessoa do candidato e seu Plano de Governo.
Imaginário social	Como o eleitor vê o candidato em sua mente. As características demográficas, socioeconômicas, políticas, ideológicas, culturais. Possibilidade de formação de grupos que podem fazer pressão às políticas de governo, como sindicatos, confederações, clubes, comunidades, centros comunitários, grupos em geral.	
Questões epistêmicas	São questões que ocorrem e levam o eleitor a optar por este ou aquele candidato. O surgimento de um candidato novo quando se tem sempre os mesmos na arena, a mudança de um tipo de um grupo dominante na política para outro grupo que venha a revitalizar o cenário político.	
Imagem do candidato	Traços de personalidade que o candidato possuiu. Ex: herói, líder forte, humanista, justo – estereótipos que ficam marcados no candidato.	Pessoa do candidato
Eventos pessoais	Eventos que ocorrem com o candidato, em sua vida pessoal, que possam atrair ou afastar eleitores, exemplos: o candidato ter um romance extraconjugal, ser apontado como corrupto em algum processo, ficar viúvo, ganhar um prêmio Nobel, enfim, fatos que ocorrem na vida pessoal que podem prejudicar ou alavancar sua carreira política.	

Fonte: Adaptação de Newman e Sheth (1985)

Percebe-se assim, com o Quadro 1, que esses domínios podem ser separados em 3 classes: Plano de Governo, Pessoa do Candidato e Pessoa do Candidato/Plano de Governo, conseguindo assim abordar dois domínios distintos e um onde há o cruzamento entre os demais.

Nimmo (1975) também mencionava dois pontos importantes no comportamento do candidato que remetem ao mesmo tema. Primeiro, a imagem do candidato, a curto prazo, é uma força poderosa para se definir a escolha ou a não escolha de se votar em um candidato. Segundo, mesmo sendo a imagem algo tão imprescindível aos eleitores, o real determinante não é a imagem em si, mas sim como os eleitores enxergam este candidato, ou seja, a percepção que os eleitores têm da imagem do candidato.

Outro estudo foi o de Hoegg e Lewis (2011), o qual, além de medir variáveis de domínios cognitivos como os estudos anteriores, competência, inteligência e confiança, uniu também a imagem física e a relação com o partido ao qual este candidato se encontra vinculado. Ou seja, o partido ao qual o candidato pertencer, sua aparência física ou sua imagem percebida pelos eleitores são fatores que irão agregar ou não valor ao voto.

Sendo assim, a importância de como é dirigida a campanha política de um partido político é inegável. Quando a equipe partidária compreende o comportamento de voto de seu eleitor, ela pode direcionar sua campanha em dois caminhos, o emocional ou o racional. Se o comportamento de seu eleitor for emocional, a equipe irá se ater às mensagens publicitárias e às características pessoais do candidato. Por outro lado, se a campanha for direcionada racionalmente, será fortemente abordada com questões importantes do plano de governo que poderão efetuar mudanças democráticas em longo prazo (O'CASS, 2005).

Cwalina *et al.* (2004) sugerem que o trabalho desenvolvido pelos consultores e profissionais da campanha política do candidato tem uma influência importante no direcionamento do marketing político da campanha, justamente porque foca no comportamento dos eleitores para direcionar seus esforços na criação da imagem ideal do candidato, procurando alcançar assim a preferência dos eleitores.

Há evidências de que a atividade que o marketing político executa na entrega de informações aos eleitores tem uma forte relação com as decisões políticas dos partidos, assim como com as estratégias e implementações de políticas que vão sendo tomadas no decorrer da campanha. Visando então o comportamento do eleitor ante este mercado político, faz-se necessário também olhar o eleitor como mais que um cliente comum de mercado, ou seja, colocando este eleitor quase como dois participantes, como cidadão e como um importante membro político (ORMROD; HENNEBERG, 2010).

Em suma, tendo sido observadas as diversas abordagens sobre o comportamento do eleitor, para este estudo foi utilizado o modelo aplicado por Quintino e Monte-mor (2015), no qual foram apresentados oito domínios cognitivos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensões da Qualidade dos Candidatos

Planejamento de Governo (PLM)	Estratégias traçadas para atingir os objetivos propostos. Está ligada às características como: propostas políticas, ideologia do candidato, temas defendidos, equipes de governo e assessoria política.
Identidade Partidária (IDM)	Integração do candidato com partidos políticos, coligações partidárias e demais filiados. Envolve características como ideologia partidária, atuação partidária, representatividade, filiação partidária, histórico do partido etc.
Confiabilidade do Candidato (COM)	Envolve o nível de confiança do eleitor segundo histórico de vida e político do candidato (vida privada, histórico familiar, orientação sexual, religiosa, financeira e profissional, ideológica etc.)
Conformidade do Candidato (MOM)	Capacidade de atender aos princípios de honestidade, probidade, ética, verdade, retidão.
Durabilidade do Candidato (DUM)	Capacidade de exercer o mandato com pleno vigor físico, mental e jurídico (envolve riscos de cassação de eventual mandato em virtude de processo judicial).
Relacionamento com o Eleitorado (REM)	Capacidade de interlocução com eleitores e instituições que compõem o público alvo do candidato.
Imagem do Candidato (IMM)	Atributos físicos do candidato. Envolve características como boa apresentação, postura, civilidade, expressão, persuasão, segurança, conhecimento, cortesia e educação.
Qualidade Percebida do Candidato (QUM)	Conjunto de elementos da comunicação social capazes de promover as qualidades de um candidato. Envolve elementos publicitários como jingles, banners, cartazes, inserções, placas, panfletos e eventos.

Fonte: Quintino e Monte-mor (2015).

Na aplicação do comportamento do eleitor realizada por Quintino e Monte-mor (2015), foram verificados os atributos relevantes de um candidato em uma arena política. Partindo desta visão, o marketing político que um candidato irá desenvolver em sua campanha possui a necessidade de estar ancorado em dados empíricos que possam fortalecer os atributos corretos para a atração deste eleitor. Nesta linha, com a população feminina vindo a crescer nas sociedades atuais, o conhecimento deste comportamento dependente de contextos culturais, sociais e econômicos, torna-se assim uma questão importante no cenário político da atualidade (MOUFAHIM; LIM, 2009).

METODOLOGIA

Para verificar quais são os atributos que se apresentam relevantes na escolha do candidato para as mulheres tanto brasileiras quanto estadunidenses, foi usada uma pesquisa de caráter descritivo e quantitativo, com corte transversal e dados secundários. Foram utilizados os dados já coletados de um questionário aplicado por Quintino e Monte-mor (2015), apurados no período de fevereiro e março de 2015, com uma população de eleitores brasileiros e

estadunidenses.

A opção de investigar o comportamento feminino frente às urnas deu-se devido à menor ênfase que a academia dispensa ao gênero, bem como devido a previsões da ONU (2015) relativas ao aumento da população feminina para os próximos 15 anos em mais de cinco milhões tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A população da amostra para esta pesquisa foi tanto feminina quanto masculina, possibilitando assim um comparativo entre os dois gêneros e evidenciando o comportamento feminino. A amostra utilizada foi de 772 respostas válidas, uma amostragem não probabilística por acessibilidade.

O questionário aplicado por Quintino e Monte-mor (2015) continha duas partes: a primeira possuía 23 afirmações conforme pode ser verificado no Quadro 3.

Quadro 3 - Dimensões da Qualidade dos Produtos e dos Candidatos

Atributos dos Candidatos	Afirmações
Critério do voto	1. Sou muito criterioso na escolha do candidato em quem eu vou votar.
Planejamento de Governo	2. Nas eleições, eu escolho candidatos que tenham o melhor Plano de Governo; 3. Nas eleições, eu escolho candidatos que tenham mais capacidade de implementar seu Plano de Governo; 4. Nas eleições, eu escolho candidatos que tenham a melhor equipe de Governo;
Identidade Partidária	5. Nas eleições, eu levo em consideração o partido político para escolher meus candidatos; 6. Nas eleições, eu escolho os candidatos que respeitem as diretrizes e decisões de seus respectivos partidos políticos; 7. Nas eleições, eu levo em consideração as alianças dos partidos políticos (coligações) para escolher meus candidatos;
Confiabilidade do Candidato	8. Nas eleições, eu escolho candidatos em quem mais confio; 9. Nas eleições, eu escolho candidatos por sua trajetória política (vida pública, experiência política, ascensão política, trabalhos realizados, projetos de sucesso etc.); 10. Nas eleições, eu escolho candidatos por suas características pessoais (como histórico familiar, orientação sexual, religiosa, condição financeira, profissional e ideológica);
Conformidade do Candidato	11. Nas eleições, eu escolho candidatos que aparentem serem mais honestos éticos e verdadeiros; 12. Nas eleições, eu escolho candidatos que respeitem os princípios morais com os quais me identifico;

Durabilidade do Candidato	<p>13. Nas eleições, eu escolho candidatos pela sua potencial capacidade de exercer o mandato até o fim, com pleno vigor físico e mental;</p> <p>14. Nas eleições, eu escolho candidatos pela sua potencial capacidade de exercer o mandato até o fim, sem risco de ser cassado por eventual processo judicial;</p>
Relacionamento com o Eleitorado	<p>15. Nas eleições, eu escolho candidatos que se preocupem em manter bom relacionamento com seu colégio eleitoral;</p> <p>16. Nas eleições, eu escolho candidatos que se preocupem em manter bom relacionamento com as instituições que o apoiaram (ONGs, igrejas, sindicatos, associações, empresas etc.);</p> <p>17. Nas eleições, eu escolho candidatos que se preocupem em atender às demandas de seus eleitores;</p>
Imagem do Candidato	<p>18. Nas eleições, eu escolho candidatos que tenham melhor aparência;</p> <p>19. Nas eleições, eu escolho candidatos que sejam mais carismáticos;</p> <p>20. Nas eleições, eu escolho candidatos que tenham preparado a melhor campanha política;</p>
Qualidade Percebida	<p>21. Nas eleições, eu escolho candidatos que estejam melhores nas pesquisas de intenção de voto;</p> <p>22. Nas eleições, eu escolho candidatos que tenham o melhor material de propaganda eleitoral;</p> <p>23. Nas eleições, eu escolho candidatos que apareçam mais vezes nas propagandas eleitorais.</p>

Fonte: Quintino e Monte-mor (2015).

O conjunto de afirmações para cada variável do modelo foi acompanhada de uma escala de Likert (1. Discordo totalmente – 5. Concordo totalmente). Essas 23 afirmações formaram oito construtos para a geração de dados a serem analisados estatisticamente via regressão: planejamento de governo, identificação partidária, confiabilidade do candidato, conformidade do candidato, durabilidade do candidato, relacionamento com o eleitorado, imagem do candidato, qualidade percebida.

Na segunda parte do questionário, encontravam-se as questões referentes ao gênero, idade, estado civil, grau de escolaridade, profissão, renda, país de votação e interesse por política, as quais fizeram parte das variáveis de controle aplicadas nas regressões.

Em posse dos dados secundários, foram rodadas seis regressões lineares múltiplas, nas quais foram obtidos o p-valor e os coeficientes da variável dependente (Y) que é Critério de escolha de voto, bem como das oito variáveis independentes: PLM – planejamento de governo, IDM – integração do candidato com o partido, COM – confiabilidade do candidato, MOM – princípios morais, DUM – durabilidade no governo, REM – relacionamento com o eleitorado, IMM – imagem do candidato e QUM – qualidade percebida do candidato. As regressões lineares foram divididas em: Comportamento da População Feminina - Brasil; Comportamento da População Feminina – EUA; Comportamento da População Masculina

– Brasil; Comportamento da População Masculina – EUA; Comportamento da População Feminina – Brasil e EUA; Comportamento da População Masculina – Brasil e EUA.

ANÁLISES DOS DADOS

Esta análise dos dados foi elaborada para apresentação dos resultados obtidos a partir do objetivo do estudo de identificar quais são as variáveis que as mulheres identificam como relevantes para escolher seu candidato no momento de uma eleição. Para efetuar esta apresentação, segue, inicialmente, a caracterização da amostra com a descrição da população geral da amostra. Em seguida, apresentam-se as regressões lineares múltiplas que foram executadas para analisar a relação existente entre a variável dependente e as oito variáveis independentes do estudo. Todas as análises estatísticas foram executadas no programa STATA.

CARACTERIZAÇÕES DA AMOSTRA

Neste estudo, foi utilizada uma população geral de 772 respondentes com os dois gêneros, feminino e masculino, propiciando assim um comparativo entre o comportamento do homem e da mulher frente às suas escolhas eleitorais. A descrição da amostra é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Características da amostra

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA 772 RESPONDENTES		BRASIL				EUA				BRASIL		EUA	
		MULHER		HOMEM		MULHER		HOMEM		POP.		POP.	
		QT	%	QT	%	QT	%	QT	%	GERAL	%	QT	%
		238	41,39	337	58,61	105	53,30	92	46,70	QT	%	QT	%
		575				197				575		197	
IDADE	13 A 25 ANOS	39	16,39	26	7,72	39	16,39	13	3,86	65	11,30	52	26,40
	26 A 35 ANOS	69	28,99	107	31,75	13	5,46	13	3,86	176	30,61	26	13,20
	36 A 45 ANOS	66	27,73	95	28,19	14	5,88	11	3,26	161	28,00	25	12,69
	46 A 55 ANOS	46	19,33	67	19,88	16	6,72	20	5,93	113	19,65	36	18,27
	56 ANOS OU MAIS	18	7,56	42	12,46	23	9,66	35	10,39	60	10,43	58	29,44
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO (A)	78	32,77	94	27,89	54	22,69	30	8,90	172	29,91	84	42,64
	CASADO (A)	119	50,00	189	56,08	35	14,71	51	15,13	308	53,57	86	43,65
	DIVORCIADO (A)	18	7,56	16	4,75	13	5,46	5	1,48	34	5,91	18	9,14
	UNIÃO ESTÁVEL	22	9,24	36	10,68	0	0,00	3	0,89	58	10,09	3	1,52
	VIÚVO (A)	1	0,42	2	0,59	3	1,26	3	0,89	3	0,52	6	3,05
ESCOLARIDADE	ENSINO FUNDAMENTAL	2	0,84	1	0,30	0	0,00	0	0,00	3	0,52	0	0,00
	ENSINO MÉDIO	25	10,50	33	9,79	48	20,17	27	8,01	58	10,09	75	38,07
	TÉCNICO	0	0,00	2	0,59	0	0,00	0	0,00	2	0,35	0	0,00
	GRADUAÇÃO	76	31,93	127	37,69	34	14,29	33	9,79	203	35,30	67	34,01
	ESPECIALIZAÇÃO	110	46,22	140	41,54	5	2,10	6	1,78	250	43,48	11	5,58
	MESTRADO	25	10,50	34	10,09	18	7,56	26	7,72	59	10,26	44	22,34
PROFISSÃO	EMPREGADO (A)	39	16,39	66	19,58	53	22,27	39	11,57	105	18,26	92	46,70
	SERVIDORO (A) PÚBLICO (A)	136	57,14	177	52,52	10	4,20	9	2,67	313	54,43	19	9,64
	EMPRESÁRIO (A)	36	15,13	71	21,07	11	4,62	13	3,86	107	18,61	24	12,18
	ESTAGIÁRIO (A)	19	7,98	7	2,08	0	0,00	0	0,00	26	4,52	0	0,00
	APOSENTADO (A)	2	0,84	7	2,08	12	5,04	20	5,93	9	1,57	32	16,24
	DESEMPREGADO (A)	6	2,52	9	2,67	19	7,98	11	3,26	15	2,61	30	15,23
RENDA	ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO	13	5,46	14	4,15	43	18,07	19	5,64	27	4,70	62	31,47
	DE 1 A 5 SAL. MÍNIMOS	78	32,77	68	20,18	17	7,14	9	2,67	146	25,39	26	13,20
	DE 5 A 10 SAL. MÍNIMOS	57	23,95	103	30,56	17	7,14	24	7,12	160	27,83	41	20,81
	ACIMA DE 10 SAL. MÍNIMOS	89	37,39	149	44,21	12	5,04	31	9,20	238	41,39	43	21,83
	SEM SALÁRIO	1	0,42	3	0,89	16	6,72	9	2,67	4	0,70	25	12,69
POLÍTICA	NÃO TEM INTERESSE	10	4,20	8	2,37	12	5,04	10	2,97	18	3,13	22	11,17
	POUCO INTERESSE	113	47,48	96	28,49	43	18,07	13	3,86	209	36,35	56	28,43
	MUITO INTERESSE	115	48,32	233	69,14	50	21,01	69	20,47	348	60,52	119	60,41

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na caracterização da amostra, pode-se constatar que a maioria das respondentes do grupo da mulher brasileira se ateu na idade dos 26 aos 45 anos, sendo, na sua maioria, casadas, com escolaridade de maior expressão entre graduação e especialização. Na profissão, o maior percentual do grupo das brasileiras foi o de servidora pública, tendo como renda acima de cinco salários mínimos, demonstrando também, na sua grande maioria, muito interesse por política. No grupo de mulheres estadunidenses, observou-se que, diferentemente do grupo das brasileiras, a idade expressiva foi abaixo dos 25 anos e acima dos 56 anos, bem como foram as respondentes solteiras que apresentaram o maior percentual. Observou-se que, devido à idade da maioria das respondentes do grupo feminino estadunidense, a escolaridade de maior expressão foi a do ensino médio, mantendo como profissão majoritária a de funcionária de empresas privadas e a média de renda sendo bem abaixo da renda do grupo anterior, até um salário mínimo. No item política, este grupo feminino estadunidense igualou-se ao grupo feminino brasileiro, tendo em sua maioria, muito interesse por este assunto.

No grupo masculino brasileiro, constatou-se que ele muito se assemelha ao grupo feminino brasileiro. Seus maiores percentuais também se concentraram em homens de idade dos 26 aos 45 anos, casados, com escolaridade entre graduação e especialização sendo mais expressivas, tendo uma maioria empregabilidade no serviço público, com renda em sua maioria acima dos cinco salários mínimos e apresentando um maior percentual em interesse político. No grupo masculino estadunidense, constataram-se diferenças em relação ao grupo masculino brasileiro. A idade da maioria concentrou-se acima dos 56 anos, mantiveram-se os casados com expressividade e, na escolaridade, a maioria foi expressiva acima da graduação. Na empregabilidade, a grande maioria dos homens estadunidenses ficou concentrada nos que atuam em empresas privadas e a renda concentrou-se acima de cinco salários mínimos. Na questão política, manteve-se igual aos demais grupos, demonstrando a maioria muito interesse no tema.

Comparando estes dois grupos de populações, Brasil e EUA, observa-se que, para a população brasileira, os maiores percentuais dos respondentes concentram-se nas idades de 26 a 45 anos, já para a população estadunidense, os maiores percentuais encontram-se em pontos opostos, acima de 56 anos e de 13 a 25 anos. No quesito estado civil, há uma leve proximidade das populações, pois os dois maiores percentuais dos dois países se mantiveram entre os casados e solteiros. Na escolaridade dos respondentes, tem-se novamente uma leve diferença nas populações, tendo o Brasil apresentado uma maioria na especialização e os EUA no ensino médio. No quesito profissão, o Brasil apresentou maior percentual no servidor público e os EUA se manteve nos empregados de empresas privadas. Tratando-se da renda do respondente, também se observa diferença, tendo o Brasil apresentado uma maioria em rendas acima de dez salários mínimos e os EUA apresentando renda até um salário mínimo. Finalizando este comparativo de populações, no quesito política, tem-se nas duas populações a demonstração de um maior percentual em muito interesse dos respondentes para o tema. Resumidamente, as populações aproximam-se nas questões como estado civil e interesse por política, sendo que nos demais quesitos – idade, escolaridade, profissão e renda – mostram-se com algumas diferenças.

ESTATÍSTICA DESCRITIVA E TESTE DE DIFERENÇA DE MÉDIAS

Na Tabela 2, podem ser verificadas a estatística descritiva tanto feminina no Brasil e EUA quanto masculina nos dois países. Estas análises relacionam as médias das variáveis independentes propostas no estudo, apresentando suas médias e desvios padrão. A variável dependente deste estudo (Y) é o critério de voto do eleitor.

Tabela 2 - Estatística descritiva da amostra Brasil e EUA

ESTATÍSTICA DESCRITIVA		BRASIL				EUA			
		FEMININO		MASCULINO		FEMININO		MASCULINO	
		238		337		105		92	
VARIÁVEIS		MÉDIA	DP	MÉDIA	DP	MÉDIA	DP	MÉDIA	DP
INDEPENDENTES	PLM	3,8109	0,8902	3,7794	0,8497	3,9301	0,8290	3,8333	0,8451
	IDM	2,9551	1,1505	3,1236	1,1536	3,4000	1,0565	3,0326	1,1182
	COM	3,8781	0,7145	3,8714	0,7255	3,3365	0,8813	3,4057	0,8383
	MOM	4,3844	0,8776	4,2537	0,8319	4,2333	0,9121	4,2445	0,9153
	DUM	3,7836	1,1703	3,7373	1,0725	3,4476	1,1114	3,4565	1,0604
	REM	3,4019	1,0386	3,4599	0,8659	3,4444	0,9570	3,1630	1,0488
	IMM	2,0896	0,9617	1,9406	0,8674	3,4253	0,9181	3,2572	0,9982
	QUM	1,4019	0,6711	1,3956	0,6569	2,4761	1,0995	2,2101	1,0208
DEMOGRÁFICAS	IDADE	37,9030	11,5880	40,7000	11,4920	38,2000	17,2862	47,2826	16,3459
	ESTADO CIVIL	1,9453	0,9007	2,0000	0,8997	1,6952	0,9000	1,8913	0,8951
	ESCOLARIDADE	4,4369	1,0918	4,4065	1,0398	3,4761	1,5197	4,0434	1,5471
	PROFISSÃO	2,2731	1,0213	2,2255	1,0276	2,6666	2,0317	2,8478	1,9382
	RENDA	2,9453	0,9684	3,1750	0,9041	2,4380	1,4930	3,0217	1,2922
	INTERESSE	2,4411	0,5761	2,6676	0,5197	2,3619	0,6811	2,6413	0,6725

Fonte: Dados da Pesquisa.

Legenda: PLM: Planejamento de governo – IDM: Integração do candidato com o partido – COM: Confiabilidade do candidato – MOM: Princípios morais do candidato – DUM: Durabilidade no governo – REM: Relacionamento com o eleitorado – IMM: Imagem do candidato – QUM: Qualidade percebida do candidato.

Observando as médias apresentadas como resultantes da amostra feminina do Brasil, demonstra-se que quatro variáveis apresentaram médias altas. Para as mulheres brasileiras, as variáveis que têm relação com a pessoa do candidato se mostraram com maiores médias, sendo elas MOM - princípios morais (M=4.3844) e COM - confiabilidade do candidato (M=3.8781), seguidas por duas variáveis que permeiam o ambiente e o projeto político do candidato, PLM - planejamento de governo (M=3.8109) e DUM - durabilidade no governo (M=3.7836). Observou-se que a IMM - imagem (M=2.0896) e a QUM - qualidade percebida do candidato (M=1.4019) apresentaram as médias menores entre as variáveis, sugerindo assim que, para este grupo de mulheres brasileiras, a imagem física e pessoal deste candidato, bem como os elementos de comunicação e divulgação publicitária que promovem este candidato são menos importantes no seu critério de escolha.

Para as respondentes estadunidenses, diferentemente das brasileiras, as maiores médias mantiveram-se apenas entre duas variáveis, os MOM - princípios morais, com sua maior média (M=4.2333), sendo seguido pelo PLM - planejamento de governo (M=3.9301), ou seja, a mulher estadunidense divide sua atenção tanto entre a pessoa do candidato quanto o ambiente político em que este candidato está inserido. A menor média deste grupo manteve-se apenas na QUM - qualidade percebida (M=2.4761), identificando assim que, para a mulher estadunidense, os elementos de comunicação ou campanhas publicitárias

que foram feitos para eleger este candidato não apresentam uma importância expressiva. Diferentemente da mulher brasileira, para a mulher estadunidense, a IMM - imagem do candidato ($M=3.4253$) apresentou-se com uma média mais alta, identificando assim que, em se tratando de imagem, o posicionamento feminino estadunidense frente a esta variável é diferente do posicionamento feminino brasileiro. Pode também ser afirmado que, conforme estudos anteriores, como os de Hoegg e Lewis (2011) e O' Cass (2002), a imagem do candidato apresentou uma importância para a escolha do voto no grupo das mulheres estadunidenses, por outro lado, para as mulheres brasileiras, este fato não se confirmou.

Em relação à amostra feminina, entende-se que, apesar de esses dois países possuírem culturas e cenários sociopolíticos e socioeconômicos diferentes, porém ambos democráticos, a análise executada aponta diferenças entre os critérios de escolha das mulheres. Outro ponto importante a ser levantado no caso da análise dos grupos femininos é a variável QUM - qualidade percebida do candidato. Observa-se que, neste estudo, os elementos publicitários, as campanhas, banners e propagandas não foram tão importantes ao ponto de serem um critério de escolha do candidato para as eleitoras brasileiras e estadunidenses, como demonstram, por exemplo, os estudos de Ormrod e Henneberg (2010), Gordon *et al.* (2012), Nielsen (2012) e Butler e Harris (2009).

Na análise descritiva do grupo masculino, mantém-se como um dos atributos mais importantes a variável MOM - princípios morais, com média brasileira ($M=4.2537$) e média estadunidense ($M=4.3333$), seguidos de PLM - planejamento de governo, com médias ($M=3.7794$ e $M=3.8333$). No grupo masculino brasileiro, a COM - confiabilidade do candidato também se mostrou uma variável com média alta ($M=3.8714$). Observa-se que, igualmente à amostra feminina brasileira, a IMM - imagem do candidato é pouco apreciada pelos homens brasileiros, com uma média baixa ($M=1.9406$), porém, já no cenário estadunidense masculino, ela é muito superior ($M=3.2572$), o que demonstra também um maior apego às aparências pelos eleitores homens estadunidenses, como acontece com as eleitoras mulheres estadunidenses, reforçando, assim, o posicionamento de estudos já realizados sobre o tema (por exemplo, O' Cass (2005) e Cukierman (1991)). Já a variável menos relevante, novamente, para os dois grupos de eleitores masculinos, foi a QUM - qualidade percebida pelo candidato, com a menor média ($M=1.3956$, $M=2.2101$). Afirma-se assim que, para o grupo de eleitores masculinos, as variáveis de maior relevância são praticamente as mesmas, indiferentemente de ter como cenário o Brasil ou os EUA, sendo considerados importantes para os homens a moralidade do candidato, seu ambiente e seus objetivos políticos. Como o candidato orquestra sua campanha publicitária e como os eleitores percebem esta campanha mostraram-se fatores de menor relevância para os dois grupos.

Tabela 3 - Teste de Diferença de Médias

		DIFERENÇA DE MÉDIAS									
VARIÁVEIS	Grupos	FEMININO					MASCULINO				
		Obs.	Média	Dif.	Er. Pd.	Pr (T > t)	Obs.	Média	Dif.	Er. Pd.	Pr (T > t)
PLM	BRASIL	238	3,8109	-0,1192	0,5771	0,2440	337	3,7794	-0,5391	0,4629	0,5895
	EUA	105	3,9302		0,8091		92	3,8333		0,8811	
IDM	BRASIL	238	2,9552	-0,4448	0,7458	0,0008 *	337	3,1236	0,9103	0,6284	0,4999
	EUA	105	3,4000		0,1031		92	3,0326		0,1166	
COM	BRASIL	238	3,8782	0,5416	0,4632	0,0000 *	337	3,8714	0,4656	0,3952	0,0000 *
	EUA	105	3,3365		0,8601		92	3,4058		0,8741	
MOM	BRASIL	238	4,3845	0,1511	0,5689	0,1474	337	4,2537	0,0091	0,4532	0,9272
	EUA	105	4,2333		0,8902		92	4,2446		0,9543	
DUM	BRASIL	238	3,7836	0,3360	0,7586	0,0133**	337	3,7374	0,2809	0,5842	0,0262**
	EUA	105	3,4476		0,1085		92	3,4565		0,1106	
REM	BRASIL	238	3,4020	-0,0425	0,0673	0,7210	337	3,4599	0,2969	0,0472	0,0057 *
	EUA	105	3,4444		0,0934		92	3,1604		0,1094	
IMM	BRASIL	238	2,0896	-1,3358	0,0623	0,0000 *	337	1,9407	-1,3166	0,0473	0,0000 *
	EUA	105	3,4254		0,0896		92	3,2572		0,1041	
QUM	BRASIL	238	1,4020	-1,0742	0,0435	0,0000 *	337	1,3956	-0,8145	0,0358	0,0000 *
	EUA	105	2,4762		0,1073		92	2,2101		0,1064	

Fonte: Dados de Pesquisa / *Significante $p < .01$ (a 1%); **Significante $p < .05$ (a 5%), ***Significante $p < .10$ (a 10%).

No teste de diferenças de médias executado, observa-se que, em relação à mulher estadunidense, a mulher brasileira dispensa uma maior atenção a dois atributos, sendo eles a confiança que ela tem no candidato (COM – confiabilidade do candidato) e a duração deste candidato no governo (DUM – durabilidade do candidato). Já a mulher estadunidense, comparada à mulher brasileira, dispensa maior atenção à identidade partidária deste candidato (IDM – identidade partidária), às características pessoais como aparência, postura, apresentação, e à qualidade percebida que lhe é passada pelos *media* (QUM – qualidade percebida). Em se tratando dos homens, o eleitor brasileiro mantém como mais relevante para si a confiança que o candidato transmite (COM – confiabilidade do candidato), a durabilidade deste no governo e a capacidade de interlocução que este possui com o eleitorado (REM – relacionamento com o eleitorado). No cenário estadunidense, o eleitor masculino, em comparação com o brasileiro, apresenta mais atenção à imagem do candidato (IMM – imagem do candidato) e ao que lhe é transmitido pelos *media* (QUM – qualidade percebida).

Em resumo, na estatística descritiva dos pesquisados, pode ser observado que a moralidade e a direção do programa de governo mostraram-se importantes, indiferentemente do gênero e do país em que este candidato se encontre. Já a imagem não é uma variável de grande importância no Brasil como é nos EUA. Na análise da diferença de médias, novamente, a imagem e maneira como a campanha publicitária apresenta este candidato não se mostra para os brasileiros algo que o atraia na escolha de votos como ocorre nos EUA, como observado por Ormrod e Henneberg (2010), Gordon *et al.* (2012), Nielsen (2012) e Butler e Harris, (2009).

REGRESSÕES LINEARES

Dando sequência à análise, foram realizados seis testes de regressões lineares, divididas da seguinte maneira: Tabela 3 - Brasil e EUA - Feminino; Tabela 4 - Brasil e EUA - Masculino; Tabela 5 - Geral - Feminino e Masculino. As regressões tiveram o objetivo de verificar o grau de associação da variável dependente com as variáveis independentes, ou seja, a intenção de escolha tanto das mulheres brasileiras e estadunidenses quanto à dos homens brasileiros e estadunidenses em relação às oito variáveis independentes apresentadas no estudo, propiciando assim uma comparação entre os comportamentos dos gêneros nos dois países frente à escolha eleitoral.

Para a análise e geração das regressões lineares, foram consideradas: a variável dependente, critério de voto (Y), as oito variáveis independentes, PLM – Planejamento de Governo, IDM – Integração do candidato com o partido, COM – confiabilidade do candidato, MOM – princípios morais, DUM – durabilidade no governo, REM – relacionamento com o eleitorado, IMM – imagem do candidato, QUM – qualidade percebida do candidato, bem como as variáveis demográficas: Idade, Estado Civil, Escolaridade, Profissão, Renda e Interesse Político.

O modelo utilizado para as regressões para os grupos de respondentes foi:

$$\text{Critério de escolha de candidatos} = \beta_0 + \beta_1. \text{PLM} + \beta_2. \text{IDM} + \beta_3. \text{COM} + \beta_4. \text{MOM} + \beta_5. \text{DUM} + \beta_6. \text{REM} + \beta_7. \text{IMM} + \beta_8. \text{QUM} + \beta_9. \text{Idade} + \beta_{10}. \text{Estado civil} + \beta_{11}. \text{Escolaridade} + \beta_{12}. \text{Profissão} + \beta_{13}. \text{Renda} + \beta_{14}. \text{Interesse Político} + \varepsilon$$

Na Tabela 4, constam os dados da amostra feminina tanto brasileira quanto estadunidense, com 238 e 105 respondentes respectivamente. Nos resultados obtidos para o grupo das eleitoras brasileiras, pode ser verificado que cinco variáveis se mostraram significativas entre 1% e 10%. Entre as que são associadas positivamente ao critério de escolha de voto, tem-se a variável representada por questões políticas, sendo elas PLM – plano de governo ($p=0.000$) e MOM – princípios morais ($p=0.031$). As variáveis associadas negativamente ao critério de voto e que mostraram significância foram IDM – identidade do candidato com o partido ($p=0,062$), IMM – imagem ($p=0.009$) e a QUM – qualidade percebida ($p=0.003$). Evidenciou-se assim que, quanto mais a eleitora brasileira considerar a ética, a honestidade, o plano de governo e a capacidade deste candidato implementar suas estratégias em seu governo, mais criteriosa esta eleitora brasileira se considera. Já quanto maior se apresentar sua preocupação com a identificação do candidato com o partido, a imagem física deste candidato ou como ele se apresenta nas pesquisas de voto e na sua campanha eleitoral, menos criteriosa esta eleitora brasileira se considera.

Analisando a Tabela 4, também se tem os dados da amostra feminina estadunidense, nos quais apenas uma variável se mostrou significativa. Novamente foi o PLM – plano de governo ($p=0.005$) que afeta positivamente o critério da intenção de voto da eleitora estadunidense, isto significa que, para as mulheres estadunidenses, quanto maior for o foco no plano de governo e na capacidade deste candidato implementá-lo no decorrer de seu mandato, mais criteriosa esta eleitora se considera.

Tabela 4 - Brasil e EUA - Feminino

VARIÁVEIS		BRASIL - FEMININO			EUA - FEMININO		
		número de observações: 238			número de observações: 105		
	Y	coeficiente	t	p>(t)	coeficiente	t	p>(t)
INDEPENDENTES	PLM	0,4028	6,28	0,000*	0,4490	2,85	0,005**
	IDM	-0,0835	-1,87	0,062***	0,0786	0,79	0,434
	COM	-0,0026	-0,03	0,973	0,2108	1,48	0,142
	MOM	0,1400	2,17	0,031**	0,0669	0,50	0,621
	DUM	-0,0060	-0,12	0,903	0,0531	0,47	0,642
	REM	0,0919	1,49	0,137	-0,0655	-0,54	0,593
	IMM	-0,1682	-2,67	0,008*	0,1691	1,25	0,216
	QUM	-0,2136	-2,47	0,014**	-0,1437	-1,33	0,186
DEMOGRÁFICAS	ESTADO CIVIL	-0,0546	-0,98	0,327	-0,1152	-0,92	0,361
	IDADE	0,0147	3,11	0,002*	0,0189	2,67	0,009*
	ESCOLARIDADE	-0,0071	-0,14	0,887	-0,0004	-0,01	0,995
	PROFISSÃO	-0,0431	-0,91	0,364	-0,1377	-2,91	0,005**
	RENDA	-0,0056	-0,10	0,924	0,0290	0,45	0,655
	INTERESSE	0,1445	1,65	0,100	0,0295	0,20	0,842

Fonte: Dados da Pesquisa / *Significante $p < .01$ (a 1%); **Significante $p < .05$ (a 5%),

***Significante $p < .10$ (a 10%).

Legenda: Y: Critério de escolha de voto - PLM: Planejamento de governo - IDM: Integração do candidato com o partido - COM: Confiabilidade do candidato - MOM: Princípios morais do candidato - DUM: Durabilidade no governo - REM: Relacionamento com o eleitorado - IMM: Imagem do candidato - QUM: Qualidade percebida do candidato.

Resumidamente, a análise dos dados do grupo feminino, no geral, demonstra que tanto a mulher brasileira quanto estadunidense têm demonstrado serem mais criteriosas quando levam em consideração os objetivos e metas de plano de governo de um candidato. E, diferentemente dos estudos de Hoegg e Lewis (2011), Nimmo (1975), O' Cass (2002; 2005) e Cukierman (1991), nos quais a variável IMM – imagem pode ser um critério de escolha de voto, neste estudo, ficou demonstrado que a mulher brasileira, quando analisa este atributo, considera-se pouco criteriosa e que, para a mulher estadunidense, a imagem não apresentou significância. Observa-se também, neste estudo, que, para as mulheres brasileiras, a variável QUM – qualidade percebida está inversamente associada à variável dependente, contrapondo, por exemplo, os estudos de Ormrod e Henneberg (2010) quanto à sua importância no critério de voto. Ou seja, neste estudo, quanto mais a mulher levar em consideração tanto a imagem quanto as propagandas e mídias eleitorais utilizadas por um candidato, menos criteriosa ela se considera.

Tabela 5 - Brasil e EUA - Masculino

VARIÁVEIS		BRASIL - MASCULINO			EUA - MASCULINO		
		número de observações: 337			número de observações: 92		
	Y	coeficiente	t	p>(t)	coeficiente	t	p>(t)
INDEPENDENTES	PLM	0.4346	8,17	0,000*	0.4377	3,24	0,002*
	IDM	0,1064	3,03	0,003*	0,1156	1,24	0,217
	COM	0,2170	3,35	0,001*	-0,0328	-0,23	0,818
	MOM	-0,0382	-0,67	0,501	-0,0572	-0,41	0,682
	DUM	-0,0120	-0,28	0,782	0,0468	0,41	0,680
	REM	0,0084	0,16	0,872	-0,0130	-0,11	0,912
	IMM	-0,1555	-2,87	0,004*	0,0048	0,04	0,968
	QUM	-0,0582	-0,83	0,406	-0,1492	-1,11	0,269
DEMOGRÁFICAS	ESTADO CIVIL	-0,0305	-0,69	0,492	-0,0138	-0,12	0,909
	IDADE	0,0026	0,71	0,479	0,0061	0,84	0,405
	ESCOLARIDADE	0,0258	0,60	0,551	0,0981	1,41	0,162
	PROFISSÃO	0,0852	2,21	0,028**	0,0262	0,49	0,624
	RENDA	0,0033	0,06	0,949	-0,0961	-1,28	0,203
	INTERESSE	0,1899	2,46	0,015**	0,8038	5,26	0,000*

Fonte: Dados da Pesquisa / *Significante $p < .01$ (a 1%); **Significante $p < .05$ (a 5%),

***Significante $p < .10$ (a 10%).

Legenda: Y: Critério de escolha de voto - PLM: Planejamento de governo - IDM: Integração do candidato com o partido - COM: Confiabilidade do candidato - MOM: Princípios morais do candidato - DUM: Durabilidade no governo - REM: Relacionamento com o eleitorado - IMM: Imagem do candidato - QUM: Qualidade percebida do candidato.

Na Tabela 5, tem-se a análise dos respondentes masculinos brasileiros e, como resultado, foram identificadas como significativas quatro variáveis: PLM – plano de governo ($p=0.000$), IDM – integração do candidato ($p=0.003$), COM – confiabilidade do candidato ($p=0.001$), afetando positivamente o critério de escolha de voto, e IMM – imagem do candidato ($p=0.004$), com um coeficiente negativo, afetando assim negativamente o critério da escolha de voto. Comparado com a mulher brasileira, pode-se verificar que o homem brasileiro também demonstra significância das variáveis entre a pessoa do candidato e o ambiente político em que este está incluído. Ressalta-se que, assim como a mulher brasileira, o homem brasileiro também tem a imagem do candidato associada negativamente ao critério de voto, ou seja, quanto mais ele levar em consideração a imagem deste candidato, menos criterioso ele se considera. Mais uma vez, ao analisar o cenário brasileiro, este estudo entra em contradição com estudos como os de Nimmo (1975), Hoegg e Lewis (2011), O’Cass (2002; 2005) e Cukierman (1991).

Em se tratando da amostra masculina estadunidense constante também nesta tabela, verifica-se que apenas uma variável independente se mostrou significativa a 1%, PLM – plano de governo ($p=0.002$), associada positivamente à intenção de escolha do candidato. Percebe-se, assim, que o homem estadunidense comporta-se da mesma maneira que

a mulher estadunidense frente ao critério de escolha. Para ele, o plano de governo, as metas, a capacidade de cumprir os objetivos são variáveis significativas e estão associadas positivamente ao critério de voto, ou seja, ele se considera mais criterioso quando leva em consideração o plano de governo do candidato.

Tabela 6 - Geral Feminino e Geral Masculino

VARIÁVEIS		GERAL FEMININO			GERAL MASCULINO		
		número de observações: 343			número de observações: 429		
	Y	coeficiente	t	p>(t)	coeficiente	t	p>(t)
INDEPENDENTES	PLM	0,4648	7,87	0,000*	0,4110	8,25	0,000*
	IDM	-0,0367	-0,88	0,380	0,0988	2,95	0,003*
	COM	0,1202	1,93	0,054***	0,1586	2,78	0,006*
	MOM	0,1370	2,39	0,017**	-0,0154	-0,30	0,766
	DUM	0,0136	0,30	0,768	0,0103	0,25	0,800
	REM	0,0299	0,54	0,586	-0,0133	-0,29	0,775
	IMM	-0,1369	-2,61	0,009*	-0,1280	-2,77	0,006*
	QUM	-0,1003	-1,65	0,100	-0,1185	-2,03	0,043**
DEMOGRÁFICAS	ESTADO CIVIL	-0,0550	-1,06	0,289	-0,0365	-0,86	0,393
	IDADE	0,0159	4,32	0,000*	0,0057	1,88	0,061***
	ESCOLARIDADE	-0,0073	-0,20	0,844	0,0723	2,09	0,037**
	PROFISSÃO	-0,0885	-2,94	0,003*	0,0546	1,86	0,064***
	RENDA	0,0095	0,24	0,812	-0,0628	-1,56	0,120
	INTERESSE	0,0951	1,28	0,203	0,3917	5,74	0,000*

Fonte: Dados da Pesquisa / *Significante $p < .01$ (a 1%); **Significante $p < .05$ (a 5%),

***Significante $p < .10$ (a 10%).

Legenda: Y: Critério de escolha de voto - PLM: Planejamento de governo - IDM: Integração do candidato com o partido - COM: Confiabilidade do candidato - MOM: Princípios morais do candidato - DUM: Durabilidade no governo - REM: Relacionamento com o eleitorado - IMM: Imagem do candidato - QUM: Qualidade percebida do candidato.

Na análise dos resultados gerais para diferença dos gêneros da Tabela 6, pode-se observar que três variáveis se mantiveram significativas para os dois gêneros, PLM – plano de governo, COM – confiabilidade do candidato e IMM – imagem do candidato, sendo esta última ainda associada negativamente ao critério de voto. Isto indica que, no geral, quando os dois grupos dispensam mais atenção às abordagens do plano do governo do candidato e a confiabilidade que este candidato demonstra ter, mais criterioso os dois gêneros tendem a se considerarem. Quanto à imagem do candidato, sem distinção do gênero, pode-se afirmar que quanto maior for a preocupação dispensada à imagem, menos criteriosos os dois gêneros se consideram na escolha de seu candidato. A única variável a mais para as mulheres que se mostrou significativa foi MOM – princípios morais, isto indica que, além da abordagem do plano de governo, a mulher também se preocupa com critérios de honestidade, ética e retidão deste candidato, e quanto mais ela considerou este atributo, mais criteriosa ela demonstrou ser.

O grupo geral masculino apresentou outras duas variáveis além das duas que dividem preferência com o grupo feminino. Foram elas IDM – identificação com o partido e QUM – qualidade percebida do candidato. Isto mostra que, em comparação com a mulher, o homem dá atenção a mais variáveis. Estas variáveis podem estar tanto na abordagem de plano de governo, nos objetivos propostos, na equipe de governo ou na pessoa do candidato. O estudo de Hoegg e Lewis (2011) já havia afirmado isto: para atrair um eleitor homem, há uma necessidade maior de atributos que este candidato deve ter. Esta necessidade do homem de que o candidato tenha um leque maior de atributos, frente à necessidade da mulher, pode indicar a maturidade desta no cenário político. Este pensamento também remete ao estudo de Cebula e Meads (2008), os quais citaram que as diferenças de maturidade dos dois gêneros para questões políticas têm como base a diferença temporal em que cada gênero iniciou sua vida como trabalhador, como eleitor, ou até como atuante no cenário político em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base dois países com diferentes culturas, políticas e economias, mas ambos democráticos, este estudo objetivou identificar quais variáveis afetam a escolha de votos das mulheres brasileiras e estadunidenses.

Os resultados das estatísticas descritivas e das regressões lineares demonstram evidências de que as mulheres destes dois grupos estudados concordam em ser mais criteriosas quanto mais demonstrarem dar importância ao plano de governo do candidato político. Ficou evidenciado também que a mulher brasileira e a mulher estadunidense, sem contar com o plano de governo, divergem sobre quais outras variáveis lhes são significativas, demonstrando assim que, mesmo sendo os dois países dos grupos democráticos, as diferenças culturais, sociais e econômicas constroem amadurecimentos diferentes. Comparando-se os resultados femininos e masculinos, pode-se concluir que o homem dá significância a mais atributos de um candidato do que a mulher, ou seja, seu critério de escolha do candidato avalia além da pessoa do candidato e do ambiente em que este candidato está inserido, seu histórico, sua confiabilidade, bem como a qualidade percebida e sua identificação com o partido. Outro achado importante neste estudo é que a mulher brasileira tem menos preocupação do que a mulher americana quanto à imagem do candidato e como este candidato se apresenta em suas campanhas, ou seja, quando se muda o cenário da eleição, os atributos que um candidato deve ter para atrair um maior número de eleitores podem ser diferentes.

Conforme já mencionado anteriormente, a população do gênero feminino tende a superar o masculino. Sendo assim, torna-se importante para um candidato conhecer e estabelecer metas para atrair este público. Com o estudo em gênero no cenário político, é possível analisar dados e aplicar estratégias que possam aprimorar uma campanha eleitoral, permitindo assim ao candidato um conhecimento sobre uma grande fatia de eleitores e, principalmente, a conquista desta fatia.

O tema marketing político é muito vasto na academia, porém, observa-se que os estudos

se baseiam majoritariamente em grupos gerais – existem poucos estudos que tratam o comportamento de voto em relação ao gênero. O que procurou este estudo foi adicionar uma contribuição teórica focando no gênero feminino, conhecendo assim quais são os critérios aos quais este gênero dispensa maior atenção ao efetuar sua escolha. É necessário informar que o estudo realizado possui a limitação de literatura no Brasil devido ao fato de que a maioria dos pesquisadores consultados serem referências internacionais no assunto das eleições políticas.

A amostra populacional também pode ser considerada uma limitação visto que, no ano de 2015, no Brasil, a população feminina chegou a 105.647 milhões e, nos EUA, 162.280 milhões (ONU, 2015). Para estudos futuros, seria interessante o aumento da amostra. Como sugestão para novas pesquisas, seria interessante que dados oficiais brasileiros e estadunidenses fossem levantados e adicionados nas análises, para aprimorar e evidenciar resultados já encontrados e novos, bem como ampliar a amostra a ser analisada, aumentando assim também uma maior diversidade nas variáveis demográficas, podendo, em alguns pontos, apresentar viés.

Finalizando, nos dias atuais, cada vez mais, as mulheres vêm entrando em cena como dirigentes de uma nação. Da Alemanha à Ucrânia, do Brasil aos EUA, têm-se expandido as conquistas das mulheres nestes cargos. Sendo assim, um tópico interessante a se investigar seria a diferença de gênero tanto do eleitor quanto do candidato, inclusive cruzando estes dois dados. Será que sendo a candidata política uma mulher a eleitora mulher pode ser mais ou menos atraída para depositar seu voto? Os recentes acontecimentos políticos no cenário brasileiro referentes ao *impeachment* de Dilma Rousseff poderiam alterar futuras eleições em face de candidatas mulheres?

Sugere-se, assim, que futuras pesquisas possam aprimorar e responder questões que não foram abordadas neste estudo, por limitação ou por objetivo da própria pesquisa, o que não deixa de demonstrar, entretanto, a necessidade evidente de se conhecer os atributos do candidato que atraem a mulher eleitora ao decidir o seu voto.

NOTA

1 Submetido à RIGS em: abr. 2018. Aceito para publicação em: jun. 2018.

REFERÊNCIAS

BUTLER, P.; HARRIS, P. Considerations on the evolution of political marketing theory. *Marketing Theory*, v. 9, n. 2, p. 149-164, 2009.

CEBULA, R. J.; MEADS, H. An inquiry into the contemporary differential between female and male voter turnouts. *Atlantic Economic Journal*, v. 36, n. 3, p. 301-313, 2008.

CWALINA, W.; FALKOWSKIL, A.; NEWMAN, B.A.; VERCIC, D. Models of voter behavior in traditional and evolving democracies: comparative analysis of Poland, Slovenia, and US. **Journal of Political Marketing**, v. 3, n. 2, p. 7-30, 2004.

CUKIERMAN, A. Asymmetric information and the electoral momentum of public opinion polls. **Public Choice**, v. 70, n. 2, p. 181-213, 1991.

DEAN, D.; CROFT, R. Reason and choice: A conceptual study of consumer decision-making and electoral behavior. **Journal of Political Marketing**, v. 8, n. 2, p. 130-146, 2009.

FINAMORE, C. M.; CARVALHO, J. E. C. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista de Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 347-362, 2006.

GHIUȚĂ, O. A. Marketing Concepts within the Political Field. **The USV Annals of Economics and Public Administration**, v. 13, n. 1, p. 42-49, 2013.

GOLDIN, C. The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family. **American economic review**, v. 96, n. 2, p. 1-21, 2006.

GORDON, B. R.; LOWETT, M.; SHACHAR, R.; ARCENEUX, K.; MOORTHY, S.; PERESS, M.; RAO, A.; SEN, S.; SOBERMAN, D.; URMINSKY, O. Marketing and politics: Models, behavior, and policy implications. **Marketing Letters**, v. 23, n. 2, p. 391-403, 2012.

HARMER, E.; WRING, D. Julie and the Cybermums: marketing and women voters in the UK 2010 General Election. **Journal of Political Marketing**, v. 12, n. 2-3, p. 262-273, 2013.

HOEGG, J.; LEWIS, M. V. The impact of candidate appearance and advertising strategies on election results. **Journal of Marketing Research**, v. 48, n. 5, p. 895-909, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/especiais-teen/mulheres-no-poder-ao-redor-do-mundo.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

KENSKI, K. M. Gender and time of voting decision: decision certainty during the 2000 presidential campaign. **Journal of Political Marketing**, v. 6, n. 1, p. 1-22, 2007.

KOTLER, P; LEVY, S. J. Broadening the concept of marketing. **Journal of Marketing**, v. 33, p.10-15, 1969.

MOUFAHIM, M.; LIM, M. Towards a critical political marketing agenda?. **Journal of Marketing Management**, v. 25, n. 7-8, p. 763-776, 2009.

NEWMAN, B. I.; SHETH, J. N. A model of primary voter behavior. **Journal of Consumer Research**, v. 12, p. 178-187, 1985.

NEWMAN, B. I. Testing a predictive model of voter behavior on the 2000 US presidential election. **Journal of Political Marketing**, v. 1, n. 2-3, p. 159-173, 2002.

NIELSEN, S. W. Three faces of political marketing strategy. **Journal of Public Affairs**, v. 12, n. 4, p. 293-302, 2012.

NIMMO, D. Images and voters' decision-making processes. **Advances in Consumer Research**, v. 2, n. 1, p. 771-781, 1975.

O'CASS, A. Political advertising believability and information source value during elections. **Journal of Advertising**, v. 31, n. 1, p. 63-74, 2002.

O'CASS, A. Political campaign advertising: Believe it or not. **Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing**, v. 14, n. 1-2, p. 205-221, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. Ano 2015. Dados Populacionais. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/DataQuery/>. Acesso em: 23 out. 2015.

ORMROD, R. P.; HENNEBERG, S. C. Understanding voter orientation in the context of political market orientation: is the political customer king? **Journal of Marketing Management**, v. 26, n. 1-2, p. 108-130, 2010.

PANKE, L. A methodology for analysis of the female universe in electoral spots. **Journal of Media Critiques**, v. 3, n. 12, p. 101-119, 2018.

PANKE, L.; IASULAITIS, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p. 385-471, 2016.

QUINTINO V.; MONTE-MOR, D. Do Marketing Comercial ao Marketing Eleitoral: Atributos da qualidade dos candidatos. 2015. INTERNATIONAL CONGRESS OF THE INTERNACIONAL ASSOCIATION ON PUBLIC AND NONPROFIT MARKETING. 14. Vitória. **Anais...** Espírito Santo: IANPM, 2015.

SHAMA, A. Applications of Marketing Concepts to Candidate Marketing. **Advance in Consumer Research**, v. 2, p. 793-801, 1975.

WANG, C. H. Gender differences in the effects of personality traits on voter turnout. **Electoral Studies**, v. 34, p. 167-176, 2014.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>. Acesso em: 20 abr. 2016.

**Silveli Cristo-
Andrade**

Doutoranda em Gestão pela Universidade Beira Interior. Possui mestrado em Administração pela FUCAPE Business School e graduação em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Universidade da Beira Interior. Professora assistente da Fucape Business School nas áreas de Estratégia, Empreendedorismo, Gestão de Pessoas, Marketing, Metodologia de Pesquisa. Expertise: Estratégia e Empreendedorismo.

**Danilo Soares
Monte-mor**

Professor associado da Fucape Business School. Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape Business School, mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo nas áreas de Teoria Econômica e Métodos Quantitativos, e graduado em matemática pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de Accounting Based Valuation Models, Corporate Governance e Asset Pricing.



Foto: Valeria Giannella

Habitação Social e Participação Popular: Um Estudo sobre as Diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida¹

Douglas Cardoso da Silva

Resumo

Este estudo procura analisar as possibilidades de participação popular no Programa Minha Casa Minha Vida e apontar a importância dos processos participativos na apropriação da nova moradia. Tendo por base a análise, precedida e instigada por uma pesquisa de campo, dos documentos oficiais que definem as diretrizes de implementação do programa, buscamos destacar o papel designado ao futuro morador e os meios que possibilitariam sua participação. Consideramos que eles são extremamente reduzidos, o que evidencia o papel passivo destinado ao público alvo, uma vez que a menção à sua possível participação se encontra limitada a apenas um dos itens do programa: o trabalho social, cujo poder de alcance também é restrito. Assim, apesar dos seus méritos, o Programa Minha Casa Minha Vida, o qual foi capaz de aportar recursos bilionários para atendimento habitacional da população de baixa renda, permanece dominado por uma dinâmica burocrática e autoritária que impede qualquer protagonismo dos moradores: real obstáculo à superação da desigualdade política.

Palavras-chave

Programa Minha Casa Minha Vida. Participação Popular. Trabalho Social. Burocracia. Modelo de Gestão Pública.

Abstract

This article aims to analyze the processes of popular participation in the *Minha Casa Minha Vida* Program. Based on the analysis, preceded and instigated by a field research, of official documents that define the guidelines issued by the Federal Government for implementing the Program, we seek to emphasize the assignment of the future inhabitant and the means that would enable their participation in the process. We conclude that these are strictly limited, which reinforces the passive role of the inhabitant, considering that, within the rules of the Program, any reference to their possible participation is restricted to one item: social work, whose range is also very limited. Despite its merits, the program, which was able to raise

billionaire resources for low-income population housing solution, remains dominated by bureaucratic and authoritarian dynamics, hindering the leading role of the inhabitants: a real obstacle to overcoming the political inequality.

Keywords *Minha Casa Minha Vida* Program, Popular Participation. Social Work. Bureaucracy. Public Management Model.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil ocorreu, sobretudo, ao longo do século XX, acentuando-se na segunda metade deste período. Na década de 1970, pela primeira vez, a população urbana supera a rural, atingindo 56%. Na década de 1980, esse número chega a 68%, alcançando 81 milhões de moradores nas cidades brasileiras (BONDUKI, 2014). Contudo, o cenário urbano não se transformou em espaço de reconfiguração de algumas características do período colonial e imperial, como a concentração de terra, renda e poder. Pelo contrário, com a urbanização, torna-se ainda mais patente o processo de segregação: a partir do início da década de 1980, as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles e surgem, pela primeira vez na história do país, extensas áreas de concentração de pobreza, as quais se encontravam relativamente esparsas nas zonas rurais (MARICATO, 2003).

Ao longo desse intenso processo de urbanização, a população pobre trabalhadora instalase nas áreas recusadas pelo mercado imobiliário privado e em espaços públicos localizados em regiões desvalorizadas: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, áreas de proteção ambiental. Nesses locais, nascem bairros construídos pelos próprios moradores, sem qualquer contribuição de arquitetos e engenheiros. Bairros em que não há, de modo satisfatório, as condições objetivas de sobrevivência, gerando, como consequência, a inobservância da legislação urbanística (MARICATO, 2013).

Apesar do exponencial e desordenado crescimento urbano, somente nos anos 2000, é criado um novo quadro jurídico e institucional ligado às cidades, o qual se relaciona com a questão política fundiária, de habitação, saneamento, mobilidade e resíduos sólidos. Nesse sentido, constituem marcos importantes e progressistas: a inclusão da habitação como um direito social na Constituição (2000), por meio de emenda; a promulgação da lei 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade (2001); a criação do Ministério das Cidades (2003); a nova formulação de uma Política Nacional de Habitação (2004) e do Plano Nacional de Habitação (2008). A implantação de novos programas de urbanização e moradia é reflexo desse novo quadro: em 2007, o governo federal cria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com finalidade de alavancar o emprego na indústria da construção;

em 2009, são lançados o PAC II e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O novo momento despertou o interesse de investidores no mercado imobiliário brasileiro, resultando em um forte aporte de capital estrangeiro no setor (BONDUKI, 2014).

Para atendimento da demanda de novos empreendimentos, ocorreu uma ávida busca por terrenos aptos para habitação, o que gerou um processo especulativo que chegou a ser considerado, entre 2007 e 2008, um *boom* imobiliário (BONDUKI, 2014). De um lado, houve considerável aumento do produto interno bruto (PIB) do país e redução da taxa de desemprego, sobretudo na construção civil (de 12,8% em 2003 para 2,7% em 2012). De outro, o impacto no mercado imobiliário é descomedido: em São Paulo, houve aumento de 153% no preço dos imóveis entre 2009 e 2012; no Rio de Janeiro, o aumento chegou a 184%.

Tal cenário acirra ainda mais a disputa por terras entre o capital imobiliário e a classe trabalhadora, ampliando as fronteiras da expansão urbana e expulsando os pobres para a periferia da periferia (MARICATO, 2013). A localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida para atendimento de famílias de baixa renda não escapa a esta dinâmica, como demonstram os estudos de Rolnik (2014) nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, nos quais se pode constatar o predomínio de novos conjuntos habitacionais em áreas periféricas. “Se o programa passou a atingir uma camada da população historicamente não atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, não chegou a interferir em seu ‘lugar’ histórico nas cidades, reproduzindo o padrão periférico” (ROLNIK, 2014, p. 7).

Os conjuntos habitacionais do PMCMV, portanto, não devem ser pensados como ilhas isoladas da cidade, mas como espaços que nascem imantados por tensões históricas inerentes a um intenso e desordenado processo de urbanização e às consequentes dificuldades de acesso à moradia digna e à cidade pelas classes mais vulneráveis. Considerando esse cenário, buscamos analisar os documentos oficiais que estabelecem as diretrizes do PMCMV, publicados pelo Ministério das Cidades (MCidades), na tentativa de identificar as possibilidades de participação popular no programa federal, buscando compreender a dinâmica que domina a implementação do PMCMV. Com este intuito, foram analisados vinte documentos, incluindo portarias publicadas pelo MCidades, além de leis e decretos sancionados pela Presidência da República entre os anos de 2009 e 2014 (período que compreende as duas primeiras fases do programa, no qual as metas para contratação de novas unidades foram significativamente maiores). Destacaram-se, neste estudo, os documentos que de fato representaram alguma mudança na mecânica de funcionamento do PMCMV, relacionada ao papel dos seus atores e/ou da participação popular (ou os define).

Reconhecer a questão da participação popular como elemento fundamental de análise do programa é fruto do desenvolvimento de um trabalho de observação participante de aproximadamente cinco anos, realizado, pelo autor do artigo, em diversos empreendimentos localizados na cidade de São Paulo e região metropolitana. No desenvolvimento do trabalho de campo, identificamos que a falta de processos participativos está intimamente associada a uma maior situação de vulnerabilidade dos moradores do programa, comprometendo,

consequentemente, sua manutenção na nova moradia. Portanto, a necessidade de aprofundar o estudo das diretrizes do PMCMV nasceu de questões concretas: tentativa de superar obstáculos e identificar se uma dinâmica percebida como inibidora de processos participativos populares é ou não decorrente de uma eventual distorção das diretrizes do programa. Dessa forma, neste artigo, buscamos destacar o papel designado ao futuro morador no PMCMV, a partir da análise dos documentos que regulamentam o programa, e os meios que possibilitariam (ou inibem) sua participação. Apesar de adotar como objeto de estudo os documentos oficiais do PMCMV, nossas considerações estão irremediavelmente vinculadas às pesquisas de campo. Entendemos, contudo, que tais experiências servem para enriquecer o presente trabalho.

Não foram encontrados, dentro da psicologia social, outros estudos dedicados ao Minha Casa Minha Vida que se proponham a problematizar o tema da participação popular. Por isso, consideramos fundamental avançar em discussões a partir dessa perspectiva, tendo como objeto não só o PMCMV, mas também outras ações e programas de habitação voltados para o atendimento da população de baixa renda.

SOBRE O MINHA CASA MINHA VIDA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Em março de 2009 – ao final do segundo mandato de Lula –, o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado pelo governo federal como forma de reagir à crise econômica internacional de 2008, com atuação focada no incentivo à construção e aquisição de unidades habitacionais (MARICATO, 2011). A adoção de uma política econômica anti-cíclica para enfrentamento de crises é medida característica do modelo “neodesenvolvimentista”, frente política assim nomeada por Boito e Berringer (2013), representada no plano partidário, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A frente neodesenvolvimentista é ampla, heterogênea e eivada de contradições. Ela é constituída pela grande burguesia interna brasileira, a baixa classe média, o operariado urbano, o campesinato, trabalhadores autônomos, subempregados, desempregados, setores que compõem uma massa marginalizada (BOITO; BERRINGER, 2013). A frente – política de desenvolvimento possível dentro dos limites do modelo capitalista neoliberal – é dirigida pela grande burguesia interna, a qual reúne diversos setores da economia, entre eles o segmento da construção pesada. Congrega grandes empresas unificadas pela reivindicação de favorecimento e proteção do Estado. “Pois bem, a priorização dos interesses dessa fração do grande capital interno pelo Estado brasileiro nos governos Lula e Dilma Rousseff aparece em inúmeros aspectos da política econômica” (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 32). O Programa Minha Casa Minha Vida é parte dessa dinâmica, opera dentro de uma lógica em que os interesses de representantes da classe burguesa são prioritariamente atendidos (mesmo sendo um programa de habitação de interesse social), tal contextualização ajuda a aprofundar o entendimento acerca das limitações da participação popular no programa.

Resgatar o cenário político que antecede a criação do PMCMV também contribui para avançar na compreensão dos limites do Minha Casa Minha Vida. Em 2005, ocorreu um

processo político que desarticulou o MCidades (órgão responsável por estabelecer as regras do programa), fragmentando a política que estava sendo aperfeiçoada. Para assegurar a governabilidade e reforçar sua posição no Congresso Nacional, em meio à crise conhecida como mensalão, o Presidente Lula troca o Ministro Olívio Dutra por um ministro indicado pelo conservador Partido Progressista (BONDUKI, 2014). A mudança inicia a fragmentação e deformação de um ministério ainda em estruturação. Em 2007, o quadro agrava-se ainda mais, com a substituição de todos os secretários nacionais do ministério indicados por Dutra, sendo poupada apenas a Secretaria Nacional de Habitação. Como resultado, o ministério passa a atuar de forma desarticulada, sem projeto global e contaminado por um clientelismo que desvirtuou os inovadores conceitos que tinham inspirado sua criação (BONDUKI, 2014).

Nesse contexto, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida. O programa nasce com metas ambiciosas: em sua primeira fase, período compreendido entre 2009 e meados de 2011, tinha o objetivo de construir um milhão de moradias; em sua segunda fase, entre a segunda metade de 2011 e 2014, a meta foi dobrada (ROLNIK *et al.*, 2015). Em 2016, após sucessivos adiamentos, foi lançada a terceira fase do programa, com meta inicial de três milhões de unidades habitacionais a serem entregues até o final de 2018, tendo sido reduzida, porém, para dois milhões em lançamento oficial (AMORA; HAUBERT, 2016). Contudo, foi, mais uma vez, reduzida, em 2017, para 610 mil unidades, sendo mais afetada pelo corte a faixa destinada ao atendimento das famílias mais vulneráveis – Faixa I – (SIMÃO, 2017).

O PMCMV foi elaborado para atender três diferentes faixas de renda, com mecânicas específicas e subvenções econômicas distintas em cada uma delas (ROLNIK *et al.*, 2015). Em 2016, os valores de renda familiar foram atualizados, sendo criada uma faixa intermediária, nomeada de 1,5. A Faixa I passa a atender famílias com renda máxima de R\$ 1.800,00, oferecendo subsídios de até 90% do imóvel; a recém-criada Faixa 1,5 é direcionada a famílias com renda de até R\$ 2.350,00 e subsidiadas em até R\$ 45.000,00.

Na Faixa I, é atribuição do governo municipal indicar as famílias que irão residir no empreendimento. Para participar, elas devem efetuar inscrição na prefeitura e aguardar o processo de seleção e hierarquização, baseado em critérios nacionais e critérios locais (conforme estabelecido na Portaria 140, datada de 5 de abril de 2010). A construtora responsável pela execução do projeto é remunerada diretamente com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o qual recebe aportes do Orçamento Geral da União (OGU). Dessa forma, a empresa não fica sujeita ao risco de inadimplência dos beneficiários e não exerce qualquer atribuição relacionada à comercialização dos imóveis. As famílias inseridas no programa federal devem efetuar pagamentos mensais, calculados a partir de sua renda bruta mensal, ao longo de dez anos. Esse valor corresponde a uma parcela muito pequena do custo individual das unidades, sendo quase integralmente subsidiado com recursos do OGU. Há ainda a modalidade “Entidades”, por meio da qual cooperativas, associações e entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, habilitadas previamente pelo MCidades se responsabilizam pela construção dos empreendimentos e indicação dos futuros moradores. Nessa modalidade, os recursos advêm do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS – (ROLNIK *et al.*, 2015).

As demais faixas do PMCMV possuem condições distintas e fazem parte do chamado “mercado popular”. Nesses casos, a construtora atua como incorporadora da operação e se responsabiliza pela comercialização das unidades habitacionais. Os contratos de compra e venda são celebrados diretamente com a construtora e os compradores recebem financiamento concedido por instituição financeira federal, com subsídios econômicos que o tornam bem mais atrativo do que outros financiamentos de mercado. Apesar disso, esses incentivos são bem inferiores ao da Faixa I, cujo valor pago pelo beneficiário é praticamente simbólico. O Minha Casa Minha Vida abarca, portanto, um conjunto variado de ações com lógicas e objetivos distintos (ROLNIK *et al.*, 2015). Todas as considerações apresentadas neste estudo remetem à primeira faixa do programa, direcionado às famílias mais vulneráveis e que conta com recursos provenientes do FAR.

Feita essa breve caracterização do PMCMV, faz-se pertinente, para melhor definir o propósito do artigo, apresentar sucintamente um episódio ocorrido há alguns anos, ocasião em que tivemos a oportunidade de conversar com uma futura moradora de um dos empreendimentos do programa. Fomos recebidos em sua antiga casa, na periferia de um município da região metropolitana de São Paulo. Chegava-se ao local com alguma dificuldade, sendo necessário descer e subir vielas íngremes com degraus improvisados. A casa era muito simples, mas zelosamente arrumada. A nossa breve conversa ocorreu no dia anterior ao evento no qual a mulher receberia as chaves do novo apartamento – ela estava satisfeita. O que mais marcou, contudo, foi a emoção com que falava da casa que habitava; o trabalho e o empenho que permitiram que ela, vagarosamente, fosse ampliando e melhorando aquele espaço. Apesar das precárias condições em que vivia, pois a área em que estava era frequentemente atingida por inundações, seus olhos se enchiam de lágrimas quando falava em deixar o lugar que foi sua morada por anos.

Esse tipo de vínculo dificilmente será alcançado em sua nova residência, pois remete a uma participação real e efetiva (a qual, na dinâmica do PMCMV, parece ser sempre impedida) na construção do espaço transformado em lar. Consideramos que tal vínculo relaciona-se com as múltiplas raízes de que o ser humano necessita, como destaca Simone Weil (1996). Segundo a autora, existem necessidades não conectadas com a vida física, mas sim com as necessidades da alma. Quando não satisfeitas, fazem o ser humano, pouco a pouco, cair em um estado análogo à morte. Ainda segundo a autora, o enraizamento seria provavelmente a necessidade mais importante: “O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos para o futuro” (1996, p. 411). O enraizamento é aqui entendido, portanto, como um elemento fundamental para a vida humana e encontra-se intimamente relacionado com a possibilidade de participação.

Para Arendt, a liberdade e a ação são elementos intrinsecamente relacionados, pois os homens são livres enquanto agem: “ser livre e agir são uma mesma coisa” (2011, p. 199). Arendt (2014), ao analisar a origem grega e latina do nosso verbo *agir*, aponta que, naqueles idiomas, ao contrário das línguas modernas, são utilizadas duas palavras diferentes, mas correlatas, para designar ação, dois verbos: dois verbos gregos, *archein* (começar, liderar e governar) e *prattein* (atravessar, realizar e acabar); ou dois verbos latinos, *agere* (por em

movimento, liderar) e *gerere* (conduzir). Arendt afirma que, com os antigos gregos na polis ou com os antigos romanos na república, é como se toda ação estivesse dividida em duas partes: o começo ou a iniciativa, partindo sempre de uma só pessoa, mas podendo partir de qualquer uma das pessoas, não de um monarca; e a realização, à qual muitos se associam para conduzir, desenvolver e finalizar (ARENDRT, 2014). A autora considera que é por meio da ação e do discurso que o homem se distingue entre seus pares, é pela palavra e o ato que nos inserimos no mundo humano, e essa inserção é como um novo nascimento: “Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano” (ARENDRT, 2014, p. 222).

Os anseios que percebemos não atendidos pelo PMCMV, assim como os apontamentos de Simone Weil (1996) sobre enraizamento e de Hanna Arendt (2014) sobre ação, serviram de base à construção do que se denomina participação popular, neste trabalho. Ambas as autoras colocam a participação/ação como elemento fundamental da existência humana e da própria condição humana, tal posicionamento foi determinante em adotá-las como referências para construção de nossa perspectiva teórica. A pesquisa de campo realizada nos empreendimentos do PMCMV fizeram-nos considerar a participação popular como elemento chave para superação das problemáticas que encontramos. O presente estudo dedica-se à análise documental do PMCMV, contudo, é inevitavelmente atravessado pelas experiências empíricas (as quais serão apresentadas em outros trabalhos) – o estudo teórico das diretrizes do programa foi por elas instigado.

Em síntese, nossa concepção de participação popular remete a uma iniciativa que, podendo partir de qualquer morador, só ganhará efeito quando encontrar a adesão coletiva e for compartilhada, permitindo a organização de um poder e a transformação daqueles que possuem papel secundário em agentes capazes de interferir em todas as fases da construção habitacional, uma ocasião especial de construção da própria história e superação da desigualdade – entendemos a igualdade/desigualdade como uma categoria política – relaciona-se, como pontua Gonçalves Filho (2005), com a livre manifestação do discurso e ação, práticas, geralmente, roubadas dos cidadãos pobres.

Julgamos, assim, que o enfrentamento da desigualdade política (objetivo que seria desejável, sobretudo em um programa de cunho social) relativa à questão habitacional não envolve apenas o atendimento concreto de uma necessidade, mas se relaciona com ações que afirmem o poder de efetiva participação. Buscamos, portanto, não apenas apontar as deficitárias possibilidades de participação popular no programa, mas também destacar a importância da participação dos moradores nos processos decisórios, aqueles que deveriam ser elemento central do processo e não apenas um componente menos importante e passivo.

AS DIRETRIZES DO PROGRAMA: TRABALHO SOCIAL E OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO

A lei 11.977, de 7 de julho de 2009, institui o Programa Minha Casa Minha Vida, autorizando a União a transferir recursos ao FAR e FDS, fundos que financiam o programa.

A Portaria 93 do Ministério das Cidades, datada de 25 de fevereiro de 2010, tem por finalidade estabelecer as normas gerais do PMCMV. Deste documento, interessa destacar algumas das diretrizes apresentadas no anexo I:

a) fomento à oferta de unidades habitacionais por meio da construção de novas moradias e da requalificação de imóveis já existentes em áreas consolidadas; b) promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas; [...] d) criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos, especialmente por meio da cadeia produtiva da construção civil; [...] h) execução de trabalho técnico social, em empreendimento com regime de condomínio, entendido como um conjunto de ações voltadas para o exercício da participação cidadã, visando promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas e a sustentabilidade dos empreendimentos (BRASIL, 2010, p. 2).

De acordo com o exposto no item “a” e “d” do artigo acima, desde o início do PMCMV, nota-se a preocupação com o estímulo à construção civil e com a geração de novos postos de trabalho na área. Essa vocação é destacada por Maricato (2013) e, de fato, atinge resultados expressivos, como já citado.

Na mesma portaria, também são apresentados os participantes do programa e suas atribuições, a saber:

1. O Ministério das Cidades. Entre outras ações, deve estabelecer as regras e condições para implantação dos empreendimentos. Além disso, deve definir os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários, assim como acompanhar e avaliar o desempenho do Programa.
2. A Caixa Econômica Federal (CEF). Agente gestora do FAR, a CEF tem a responsabilidade de expedir os atos normativos necessários para operacionalização do Minha Casa Minha Vida; contratar os executores de obras e dos serviços, aprovados segundo aspectos técnicos, jurídicos e econômico-financeiros; contratar os executores do trabalho técnico social e acompanhar seu desenvolvimento.
3. O Distrito Federal, os estados e os municípios, os órgãos da administração direta ou indireta participantes do PMCMV. Algumas de suas atribuições incluem: identificação de regiões e zonas para intervenção prioritária na implantação dos projetos; indicação dos futuros moradores de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades.
4. Empresas do setor da construção civil interessadas em participar do PMCMV. Devem apresentar à Caixa Econômica Federal projetos de produção e serviços, projetos de empreendimentos para alienação dos imóveis e executar os projetos aprovados.
5. Público Alvo. Incluem cidadãos para os quais não é apresentada atribuição alguma, mas critérios obrigatórios que justifiquem sua inserção no programa habitacional, tais como: a limitação da renda bruta familiar mensal, condição de que o proponente

não seja proprietário e não seja promitente comprador de imóvel residencial, que não seja detentor de financiamento habitacional e que não tenha recebido benefícios de natureza habitacional de recursos do OGU.

O papel reservado ao público alvo na referida portaria, publicada na fase inicial do PMCMV, merece ressalva. Ao longo de todo o documento, o público alvo é prevalentemente designado como “beneficiário”, palavra de caráter passivo que indica quem recebe ou usufrui de alguma vantagem. Tal escolha parece ser um indicativo da dinâmica que irá reger a implementação do programa.

A menção à participação do beneficiário no PMCMV resume-se a um item do tópico concernente ao trabalho social, quando trata do estímulo à participação cidadã, a ser efetivada por meio de: “trabalho informativo e educativo, que favoreça a organização da população, a educação sanitária e ambiental e a gestão comunitária, visando promover a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas” (BRASIL, 2010, p. 7). Contudo, não é definido no documento o que se entende por “participação cidadã”. Ela, portanto, aparece nas diretrizes do programa habitacional de forma vaga, como resultado e não como princípio, um objeto do trabalho social, este designado como um trabalho técnico.

A oposição entre operação técnica e ação leiga (oposição entre técnicos e leigos) é bem conhecida nas instituições públicas e privadas. Entendemos que o “trabalho técnico social” deve ser compreendido como uma operação que favoreça a ação, a participação dos moradores, isso exige consciente esclarecimento dos profissionais envolvidos nos processos do PMCMV. O trabalho social, para se tornar um trabalho emancipador, precisa supor a posição sempre maior e insubstituível da participação que se pretende estimular. Contudo, as possibilidades de expressão da “participação cidadã”, pretendida pela Portaria 93, mostraram-se já muito limitadas, o que será perceptível também depois, na prática, uma vez que não são previstos e não serão organizados espaços de real e efetiva participação dos moradores.

Ao analisar as portarias subsequentes do PMCMV, nota-se que não há alteração significativa desse cenário. Algumas modificações, entretanto, devem ser destacadas e influem na dinâmica do programa, sobre seus atores e suas atribuições:

1. A Portaria 325, datada de julho de 2011 e que compreende a segunda fase do PMCMV, suprime o “público alvo” do papel de “participante”. A exclusão é reveladora, reforçando o que temos afirmado relativamente à atuação popular, pois define já nas diretrizes do programa habitacional que não cabe ao “público alvo” participar de fato dos processos decisórios. Os demais atores permanecem e há inclusão das Instituições Financeiras Oficiais Federais entre os agentes executores. Essa mudança permite que, além da Caixa Econômica Federal, outras instituições financeiras federais operem no PMCMV. Quanto às atribuições dos participantes, há uma importante alteração: o trabalho social, cuja execução antes era responsabilidade da CEF, passa para a alçada do Distrito Federal, estados e municípios. À CEF, caberia apenas o papel de analisar e acompanhar a execução dos projetos até sua finalização.

Essa última modificação é relevante, pois é fundamental o envolvimento mais próximo do poder público na condução de um trabalho social, o qual, para se tornar minimamente eficaz, precisa estar articulado com as políticas públicas do município e com a rede local de assistência básica existente. Incumbir uma instituição financeira de executar tal trabalho é eximir o poder público local da articulação de ações que promovam mais solidamente a inclusão da população abrangida por cada novo empreendimento habitacional.

Nessa mesma portaria, anuncia-se também considerável acréscimo nos recursos para execução do trabalho social. Antes limitados, em cada empreendimento, a 0,5% dos custos com terreno, edificações, urbanização e infraestrutura interna, os recursos com trabalho social passam ao limite de 1,5% do valor de aquisição da unidade habitacional no caso de loteamento, e 2% nos empreendimentos sob a forma de condomínios.

Além disso, o trabalho social é apresentado de forma mais estruturada, organizado em quatro eixos principais: organização comunitária, educação ambiental, educação patrimonial e geração de trabalho e renda. Sua execução é dividida em duas etapas: fase de pré-obras, com duração de no mínimo 90 dias antes da conclusão das obras; fase de pós-obras, com duração de 180 dias após a última assinatura de contrato com morador do empreendimento, podendo ser renovado por mais 180 dias.

2. Na Portaria 465, datada de outubro de 2011, há alteração de redação no item que define o percentual de recurso destinado ao trabalho social: os percentuais tomados como teto na portaria anterior (1,5% loteamentos e 2% condomínios) tornam-se parâmetros obrigatórios para os empreendimentos contratados a partir de 08 de julho de 2011. Há, ainda, inclusão de subitem concernente aos empreendimentos contratados antes de julho: permite-se que seja opcionalmente utilizado o recurso complementar, proveniente do FAR, para que sejam atingidos os novos parâmetros para o trabalho social. É importante destacar que não foram criadas quaisquer ferramentas que possibilitassem participação dos futuros moradores nos processos decisórios do programa. O trabalho social, incumbido de promover a participação cidadã dos futuros moradores, apenas mereceu significativo acréscimo de recursos.

3. Novos avanços para o trabalho social seriam conquistados apenas com a publicação da Portaria 21 (ainda vigente), datada de janeiro de 2014. Com ela, são definidos três diferentes instrumentos de planejamento: Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P), Projeto de Trabalho Social (PTS) e o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST). São estabelecidos prazos e objetivos específicos para a realização de cada instrumento. O PDST é o mais estruturado, pois contempla ações organizadas em diferentes eixos, estando entre eles o “apoio à participação comunitária” (2014, p. 35). Contudo, como na Portaria 93, na Portaria 21, a eventual participação dos moradores continua sendo apresentada apenas como um dos itens do trabalho social e não como um elemento norteador do PMCMV.

De todo modo, a Portaria 21 estabelece para o trabalho social um escopo de atividades muito mais robusto do que aquele originalmente formulado para o Minha Casa Minha

Vida. A criação de diferentes instrumentos (PTS-P, PTS e PDST) estipula marcos temporais mais precisos e extensos para o planejamento e a execução do trabalho social. Segundo a portaria, as ações sociais devem começar quando o empreendimento estiver em fase inicial de construção; precedentemente, o trabalho social começava somente três meses antes da data estimada para a finalização da construção. A partir da publicação da portaria, o primeiro instrumento do trabalho social (PTS-P) deve ser concluído até que a construção do empreendimento atinja 65% de execução. Tal parâmetro permite que o trabalho social seja iniciado ainda nas fases inaugurais das obras.

As modificações incorporadas possibilitaram a resolução de um problema existente desde o início do PMCMV: as ações do trabalho social eram, muitas vezes, formuladas sem que ainda estivessem definidos quais seriam os moradores do empreendimento. Assim, as atividades eram planejadas sem qualquer diagnóstico preciso da população à qual se destinavam e, portanto, a partir de informações muito genéricas a respeito do seu público alvo. O estudo de Cardoso, Mello e Jaenisch (2015), sobre a implementação do programa federal na região metropolitana do Rio de Janeiro, denunciou um quadro em que as ações do trabalho social eram não só elaboradas, mas também colocadas em prática sem conhecimento das características do público alvo.

Diante dessa conjuntura, as diretrizes estabelecidas pela Portaria 21 poderiam amenizar traços fortemente burocráticos e, conseqüentemente, impessoais do PMCMV. A seleção das famílias moradoras dos conjuntos habitacionais do programa, determinada já nas fases iniciais do empreendimento, possibilitaria um trabalho mais efetivo de colaboração entre esses grupos e a equipe de trabalho social, antes mesmo da mudança para a nova moradia. Importa aqui salientar que a portaria – elaborada com a consulta e participação de vários agentes envolvidos na operacionalização do PMCMV – buscou promover a participação dos moradores como um de seus pontos primordiais. Apesar dos avanços, o documento (até mesmo por ter como finalidade dar novas diretrizes ao planejamento e execução do trabalho social e não redefinir a dinâmica do PMCMV) não abarcou dispositivos que assegurassem o cumprimento das metas previamente estabelecidas.

A portaria não foi munida de instrumentos que garantissem uma efetiva participação dos moradores. A falta de dispositivos mais incisivos que assegurassem o cumprimento das diretrizes previstas no PMCMV tem prejudicado todo o planejamento e execução das ações no trabalho social e, afinal, da própria sustentabilidade do empreendimento.

As conseqüências dessa fragilidade nas normas institucionais são várias. Tomemos como uma das mais evidentes: a dinâmica que domina o processo de indicação das famílias para o Minha Casa Minha Vida. Rufino (2015) considera que a falta de transparência na construção do cadastro e nos processos de sorteio e a demora na entrega da lista de futuros moradores para a CEF configuram-se como problemas que prejudicam uma atuação mais segura e orientada dos técnicos sociais, além de facilitarem a influência ou mesmo controle do tráfico e de milícias em inúmeros empreendimentos. A ausência de um trabalho mais consistente com as famílias antes da mudança, impossibilitado quando não há prévia definição dos moradores que irão residir no empreendimento, torna o grupo mais vulnerável (RUFINO,

2015). Como pontua Paz *et al.* (2015), o novo espaço de moradia é pautado por outras relações e disputas:

Nas áreas de origem das famílias, como nas demais áreas das cidades, o tráfico e comércio de drogas existem, mas a mudança para um “condomínio fechado”, murado e com áreas comuns privativas, pauta novas disputas territoriais, desorganiza os diversos grupos, impõe novas regras e novos arranjos de convivência são gestados (PAZ *et al.*, 2015, p. 277).

Cardoso, Mello e Jaenisch (2015) também destacam o impacto do encaminhamento tardio das listas, fato recorrente que impossibilita suportes certos aos futuros moradores, melhor ajustados a suas necessidades e anseios. Analisar o perfil dos moradores, antes, durante e depois de escolhê-los, tornaria muito mais eficiente o modo de colaborar com eles e prepará-los para a mudança residencial, tornaria mais pertinentes as reuniões de esclarecimento (tornando-se esclarecimentos mútuos) e organizaria de modo muito mais significativo os sorteios das unidades.

O Minha Casa Minha Vida reforça uma lógica em que a construção das moradias populares se tornou mais relevante do que as pessoas para as quais tais imóveis são construídos. A preocupação com a edificação dos empreendimentos ofusca outras demandas, torna marginal o tratamento de questões que deveriam ser fundamentais no PMCMV e que mais necessitariam sobressair: “[...] a promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas” (BRASIL, 2010, p. 2). Assim, o morador é, muitas vezes, entendido pelos agentes do PMCMV como um entre outros diversos itens operacionais.

Dessa forma, como lemos em Honneth (2008), os agentes operam dentro do processo de reificação, o qual pressupõe deixar de perceber nas outras pessoas as características que as tornam propriamente humanas: tratar alguém como “coisa” significa justamente tomar “alguém” como “algo”, despido de quaisquer características ou habilidades que superem a existência meramente material. O morador é percebido e tratado como alavanca ou obstáculo, favorável ou desfavorável, do mesmo modo que outros diversos objetos do programa; os beneficiários são meios, entre outros, para que o processo das obras chegue ao fim. Nas sucessivas etapas do empreendimento, as relações com os moradores tornam-se então instrumentais, sempre vazias, porque abstratas e cada vez mais desumanizadas. Nessa perspectiva, os moradores são tomados como simples objetos a serem usados no processo de produção, um instrumento a ser manipulado na busca eficiente dos resultados e, conseqüentemente, o indivíduo “perde o senso de autorreflexão e autoentendimento, essencial à criatividade e crescimento pessoal” (DENHARDT, 2017, p. 240).

A burocratização e a reificação possuem dinâmicas que se inter-relacionam. Quando tomada como um fenômeno capitalista, pode-se considerar a reificação como fator de renovação moderna da burocracia (LUKÁCS, 2003). Segundo Weber (1966), a burocracia é feita de atores e de mecanismos institucionais aplicados ao exercício da dominação por meio de um quadro administrativo anônimo: busca-se atingir o mais alto grau de eficiência dentro de uma perspectiva puramente técnica, carregada de percepções e operações muito gerais, válidas para todo agrupamento de pessoas e conduzidas como a forma conhecida e mais

racional de organizar ações. Lukács considera que: “A burocracia implica uma adaptação do modo de vida do trabalho e paralelamente também da consciência aos pressupostos socioeconômicos gerais da economia capitalista” (2003, p. 219). O autor afirma que a atividade burocrática opera objetivamente (de maneira formal e racionalista), promovendo o desprezo da essência qualitativa de tudo com que se relaciona. A desumanização das relações é, portanto, condição fundamental para o funcionamento de um modelo burocrático, dinâmica que permite sempre ligar os dois fenômenos: burocratização e reificação.

A análise da mecânica de implementação do Minha Casa Minha Vida ganha muito quando voltamos nossa atenção para o modo de funcionamento da administração burocrática. Merton (1966) destaca como principal trunfo da burocracia a aparente eficiência técnica, a precisão, a rapidez, o controle, a continuidade, a discricção e a produtividade. Para tanto, considera que a comunicação e o comportamento, as conversas e as ações devem “eliminar por completo as relações do tipo pessoal e as considerações emocionais” (MERTON, 1966, p. 98). Merton fala na eliminação da hostilidade, da ansiedade, dos vínculos afetivos, e a lista de eliminações pode crescer: a simpatia, a confiança, o confronto, a conversa, a discussão.

Importa sintetizar dois pontos fundamentais acerca da administração burocrática:

- A reificação é inerente ao seu funcionamento – assim como, segundo Lukács (2003), todas as condições econômicas e sociais do nascimento do capitalismo moderno demandam que as relações originais, mais transparentes, sejam substituídas por relações racionalmente reificadas;
- Opera sempre em uma perspectiva formal, técnica e do tipo mais racional possível, primando por uma pretensa eficiência técnica.

Esses dois elementos são indispensáveis para avançarmos no entendimento do funcionamento PMCMV. O programa opera dentro de um modelo com traços fortemente burocráticos, a produção de moradias em massa torna-se seu objetivo primordial. Para alcançar essa almejada eficiência, as relações entre os agentes responsáveis pela condução do Minha Casa Minha Vida e os moradores consolidam-se como predominantemente reificadas. Desligadas de qualquer vínculo pessoal, considerações emocionais, tornando-se, assim, relações desumanizadas.

As relações reificadas dominam a dinâmica de implementação do programa e justificam o tratamento dado aos moradores já nas diretrizes do PMCMV, uma vez que eles representam apenas um entre diversos itens a serem verificados para que a produção em série de moradias seja possível. Os moradores não são considerados como parte apta a participar do processo, já que, muitas vezes, sequer são reconhecidos como humanos, como seres capazes de expressar sua humanidade enquanto sujeitos de ação. A efetiva participação popular no Minha Casa Minha Vida requer, portanto, uma ruptura com a burocracia e, conseqüentemente, com a reificação das relações que prevalecem nos processos do programa.

Como já pontuamos, o trabalho social é o instrumento (limitado pela lógica que domina o PMCMV) responsável por promover a participação dos moradores. Contudo, essa participação está, sobretudo, restrita às ações do próprio trabalho social. Defendemos que ela

ganhe dimensão mais abrangente e consideramos tal condição como elemento fundamental para real apropriação da nova moradia. O que queremos afirmar é que a participação necessita assumir grandeza maior, deve tornar-se uma experiência básica e uma experiência chave, precisa acontecer não apenas na relação dos moradores com os técnicos sociais, mas também nas relações dos moradores com os demais agentes do programa. Para atender às diretrizes do PMCMV no que tange à efetividade do trabalho social e participação cidadã, parece ser fundamental incluir os moradores nas decisões do processo de construção da moradia, o que talvez contribua para gerar mais sentimento de pertencimento destes moradores à nova moradia, abrindo a possibilidade para sua participação; essa só poderá ocorrer se as relações reificadas derem lugar a relações mais humanizadas, condição necessária para alcançar a almejada “melhoria da qualidade de vida” dos moradores, explicitada nas diretrizes do programa.

O compromisso dos integrantes das organizações públicas – de luta pela vida, pela liberdade e pela busca da felicidade, de apoio a todos os cidadãos em seu desenvolvimento próprio e de promoção da educação para a própria cidadania – somente pode ocorrer pela interação entre pessoas, não entre objetos (DENHARDT, 2017, p. 241).

Para que a nossa concepção de participação popular não fique demasiadamente abstrata, é importante elencar algumas das ações por meio das quais ela poderia ser efetivada (é possível conhecer experiências do PMCMV Entidades que desenvolvem, em maior ou menor grau, algumas das ações participativas sugeridas aqui): oportunidade de escolha da região onde os moradores prioritariamente gostariam de residir; escolha do apartamento (definição que geralmente é feita de forma aleatória); participação na construção do projeto do empreendimento (que poderia envolver diversas ações, em diferentes etapas, relacionadas tanto à configuração da planta da residência – tamanho e quantidade de cômodos – como também à escolha do piso, cor da pintura, nome do empreendimento); possibilitar que a definição do grupo de moradores que irá residir em um mesmo empreendimento seja participativa, de forma a permitir que sejam respeitados laços familiares e de vizinhança, local original de domicílio, local de trabalho, entre outros elementos que valorizem a dimensão qualitativa do processo.

Reconhecemos, contudo, que a eventual realização de tais ações não representaria ruptura com a dinâmica que domina a implementação do PMCMV, mas amenizaria os traços fortemente autoritários e burocráticos do programa. O processo participativo do programa está preso aos limites das relações de poder existentes em um sistema capitalista – Coutinho (2008) considera que as pessoas participando politicamente de forma organizada, emergindo enquanto sujeitos coletivos, entra em choque com um Estado apropriado por um pequeno grupo de pessoas, sendo que a socialização da participação política implica na superação da ordem social capitalista – e ao próprio entendimento do que é participação. Dagnino (2004) destaca um movimento de ressignificação de participação com a emergência da chamada participação solidária. Segundo a autora, o princípio básico de tal transformação conduz à adoção de uma concepção privatista e individualista, a qual se mostra capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação. Dentro dessa perspectiva (acompanhada da redefinição do significado de cidadania), com o avanço do neoliberalismo e a redução do

papel do Estado:

[...] as políticas sociais são cada vez mais formuladas estritamente como esforços emergenciais dirigidos a determinados setores sociais, cuja sobrevivência está ameaçada. Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos “carentes”, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada (DAGNINO, 2004, p. 158).

MODELO DE GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A crítica à dinâmica de implementação do PMCMV não deve ser feita de maneira isolada. É necessário, portanto, considerar alguns aspectos dos modelos gerais de gestão pública existentes no Brasil e sua influência na mecânica de funcionamento do programa. Segundo Paula (2005a), podemos identificar dois projetos políticos em desenvolvimento e disputa. Ambos modelos são herdeiros do processo de redemocratização do país, período em que se buscou um modelo de gestão pública mais aberto às necessidades dos cidadãos, eficiente e voltado para o interesse público. Um deles, de inspiração gerencial, foi efetivamente implementado no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Bresser-Pereira (2005) – responsável pela reforma da gestão pública de 1995-98 –, o modelo gerencial é uma nova forma de organizar o estado, opondo-se à administração pública burocrática, a qual pretende substituir. O outro – de inspiração propriamente social, como o são os projetos cujas raízes remontam às mobilizações populares contra a ditadura – encontra-se em estágio incipiente, manifesta-se nas experiências alternativas de gestão pública, como os conselhos gestores e orçamento participativo.

A origem do modelo gerencial está ligada ao debate sobre a crise de governabilidade e credibilidade do Estado na América Latina nas décadas de 1980 e 1990 e relaciona-se com um ideário que floresceu durante os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan. Tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos, o movimento no setor público é baseado na cultura do empreendedorismo, reflexo do capitalismo flexível que se consolida por meio da criação de um código de valores e condutas que buscam garantir controle, eficiência e competitividade máximos (PAULA, 2005a).

Segundo crítica de Paula (2005b), a administração pública gerencial pode até buscar ser menos burocrática, sendo que algumas características do tipo ideal weberiano foram de fato superadas. No entanto, a dominação burocrática persiste, impactando nos possíveis processos democráticos participativos, uma vez que “seus idealizadores têm uma noção muito particular do que seja democracia e, em geral, dedicam mais atenção à representação e às instituições democráticas do que à construção de uma cultura política participativa” (PAULA, 2005b, p. 52).

Já a administração pública societal, assim chamada pela autora, segue os marcos e ápices das grandes mobilizações políticas dos brasileiros, os quais atingiram seu pico no início da década de 1960, sofrendo depois repressões ou desfalques e alcançando recuperação em meados e finais da década de 1970. Paula (2005a) destaca que, após o golpe de 1964, as

mobilizações retornaram na década de 1970, período no qual a Igreja Católica catalisou a discussão de problemas coletivos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir de ideais infundidos pela teologia da libertação e educação popular. O cerne do movimento que inspira o modelo societal é a participação popular na gestão pública.

De acordo ainda com a autora, a vertente gerencial de gestão pública enfatiza a dimensão econômico-financeira e institucional-administrativa; já a vertente social prioriza a dimensão sociopolítica. A vertente gerencial é introvertida, ocupada com soluções chamadas organizacionais para as instituições todas tomadas como empresas; ou, quando extrovertida, quer calibrar ou ajustar mecanismos econômico-financeiros, assumindo como máquina ou grande aparelho os processos societários a serem administrados. A vertente social privilegia as consultas populares. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 gerou a expectativa de que a abordagem social se tornasse marca do governo federal. Contudo, o que se observou foi a manutenção de práticas da vertente gerencial, inclusive no campo das políticas sociais (PAULA, 2005a).

No Programa Minha Casa Minha Vida, podemos identificar a influência do modelo de gestão gerencial, embora o programa tenha se pretendido eminentemente social. Observa-se essa ascendência, sobretudo, quanto a um dos traços da gestão gerencial: “participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular” (PAULA, 2005a, p. 41). Tal como procuramos apontar nas observações acerca das diretrizes do PMCMV, nas quais se prevê a participação popular, mas não existem condições necessárias para que ele de fato ocorra.

Corroborando Souza (2015) que, no modelo gerencial de Estado, as políticas públicas tornam-se meramente resultado de consensos artificiais moldados pelo agir instrumental: acabam ignorando ou neutralizando discursos antagonistas, despolitizando espaços de articulação das diferenças, desperdiçando as oportunidades de troca (troca de pontos de vista, troca de palavras, troca de iniciativas). A centralização administrativa é dominante na estrutura mesma do Estado brasileiro, impedindo a participação popular efetiva. Essas características relacionam-se à fragilidade da sociedade civil, historicamente servil; e à formação da elite brasileira, conservadora ou francamente reacionária, defensiva, mantida nos limites de uma ideologia autoritária e de uma democracia ainda fortemente liberal – uma vez que sua centralidade está na individualidade e os indivíduos são tomados como representantes de coletivos, os quais na realidade não existem, enquanto identidades coletivas (SOUZA, 2015).

O PMCMV não conta com suficiente abertura democrática e, de acordo com a posição de Lopes e Shimbo (2015), inibe ações que não tenham foco senão na produção das unidades habitacionais, produção esta julgada por índices quantitativos (traço também característico – a almejada eficiência – da administração burocrática e do modelo de gestão gerencial); o foco entre viseiras não permite abarcar problemas qualitativos, tidos como laterais. Os mecanismos de funcionamento do programa habitacional estão, ao fim, regulados apenas pelos parâmetros de um negócio imobiliário bem-sucedido, aferido segundo seus custos e

benefícios numéricos. Os autores afirmam com severidade:

Desse modo, a provisão habitacional pauta-se antes pela “lógica dos negócios”, do que por uma lógica de planejamento urbano e de atendimento às reais necessidades habitacionais. A forma pela qual a máquina opera não proíbe a participação de outros agentes (como entidades e prefeituras), mas inibe iniciativas pautadas por outros pressupostos (exemplos: direito à cidade, necessidades habitacionais etc.) (LOPES; SHIMBO, 2015, p. 243)

A administração societal insere-se dentro de uma perspectiva de gestão social (PAULA, 2005) e propõe-se a substituir uma gestão tecnoburocrática por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo de decisão é exercido por diferentes sujeitos sociais (TENÓRIO, 1998). O modelo de gestão social relaciona-se diretamente com o conceito de cidadania, na medida em que ela é entendida como uma ação política deliberativa. Assim, o exercício de cidadania supõe ações por meio das quais se pode alcançar a participação, permitindo ao sujeito decidir a respeito do seu destino social e pessoal, sua autodeterminação em conjugação com a determinação de destinos coletivos (TENÓRIO, 1998). É necessário, portanto, que o direito à participação seja acompanhado pelo favorecimento dos elementos sócio-históricos, psicossociais e psicopolíticos que se relacionam com as múltiplas vivências dos sujeitos em casa e na cidade, suas diferentes formas de mobilização humana (SILVA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, ao longo deste trabalho, identificar e discutir os processos de participação popular no Minha Casa Minha Vida. Inicialmente, partindo da análise dos documentos que regulamentam o programa, fonte fundamental do estudo, apontamos o papel de cada agente, destacamos as menções à participação dos moradores e os instrumentos que permitiriam que ela se efetivasse. Consideramos, de pronto, que as diretrizes do PMCMV inibem processos de participação popular – concluindo, portanto, que a prática pouco participativa do programa não decorre de eventual distorção de suas normas – e que o trabalho social é o único item responsável por promover ações que a possibilitem, embora sejam de alcance demasiadamente limitado.

Buscamos, então, relacionar os obstáculos à efetiva participação popular com os processos burocráticos e as relações reificadas que dominam a mecânica de implementação do programa, heranças renitentes de um modelo de administração gerencial. Assim como pontuamos os limites da participação dentro de um modelo regido pelo capital, em que os interesses privados dominam a esfera pública, norteando a construção de políticas públicas.

Consideramos – conscientes dos limites impostos pelo sistema capitalista, pelos processos burocráticos e as relações reificadas inerentes a tal modelo – que defender a ampliação de processos participativos no PMCMV é forma de resistência e tentativa de se contrapor à dinâmica dominante que pauta as relações do programa.

Julgamos não ter explorado totalmente complexa temática, contudo, o objetivo primordial do trabalho foi apontar as possibilidades (e impossibilidades) de participação popular no PMCMV, destacar sua importância e suscitar seu debate. Entendemos a participação como elemento fundamental de análise do programa, item essencial para assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos e, conseqüentemente, a permanência das famílias no novo espaço. Defendemos, portanto, que a participação popular se torne experiência basilar no Minha Casa Minha Vida.

Consideramos que a moradia é um lugar de enraizamento, da criação de raízes cuja existência e manutenção necessitam do exercício da participação e, conseqüentemente, de cidadania. Tenório (1998) enfatiza o caráter de ação política deliberativa da cidadania, consideramos, contudo, que ela inclui e é mais que ação deliberativa: são muitos atos além das deliberações, os quais as precedem, acompanham e sucedem. São atos de falar e ouvir. São atos de opinar e pensar com os outros. É o ato de conversar longamente. São atos de colaboração. São conversas sobre assuntos que podem estar ligados à construção da casa, mas também assuntos que ajudem a perscrutar o sentido psicológico e político da posse de uma casa. E são conversas que se tornam capazes até de assuntos desligados da casa, mas pertinentes entre cidadãos que dividem uma mesma cidade, um mesmo país, um mesmo mundo.

Os avanços promovidos pelo PMCMV precisam ser reconhecidos. O programa foi um marco na política habitacional brasileira, com a inclusão de subsídio como elemento fundamental e a produção de moradias populares em massa. Tem méritos por ter conseguido aportar recursos bilionários, como nunca havia acontecido antes, para o atendimento à população de baixa renda (BONDUKI, 2014). Contudo, ele tem um longo caminho a percorrer se colocado em seu horizonte o exercício da cidadania e da igualdade política. Iniciativa imprescindível será dar voz e assegurar possibilidades de participação a quem a política pública se destina. O êxito dessa empreitada depende de transformações na mecânica de implementação do programa, de forma a permitir que se estabeleçam relações mais humanizadas e horizontais entre os diferentes agentes envolvidos no processo.

NOTA

1 Submetido à RIGS em: maio 2018. Aceito para publicação em: jul. 2018.

REFERÊNCIAS

AMORA, D.; HAUBERT, M. Governo faz evento para anunciar redução de meta de casas populares. **Folha On-line**, São Paulo, 30 de março de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1755546-governo-faz-evento-para-anunciar-reducao-de-meta-de-casas-populares.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

AMORE, C. S. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha**

Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-28.

ARENDT, H. O que é liberdade? In: ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro.** Tradução de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 188-220.

ARENDT, H. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BONDUKI, N. Cem anos de construção da política pública de habitação no Brasil: o desafio de uma arquitetura para a maioria. In: BONDUKI, N. **Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil:** volume 1. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2014. p. 1 - 129.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 93, de 25 de fevereiro de 2010. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/Legislacao/Portarias_2010/Portaria_93_2010.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 140, de 05 de abril de 2010. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/Portaria_140_5_4_2010.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 325, de 7 de julho de 2011. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=57&data=21/07/2011/index.jsp?jornal=1&pagina=57&data=21/07/2011>>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 465, de 21 de julho de 2011. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=57&data=21/07/2011/index.jsp?data=04/10/2011&jornal=1&pagina=31&totalArquivos=216>>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/12/2013&jornal=1&pagina=99&totalArquivos=184>>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2016.

BRESSER-PEREIRA, Carlos. Réplica: comparação impossível. **Rev. Adm. Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 50-51, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CARDOSO, A. L. *et al.* A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C (Org.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 73-102.

COUTINHO, C. N. Democracia: um conceito em disputa. Fundação Lauro Campos. **Socialismo e liberdade: Filosofia e Questões Teóricas**. 22 dez. 2008. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2008/12/democracia-um-conceito-em-disputa/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

DAGNINIO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 139-164, out. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

DENHARDT, R.; CATLAW, T. J. Além do modelo racional: em direção à teoria democrática da organização pública. In: DENHARDT, R.; CATLAW, T. J. **Teoria da Administração Pública**. Tradução Noveritis do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. p. 235-301.

GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. P. (Org.). **Orientação à queixa escolar**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

HONNETH, A. Observações sobre a reificação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, p. 68-79, 2008. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4322/6868>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

LOPES, J. M.; SHIMBO, L. Z. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C (Org.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 229-254.

LUKÁCS, George. O fenômeno da reificação. In: LUKÁCS, George. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 194-239.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:

23 ago. 2013.

MARICATO, E. O Impasse da Política Urbana. In: MARICATO, E. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 15-88.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: PESCHANSKI, A. *et al.* **Cidades Rebeldes: passe livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERTON, R. K. Estrutura Burocrática e Personalidade. In: CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da Burocracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 96-110.

PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, mar. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100005&lng=en&nrm=iso)

75902005000100005&lng=en&nrm=iso

. Acesso em: 15 maio 2016.

PAULA, A. P. P. Tréplica: comparação possível. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 51-52, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PAZ, R. D. O. *et al.* Trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 255-288.

ROLNIK, R. Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV. **Projeto de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Equipe Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/arquivos/relatorio.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.

ROLNIK, R. *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100127&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2016.

RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 51-72.

SILVA, A. S. Enfoque Psicopolítico da Intervenção em Políticas Públicas. In: SILVA, A. S. **Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. Tese de Livre Docência – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SIMÃO, E. Restrição fiscal afeta Minha Casa e faz sumir recursos para baixa. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5031936/restricao-fiscal-afeta-minha-casa-e-faz-sumir-recursos-para-baixa-renda>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SOUZA, T. R. de Paula. Políticas Públicas no Enfoque da Psicologia Política. In: SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Org.). **No Interstício das Disciplinaridades: A Psicologia Política**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 219-237.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7754/6346>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

WEBER, M. Os Fundamentos da Organização Burocrática: Uma Construção do Tipo Ideal. In: CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da Burocracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 9-15.

WEIL, S. O desenraizamento. In: BOSI, Ecléa (Org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Tradução de Therezinha Gomes Garcia Langlada. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 409-440.

**Douglas
Cardoso da
Silva**

Mestre e doutorando do programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Técnico social na gerência de habitação de São Paulo da Caixa Econômica Federal, atuando na orientação da elaboração e apoiando a execução de projetos sociais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida.



Foto: Valeria Giannella



Foto: Valeria Giannella

Experiencias y Prácticas de Adaptación al Cambio Climático en dos Municipios de la Cuenca del Río Usumacinta, México: Apuntes para el Diseño de Políticas Públicas¹

Alejandra Peña-García

Resumen

Desde una crítica teórica al concepto de adaptación al cambio climático, se analizan las experiencias y las prácticas que algunas comunidades están llevando a cabo frente a los impactos del mismo, en dos municipios de la cuenca del río Usumacinta (parte alta y baja de la cuenca en el territorio mexicano). Se constató que localmente las comunidades están implementando algunas acciones reactivas y espontáneas para lidiar con los impactos del clima, ante la carencia de estrategias de adaptación planificadas, lo que contrasta con el robusto aparato legal e institucional creado para atender el cambio climático en México. Se propone que con urgencia se diseñen políticas públicas de adaptación al cambio climático a nivel municipal, que apuesten a modificar la estructura que produce la vulnerabilidad social, y teniendo en cuenta la participación social, saberes, experiencias, problemáticas y necesidades locales reales, ya que sólo así se podría empezar a superar el enfoque de adaptación de corte conservador presente en la política de cambio climático en México.

Palabras-clave

Palabras clave: Adaptación. Cambio Climático. Impactos. Política Pública.

Resumo

De uma crítica teórica ao conceito de adaptação à mudança climática, as experiências e práticas que algumas comunidades realizam frente aos impactos das mudanças climáticas são analisadas, em dois municípios da bacia do rio Usumacinta (parte superior e inferior da bacia no território mexicano). Encontrou-se que, localmente as comunidades estão realizando algumas ações reativas e espontâneas para lidar com os impactos do clima, na ausência de estratégias de adaptação planejadas, o que contrasta com o aparato legal e institucional robusto criado para enfrentar a mudança climática no México. Propõe-se que políticas públicas sejam desenhadas com urgência para se adaptar às mudanças climáticas em nível municipal, tendendo a transformar o que produz vulnerabilidade social. Para isso é obrigatório fazê-

lo com base na participação social, conhecimento, experiências, problemas e necessidades locais reais, já que só assim poderíamos começar a superar a abordagem conservadora de adaptação presente na política de mudança climática no México.

Palavras-chave Adaptação. Mudança Climática. Impactos. Políticas Públicas.

Abstract From a theoretical review of the concept of adaptation to climate change, local experiences and practices that some communities are carrying out before the impacts of climate change are analyzed, in two municipalities of the Usumacinta river basin (upper and lower part) in Mexico. It was found that in a local scale, communities are carrying out some reactive and spontaneous actions to cope with the impacts of climate, due to the absence of planned adaptation strategies, which is not correspondent with the robust legal and institutional Mexican governmental apparatus created to face climate change in Mexico. Therefore, it is proposed to design urgently public policy of adaptation to climate change in a municipal level, aimed to transform what produces social vulnerability. Public policy of adaptation to climate change for municipalities must consider social participation, community knowledge, empirical experiences, and real problems and needs to create conditions tended to begin to overcome the traditionalist perspective of adaptation present in the national policy of climate change.

Keywords Adaptation. Climate Change. Impacts. Public Policy.

INTRODUCCIÓN

De acuerdo con el Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático,

[...] el calentamiento en el sistema climático es inequívoco y, desde la década de 1950, muchos de los cambios observados no han tenido precedentes en los últimos decenios a milenios. La atmósfera y el océano se han calentado, los volúmenes de nieve y hielo han disminuido, el nivel del mar se ha elevado y las concentraciones de gases de efecto invernadero han aumentado (IPCC, 1913, p. 4).

No es la primera llamada de alerta que emite este organismo. Unos años antes, en su Cuarto Informe de Evaluación, se pronunció en términos muy similares: “El calentamiento del sistema climático es inequívoco, como evidencian ya los aumentos observados del promedio mundial de la temperatura del aire y del océano, el deshielo generalizado de nieves y hielos, y el aumento del promedio mundial del nivel del mar.” (IPCC, 2007, p. 2).

En este mismo sentido, en su última Declaración Anual sobre el Estado del Clima 2016, la Organización Meteorológica Mundial reporta que el año anterior ha sido el más cálido, según consta en los anales climatológicos, con 1.1° C por encima de los niveles previos a la Revolución Industrial –antes de 1750; en otras palabras, una temperatura 0.06° C superior al récord anterior registrado en 2015. Así mismo, la proporción de dióxido de carbono en la atmósfera alcanzó la marca simbólica de las 400 partes por millón (WMO, 2016, p. 4).

Para el caso de México, se estima que durante el lapso 1971-2008 la temperatura media anual se incrementó 0.6° C (CONSEJO DE SEGURIDAD NACIONAL, 2014, p. 87); mientras que en el periodo 1960-2000, este aumento ascendió a 0.89° C (ESTRADA; GAY, 2015, p. 231).

Aunque en este momento resulta muy difícil vincular directamente fenómenos meteorológicos individuales y variaciones climáticas con el calentamiento global, tanto a nivel mundial (IPCC, 2012, p. 128; HULME, 2014, p. 500) como en México (ESTRADA; GAY, 2015, p. 238), se calcula que de 1980 a 1999 los costos económicos derivados de los fenómenos hidrometeorológicos registrados en el país ascendieron a 230 millones de dólares anuales (INSTITUTO NACIONAL DE ECOLOGÍA Y CAMBIO CLIMÁTICO, 2012, p. 38-39); en tanto que en el periodo 2000-2012 el impacto promedio sobre la economía nacional ya se había elevado considerablemente, al alcanzar 21,950 millones de pesos. Así mismo, se estima que de los 2,456 municipios que conforman el territorio mexicano, 1,385, donde habitan 27 millones de personas, se encuentran en riesgo de desastres asociados al cambio climático (GOBIERNO DE LA REPÚBLICA, 2013, p. 32-33).

Por su ubicación geográfica entre dos océanos, su latitud y relieve, México es un país expuesto a los embates del calentamiento global (GOBIERNO DE LA REPÚBLICA, 2014, p. 11); a saber: 15% de su superficie, 68.2% de su población y 71% de su PIB (COMISIÓN INTERSECRETARIAL DE CAMBIO CLIMÁTICO, 2009, p. 23). En este contexto, resulta necesario mitigar las emisiones nacionales de gases de efecto invernadero, pero, sobre todo, es indispensable prevenir y adaptarse a los efectos del incremento mundial de las temperaturas (CONSEJO DE SEGURIDAD NACIONAL, 2014, p. 86-87).

Con este propósito, el Estado mexicano ha creado, alineado y/o articulado un marco normativo e institucional para atender los problemas relacionados con el calentamiento del planeta, el cual está encabezado a nivel federal, sólo a título de ejemplo, por la Ley General de Cambio Climático (publicada en 2012), la Estrategia Nacional de Cambio Climático (2013) y el Programa Especial de Cambio Climático 2014-2018 (2014); así como por la Comisión Intersecretarial de Cambio Climático (integrada en 2005), el Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático (2012), el Consejo de Cambio Climático (2013), el Sistema Nacional de Cambio Climático (2014) y la Coordinación de Evaluación de la Política Nacional de Cambio Climático (2015) (MUÑOZ *et al.*, 2016, p. 177-178).

Sin embargo, este arreglo jurídico e institucional no ha llegado al nivel de lo local, en tanto que las comunidades parecen no contar con información sobre el cambio climático, a pesar de estar experimentando impactos de diversa índole. El objetivo de este trabajo consiste en documentar y analizar la manera en que diferentes sectores sociales de los municipios de

La Independencia (Chiapas) y Emiliano Zapata (Tabasco), ubicados en la cuenca del río Usumacinta, han experimentado las alteraciones de dos variables clave en la determinación del clima –temperatura y precipitación– en las últimas tres décadas, y las estrategias que han implementado para adaptarse a estos cambios.

Se inicia el trabajo con el planteamiento teórico y metodológico que guió la investigación; después se presenta una caracterización regional y municipal de la zona de estudio; en tercer lugar, se identifican algunos de los impactos relacionados a las variables climáticas y las acciones implementadas por la comunidad para ajustarse a los mismos.

Como resultado del estudio se observó que, sin tener la certeza de que los cambios que se han presentado en relación a las precipitaciones y la temperatura en la región en los últimos 30 años se deban al cambio climático o apunten a éste, a escala local no se ha concretado la apuesta gubernamental ante el calentamiento global como política pública, pues hay una total ausencia de información y de programas de adaptación a sus impactos. No obstante, las comunidades han accionado mecanismos y estrategias locales e individuales, más como reacción que como estrategia coordinada de adaptación, para ajustarse a las variaciones de temperatura y precipitación y que han tenido impactos en sus medios de vida.

MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Conforme la define el Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (IPCC, por sus siglas en inglés), la adaptación al calentamiento del planeta es el

[...] proceso de ajuste al clima real o proyectado y sus efectos en los sistemas humanos [...] trata de moderar o evitar los daños o aprovechar las oportunidades beneficiosas. En algunos sistemas naturales, la intervención humana puede facilitar el ajuste al clima proyectado y a sus efectos (IPCC, 2014, p. 5).

Por su parte, la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático (en adelante, CMNUCC) establece que la

[...] adaptación es un proceso a través del cual las sociedades se hacen más capaces de enfrentar un futuro incierto. Adaptarse al cambio climático implica implementar las medidas más convenientes para reducir los impactos negativos del cambio climático (o aprovechar sus efectos positivos) haciendo los cambios y ajustes apropiados (CMNUCC, 2007, p. 10).

En esta misma línea, el Estado mexicano define la adaptación como las “medidas y ajustes en sistemas humanos o naturales, como respuesta a estímulos climáticos, proyectados o reales, o sus efectos, que pueden moderar el daño, o aprovechar sus aspectos beneficiosos” (DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN, 2012, p. 2; INSTITUTO NACIONAL DE ECOLOGÍA Y CAMBIO CLIMÁTICO, 2012, p. 30; GOBIERNO DE LA REPÚBLICA, 2013, p. 55). La adaptación al cambio climático, aduce la Quinta Comunicación Nacional ante la CMNUCC,

[...] se enmarca en el contexto de la gestión de riesgo con el objetivo de reducir, prevenir y controlar en forma priorizada la potencial ocurrencia de desastres en la población, en un sector o una región, combatiendo las causas estructurales de los problemas, fortaleciendo las capacidades de resiliencia de la sociedad y construyendo un modelo que, bajo un clima distinto, siga dando viabilidad al desarrollo (COMISIÓN INTERSECRETARIAL DE CAMBIO CLIMÁTICO, 2012, p. 127).

A pesar de este consenso en torno a su significado, el concepto “adaptación” puede resultar más complejo de lo que aparenta. Lo primero que se precisa esclarecer, y que resulta de utilidad para esta investigación, es que no existe un único tipo de medidas de adaptación al cambio climático. De hecho, se han realizado relevantes esfuerzos analíticos para dilucidar qué es la adaptación y cómo se clasifican todas las acciones relacionadas con ésta (por ejemplo: SMIT, *et. al.*, 2000). También existen trabajos que hacen una disección crítica de lo que implica la adaptación (TAYLOR, 2015). Sin embargo, para esta investigación resultó útil la caracterización simplificada que el IPCC (2001a:77) y, de manera independiente, el Banco Mundial (2010:6), emplean para catalogar las medidas asociadas a la adaptación:

1) Definidas por el momento en que se instrumentan:

a) Anticipadoras o proactivas - cuando la adaptación se adelanta a la manifestación de los impactos del cambio climático.

b) Reactiva - cuando las acciones de adaptación se instrumentan después de observarse los impactos del calentamiento del planeta.

2) Definidas por su nivel de previsión:

a) Autónoma o espontánea - cuando no constituye una respuesta directa al cambio climático, sino a cambios en los sistemas naturales, el mercado o el nivel de bienestar de las personas.

b) Planificada - cuando es resultado de una valoración política fundada en las condiciones meteorológicas que se modificarán en el futuro o que están en vías de hacerlo.

3) Definida por los actores que la ejecutan:

a) Privada - llevada a cabo por personas, familias o empresas y que responde al interés de quien la ejecuta.

b) Pública - realizada por órdenes de gobierno respondiendo a necesidades colectivas.

De igual manera, es indispensable distinguir las medidas de adaptación por el influjo que ejercen, tanto en el espacio geográfico – con un efecto local o extendido en una amplia porción del territorio – como en el tiempo – de corto o largo plazos, tácticas o estratégicas, instantáneas o acumulativas, etcétera.

No todos los especialistas opinan igual. Para algunos autores las acciones espontáneas, aisladas y desarticuladas que los individuos, siguiendo sus propias inclinaciones e intereses, llevan a cabo para acomodarse a los impactos del calentamiento del planeta – por ejemplo: adoptar una nueva variedad de cultivo y abandonar la precedente, o emigrar a zonas menos vulnerables a las sequías o inundaciones – no son o no deberían ser lo que consideramos como adaptación, ya que estas acciones no bastan por sí mismas para contrarrestar la gravedad del cambio climático. Cuando recurrimos al concepto “adaptación”, afirman, evocamos un proceso de transición coordinada, encabezada por las instancias gubernamentales, que tiene como objetivo satisfacer las demandas y hacer frente a los desafíos que plantea un medio ambiente en transformación (TAYLOR, 2015, p. 137). Se trata de medidas colectivas dirigidas con un fin específico, no de actos fragmentados, pulverizados y hasta contrapuestos en el espacio y en el tiempo.

En segundo lugar, es preciso descartar como adaptación las acciones que, en un contexto determinado, una comunidad instrumenta – con éxito o sin él – para incrementar su resiliencia ante las condiciones cambiantes del clima pero que, en un momento y lugar distintos, elevan el grado de vulnerabilidad de una segunda colectividad. Es decir, en un escenario como éste, nos encontramos ante un conjunto de medidas con un efecto espacial y temporalmente desigual; por lo que más que de adaptación, estaríamos hablando de un espejismo, la así llamada “maladaptación”, la cual se define como “la acción que se implementa explícitamente para reducir la vulnerabilidad al cambio climático que tiene un efecto adverso o incrementa la vulnerabilidad de otros sistemas, sectores o grupos sociales” (BARNETT; O’NEILL, 2010, p. 211).

En tercer lugar, se debe tener presente que la adaptación constituye uno de los ejes de la política mexicana en contra del calentamiento global, en concordancia con el IPCC. Dos de los objetivos de la Ley General de Cambio Climático consisten, precisamente, en “Regular las acciones para la mitigación y adaptación al cambio climático” (Artículo 2, numeral III), y “Reducir la vulnerabilidad de la población y los ecosistemas del país frente a los efectos adversos del cambio climático, así como crear y fortalecer las capacidades nacionales de respuesta al fenómeno” (Artículo 2, numeral IV) (DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN, 2012, p. 1-2). Para conseguirlo, la Ley establece (Artículo 30, numeral VI) que las tres esferas de gobierno – federal, estatal y municipal – deberán “elaborar e implementar programas de fortalecimiento de capacidades que incluyan medidas que promuevan la capacitación, educación, acceso a la información y comunicación a la población” (DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN, 2012, p. 18).

En concordancia con la Ley, uno de los tres grandes temas de la Estrategia Nacional de Cambio Climático es, justamente, la adaptación a los efectos del cambio climático (IBARRARÁN; LUCATELLO; MENDÍVIL, 2015, p. 244), que debe llevarse a cabo desde el ámbito local. De ahí la importancia de profundizar en los impactos regionales del calentamiento global, así como de la participación de las autoridades estatales y municipales. “Para ello, se deberán tomar en cuenta las prioridades, necesidades, conocimiento y capacidad local que empodere a las personas para planear y hacer frente a los impactos del cambio climático” (GOBIERNO DE LA REPÚBLICA, 2013, p. 36).

La Estrategia reconoce que para enfrentar los efectos del incremento mundial de la temperatura es indispensable una ciudadanía “informada, consciente, comprometida, participativa y que exija la rendición de cuentas”, por lo que “es fundamental garantizar que existan programas educativos y mecanismos de divulgación efectiva de las acciones que requiere instrumentar una política de esta trascendencia” (GOBIERNO DE LA REPÚBLICA, 2013, p. 29).

Hacemos hincapié en el papel de la información para sensibilizar a la población y en la participación de la ciudadanía para adaptarse al cambio climático, para conocer las variables que se sometieron a examen en la zona de estudio de la presente investigación y que, como veremos en las páginas subsecuentes, tienen que ver con dos disposiciones que están muy lejos de cumplirse, al menos en la zonas rurales del sureste mexicano.

Finalmente, se eligió la cuenca del río Usumacinta como estudio de caso por ser una de las zonas más vulnerables a los impactos del cambio climático. Así mismo, los criterios para seleccionar los dos municipios, uno localizado en la parte alta de la cuenca y otro en la parte baja, fueron su diferencia altitudinal y su relación con los fenómenos meteorológicos e hidrológicos. En ambas demarcaciones se realizaron entrevistas semiestructuradas a informantes clave, que representan distintos sectores económicos y grupos etarios, tanto de hombres como mujeres, buscando tener puntos de vista plurales de la problemática. Así, se consultó a estudiantes, agricultores, ganaderos, pescadores, empleados (as), amas de casa, profesores, organizaciones de la sociedad civil y funcionarios públicos locales, estatales y federales, entre otros, de dependencias gubernamentales como Desarrollo Económico, Ecología, Protección Civil, Agua y Saneamiento, Saludo, Educación y Agricultura.

Se objetiva conocer de primera mano las experiencias y prácticas de las comunidades en relación al clima y a los eventos hidrometeorológicos, por lo que el guion de las entrevistas se elaboró teniendo en cuenta cinco temas específicos: el conocimiento del cambio climático, las manifestaciones del mismo, las posibles causas de esas manifestaciones, sus impactos en todos los ámbitos de la vida de las personas y las estrategias que han emprendido para hacerles frente. Se elaboró un cuestionario específico para funcionarios públicos, con la idea de indagar si el tema del cambio climático está siendo vinculado con asuntos afines como el desarrollo económico, el agua, la salud y otros. Las entrevistas se realizaron entre agosto y diciembre de 2016 y se entrevistaron 23 personas en el municipio de La Independencia, de Chiapas, y a 19 en el de Emiliano Zapata, de Tabasco.

CARACTERIZACIÓN DE LA ZONA DE ESTUDIO

La cuenca del Usumacinta reviste una enorme importancia hidrológica, biológica, ambiental y cultural (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2014, p. 1). En territorio mexicano, se encuentra el 42% de su superficie total; el resto se ubica en Guatemala. En la actualidad, se muestran, por una parte, señales de deterioro ambiental, debido a la actividad de distintos actores sociales y, por la otra, significativos niveles de pobreza en la población que hacen que esta región enfrente grandes desafíos socioambientales e importantes retos

para la implementación de una política sustentable, sin menoscabo de la riqueza natural del territorio.

Aunado a lo anterior, el impacto de la variabilidad climática que se registra en vastas zonas alrededor del planeta, con el agravamiento de las sequías y la consecuente desertificación de suelos, la alteración de los regímenes de lluvia, los cambios en la frecuencia e intensidad de fenómenos hidrometeorológicos como huracanes y el aumento en la recurrencia de las inundaciones, multiplican las amenazas tanto para la población como para la flora y la fauna de la región.

Según el Banco Interamericano de Desarrollo (2013, p. 20), la cuenca de los ríos Grijalva y Usumacinta es considerada por la Estrategia Nacional de Cambio Climático (ENCC) como una región de alta vulnerabilidad y altos riesgos climáticos, por lo que su atención debe ser prioritaria y estratégica, entre otras cosas, por las afectaciones al sistema hidrológico de la cuenca, y sus efectos en la productividad y en su actual situación de marginación y rezago social que caracterizan a su población.

El comportamiento de variables básicas de la población – demográficas, económicas y de acceso a los servicios – puede dar una idea más precisa de la situación de vulnerabilidad en la que ésta se encuentra para hacer frente a los embates del clima. Por las características socioeconómicas de toda la cuenca se observa que, en términos poblacionales, es el estado de Chiapas que más población aporta, 21 municipios, seguido por Tabasco con 6 y Campeche con 3.

La cuenca alberga una población total de 1, 984, 506 personas, la mayor parte concentrada en la cuenca baja, hecho que puede tener implicaciones graves cuando hay lluvias intensas en las partes altas, medias o bajas que susciten fuertes avenidas de agua con las consecuentes inundaciones que se registran justamente en esta región de la cuenca, dadas sus características topográficas. El componente indígena es significativamente alto, concentrándose en la parte media de la misma. Los municipios de La Independencia y, en menor medida, Emiliano Zapata, presentan población indígena en porcentajes bajos. Sin embargo, la condición indígena necesariamente deberá ser un aspecto a considerar en el tema de la adaptación al cambio climático.

Dentro de la parte alta de la cuenca – en territorio mexicano –, el municipio de La Independencia es de los más poblados, con un total de 44,891 habitantes, de acuerdo a datos de la Encuesta Intercensal de 2015. Las mujeres son mayoría, representando el 51.3%. Una composición similar presenta el municipio de Emiliano Zapata, que tiene una población total de 30,637 habitantes, 47.5% de los cuales son hombres y 52.5% mujeres.

En términos de educación, de la población de 15 años y más en La Independencia, el 15.39% es analfabeta, y el 6.23% en Emiliano Zapata, siendo éste, uno de los aspectos más indicativos de condiciones de vulnerabilidad por las desventajas personales y sociales que representa, por sus implicaciones en la integración social y productiva de los individuos, y por su estrecha relación con el bienestar y la marginación.

De su Población Económicamente Activa (PEA), que en La Independencia asciende al 40.85% y en Emiliano Zapata al 48.81%, el 1.87% y el 4.59% se encuentra desocupada en ambos municipios. Si se consideran los porcentajes de la PEA no asalariada en ambos municipios – 72.71% y 29.01%, respectivamente – la situación se torna preocupante, ya que todos estos datos manifiestan la baja capacidad local de generar empleos productivos, lo que puede provocar situaciones de migración.

Como lo muestra el cuadro 1, en La Independencia la población se dedica en su gran mayoría a las actividades agrícolas, lo que la hace más vulnerable a los embates de las variaciones meteorológicas y climáticas, en tanto que en Emiliano Zapata, el comercio es el sector en donde más se ocupa la población. El reflejo de las actividades productivas en las percepciones económicas se corresponde con el tipo de actividad productiva, siendo las del sector primario las menos remuneradas.

En términos de servicios, los de salud reflejan un gran reto gubernamental, sobre todo en Emiliano Zapata, en donde el porcentaje de población no afiliada ronda el 10% y en La Independencia se aproxima al 7%. De las condiciones de vida en las viviendas, el 6.55% de éstas carecen de servicios de agua entubada dentro de la vivienda en La Independencia y 2.75% en Emiliano Zapata. En La Independencia, de quienes sí cuentan con el servicio, sólo el 16.61% lo tienen dentro de la vivienda, y el resto fuera de ella, aunque dentro del mismo predio. En Emiliano Zapata, los porcentajes son diferentes, pues predominan los que tienen disponibilidad de agua dentro de la vivienda (80.37%). Del agua de acarreo, en ambos municipios, el mayor porcentaje de ésta se extrae de pozo.

El 37.69% de las viviendas no cuenta con drenaje en La Independencia, frente al 1.32% que se reporta en Emiliano Zapata. En donde el servicio sí está disponible, las descargas se hacen a la red pública en un 89.01% en Emiliano Zapata, más no en La Independencia, en donde el 91.73% de las descargas van a parar a fosas sépticas. Finalmente, en cuanto al servicio de energía eléctrica, ambos municipios presentan altos porcentajes, no llegando ni a 1% los que no cuentan con ese servicio.

En concordancia con lo antes expuesto, de acuerdo al Consejo Nacional de Población (2010), el municipio de La Independencia presenta un nivel de marginación alto, mientras que en Emiliano Zapata es bajo. En el cuadro 1 se resumen las variables socioeconómicas seleccionadas de los dos municipios de estudio.

Cuadro 1 - Variables socioeconómicas de los municipios La Independencia (Chiapas) y Emiliano Zapata (Tabasco)

Variable	La Independencia, Chiapas	Emiliano Zapata, Tabasco
Población total	44,891	30,637
Población analfabeta	15.39	6.23
PEA Desocupada	1.87	4.59
PEA ocupada no asalariada	72.71	29.01

Variable	La Independencia, Chiapas	Emiliano Zapata, Tabasco
PEA por sector:	80.37	17.83
agropecuario, servicios y comercio	6.77	18.52
	3.75	43.70
Ingreso por trabajador: 1 SM, 1-2 SM y + 2 SM	57.00	12.25
	15.43	31.39
	5.20	42.35
Población no afiliada a servicios de salud	6.86	9.03
Sin disponibilidad de agua entubada dentro de la vivienda	6.55	2.75
Viviendas sin drenaje	37.69	1.32
Viviendas sin disponibilidad de energía eléctrica	0.92	0.65
Índice de marginación	Alto	Bajo

Fuente: Elaboración propia con base en la Encuesta Intercensal 2015. INEGI y Conapo, 2010 y 2015.

CONOCIMIENTO, CAUSAS, MANIFESTACIONES, IMPACTOS Y ACCIONES

Las opiniones recogidas de los entrevistados fueron clasificadas en los cuatro subtemas en los que se dividió la entrevista: conocimiento del CC, manifestaciones, causas, impactos y experiencias y acciones emprendidas. Al final del apartado, se ofrece un cuadro síntesis de lo manifestado por las comunidades.

Lo primero que se encontró, y que es aplicable a la parte alta y baja de la cuenca, es una falta de conocimiento de lo que es el cambio climático como concepto. En general, la población manifestó desconocimiento del tema y de la problemática. Los grupos de población joven (adolescentes y adultos jóvenes) mostraron estar más informados, a decir por el manejo de conceptos afines como capa de ozono y efecto invernadero, siendo la escuela y la televisión sus principales fuentes de información. Los funcionarios locales en general mostraron un conocimiento limitado del cambio climático, más de lo que se esperaba. Sólo los funcionarios de protección civil de Emiliano Zapata dijeron haber recibido capacitación sobre el tema. En ningún otro caso los funcionarios pudieron dar testimonio de estar visualizando o abordando esa problemática en su ámbito de competencia.

No obstante, cuando se abordó el asunto de las manifestaciones, los productores agropecuarios y los pescadores brindaron mayor información sobre variaciones en las variables de temperatura y precipitación, seguramente por estar directamente ligados al comportamiento de las variables del clima.

El régimen de lluvias, que varía mucho de año a año, fue el cambio más comentado, no sólo porque llegan con frecuencia de manera tardía con respecto al patrón que dicen que existía antes, sino que se presentan en forma de lluvias torrenciales y sequías (escasez

de lluvia), lo que es atípico en la cuenca. En La Independencia era aún muy reciente el recuerdo de una sequía que se prolongó dos años (2014 y 2015), la misma que también fue comentada en Emiliano Zapata, aunque de menor duración, y con menores efectos, debido a la diversificación de sus actividades.

El aumento de la temperatura en la cuenca, con grandes sequías, fue un comentario recurrente. Sobre sus causas, las opiniones se dividen entre quienes otorgan la responsabilidad a las acciones humanas, como tala de árboles, uso de agroquímicos, contaminación; a la reacción de la naturaleza ante las acciones humanas; y a la divinidad, también como reacción a los malos comportamientos humanos. Otros no saben explicar el porqué de los cambios.

En la parte alta de la cuenca, la deforestación y las diferentes formas de contaminación fueron apuntadas por los productores pecuarios como las principales causas de los cambios climáticos. Esta situación es confirmada por el gobierno municipal, que tiene conocimiento del problema. En la parte baja, los productores pecuarios y pescadores también acusaron a la mecanización del campo y su contaminación con agroquímicos.

Los impactos de las manifestaciones del cambio climático comentados en las entrevistas son un tema muy sensible para la población en general, aunque los efectos de mayor peso son los que se registran en las actividades económicas predominantes. El retraso de la temporada de lluvias ha provocado afectaciones importantes, de acuerdo a lo que revelaron los entrevistados. La pérdida de la certeza relativa con la que vivían y funcionaban los productores agropecuarios es el impacto más fuerte ligado a las recurrentes variaciones en la temperatura y la precipitación, lo que a su vez ha ocasionado pérdidas económicas, al verse afectadas las siembras. Ello es igualmente cierto para la actividad pecuaria, que depende de pastos cultivados y naturales. Los impactos también alcanzan cuestiones culturales, como en el caso de La Independencia, en donde se hizo mención de la pérdida de un ciclo de siembra tradicional llamado *pul-ha*, debido al retraso en la llegada de las lluvias, lo que repercute en la humedad del suelo. La sequía es otro de los impactos que más estragos ha ocasionado a la población, sobre todo la registrada en 2014 y 2015, que significó la pérdida de su principal modo de vida. En la parte baja, este evento se manifestó como menor cantidad de lluvia recibida, lo que significa menor cantidad de peces, en una zona donde la actividad pesquera es importante.

Los impactos ligados a la temperatura se manifiestan en una sensación térmica mayor a lo largo del año. La gente señala que en el invierno sólo se siente fresco en la mañana, pero el calor es muy fuerte al mediodía. Un sol más intenso, como lo sienten los agricultores entrevistados en los meses de abril y mayo, y como lo han observado desde hace 15 o 20 años los pobladores de mayor edad, requiere de mayor agua para las plantas. La gente resiente el fuerte calor, que ha afectado en la salud de los niños y los adultos mayores – aumentaron las enfermedades de las vías respiratorias. La maestra de una escuela primaria en el Ejido de Emiliano Zapata dice que eso se refleja en la ausencia de los niños a clases. En contrapartida, en la parte baja de la cuenca los ganaderos se lamentan de sucesos de heladas desde el año 2011, las cuales dañan al insumo básico de la actividad, los pastizales.

Otro efecto reportado por los habitantes del municipio, y los funcionarios del gobierno local

es la reducción del número de crecidas súbitas del río Usumacinta. Finalmente, en el rubro de las acciones que las comunidades han emprendido para hacer frente a las manifestaciones extremas y atípicas de temperatura y precipitación, lo que se comenta son, por lo general, reacciones individuales, desarticuladas y no siempre con los mejores resultados para evitar verse muy afectados en su forma de vida; es decir, que los impactos suelen sobrepasar su capacidad de resiliencia y los colocan generalmente en condiciones más vulnerables a las que ya se presentan en la zona de estudio, obligando a algunos agricultores a abandonar la siembra de cultivos temporales. No obstante, quienes disponen de agua de pozo, no han quedado exentos de padecer de escasez de agua.

En ciertos aspectos, las autoridades y los mismos agricultores reconocen no estar actuando de manera correcta; por ejemplo, en Emiliano Zapata las altas temperaturas generan un efecto lupa que provoca incendios, para los que no se toman las medidas necesarias para controlarlos. También en los municipios aledaños a Emiliano Zapata optaron por la siembra de la palma de aceite, estrategia que les aporta beneficios económicos a medio plazo, pero que saben que no es bueno para el ambiente. La palma africana, de relativamente reciente introducción en la cuenca, tiene diversos efectos negativos ambientales (deforestación de selvas tropicales, cambio climático, contaminación y degradación de suelos) y socioculturales (apropiación de territorios indígenas y campesinos, pérdida de soberanía alimentaria, empobrecimiento), entre otros que conllevan las plantaciones de monocultivos, con impactos negativos mayores a la larga.

En la parte alta de la cuenca, en la localidad de El Triunfo, desde hace más de dos décadas se registró un cambio de cultivo – de maíz a jitomate y algunas hortalizas – que significó un consecuente deterioro del suelo y una marcada dependencia actual de agroquímicos que también vulnera la estabilidad de muchas familias, por los altos costos de los insumos de su producción y las fluctuaciones del mercado. Un impacto derivado de ello, y de la falta de otras alternativas, lo constituye la migración a la zona turística de Playa del Carmen, la Ciudad de México o Estados Unidos.

Cuadro 2 - Resumen de testimonios de entrevistados

	La Independencia, Chiapas Parte alta de la cuenca	Emiliano Zapata, Tabasco Parte baja de la cuenca
MANIFESTACIONES	"Hace ocho o diez años empezó el problema del descontrol de las lluvias... Anteriormente las granizadas caían con los primeros aguaceros, en mayo, y era una bendición para las milpas, pues mataba a las plagas. Ahora el granizo cae diferente, ya no sabemos cuándo va a caer e ya no ayuda... El calor que nos pegaba anteriormente era diferente. Antes daba gusto recibir este calor, ahora no, es más quemante y aquí es clima templado..."	"Hay irregularidad en las lluvias, como hace dos años, en el 2015, donde las inundaciones se presentaron en el mes de enero, con una lluvia torrencial como si fuera el mes de junio. Fue totalmente atípico que en enero lloviera 700 milímetros cúbicos en un solo día."
	"Antes llovía en abril o mayo, ahora puede que hasta septiembre empiece... el calor ahora quema... antes había más granizo..."	"Un norte podía generar lluvias que duraran una semana, y ahora ya no."
	"Ya no llueve y eso hace con que la gente no entienda cuando sembrar... ahora es variable, uno ya no le atina a la lluvia"	"Las lluvias inician en el mes de mayo y siguen hasta octubre incluso noviembre. En este año es diciembre y no ha llovido. Solo ha habido lluvias esporádicas."
CAUSAS	"Dios dispone las lluvias y todo. Si no, ¿quién más?" "Llueve menos porque así es la voluntad de Dios. El propósito depende de Dios. Sin la bendición de la lluvia el hombre no puede hacer nada. Dios está muy molesto con los hombres porque hemos pecado y sus palabras son estas: más calor, menos lluvias y nuevas enfermedades, para que entendamos que hay que tener temor a Dios y arrepentir de nuestros pecados".	"El cambio climático se dio desde que la tecnología empezó a avanzar y con la contaminación. El otro día vi que una lancha se paró a la mitad del río y pensé que iban a lanzar una red y vi como tiraban los costales de basura a la mitad del río. De qué nos va a servir tener el agua, nosotros mismos estamos ocasionando eso. Yo pienso que el cambio climático viene de tantos aparatos eléctricos que tenemos. Y aparte que se están deshielando los polos."
	"Hemos contaminado mucho los suelos con eso de los químicos que usamos y los contaminamos y luego los suelos ya no dan, ya no producen igual y compramos más y gastamos mal".	"Las lluvias llevan el veneno que se aplica en las tierras a la laguna. Los peces también están contaminados con agroquímicos. Somos nosotros los que hemos ocasionado todo".
	"La deforestación empeora mucho la condición del campesino. Aleja la lluvia, calienta el suelo y hace que el calor empeore. Antes uno estaba en el campo trabajando y descansaba debajo de un árbol y la sombra era fresca y rica, ahora casi ya no hay sombras para descansar, porque nosotros mismos fuimos derrumbando todos nuestros árboles".	"En enero, marzo, hay quema de pastizales, (el "efecto lupa" prende el fuego) y no podemos apagarlo, solo tenemos una pipa. Los campesinos no tienen la cultura de hacer su guardarraya, (montículo de tierra que evita que el fuego crezca)".

IMPACTOS	<p>Si se nota que hay menos agua, porque yo que me dedico a perforar pozos, he tenido más trabajo. La gente se queja que no hay tanta agua como antes, tanto los campesinos como para tomar en las casas. Si no tienen agua asegurada, mejor ya no siembran."</p>	<p>"Cuando hay sequía, aumenta mucho la producción de la garrapata, y tenemos que atacar este parásito. Esto nos afecta económicamente pues necesitamos invertir en productos farmacéuticos y químicos que aumentan los costos de producción, disminuyendo las ganancias."</p>
	<p>"El campesino sólo pierde. Pierde su dinero invertido en el campo porque no hay lluvia y las instituciones no apoyan con nada. Mucha gente está dejando de sembrar, porque ya no les conviene, es mucha perdedera de dinero."</p>	<p>"En esta época, donde ponían sus redes, ahí capturaban ahora es muy poca la pesca. Si no hay ingresos por el pescado afecta la agricultura, no pueden comprar gasolina, es una cadena que perjudica en todo".</p>
	<p>"Hace unos 12 años ya se viene dejando de sembrar el pul-ha, porque ya estaba cambiando el ciclo hidrológico."</p>	<p>"En verano las reses engordan, y en el tiempo de frío les crece el pelo y se ponen flacos. El ganadero trata de vender antes del mes de noviembre. Viene el frío y ya no hay pastura". Aquí en Tabasco, si no es verde, los animales no se la comen las pasturas, prefieren morirse, es una pérdida económica para el ganadero".</p>
ACCIONES	<p>"Algunos de aquí van a Comitán a trabajar en las parcelas de allá, porque ya no pueden mantener a sus parcelas, porque es mucho riesgo con eso de que ya no sabemos cuándo vienen las lluvias".</p>	<p>"Por la escasez de agua, la agricultura ha variado muchísimo, en esta región se sembraban aproximadamente mil hectáreas de sandía; hoy hay muy poca por la falta de agua. Hoy se está sembrando frijol, maíz, sorgo todo en las márgenes del río por las comunidades. Personas que les iba bien de repente rentaron la tierra, perdieron y tuvieron que irse".</p>
	<p>"Ya casi nadie siembre el pul-ha porque ahora ya no se presentan las lloviznas en marzo, que permitían que la semilla se mantuviera viva y las lluvias de mayo, que posibilitaban a la planta crecer. Perdieron cultivos, por eso lo dejaron de hacer."</p>	<p>"Se tenían dos cultivos otoño-invierno y primavera-verano. El más común es primavera-verano. Inclusive se llega a realizar una siembra a fines de enero que ya está pasando el frío. Esta siembra, la hacen con la conciencia de que pueden perder, que no va a producir nada, pues puede llover o no. Mayormente los agricultores que si producen son los que están en toda la ribera del río, porque esa tierra es más húmeda como arena y con esa poca cantidad de agua en la tierra, logran las cosechas".</p>
	<p>"La gente se va a buscar la vida a otro lugar si aquí les va mal, pues qué les queda. Luego se endrogan para sembrar y no les resulta y pierden mucho dinero. Las familias jóvenes se van todos, con los niños chiquitos. Se van a playa de Carmen y ahí luego consiguen trabajo de choferes o de otras cosas. Varios ya no regresan, ¿para qué?"</p>	<p>"En enero, marzo, hay quema de pastizales, (el "efecto lupa" prende el fuego) y no podemos apagarlo, solo tenemos una pipa. Los campesinos no tienen la cultura de hacer su guardarraya, (montículo de tierra que evita que el fuego crezca), pero ahora ya cada vez más lo estamos haciendo".</p>

Fuente: Elaboración propia con base en entrevistas realizadas en la zona de estudio.

CONCLUSIONES

Si el cambio climático es “un reto global que exige la respuesta pronta y decidida de todas las naciones”, como manifiesta el presidente Enrique Peña Nieto en el prólogo de la Estrategia Nacional de Cambio Climático (GOBIERNO DE LA REPÚBLICA, 2013, p. 7), la actuación del gobierno mexicano no ha estado a la altura de este desafío. El compromiso que las autoridades del país han mostrado tanto en la esfera internacional – al unirse a la CMNUCC y ratificar el Acuerdo de París – como en la nacional – al crear y/o adecuar el marco jurídico e institucional a nivel federal – aún no se evidencia en la escala local, según lo observado en los dos municipios de estudio; ni siquiera instrumentadas de manera reactiva en el caso de La Independencia. En Emiliano Zapata la situación está mejor, aunque no con la contundencia con la que se esperaría, a decir de los impactos que las comunidades manifestaron. Contando con la información climática básica acerca de las variables del clima en la cuenca, se esperaría que lo que predominara fueran programas y acciones anticipadoras que buscaran adelantarse a nuevos impactos o a la profundización de los existentes.

Retomando la forma en que el Banco Mundial cataloga las medidas asociadas a la adaptación mencionadas en el apartado teórico metodológico de este trabajo, podemos constatar en campo la inexistencia de medidas instrumentadas de forma proactiva y reactiva en la zona de estudio prácticamente. Continúa la inercia de la reacción gubernamental que solo responde frente a los desastres naturales. Una previsión planificada sigue siendo materia pendiente. Frente a la parálisis pública, los actores que están ejecutando la adaptación esperada y requerida son los privados.

Los impactos de las variaciones meteorológicas y climáticas de la región sureste del territorio nacional están agudizando las condiciones de vulnerabilidad en las que se encuentra la población, ante la carencia de una política pública concreta, tangible y, sobre todo, efectiva, de adaptación al cambio climático. La falta de información sobre el calentamiento del planeta y sus impactos se traduce en un despliegue de acciones que pueden no llegar a ser estrategias de adaptación propiamente dichas, sino de convertirse en su contrario, la denominada “maladaptación, que dispersa los recursos, siempre escasos, y genera la ilusión de que se actúa para ajustarse a las nuevas condiciones meteorológicas, pero que, en realidad, sólo ejerce un efecto de adaptación puntual y momentánea, al tiempo que desplaza en el espacio y en el tiempo, hacia otros lugares y otras circunstancias, las consecuencias nefastas de la alteración antrópica del clima.

Esta maladaptación es lo que se encontró en campo, de acuerdo con los testimonios de los entrevistados. Y no es que los habitantes de La Independencia y Emiliano Zapata permanezcan inertes ante lo que perciben – de forma empírica – como un trastorno en la temperatura y el régimen de precipitaciones. Como se expuso, por su cuenta y con base en su experiencia, han implementado un conjunto de medidas para responder ante un clima que está cambiando; no obstante, estas acciones son reactivas, espontáneas y se guían por objetivos de carácter individual. En este contexto, sin la conducción de las tres esferas del gobierno ni la búsqueda del interés general, resultan en acciones desarticuladas que pueden,

incluso, tener efectos sociales, económicos y ambientales no deseados y, eventualmente, contraproducentes.

De continuar la tendencia actual, lo que se vislumbra es un incremento de la vulnerabilidad de la población, lo que no es el mejor escenario socioambiental para una región del país con un grado de exposición muy alto a los efectos del cambio climático, según lo advierten los expertos.

Por ello, el diseño de una política pública de adaptación al cambio climático debe ser local y tomar en cuenta los saberes y experiencias de las comunidades y construirse con la participación de quienes, de hecho, están padeciendo los embates de la modificación global del clima. Sin embargo, esta premisa – que ciertamente considera el Estado mexicano – debe trascender con urgencia de las leyes y programas a la realidad cotidiana de las personas que, en este caso, viven en las zonas rurales del sureste del país. Sin duda, ello se vislumbra como la única forma de empezar a atacar los procesos que producen y multiplican la vulnerabilidad social de las comunidades a los cambios de las variables climáticas, apostando de esa manera a adaptarse transformando la realidad actual de forma sustentable.

El resultado de trabajos de este tipo puede ser un insumo inicial para el diseño de esa política pública de adaptación al cambio climático hasta ahora inexistente en la práctica. Desde luego, trabajos complementarios al aquí expuesto deberán avanzar en correlacionar las manifestaciones del cambio climático con datos meteorológicos que, de igual manera, arrojen luz a los tomadores de decisiones en el diseño de políticas públicas de cambio climático.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: abr. 2018. Aceito para publicação em: jul. 2018.
- 2 En solo 30 años la población se multiplicó en un 235%, pasando el crecimiento poblacional en la cuenca de 353, 521 habitantes en 1980 a 829, 813 en 2010.
- 3 4.29 y 2%, respectivamente. CDI. Sistema de Indicadores sobre la Población Indígena en México con base en INEGI, Consejo Nacional de Población y Vivienda, 2010.
- 4 Población de 15 años y más.
- 5 Emiliano Zapata es uno de los municipios en donde se encuentra un menor número de personas en estado de pobreza y pobreza extrema en la entidad; ello, de acuerdo al Informe de Pobreza y Evaluación en el Estado de Tabasco (CONEVAL, 2012).
- 6 Pul-ha es una palabra tojolabal y quiere decir cubeta con agua (“ha” en tojolabal es agua y “pul” significa cubeta o balde).
- 7 Esta siembra se hacía en enero, aprovechando la humedad del suelo remanente de la temporada de lluvias, la cual permitía el brote de la plántula, y hasta el inicio “en tiempo” de una nueva temporada de las lluvias, a principios de mayo.

AGRADECIMIENTO

Se agradece al Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología el apoyo brindado para la realización de la investigación en la que se inscribe este trabajo, que se llevó a cabo en el marco del Proyecto “Impactos socioambientales del Cambio Climático registrados en la cuenca del Río Conchos y del Río Usumacinta, de acuerdo a criterios del IPCC 2014”, financiado por el Fondo Sectorial de Investigación Ambiental SEMARNAT-CONACYT, Convocatoria S0010-2014-1, a través del proyecto 249435.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Plan de Adaptación, Ordenamiento y Manejo Integral de las cuencas de los ríos Grijalva y Usumacinta. Programa de adaptación a las consecuencias de cambio climático en la provisión de servicios de la cuenca del Grijalva.** Volumen I, 2013, Diagnóstico Integrado con Identificación de Áreas Prioritarias. Banco Interamericano de Desarrollo.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Plan de Adaptación, Ordenamiento y Manejo integral de las cuencas de los ríos Grijalva y Usumacinta (PAOM). Diagnóstico integrado con identificación de áreas prioritarias. Versión síntesis.** Banco Interamericano de Desarrollo, 2014.

BANCO MUNDIAL. **The economics of adaptation to climate change. A synthesis report.** Final consultant draft. Washington, D. C.: The World Bank Group, 2010.

BARNETT, J.; O'NEILL, S. Maladaptation. **Global Environmental Change**, volumen 20, p. 211-213, 2010.

CÁMARA DE DIPUTADOS. **Ley General de Cambio Climático.** En Diario Oficial de la Federación, 06 de junio, p. 1-52, 2012.

COMISIÓN INTERSECRETARIAL DE CAMBIO CLIMÁTICO. **Programa especial de cambio climático 2009-2012.** México: Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, 2009.

COMISIÓN INTERSECRETARIAL DE CAMBIO CLIMÁTICO. **México. Quinta Comunicación Nacional ante la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático.** México: Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, 2012.

CONSEJO DE SEGURIDAD NACIONAL. **Programa para la Seguridad Nacional 2014 – 2018. Una política multidimensional para México en el siglo XXI.** México: Presidencia de la República, 2014.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL. **Informe de pobreza y evaluación en el estado de Tabasco 2012.** México, D.F. CONEVAL, 2012.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN (CONAPO). Índice de marginación por entidad federativa y municipio, 2010. México.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN (CONAPO). **Cartografía de marginación por municipio**, 2015. México.

CONVENCIÓN MARCO DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE CAMBIO CLIMÁTICO. **Climate change: impacts, vulnerabilities and adaptation in developing countries**. Bonn, Alemania: Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, 2007.

DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN. **Ley General de Cambio Climático**. 6 de junio del 2012. México.

ESTRADA, Francisco; GAY, Carlos. Detección y atribución de cambio climático”. In: GAY, C.; RUEDA, J. C. (Coord.). **Reporte mexicano de cambio climático**. Grupo I Bases científicas, modelos y modelación. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, p. 219-245.

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA. **Estrategia Nacional de Cambio Climático. Visión 10-20-40**. México: Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, 2013.

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA. **Programa Especial de Cambio Climático 2014-2018**. México: Gobierno de la República, 2014.

HUME, M. Attributing weather extremes to ‘climate change’: A review. **Progress in Physical Geography**, v. 38, n. 4, p. 499-511, ago. 2014.

IBARRARÁN, M. E.; LUCATELLO, S.; MENDÍVIL, A. Opciones y financiamiento para la adaptación. In: GAY, C.; RUEDA, J. C. (Coord.). **Reporte mexicano de cambio climático**. Grupo II Impactos, vulnerabilidad y adaptación. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, p. 241-255.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **Encuesta Intercensal 2015**. México.

INSTITUTO NACIONAL DE ECOLOGÍA Y CAMBIO CLIMÁTICO. **Adaptación al cambio climático en México: visión, elementos y criterios para la toma de decisiones**. México: Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, 2012.

IPCC. **Cambio climático 2001: impactos, adaptación y vulnerabilidad**. Resúmenes del Grupo de Trabajo II. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2001a.

IPCC. **Climate Change 2001: impacts, adaptation, and vulnerability**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2001b.

IPCC. **Cambio climático 2007: Informe de síntesis**. Contribución de los Grupos de trabajo I, II y III al Cuarto Informe de evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. Ginebra, Suiza: IPCC, 2007.

IPCC. **Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation**. Nueva York: Cambridge University Press, 2012.

IPCC. **Cambio climático 2013**. Bases físicas. Resumen para responsables de políticas, resumen técnico y preguntas frecuentes. Parte de la contribución del Grupo de trabajo I al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. Cambridge, Reino Unido - Nueva York, Estados Unidos: Cambridge University Press, 2013.

IPCC. **Cambio climático 2014**: Impactos, adaptación y vulnerabilidad. Resumen para responsables de políticas. Contribución del Grupo de trabajo II al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. Ginebra, Suiza: Organización Meteorológica Mundial, 2014.

MUÑOZ, N. P.; AZUZ-ADEATH, I.; LE BAIL, M. La política nacional de adaptación ante el Acuerdo de París. In: RUEDA, J. C.; GAY, C.; QUINTANA, F. (Coord.). **21 visiones de la COP21**. El acuerdo de París: retos y áreas de oportunidad para su implementación en México. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016, p. 173-185.

ORGANIZACIÓN METEOROLÓGICA MUNDIAL. **Declaración sobre el estado del clima mundial en 2016**. Ginebra, Suiza: Organización Meteorológica Mundial, 2017.

SMIT, B.; BURTON, I.; KLEIN, R.J.T.; WANDEL, J. An anatomy of adaptation to climate change and variability. **Climatic Change**, n. 45, p. 223-251, 2000.

TAYLOR, M. **The political ecology of climate change adaptation. Livelihoods, agrarian change and the conflicts of development**. Londres, Reino Unido y Nueva York, Estados Unidos: Routledge, 2015.

**Alejandra
Peña-García**

Es geógrafa de formación y cuenta con estudios de posgrado (maestría y doctorado) por la Universidad Nacional Autónoma de México. Ha realizado estancias técnicas y de investigación en instituciones de prestigio en México y en el extranjero. Su labor profesional la ha desarrollado principalmente en el sector público. Actualmente labora en el Instituto Mexicano de Tecnología del Agua y es profesora de asignatura en la Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM. Sus líneas de investigación son: el servicio público de agua y saneamiento, acceso al agua, gobernanza y participación social y vulnerabilidad a fenómenos hidrometeorológicos extremos y al cambio climático. Es autora y coautora de diversas publicaciones en revistas académicas, y ha participado en más de 20 congresos nacionales e internacionales en la temática del agua. Es miembro del Sistema Nacional de Investigadores, nivel 1.



Foto: Valeria Giannella

A Memória na História Oral de Vida dos Idosos¹

Jessica Syrio Callefi e Elisa Yoshie Ichikawa

Resumo

Uma das maneiras de acessar a subjetividade dos sujeitos dentro da pesquisa qualitativa é utilizando a história oral de vida. Este caminho metodológico vem ganhando espaço dentro das pesquisas científicas que se interessam por informações obtidas com base nas percepções dos indivíduos. A partir deste contexto, este estudo tem o intuito de compreender o papel da memória do indivíduo dentro da história de oral de vida. Foram coletadas e analisadas sete histórias de vida, cujos protagonistas são idosos, moradores de um asilo. A importância deste estudo perpassa a compreensão da mudança das memórias dos indivíduos com o passar do tempo, o que reflete questões geracionais, visto que o presente interfere na maneira do indivíduo compreender as memórias do passado. Apontam-se, como resultados desta pesquisa, que as lembranças mais vívidas nas memórias dos indivíduos entrevistados são aquelas que relacionam os fatos do passado com a vida atual do indivíduo, e aquelas lembranças que geram contradições do passado em relação à realidade atual que vivenciam.

Palavras-chave

Pesquisa Qualitativa. Memória. Idosos.

Abstract

One of the ways to access the subjectivity of individuals within qualitative research is to use oral history of life. This methodological path has been gaining ground in scientific research that is interested in information obtained from the perceptions of individuals. Within this context, this study intends to understand the role of the individual's memory within the oral history of life. Seven life histories were collected and analyzed, being the protagonists elderly residents of an

asylum. The importance of this study permeates the understanding of changing individuals' memories over time, reflecting generational issues, since the present interferes with the individual's understanding of his/her memories. We point out that the individuals' most vivid memories are those that relate the facts of the past to the current life of the individual and those memories that generate contradictions of the past in relation to the current reality they experience.

Keywords Qualitative Research. Memory. Elderly Adults.

INTRODUÇÃO

A arte de contar histórias é um meio bastante difundido entre os idosos para a transferência de conhecimento e tradições para outras pessoas (MORI, 1998). Segundo Bosi (2010), a narração necessita de um locutor e um interlocutor e há um saber que é transferido através da oralidade, de forma que o narrador tem a função de trazer a sua experiência, e os interlocutores aprendem por essas histórias.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), 29,9% da população de idosos brasileiros em 2015, acima dos 65 anos de idade, não teve acesso à alfabetização. Este dado apresenta um vislumbre de um dos motivos pelos quais a tradição oral é tão importante para os idosos transferirem suas histórias para outras pessoas. Assim, entende-se que uma das melhores maneiras de acessar as compreensões e entendimentos de mundo dos idosos é pela história oral de vida.

A história oral de vida, uma das metodologias dentro da pesquisa qualitativa, permite compreender o sujeito com foco na própria percepção sobre a realidade que ele enxerga (DENZIN; LINCOLN, 2006). Barros e Lopes (2014) defendem que esta metodologia pede que o sujeito disserte sobre sua vida livremente, trazendo elementos a serem entendidos e estudados cientificamente para a compreensão da realidade.

A memória tem um papel fundamental dentro da história oral de vida, visto que o sujeito precisa acessar sua memória e trazer elementos que culminam em relacionar o passado com o presente, tendo em vista que o presente pode interferir na maneira do indivíduo reviver suas memórias do passado (BERGSON, 2006).

Dentro deste contexto, este artigo tem como objetivo compreender o papel da memória na história oral de vida dos sujeitos pesquisados – no caso, idosos internados em um asilo –, visando auxiliar futuras pesquisas que se utilizem desta mesma estratégia de obtenção de dados de pesquisa qualitativa.

A elaboração desta pesquisa justifica-se pela busca por um aprofundamento sobre a memória

dentro da história oral de vida, timidamente abordada em estudos científicos. Além disso, a utilização de idosos como sujeitos de pesquisa permite um maior entendimento sobre as diferenças geracionais, no que tange às compreensões de suas experiências passadas pelas vivências do presente.

HISTÓRIA ORAL DE VIDA

De acordo com Bom Meihy (2002), a história oral de vida é um recurso que pode ser utilizado para a realização de estudos relativos à experiência social dos indivíduos. Segundo o mesmo autor, a história oral de vida permite que grupos que, até então, não possuíam o privilégio de serem ouvidos tenham a liberdade para contarem suas experiências. Ademais, estes sujeitos adquirem maior grau de dignidade ao perceberem que suas histórias possuem importância histórica e social para a construção do conhecimento e a compreensão da realidade.

Portanto, a história oral proporciona significado social à vida dos indivíduos que depõem e se sentem parte do contexto (ICHIKAWA; SANTOS, 2006). Segundo Thomson (2000), a ênfase da metodologia está no narrador e na oportunidade deste sujeito recordar e contar sua história. Joutard (2000) complementa que a história oral tem na sua origem o intuito de ouvir a voz dos excluídos, trazer e transmitir a realidade daqueles que não são ouvidos.

Thomson (2000) esclarece que existe um consenso acadêmico a respeito das entrevistas de história oral, de forma que não há uma regra padrão a ser seguida por todos. De acordo com Barros e Lopes (2014), para coletar os dados da história oral, pede-se para o indivíduo contar a sua vida, através do seu ponto de vista e da maneira que lhe for natural, e os pesquisadores se encarregam de compreender o universo do qual os entrevistados fazem parte.

Autores como Bom Meihy (2002), Gonçalves e Lisboa (2007) e Whitaker (2000) apresentam alguns elementos necessários para a coleta e análise de dados dentro da modalidade da história oral de vida, no intuito de transformar estas histórias em dados científicos para análise.

Para Bom Meihy (2002), é necessário que o projeto para a coleta da história de vida contenha: tema, justificativa, hipótese de trabalho, escolha dos indivíduos, formação da rede, entrevista, transcrição, conferência, uso e arquivamento – todos bem definidos. Ademais, para uma melhor estruturação para a coleta de dados, separam-se os temas das histórias de vida em grandes blocos ou em grandes acontecimentos.

Já Gonçalves e Lisboa (2007) elencam como principais etapas do procedimento metodológico: elaboração do projeto de pesquisa a partir de um roteiro, uso do termo de consentimento livre e esclarecido para a realização da pesquisa, definição do objeto de pesquisa, definição da questão problema, definição da amostra e critérios qualitativos, elaboração do roteiro de entrevista com base na questão problema, realização das entrevistas, processamento das entrevistas e codificação e análise das entrevistas e retorno dos resultados da pesquisa aos sujeitos.

Por sua vez, Whitaker (2000) considera que todas as etapas, desde os procedimentos de transcrição das entrevistas até a sua interpretação, devem ser seguidas criteriosamente para garantir que a pesquisa tenha validade. Ademais, a teoria pela qual o material será analisado também é imprescindível para a coleta, análise e validade da pesquisa.

Whitaker (2000) adverte que o pesquisador precisa entender a realidade dos seus entrevistados, bem como as práticas culturais do lugar em que estão inseridos. Esta ideia vem ao encontro das colocações de Barros e Lopes (2014), os quais entendem que as histórias individuais contêm valores e ideologias, uma vez que os indivíduos fazem parte de uma coletividade. Além disso, é importante que o pesquisador consiga captar o sujeito dentro destas histórias, pois, através do relato, é possível reconstruir o campo da subjetividade, com suas características individuais e singulares, moldadas a partir da experiência do coletivo.

Durante a transcrição das histórias de vida coletadas, Joaquim e Carrieri (2018, p. 310) alertam que “ao ‘transformar’ a fala em escrita, não há como não interferir e modificar a fala do narrador. Por este motivo, defende-se que não é possível fazer uma transcrição ou tradução do que é falado”. Portanto, há que se levar em conta os aspectos velados, a linguagem verbal e tudo o que não foi dito, mas que ficou entendido pelos gestos e emoções do entrevistado (JOAQUIM; CARRIERI, 2018).

Assim, a transcrição torna-se essencial para que elementos importantes não sejam perdidos pela transcrição literal do que foi dito pelo entrevistado. Isso porque a transcrição é o processo de organizar a história, em vista de apresentar maior compreensibilidade ao leitor sobre o que foi dito e observado a respeito da história de vida. “É preciso modificar e reordenar, permitir que determinada fala apareça [mesmo quando não dita] e remontar esta aura que permeia a narrativa de modo que o leitor também experimente essa narrativa” (JOAQUIM; CARRIERI, 2018, p. 310). Portanto, o pesquisador tem a liberdade de propor um texto que traga a emoção da narrativa.

MEMÓRIAS E LEMBRANÇAS DOS IDOSOS

Nas histórias contadas e transcriadas, os indivíduos narram sua própria existência e a transformam em experiência para os que a escutam (BOSI, 2010). E estas histórias têm um ponto em comum: utilizam somente a memória como fonte principal de dados. Portanto, há que se falar sobre as memórias e sobre as distinções entre os conceitos de percepções, lembranças e memórias.

De acordo com Bergson (2006), a memória inicia com as percepções, enquanto as percepções são dados selecionados pela nossa mente de acordo com o que consideramos mais relevante do mundo que observamos. Já a lembrança advém das percepções que os indivíduos selecionam a respeito de tudo o que já vivenciaram. Bergson (2006) assume que “na verdade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada” (BERGSON, 2006, p. 30).

A memória constitui-se de imagens que misturam nossa percepção do presente com as imagens do passado e, dessa maneira, é possível que toda a experiência que se adquire enriqueça a memória ou mesmo a substitua (BERGSON, 2006). “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 204).

A Figura 1 apresenta uma exemplificação do funcionamento da memória. Observa-se que o objeto, ou o que será guardado na memória, é representado pela letra O. O círculo A é a percepção imediata construída pela mente do indivíduo a respeito do objeto. De acordo com Bergson (2006), o indivíduo expande a totalidade de sua memória como uma expansão intelectual através do conhecimento e de tudo o que observa, criando outras percepções, representadas pelas letras B, C e D. Já os círculos pontilhados representam a transcrição de uma memória sobre as outras.

Figura 1 - Círculos da memória

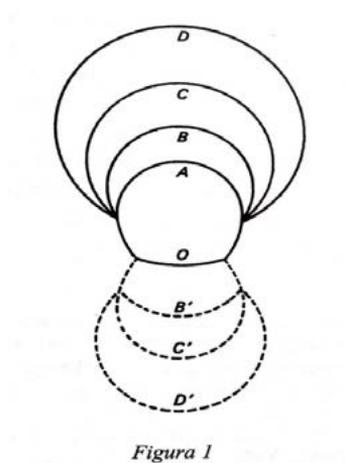
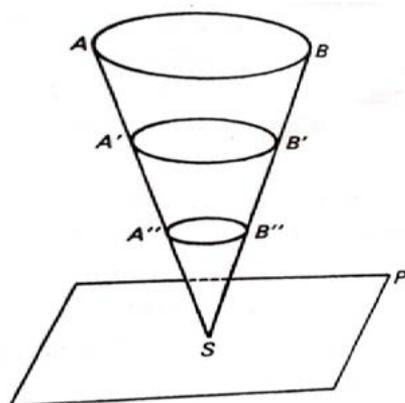


Figura 1

Fonte: Bergson (2006)

Assume-se que as novas memórias podem se tornar tão presentes e reais que chegam a reprimir e subscrever sobre as memórias antigas, além de trazer diferentes percepções na atualidade sobre um fato que ocorreu no passado (BERGSON, 2006).

De acordo com o exposto, é possível representar a totalidade das memórias de acordo com a Figura 2, em que Bergson (2006) considera que o cone SAB representa a totalidade das lembranças acumuladas da memória, a base AB está fixada no passado e o vértice S está fixado no presente, o plano P é a representação atual que o sujeito tem do universo. Toda a imagem que se tem de um objeto se concentra em S, fazendo parte do plano P, e, assim, essa imagem recebe e devolve as ações referentes ao mesmo objeto (BERGSON, 2006).

Figura 2 - Formação da imagem pela memória*Figura 5*

Fonte: Bergson (2006)

Além da memória se utilizar de imagens-lembrança para projetar as novas percepções (BERGSON, 2006), Halbwachs (2009) assume que os indivíduos precisam se adaptar aos acontecimentos da vida, ignorar algumas lembranças, ou gravar outras mais importantes ou úteis na memória. Dessa forma, entende-se que as imagens gravadas da memória estão permeadas de escolhas e sentimentos dos indivíduos (BERGSON, 2006). Ou seja, “a memória é seletiva” (POLLAK, 1992, p. 203).

Vale ressaltar que, segundo Le Goff (1990) e Halbwachs (2009), outras pessoas nos auxiliam nas construções de nossas memórias e na recordação delas, pois se assume que a construção da memória também é coletiva.

Esse entendimento é importante, visto que existem acontecimentos políticos e históricos que têm relevância tão intensa que os indivíduos incorporam como suas memórias individuais, ainda que não tenham vivenciado certos fatos, ou seja, estes acontecimentos se tornam, praticamente, uma memória herdada (POLLAK, 1992). A memória coletiva permite o entendimento das lutas e das tradições de uma determinada sociedade (LE GOFF, 1990).

Porém, apesar da memória ter essa característica coletiva, ressalta-se que somente o indivíduo é capaz de acessar e dizer o que sente e pensa acerca da memória que carrega. Isso porque os acontecimentos são, primeiramente, vividos pessoalmente (POLLAK, 1992).

Sobre a memória no contexto da velhice, Vargas-Santillán *et al.* (2017) ressaltam que os idosos consideram saúde como a capacidade de poderem realizar tarefas e também o ato de recordarem das próprias memórias. Mori (1998, p. 25) diz que “o lembrar do velho é uma constante tensão entre passado e presente, uma busca de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e apô-las às imagens de agora”. Logo, existe um receio dos idosos em não se recordarem de algumas lembranças que consideram especiais em suas vidas e de terem lapsos de memória (SOUZA, 2011).

Ressalta-se que estas memórias, ainda que não estejam completas, trazem uma riqueza imensurável para a pesquisa (JOAQUIM; CARRIERI, 2018). Inclusive, apesar das características flutuantes e mutáveis da memória, Pollak (1992) assume que alguns fatos e acontecimentos são imutáveis, uma vez que fazem parte da essência do indivíduo. Por fim, a busca da história a partir da memória, procura mais do que a veracidade dos fatos em si, mas o entendimento da realidade através da subjetividade dos indivíduos entrevistados.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa ocorreu em um asilo da cidade de Maringá entre os meses de fevereiro e outubro de 2017, com a coleta e conferência de sete histórias de vida. Este total de entrevistas trouxe as contribuições necessárias para responder aos anseios da investigação. Ademais, conforme apontam Godoi e Matos (2006), dentro da pesquisa qualitativa, o número de indivíduos a ser pesquisado não precisa ser previamente estabelecido, o que permite uma maior flexibilidade para o pesquisador voltar a campo sempre que necessário.

O asilo que acolheu este estudo já continha outros pesquisadores das áreas de psicologia, enfermagem, medicina e terapia ocupacional realizando outras pesquisas. Ademais, a abertura do asilo para pesquisadores, voluntários e visitantes é uma política interna que visa à manutenção do contato dos idosos com a comunidade. Dessa forma, os próprios idosos já estavam acostumados com pesquisadores e gravações de entrevistas.

A seleção dos entrevistados deu-se de acordo com o grau de abertura dos mesmos para a pesquisa. Durante as atividades diárias dos idosos, explanava-se sobre a pesquisa que seria realizada e era feito o convite para entrevista.

As histórias foram todas gravadas com a permissão dos entrevistados e estes contavam suas histórias de vida livremente. Considerou-se que coletar, ler e reler as histórias para os idosos seria o melhor caminho para conseguir garantir a conferência das histórias, visto que a maioria deles não sabia ler.

Dentro desta pesquisa, as entrevistas foram separadas em cinco blocos principais, a saber: infância, juventude e trabalhos executados, principais fatos marcantes da vida, a entrada no asilo e o presente. Estes blocos surgiram naturalmente durante as entrevistas não estruturadas, pois os próprios entrevistados contavam sobre suas vidas a partir destas fases. A fase da infância auxiliou em um entendimento maior sobre a vida do entrevistado no passado e a construção dos valores que ele carrega até o presente. O trabalho foi o primeiro assunto abordado pelos entrevistados ao narrarem suas vidas. Os blocos sobre a entrada no asilo e sobre o presente visavam compreender como o sujeito se adaptou no lugar onde vive atualmente. Essa separação em blocos, como proposto por Bom Meihy (2002), auxiliou não só nas coletas de dados, mas também na reorganização das histórias de vida, visto que, durante as entrevistas, era comum que os entrevistados não seguissem uma lógica temporal de acontecimentos.

Na entrega das entrevistas, a história de vida transcrita foi lida para cada um dos entrevistados e, após a confirmação, as histórias foram impressas, encadernadas e entregues para os protagonistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, o Quadro 1 apresenta alguns dos principais dados a respeito dos entrevistados, os quais permitem um maior entendimento do contexto de vida de cada um dos idosos que participaram da pesquisa.

Quadro 1 - Informações sobre os entrevistados

Nome fictício	Idade (anos)	Estado civil	Debilidades físicas	Motivo para ir para o asilo
Carlos	83	Viúvo	Locomoção com auxílio de bengala	Desavenças familiares: considera que a filha, sua única parente viva, o enganou ao deixá-lo no asilo sem tê-lo consultado antes.
Ester	60	Solteira	Locomoção com auxílio de andador	Necessidade de cuidados especiais: com o passar da idade e a necessidade de cuidados especiais, além da relação difícil com os irmãos, Ester veio para o asilo como última opção de moradia.
Joana	89	Solteira	Saudável	Necessidade de cuidados especiais: com um bom estado cognitivo e social, Joana decidiu vir para o asilo por acreditar que teria mais liberdade e seria mais bem cuidada do que na casa de parentes. Ela ainda mantém contato com os familiares, os quais a buscam para visitar os parentes todos os finais de semana.
Joaquim	81	Solteiro	Surdo de um dos ouvidos, locomoção com o auxílio de uma bengala	Necessidade de cuidados especiais: por não ter parentes vivos na cidade e nem ter constituído família, Joaquim preferiu vir para o asilo quando percebeu que não conseguia mais viver de forma independente.
Rafael	82	Solteiro	Cadeirante	Necessidade de cuidados especiais: Rafael perdeu o contato com seus familiares ainda na adolescência. Durante toda sua juventude e vida adulta, trabalhou em uma fazenda, mas, com o avançar da idade, seus patrões decidiram interná-lo no asilo.

Nome fictício	Idade (anos)	Estado civil	Debilidades físicas	Motivo para ir para o asilo
Raul	69	Solteiro	Cadeirante e com leve quadro de esquizofrenia	Necessidade de cuidados especiais: com apenas um irmão vivo sem condições de cuidar dele e com a necessidade de cuidados médicos frequentes, Raul preferiu vir para o asilo.
Rute	98	Viúva	Cadeirante	Necessidade de cuidados especiais e questões financeiras: sua única filha não tinha condições de sustentar a casa e contratar cuidados para a mãe.

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que os moradores do asilo entrevistados, em sua maioria, são solteiros. Ocorre que seus parentes próximos também possuem idade avançada, impossibilitando que estes disponham de condições para cuidar de outras pessoas.

Ademais, as dificuldades de saúde são um fator complicador. A perda ou diminuição da capacidade de locomoção impede que o idoso consiga executar sozinho as tarefas do dia a dia e, até mesmo, de higiene pessoal, necessitando de alguém para o auxiliar nas atividades cotidianas. A questão financeira também impacta esse aspecto, visto que algumas famílias ficam com o dilema de cuidar do parente idoso ou trabalhar fora de casa para pagar uma pessoa para cuidar do seu parente.

A partir das histórias de vida obtidas por meio das entrevistas realizadas, observou-se que os temas do trabalho e do estudo se repetiram em todos os diálogos. Entre os entrevistados, a maioria era de classe baixa, teve que trocar os estudos pelo trabalho na infância e alguns deles nem mesmo lograram estudar.

A maioria dos entrevistados iniciava as entrevistas com o tema do trabalho, o que expressa a relação intrínseca entre a história de cada um com as tarefas que foram realizadas durante a maior parte da juventude e da vida adulta. Os idosos recordavam-se do emprego, do orgulho em subir de cargos, exaltavam a dignidade de trabalhar, lembravam-se de histórias relacionadas ao dia a dia, da exaustão e do grande volume de trabalho, e, até mesmo, de frases exatas que foram ditas em momentos específicos ou chave sobre suas vidas laborais.

Na sequência, têm-se trechos de entrevista que suportam estes entendimentos. Raul, por exemplo, utiliza a expressão “comecei a vida”, para falar de seu primeiro emprego. Rafael comenta sobre o trabalho que durou a vida toda. Joana recorda com satisfação o ponto crucial de entrada no trabalho e da frase exata que expressou a sua única oportunidade em mostrar que seria capaz de desempenhar seu trabalho. Da mesma forma, Carlos recorda-se do seu diálogo com sua mãe a respeito da carreira que decidiu seguir:

Raul: Comecei a vida fazendo móveis, foi meu primeiro emprego. Trabalhei em uma marcenaria dos 14 aos 16 anos. Depois, fui trabalhar como empacotador em uma loja de tecidos, mas logo me passaram para o balcão e eu trabalhei como vendedor por algum tempo.

Rafael: A vida foi corrida até hoje. Daí, agora, eu parei de trabalhar. Sempre gostei de trabalhar e gosto de trabalhar até hoje. [Eu] plantava café, trabalhava, trabalhava, trabalhava. A vida inteira foi de trabalhar! Eu gosto de trabalhar. Até hoje eu gosto de trabalhar. Eu tenho saudade da roça.

Joana: Eu morava em Londrina e meu primo era gerente do banco. Aí eu entrei no banco, sem concurso, sem nada. Só que meu primo disse para mim: “Se dentro de uma semana você não se adaptar aqui, não trabalhar bem, você está na rua”. Mas como eu me adaptei bem, fiquei 32 anos no banco. Entrei no banco com uns 17 anos. Porque eu precisava. Foi o meu primeiro trabalho fora. Eu me saí bem. Atendia muito bem ao público. Ele me pôs no balcão, justamente para ver como que eu ia me adaptar. Gostei! Eu gostava de atender o povo. Sabe como é? Cidade pequena. Na época, tinha muita gente da redondeza ainda. Era cidade pequena ainda. Como era gostosa! Fiquei uns 15 anos neste banco em Londrina. Eu gostava do banco. Era o Banco Brasul de São Paulo, mas o [Banco] Noroeste comprou. Aí eu fui para Curitiba.

Carlos: Eu estava com 9 anos quando saí do sítio. Eu falei com a mãe e o pai: “Mãe, vou trocar de ramo, mãe. Tenho vontade de ser artista, eu vou ser artista, mãe. Ela falou: “Ô meu filho, você vai querer ser artista? O seu pai é bíblico”. Meus pais eram evangélicos. O meu pai não tinha parada, porque ele era ministro da igreja e viajava muito. Eu falei: “Vou ser bíblico também, vou estudar, já estou estudando a bíblia. Vou estudar para padre”.

Ainda sobre os trechos apresentados, observa-se a divergência entre a vida ativa e a vida ociosa dentro do asilo. O asilo contém poucas atividades que se relacionam aos trabalhos executados pelos idosos no passado com suas vidas ativas. Dentro do asilo, na maior parte do tempo, os idosos só observam o tempo passar. Ressalta-se que o ócio é valorizado por vários, visto que a maioria deles só parou de trabalhar ao entrar no asilo, e assim, permitem-se descansar:

Joaquim: Aqui é muito bom pra viver, porque como eu falei: aqui ninguém faz nada.

Ester: Mas, eu gosto daqui, a gente come e dorme só.

Carlos: Eu só fico quietinho, sentado pra cá.

Porém, em outros trechos das entrevistas, é possível observar a discrepância entre a possibilidade de produzir do passado, com a situação atual da vida dos idosos no asilo. Isto ocasiona, às vezes, o sentimento de inutilidade, conforme observado na fala de Carlos e ressaltado pela fala de Raul:

Carlos: Tem hora que eu estou sentado aqui e fico pensando todos os lugares que eu lecionei, [...] eu tocava e cantava. E agora estou aqui que nem um sabugo velho.

Raul: Os idosos precisam fazer movimentos, se exercitar, pintar, desenhar. São as atividades que nos mantêm vivos. Se a gente vivesse no ócio completo, além

de estar no pior lugar do mundo, a gente morreria de ociosidade. Comer, beber, dormir, isso não basta para nós. Temos que ter amizades, conversar.

Outro tema que também foi trazido por todos os entrevistados é o da educação. Este tema também se relaciona ao trabalho, já que muitos dos idosos entrevistados não tiveram a oportunidade de estudar, dado que precisavam ajudar no sustento de suas casas. Outros idosos tiveram a oportunidade de estudar, valorizam os conhecimentos adquiridos, mas reconhecem que, dentro do asilo, estes conhecimentos não têm muita serventia, conforme observado na fala de Carlos. Ainda é possível observar os sentimentos de arrependimento por não terem estudado na infância e o vislumbre de que, se tivessem estudado, talvez não estivessem em um asilo:

Raul: Então viemos para Maringá. Entrei em um colégio, mas não estudei, fui só um dia. Eu precisava trabalhar e a escola era longe de onde eu morava.

Joaquim: Estudei muito pouco. De jovem, larguei dos estudos para trabalhar.

Ester: Lá não tinha jeito de estudar, era puro mato. Tudo longe. Não íamos para a cidade.

Rafael: Aí o meu padrinho pegou os filhos deles no sítio e montou uma escola na casa dele para a criançada estudar. Ele arrumou uma professora para ensinar. Só que eu não podia ir lá. Eu brincava com os meninos quando era pequeno, mas, na escola, não podia ir. [...]. Aí eu fiquei trabalhando no sítio, ajudando meu pai.

Cecília: A única felicidade que eu não tive é que meu pai nunca me deixou ir para a aula. Eu gostava da leitura. Eu conheço os números, conheço as letras, mas não sou capaz de juntar para decorar para ler. Ele não deixava estudar, porque tínhamos que trabalhar.

Carlos: Eu estudei quando era novo, da tua idade assim. Daí, eu terminei. Não pode parar. Não pode pôr o pé no freio e estacionar. Estudo nunca é demais. Que nem eu. Eu tenho estudo. Bastante. Mas, não presta para nada mais.

Joana: Meu pai me colocou em um colégio de freiras. Mas eu não ficava longe da minha mãe. Daí eu fiquei lá [no colégio], estudei um pouquinho. Não aguentava ficar lá. Daí eu voltei para a fazenda. Hoje eu me arrependo, mas fazer o quê?

Durante as entrevistas, notou-se também que os idosos atribuem grande importância para a lucidez e a boa memória. Isso porque diversas doenças que afligem os indivíduos de maior idade afetam a memória. Assim, poder recordar de memórias pessoais e de fatos no geral gera conforto para os indivíduos, conforme ressalta Carlos:

Carlos: Eu tenho a cabeça boa. [...] Lembro! Lembro sim. Eu me lembro de tudo. Estou com 82 anos, mas a minha cabeça guarda tudo certinho.

Outros entrevistados afirmaram que a forma de pensar sobre a vida muda na velhice. Os idosos refletem sobre o que passou e revivem os momentos de seu passado, conforme as falas

de Cecília e Carlos. Observa-se que alguns dos idosos revivem os fatos com outras lentes e novos sentimentos, e outros ainda revivem os mesmos sentimentos dolorosos do passado, como observado na fala de Ester, a qual se emocionava muito contando sobre o que viveu:

Cecília: A gente tem que compreender que quando a gente é nova, é uma coisa. E quando a gente é velha, é outra. O que mais muda é o pensamento. Porque, no tempo que a gente é mais nova, o pensamento é mais vadio. Só quando a gente está com uns 50 ou 60 anos, o pensamento muda. Pensamento da gente fica mais pesado, mais coisas na cabeça. A gente vê muita coisa errada e fica meio triste.

Carlos: Eu penso muito na família. Penso o que eu tinha.

Ester: Nós andávamos descalços. Só depois, com 15 anos, meu pai me comprou meu primeiro chinelo, uma Alpargata. Mas, antes, era sempre descalça. Tinha muito cururu, espinho, assim, que entrava no pé da gente. Minha irmã ajudava a tirar do pé da gente com alfinete. Doía muito.

Durante as entrevistas, foi possível observar que diversos sentimentos relacionados ao passado são revividos pelos indivíduos. Tanto a satisfação, felicidade e orgulho dos grandes feitos, a gratidão pela vida, família e trabalho que tiveram, como as tristezas e dificuldades que enfrentaram e que deixaram marcas profundas. O ambiente ocioso é um convite para a reflexão sobre a vida, bem como a imaginação de como a vida seria diferente se as escolhas do passado tivessem sido outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusões desta pesquisa, observou-se que a história oral de vida é um meio que garante tanto a obtenção de dados dos entrevistados como a valorização pessoal dos indivíduos. Isso porque, quando eles são ouvidos, percebem que sua história tem importância. Além disso, compreende-se que, mesmo que a obtenção de uma história não seja a cópia fidedigna da realidade, as impressões, sentimentos e a maneira de pensar dos indivíduos é mais proveitosa para a compreensão da realidade. Afinal, busca-se o ponto de vista do protagonista sobre a sua própria história.

Observou-se que os indivíduos acessam a memória com maior frequência de acontecimentos que tiveram importância para eles e também com os quais eles se identificaram. Comumente, os entrevistados contavam mais de uma vez sobre um mesmo acontecimento e perguntavam se estas histórias estariam presentes no relatório final, tamanha a importância que davam a estes fatos para suas vidas. Estas histórias não se alteravam e, ocasionalmente, eram contadas com as mesmas palavras.

Em relação a esta pesquisa, em especial, foi possível observar duas questões importantes: a primeira questão é como o meio pode afetar os indivíduos que nele estão inseridos. O convívio com os enfermeiros, cuidadores, visitantes e pesquisadores, instigavam os idosos desta pesquisa a refletir sobre as diferenças entre gerações e as mudanças históricas atuais.

Quando um profissional se apresentava ao idoso, este automaticamente relacionava que aquele profissional teve estudo e ele não, visto que, na infância e adolescência dos idosos, o acesso à educação era dificultado.

Verificou-se que, como a maioria dos entrevistados não teve a possibilidade de estudar – já que o trabalho era mais valorizado e necessário, na época, que o estudo – hoje, ao contrastarem o que viveram no passado com o que vivem no asilo, entristecem-se por não terem podido agarrar ou não terem agarrado as chances de estudar que apareceram em seus caminhos. As memórias passadas, misturadas com a realidade presente, fazem-nos refletir e arrependem-se de alguns fatos, já que, em sua opinião, se tivessem estudado, talvez sua situação fosse diferente no presente momento.

A segunda questão importante referente a esta investigação diz respeito à centralidade do trabalho na vida das pessoas e como isso não se descola dos indivíduos, mesmo que sua realidade atual não exija mais o trabalho como elemento essencial. As fases mais alegres que as memórias dos entrevistados trouxeram são as do trabalho. A vida produtiva, no sentido laboral, é a da qual eles têm mais saudade e com a qual mais se identificam. São fases em que eles se viam com uma dignidade talvez hoje perdida e, assim, não há como não afirmar que o trabalho tem uma grande relação com a identidade dos indivíduos.

O fato de não trabalharem mais faz com que alguns idosos se deprimam, por não terem o que fazer no asilo e também por não terem mais as mesmas habilidades para realizar as tarefas à qual estavam acostumados no passado. A lógica do trabalho e a necessidade de se sentirem úteis o tempo todo acompanham os indivíduos de maneira profunda e irrefutável.

Por fim, de forma geral, observou-se que a compreensão da memória para o entendimento da história oral de vida é fundamental. Através de cada uma das histórias de vida captadas por esta pesquisa, foi possível entender que a memória traz as experiências subjetivas dos personagens, mas sempre acrescentadas de suas reflexões e percepções a partir da realidade em que vivem no presente. A memória trabalha não apenas com lembranças e acontecimentos, mas também com sentimentos. Assim, pode haver apagamentos e também acréscimos às narrativas, até para torná-las mais aceitáveis para o próprio narrador. Desta forma, trabalhar com a memória não é trazer os acontecimentos exatos dos fatos, mas trazer um passado relido e repensado a partir das implicações do presente, sabendo que as imagens gravadas da memória estão permeadas das escolhas do próprio narrador. Ao considerar essas especificidades, o pesquisador que trabalha com memória consegue ponderar e entender as questões teóricas que busca, a partir deste importante elemento da história oral de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo auxílio financeiro para desenvolvimento desta pesquisa.

NOTA

1 Submetido à RIGS em: jun. 2018. Aceito para publicação em: set. 2018.

REFERÊNCIAS

BARROS, V. A.; LOPES, F. T. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: SOUZA, E. M. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014. p. 41-63.

BERGSON, H. **Matéria e Memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOM MEIHY, J. C. S. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-323.

GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral e sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katálysis**, v. 10, n. especial, p. 83-92, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2016**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2016/default_tab_xls.shtm>. Acesso em: 21 jul. 2017.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: SILVA, A.; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 185-209.

JOAQUIM, N. F.; CARRIERI, A. P. Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 85, p. 303-319, 2018.

JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. D. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2000. p. 31-46.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MORI, N. N. R. **Memória e Identidade**: Travessia de velhos professores. Maringá: EDUEM, 1998.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SOUZA, F. S. **O ensino de discriminações condicionais para idosos com comprometimento cognitivo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

VARGAS-SANTILLÁN, M. L.; ARANA-GÓMEZ, B.; GARCÍA-HERNÁNDEZ, M. L.; RUELAS-GONZÁLEZ, M. G.; MELGUIZO-HERRERA, E.; RUIZ-MARTÍNEZ, A. O. Significado de salud: la vivencia del adulto mayor. **Aquichan**, v. 17, n. 2, p. 171-182, 2017.

THOMSON, A. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, M. D. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 47-66.

WHITAKER, D. C. A. Análise de entrevistas em pesquisa com história de vida. **Caderno CERU**, v. 2, n. 11, p. 147-158, 2000.

**Jessica Syrio
Callefi**

Professora do departamento de Engenharia de Produção na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisa na área de cultura organizacional, aprendizagem organizacional, satisfação e sofrimento no trabalho.

**Elisa Yoshie
Ichikawa**

Professora do departamento de Administração na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisa na área de estudos organizacionais em temas como cotidiano, identidades, discursos, memória e história, a partir de dimensões sociológicas, simbólicas e qualitativas de análise.



Foto: Valeria Giannella

Planejamento Estratégico Situacional: Um Estudo Bibliométrico em Bases de Dados Nacionais entre 2013 e 2018¹

Francisco Carlos Cobaito

Resumo

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar as principais características do perfil da produção nacional sobre Planejamento Estratégico Situacional (PES). O tema foi desenvolvido a partir de um estudo de caráter bibliométrico, através de um recorte sobre o assunto em bibliografia relacionada nas bases acadêmicas no Brasil: Google Scholar e SciELO, no período 2013 a 2018. Diante dos resultados, foi possível identificar que a produção científica sobre o tema intensificou-se nos últimos dois anos. Os principais achados de pesquisa foram: uma maior frequência na publicação de artigos com dois ou três autores; as pesquisas do tipo descritivas foram predominantes no estudo; uma hegemonia de referências nacionais em relação às internacionais por artigo; e uma preponderância da aplicação do tema principalmente focado na área da saúde, seguida da área da administração pública.

Palavras-chave

Planejamento Estratégico Situacional. Produção Científica. Estudo Bibliométrico.

Abstract

This article aims to describe and analyze the main characteristics of the national production profile on Strategic Situational Planning (PES). The theme was developed from a study of bibliometric character, through a clipping about the subject in related bibliography in the academic bases in Brazil: Google Scholar and SciELO, from 2013 to 2018. Given the results, it was possible to identify that the scientific production on the topic intensified in the past two years. The main research findings were: a greater frequency in the publication of articles with two or three authors; descriptive research was predominant in the study; a hegemony of national references in relation to international references by article; and a preponderance of the application of the theme mainly focused on the area of health, followed by the area of public administration.

Keywords

Situational Strategic Planning. Scientific Production. Bibliometric Study.

INTRODUÇÃO

O progresso de uma instituição nos dias atuais, seja ela pública ou privada, voltada à obtenção de lucros ou filantrópica, requer de seus gestores ações consistentes e proativas que levem a organização ao sucesso em seus empreendimentos. Portanto, é necessário um planejamento estratégico que escolha um conjunto de práticas gerenciais que conduzam, com eficiência e eficácia, rumo ao atingimento de resultados relevantes.

Nesse sentido, corroboram Mintzberg (2009) e Alday (2017), o planejamento sob a lente da estratégia não é outra coisa senão a ciência e a arte de construir uma maior probabilidade do alcance da visão de futuro de uma organização, seja ela pública ou privada. O processo de planejamento, portanto, refere-se a um modelo prescritivo de teorias e fundamentos, o qual, aplicado na prática, persegue uma mudança situacional futura. Neste sentido, é uma ferramenta que interage com o futuro.

Segundo Gelinsk (2008) e Ferrão (2011), particularmente no ambiente da política pública, o planejamento de futuro torna-se muito complexo. A política pública é o conjunto de ações desencadeadas pelo Governo, seja no ambiente dos municípios, dos Estados ou da União, que buscam o atendimento das demandas da sociedade civil. As políticas podem ser sociais (saúde pública, educação, segurança, moradia, empregos), de natureza macroeconômica (fiscal, monetária, cambial, reguladora do mercado de capitais), dentre outras (científicas, culturais, agrícolas etc.), e, normalmente, possuem os ciclos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação.

Nessa multiplicidade de ações do Estado, e na busca do bem comum, posto que muitas destas políticas públicas interagem entre si e concorrem pelos recursos escassos para a sua execução, surge o PES como um método de planejamento estratégico mais flexível, permitindo trabalhar com a complexidade dos problemas sociais. Neste método, o futuro não é determinístico e a realidade é continuamente acompanhada. Quando houver uma mudança da situação real, o plano é imediatamente ajustado.

Mesmo existindo dezenas de abordagens teóricas e de propostas metodológicas no campo da planificação, este trabalho considera pertinente discutir a utilidade do planejamento estratégico situacional, vertente do pensamento estratégico desenvolvido na América do Sul a partir da contribuição do economista chileno Carlos Matus.

Para Matus (1996), o PES (Planejamento Estratégico Situacional) possui pontos em comum com o planejamento estratégico corporativo, como por exemplo, figuram nos dois métodos vários atores que fazem parte de um jogo de interesses, gerando conflito e cooperação. Tal metodologia fornece os subsídios necessários à elaboração de um planejamento que procura organizar e direcionar de uma maneira lógica as questões sociais complexas, visando à construção de um planejamento estratégico que possa influenciar no desenho futuro de uma organização ou responder às questões políticas sociais e econômicas de um país, visando uma mudança situacional futura.

Este trabalho propõe-se a realizar um mapeamento da produção científica dos últimos

cinco anos sobre a metodologia do PES no ambiente acadêmico nacional. O levantamento foi feito através de duas bases científicas nacionais: Google Scholar e SciELO.

Os principais vetores analisados são a evolução da quantidade de publicações nos últimos anos, a origem das publicações e os autores que se destacam. Desse modo, pretende-se contribuir para o entendimento da evolução sobre o tema Planejamento Estratégico Situacional e compreender mais sobre as correntes teóricas existentes.

O presente artigo foi disposto em cinco partes, além desta introdução, na sequência, é apresentado um referencial teórico sobre o tema, seguido pelos procedimentos metodológicos utilizados e, em terceiro lugar, está a apresentação e análise dos dados. Por fim, são expostas as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Planejamento Estratégico

Segundo Rezende (2002), a empresa no segmento privado tem o objetivo primário de geração de lucro e a maximização de riqueza do acionista. Igualmente, as empresas do segmento governamental têm o objetivo de serem superavitárias em seu resultado. Para que isto aconteça, torna-se fundamental que os gestores executem um planejamento (Plano de Ação), com apontamentos de ações corretivas, assegurando a continuidade das atividades da empresa, com o objetivo de possibilitar o alcance dos resultados esperados.

Nessa mesma linha, Mendes *et al.* (2006) definem o planejamento estratégico como um conjunto de ações coordenadas que envolvem pensar no futuro através de ações no presente, para que se alcance os objetivos de longo prazo de uma instituição, os quais normalmente são decididos pela alta administração das empresas.

Avançam os autores dividindo o planejamento nas esferas táticas, e operacional, sendo o planejamento tático uma aplicação prática do planejamento estratégico com uma dimensão menor e restrita. O planejar tático significa desdobrar os objetivos estratégicos em metas para serem alcançadas pelos departamentos da empresa, com objetivo de seu alcance no curto e médio prazo.

Concluem Mendes *et al.* (2006), o planejamento operacional seria o planejamento voltado à execução da atividade e tarefa de cada colaborador que compõe os departamentos para as realizações no dia a dia daquilo que foi planejado. A elaboração do planejamento operacional é realizada pelos níveis menos nobres da organização, nem por isso menos importantes, pois seu conjunto de ações determina que o processo caminhe conforme os requisitos, e, a partir daí, se conquistem os objetivos propostos no planejamento estratégico.

Já o planejamento orçamentário (*budget*) propõe-se a planejar com antecedência, analisar o futuro e alinhar a realidade da empresa, balanceando as necessidades da organização em relação às despesas, receitas, produção, investimentos, estoques, dentre outros. Segundo Frezatti e Aguiar (2007), este planejamento também pode ser classificado como

planejamento financeiro, ao implementar a estratégia da empresa para determinado exercício, representando o desejo dos sócios de uma organização expressas em unidades monetárias.

De acordo com De Tony (2016), o objetivo do planejamento estratégico é construir um cálculo estratégico sobre o futuro que seja, ao mesmo tempo, um orientador para as ações no momento presente, com o objetivo de conferir governabilidade ao nosso futuro, seja enquanto empresas ou cidadãos. O processo segue os princípios e termos metodológicos e técnicas aplicadas à geração de subsídios que possam levar a uma mudança situacional futura.

Advoga ainda o autor que, dentro do setor público, para a execução de um planejamento estratégico eficiente, é necessário superar mais alguns obstáculos, como a tradição autoritária na qual só o Estado concebe e executa seus planos, de cima para baixo, sendo, em sua maioria, pouco eficientes, e que não seriam capazes de trazer resultados práticos, como também não ajudariam a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Segundo Ringland (2006), o planejamento na administração pública é ainda mais abrangente do que o planejamento nas empresas. No planejamento de políticas públicas surge a necessidade do planejamento de cenários, que é uma parte do planejamento estratégico que combina ferramentas e tecnologias para administrar as incertezas do futuro. Cenários são modelos que visam antecipar o que ele chama de vida real.

Seguindo essa mesma linha, Ferrão (2011) afirma que utilizar a construção de cenários é uma atitude que pode redundar em benefícios para a gestão pública, especialmente quando estão envolvidas situações que apresentam: alto grau de incerteza com relação à capacidade de prever o futuro ou corrigir possíveis rumos; histórico marcado por surpresas desagradáveis e onerosas; pensamento estratégico de baixa qualidade; mudanças significativas no contexto já ocorrido ou prestes a ocorrer; necessidade de uma nova perspectiva e linguagem comuns, sem perder de vista a diversidade; fortes diferenças de opinião, e, muitas delas, com mérito; e competidores fazendo uso de planejamento de cenário.

Planejamento Estratégico Situacional

De acordo com Campos *et al.* (2010), o planejamento estratégico situacional é uma metodologia, um modelo não prescritivo, concebido pelo economista Carlos Matus, um dos maiores estudiosos da América Latina e um dos maiores do mundo sobre o tema planejamento estratégico de governo e governabilidade, o qual advoga que o planejamento deve ser um cálculo situacional e sistemático, capaz de articular o imediato (presente) com o futuro.

Para Matus (1996), o PES possui pontos em comum com o planejamento estratégico corporativo, por exemplo, figuram nos dois métodos vários atores que fazem parte de um jogo de interesses, gerando conflito e cooperação.

Nessa mesma linha, assevera Ida (1993) que o PES é um método, e uma teoria voltada para

o planejamento estratégico público, que tem como finalidade apoiar os dirigentes públicos, no tratamento de questões de ordem da destinação de recursos no tratamento de problemas públicos, estendendo-se a qualquer órgão cujo foco não seja exclusivamente o mercado, mas que esteja implícito também o jogo político, econômico e social.

Mazzali *et al.* (2009) acrescentam a essa mesma interpretação que o ponto principal que distingue o planejamento estratégico situacional dos demais é o imbricamento entre a política e a gestão, na medida em que confronta os recursos, competências, e conecta, de modo particular, os agentes e os mecanismos de articulação entre eles e as políticas propostas pelo plano.

Encontramos em Matus (1993), um resumo sobre o ambiente do gestor público descrito por meio de três vértices de um triângulo, representado pela Figura 1. Sendo o primeiro vértice o Projeto de um Governo ou Plano de uma empresa pública que representa o caminho que pretende imprimir à administração. O segundo vértice é a Capacidade de Governo, equivalente à competência técnica e recursos financeiros. Por fim, o terceiro vértice é a Governabilidade, representando o potencial de articulação com os agentes envolvidos tanto internamente como externamente.

Figura 1 - Triângulo de Governo de Carlos Matus



Fonte: Adaptado de Matus (1993)

Carlos Matus, em seu trabalho *Planificación y Gobierno* de 1987, apresenta um encadeamento lógico recomendado para a aplicação prática do modelo do PES, encadeamento este que pode ser resumido na sequência apresentada a seguir:

1. A preocupação primária do PES é trabalhar com “análise da situação”; para Matus, deve-se aplicar alguma técnica que seja reconhecidamente coerente para identificar e selecionar um problema que represente relevância para os diversos atores que atuam na política, na economia e na sociedade, a partir das diferentes compreensões que estes possuem da realidade. Deve-se observar o valor político de um problema de forma global, tanto para o ator central como para os atores secundários, e também considerar a importância para a corrente política envolvida e para a população em geral;
2. Decorrente da preocupação primária da escolha de um problema, deve-se levar em conta também o tempo do alcance para a colheita dos resultados, se será na vigência do período do governo ou se será projetado para períodos futuros;

3. Adiante, deve-se procurar racionalizar a matriz de recursos exigidos pelo enfrentamento do problema em relação à matriz de recursos do *stakeholder*/ator protagonista. Nesse sentido, avaliar os diferentes tipos de interesses envolvidos: políticos, econômicos, sociais, ambientais, internacionais ou nacionais;

4. O próximo passo refere-se ao exercício do quanto se tem controle sobre as diversas variáveis de um problema; quais são as janelas de oportunidade e os gargalos, dentro do escopo do problema e no seu entorno;

5. O quinto passo refere-se ao nível de comprometimento dos diversos stakeholders referentes à governabilidade de um problema, os quais podem demonstrar cooperação, engraxamento, negação ou indiferença;

6. Custo de ampliação do prazo para solução de um problema – quais são os impactos e os custos sociais, políticos e econômicos em questão;

7. Quais seriam os aspectos envolvidos com os investimentos e novas tecnologias e investimentos contínuos;

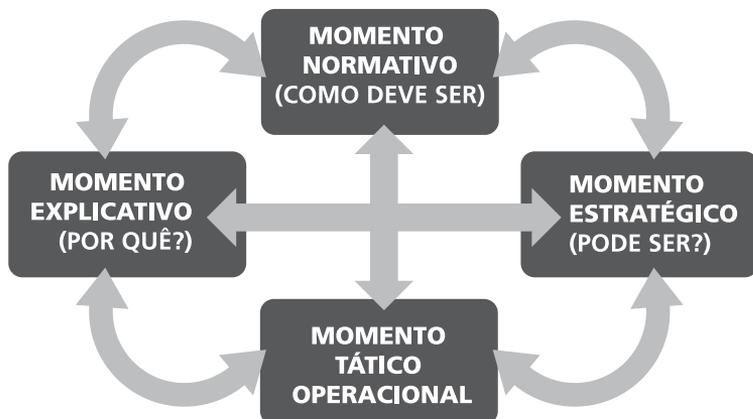
8. Quais seriam os desdobramentos regionais da solução ou não do problema selecionado;

9. Por fim, quais seriam os impactos e desdobramentos políticos ao final de um ciclo da gestão pública ou término de um mandato. Quais os impactos micro e macroeconômicos, sociais, como também o legado para os próximos governos e para a sociedade.

Acrescenta Matus (1996) que o PES busca explicar o planejamento eficaz no setor público através do jogo social que se desenvolve com base em seis características:

- i) Não existem começo nem término nas redes de formação de políticas públicas;
- ii) Dentro destas redes de formação de políticas públicas, os jogadores podem ser atores ou espectadores;
- iii) Os jogadores analisam uma mesma situação por diferentes prismas e, portanto, têm uma diferente percepção dos problemas;
- iv) O jogo tem sempre muitas dimensões e cada jogo é composto de subjogos menores que se processam em múltiplas dimensões;
- v) O jogo é complexo e, por possuir muitas incertezas, dificulta a visualização dos riscos, portanto, os atores têm uma racionalidade limitada;
- vi) O bônus do jogo é o poder e uma forma de organizar e diminuir a complexidade do jogo seria a escolha de determinadas visões a partir dos atores participantes, além de aclarar as regras através de uma regulamentação do jogo. Matus elege como fundamento central da teoria do PES, o “aspecto situacional”, no qual a complexidade, a indeterminação e a incerteza permeiam o comportamento dos jogadores (atores/*stakeholders*).

Matus também descreve o PES por meio do desenvolvimento de quatro momentos: o explicativo, o normativo, o estratégico e o tático-operacional, os quais se entrelaçam conforme a Figura 2.

Figura 2 - Etapas (momentos) do Modelo de Planejamento Estratégico Situacional

Fonte: elaborado pelo autor

No momento explicativo (porquê), ocorre a seleção de problemas relevantes frente à realidade, buscando-se a compreensão ampla do fato gerador do problema e enxergando as janelas de oportunidade e os gargalos da situação.

No momento normativo (como deve ser), acontece a identificação dos atores que fazem parte do problema, e dos recursos que estes dispõem para controlar as operações, seguida da projeção de cenários nos quais são mapeadas as variáveis topo (as mais favoráveis possibilidades), as de centro e as de piso (as menos favoráveis possibilidades). Nesse momento normativo, trabalha-se com a incerteza, procurando-se calcular o futuro, construindo uma ideia fundamentada de como deve ser, a partir de diferentes cenários de atuação.

Já no momento estratégico (pode ser), o foco consiste em mapear todos os atores que possam cooperar ou se opor ao problema proposto, avaliando-se os tipos de ameaças ou os tipos de incrementos/impulsos que cada ator detém dos recursos essenciais para o êxito do plano.

Seguido pelo momento tático (operacional), o qual representa a fase da implantação das ações propostas nos momentos anteriores; não seria um momento estático, mas sim, um momento dinâmico de retroalimentação, a partir do recálculo do plano, no qual o monitoramento das operações ajuda a redesenhá-lo permanentemente.

De acordo com o trabalho de Medeiros (2005), a aplicação do planejamento estratégico situacional acrescenta pluralidade e alcance à dimensão política, o que não acontece na concepção tradicional de planejamento, incorporando a gestão política, a gestão macroeconômica e a gestão do intercâmbio de problemas específicos.

Nesta mesma linha, segundo Rezende (2007), muitos dos conceitos que se utilizam no orçamento empresarial das empresas podem ser adotados pelos governos locais em razão das cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas, porém, em maior proporção. Destaca o autor que a diferença da aplicação do PES no ambiente empresarial e no ambiente governamental reside que no primeiro se busca resolver problemas

complexos para a geração de lucros aos acionistas, e no segundo se busca encontrar através do planejamento estratégico situacional uma solução das desigualdades socioeconômicas.

METODOLOGIA

Este estudo tem uma natureza qualitativa, através de um recorte de artigos acadêmicos, de algumas experiências da aplicação do PES. Possui características de pesquisa descritiva, pois parte de um levantamento bibliográfico, análise de exemplos e resultados, possibilitando a consideração de vários aspectos relativos à metodologia estudada.

A partir da escolha das fontes para coleta dos dados (Google Scholar e Scientific Electronic Library Online – SciELO), definimos critérios para seleção daqueles trabalhos que seriam elegíveis para a investigação do tema proposto. Foram selecionados somente artigos de natureza acadêmica, não sendo considerados casos de ensino, resenhas, notas bibliográficas, monografias, teses, trabalhos de conclusão de curso e outros tipos de produção que não se enquadraram nos critérios considerados para artigos científicos. Tal raciocínio foi também adotado para palestras, entrevistas, depoimentos e outros materiais jornalísticos, bem como apresentações de fóruns, quando restritos apenas à apresentação dos trabalhos. Trabalhos escritos por autores estrangeiros não foram considerados, assim como publicações de autores brasileiros em periódicos internacionais.

Foi utilizado como parâmetro de pesquisa o texto: “Planejamento Estratégico Situacional”, presente no título do artigo, publicado em revistas nacionais classificadas com Qualis, nos últimos cinco anos, para o período compreendido entre julho de 2013 e junho de 2018.

De acordo com Raupp e Beuren (2006), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de um material já elaborado, predominantemente artigos científicos e livros. O material consultado em uma pesquisa bibliográfica abrange todo o material tornado público a respeito do assunto.

Segundo Gil (2002), este tipo de pesquisa descritiva visa transcrever, descrever, interpretar e explicar os resultados obtidos por meio de análise bibliométrica, a qual, por sua vez, se destina a identificar e analisar o perfil da produção científica de um determinado tema, neste estudo específico, o Planejamento Estratégico Situacional, utilizando-se da abordagem quantitativa.

Corroborar com esta visão Alvarado (2007), afirmando que a pesquisa bibliométrica é importante para analisar e avaliar a pesquisa acadêmica, e nortear rumos e estratégias de futuras pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da pesquisa realizada, foi possível identificar as principais características das produções científicas em nível nacional sobre o tema PES. Optou-se por apresentar de

forma unificada as duas bases de dados para não gerar inconsistências nos resultados, uma vez que cada base possui diferentes ferramentas de busca e análise. Visando não haver repetições de artigos extraídos nas diferentes bases de dados, foi considerada uma única vez o artigo, mesmo se figurando nas duas bases. Entretanto, isto não interfere na credibilidade do trabalho, pois o objetivo é realizar a pesquisa, respeitando a abrangência e as particularidades de cada base de dados.

Este capítulo foi subdividido em seis tópicos, como segue: (I) Número de artigos publicados; (II) Quantidade de publicações por autor; (III) Distribuição dos artigos por área; (IV) Distribuição do tema por periódicos; (V) Abordagens metodológicas; e (VI) Referências por artigo.

A Tabela (1) apresenta o número de artigos publicados sobre Planejamento Estratégico Situacional por ano.

Tabela 1 - Ano de divulgação

Ano	Período	Quantidade Artigos	Percentual Frequência
1	julho 2013 até junho 2014	6	17%
2	julho 2014 até junho 2015	6	17%
3	julho 2015 até junho 2016	7	19%
4	julho 2016 até junho 2017	9	25%
5	julho 2017 até junho 2018	8	22%
Total		36	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos artigos considerados, 36 no seu total, observa-se que o maior número de artigos publicados sobre Planejamento Estratégico Situacional ocorreu no período recente de julho de 2016 até junho de 2017, com 25% de frequência. Em seguida, observamos que o período seguinte, de julho de 2017 até junho de 2018, apresenta 22% do total de frequência. Tal fato sugere um interesse crescente nos últimos dois anos sobre esta temática. Os demais períodos anteriores a julho de 2016 apresentaram uma frequência média de 17,66%.

Os autores com produção no período analisado envolvendo PES são distribuídos por artigos da seguinte forma:

Os autores com maior número de publicações sobre PES nos últimos cinco anos são: Waldecy Rodrigues (Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins) com cinco publicações; desenvolveu trabalhos na área de psicologia, educação e saúde. A seguir figuram os trabalhos de Odirley Ferreira dos Santos (Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté -

SP), com quatro publicações versando sobre o ambiente da política e da Gestão Pública nos Municípios. Também, com duas publicações, figura Jorge Luiz Knupp Rodrigues (Doutor e docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - SP), abordando o tema na Gestão nas pequenas e microempresas. Esses autores publicaram artigos em parceria, o que indica uma rede de relacionamentos na construção do conhecimento sobre esta temática.

Podemos observar que a temática PES foi aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento, conforme a Tabela 3.

TABELA 3 - Distribuição dos Artigos por Área

Quantidade Artigos	AREAS TEMATICAS	SUB AREAS	Quantidade Artigos
22	Ciências da Saúde	Saúde pública, ambiental e ocupacional	11
		Políticas e serviços de saúde	7
		Enfermagem	4
5	Ciências Humanas	Educação e pesquisa educacional	5
5	Ciências Sociais Aplicadas	Administração pública	4
		Sociologia	1
4	Engenharias	Gerenciamento	1
		Engenharia, de produção	3
36	TOTAL		36

Fonte: dados da Pesquisa

Esta disseminação em diversas áreas do conhecimento demonstra a aplicabilidade da metodologia do PES como um modelo abrangente e inclusivo, na procura de um correto entendimento de uma multiplicidade de situações e na formulação de um modelo adequado para interpretá-lo.

Na Tabela 4, apresentamos as principais revistas Qualis deste estudo, evidenciando uma hierarquia na qual está publicada a maior parte dos artigos sobre PES como tema central. Observa-se que mais da metade, ou seja, 53% dos artigos publicados estão contemplados nas revistas com estratos indicativos da qualidade - A1, e A2 os mais elevados.

TABELA 4 - Distribuição do Tema por Periódicos

Quantidade	Artigos	PERIÓDICO	Categoria no Qualis/Capes	%	% Acumulado
5		Cadernos de Saúde Pública	A1	14%	14%
5		Revista de Administração Pública	A1	14%	28%
4		Interface - Comunicação, Saúde, Educação	A2	11%	39%
3		Gestão & Produção	A2	8%	47%
2		Cadernos de Pesquisa	A2	6%	53%
7		Ciência & Saúde Coletiva	B1	19%	72%
2		Saúde e Sociedade	B1	6%	78%
2		Acta Paulista de Enfermagem	B1	6%	83%
1		Organizações & Sociedade	B1	3%	86%
2		Texto & Contexto - Enfermagem	B2	6%	92%
1		Revista Brasileira de Enfermagem	B2	3%	94%
1		Revista Gaúcha de Enfermagem	B3	3%	97%
1		Production	B4	3%	100%
36		Total		100%	

Fonte: dados da Pesquisa

Segundo Testa (1998), a Lei de Bradford reporta-se à dispersão dos periódicos científicos, evidenciando seus respectivos graus de relevância na literatura acadêmica, e apregoa que um núcleo essencial de revistas forma a base da literatura para todas as disciplinas e que, portanto, a maioria dos trabalhos importantes é publicada em poucas revistas. Tal fato vai de encontro ao que foi contemplado na Tabela 3, onde cinco periódicos concentram mais da metade da produção sobre o tema.

A Tabela 5 apresenta os tipos de metodologia utilizados nos artigos estudados. A pesquisa descritiva foi aplicada em (66,7%) dos artigos, seguida pela pesquisa exploratória em (27,8%). Foi encontrado apenas um trabalho quantitativo e um ensaio teórico (5,6%) em cada base de dados, e nenhuma pesquisa explicativa foi constatada.

TABELA 5 - Estudos por Metodologia Utilizada

Metodologia Utilizada	Frequência em Quantidade	Frequência em %
Pesquisa Descritiva	24	66,7%
Pesquisa Exploratória	10	27,8%
Outros	2	5,6%
Total	36	100%

Fonte: dados da Pesquisa

A Tabela 6 refere-se à quantidade média de referências nacionais e internacionais por artigo, sabendo-se que foram utilizados 36 artigos no estudo.

TABELA 6 - Quantidade Média de Referências por Artigo

Referencias	Num. de Referencias	Numero médio de referencias por artigo
Nacional	648	18
Internacional	144	4
Total	792	22

Fonte: dados da Pesquisa

Conforme mostra a Tabela 5, o número médio de referências por artigo foi de 22, sendo que 82% dizem respeito a referências nacionais, e 18% são de referências de textos estrangeiros.

Notadamente, a maior incidência de citações internacionais é referente às publicações do autor Carlos Matus, principalmente em seu trabalho: MATUS, Carlos. Planning and government. CEPAL Review, 1987, figurando em 11 dos 36 artigos que compõem esta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo dedicou-se a mapear a produção científica nacional sobre Planejamento Estratégico Situacional – PES. A partir disso, foram pesquisadas as publicações referentes ao termo em periódicos de duas bases de dados acadêmicas, no período recente dos últimos cinco anos, de julho de 2013 até junho de 2018, identificando os autores e periódicos que apresentaram trabalhos especificamente sobre o tema PES.

Os resultados sugerem evidências empíricas de que a literatura referente ao PES está voltada para as pesquisas descritivas, as quais buscam descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro de um determinado sistema, método, processo ou realidade operacional.

Constatou-se que o assunto é contemporâneo e que se encontra em estágio de desenvolvimento, com crescente interesse representado pelo aumento do número de artigos nos dois últimos anos.

Pode-se evidenciar também que existem diversas aplicabilidades presentes nas discussões acadêmicas referentes a este tema, o qual se propõe a fornecer uma metodologia de solução para ambientes/situações/problemas complexos, e que, além de fortemente presente na área da gestão social (Educação, Administração Pública e Sociologia), apresenta grande incidência de trabalhos desenvolvidos na área de ciências da saúde, o que vem de encontro ao pensamento de Drucker (1975), “poucos processos industriais são tão complicados quanto o hospital”.

Por fim, concluiu-se, neste estudo, de maneira geral, um perfil macro das publicações e da evolução do PES, analisando aspectos sobre o tema com o intuito de nortear e efetivamente contribuir para a melhoria e fomento dos artigos sobre esta temática no meio acadêmico.

Como limitação do estudo, ressalta-se que a amostra se restringiu às publicações do tema especificamente em artigos nacionais sobre PES, deixando de considerar outros modais de publicação acadêmicas como teses e dissertações, além de outras bases acadêmicas como exemplo ProQuest, o que poderia acrescentar mais informações ao que foi levantado.

Outra limitação seria o tamanho da amostra, pequena, se comparada ao universo das centenas de artigos científicos publicados sobre o tema principalmente a partir da década de 80, e também por ser uma amostra não probabilística. Logo, sugere-se uma pesquisa posterior com uma amostra mais abrangente. Caso sejam encontrados resultados semelhantes, pode-se fazer uma inferência dos resultados com mais segurança.

NOTA

1 Submetido à RIGS em: fev. 2018. Aceito para publicação em: set. 2018.

REFERÊNCIAS

ALDAY, H. E. C. O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica. **Revista da FAE**, v. 3, n. 2, 2017.

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. A bibliometria: história, legitimação e estrutura. In: TOUTAIN, L. M. B. **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 185-217.

CAMPOS, Francisco Carlos Cardoso de; FARIA, Horácio Pereira de; SANTOS, Max André dos. **Planejamento e avaliação das ações em saúde**. 2010. Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (UFMG).

DRUCKER, Peter. **Administração: responsabilidades, tarefas e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1975.

FERRÃO, João. **O ordenamento do território como política pública**. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga de; REZENDE, Amaury José. Respostas estratégicas às pressões institucionais e sucesso no atingir metas no orçamento: um estudo em uma empresa multinacional. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 43, p. 141-158, 2007.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IIDA, Itiro. Planejamento estratégico situacional. **Production**, v. 3, n. 2, p. 113-125, 1993.

- MATUS, Carlos. **Estrategia y plan**. 21. ed. Madri: Siglo Ventiuno Editores, 1993.
- MATUS, Carlos. Planificación y gobierno. **Revista de la CEPAL**, v. 4, p. 258-291, 1987.
- MATUS, Carlos. Teoria da ação e teoria do planejamento. In: MATUS, Carlos. (Org.). **Política, planejamento e governo**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996. p. 81-98.
- MAZZALI, Leonel; NIERO, J. C. C.; SILVA, S. V. O Planejamento Estratégico Situacional no Setor Público – A Contribuição de Carlos Matus. In: SEMEAD-EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, 12., **Anais...** São Paulo, 2009.
- MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. A Avaliação da Implementação de Estratégias Políticas a partir do Modelo de Carlos Matus. In: ENANPAD, **Anais...** São Paulo, 2005.
- MENDES, Rodrigo Hubner; BINDER, Marcelo Pereira; PRADO, S. T. J. Planejamento Estratégico: muito criticado e muito usado. Por quais razões. In: ENANPAD, 30., **Anais...** São Paulo 2006.
- MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári da estratégia**. São Paulo: Bookman Editora, 2009.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. In: RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- REZENDE, Denis Alcides *et al.* **Alinhamento do planejamento estratégico da tecnologia da informação ao planejamento empresarial: proposta de um modelo e verificação da prática em grandes empresas brasileiras**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 2, p. 255-272, 2007.
- RINGLAND, Gill. **Scenario Planning: Managing for the Future**. 2. ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Ltd., 2006.
- TESTA, J. A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 233-235, 1998.
- TONI, Jackson de. **O planejamento estratégico governamental: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública**. Brasília-DF: Editora Inter Saberes, 2016.

**Francisco
Carlos Cobaito**

Economista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pós-Graduado em Administração Financeira pela Universidade São Judas e Mestre em Administração, foco em Gestão de Projetos, Universidade Nove de Julho.

Professor do curso de negócios, na modalidade EAD, da Universidade Salvador – UNIFACS – Grupo LAUREATE, onde é membro do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante – NDE.



Foto: Juan Manuel Reyna

Entre a Formalidade e a Efetividade: A Dinâmica da Participação Social no Ciclo Político de um Conselho Gestor de Turismo em Juiz de Fora/MG^{1/2}

**Thiago Duarte Pimentel, Fabíola Cristina Costa de Carvalho,
Marcela Costa Bifano de Oliveira e Eliza Feres de Lima Moura**

Resumo

O artigo identifica e analisa dois momentos do ciclo político, o processo de percepção de um problema e a geração de propostas a serem implementadas feitas pelos membros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de uma cidade em Minas Gerais/Brasil ao longo do período de cinco anos (2011-2015), a partir da análise da participação dos atores deste espaço social. As lentes teóricas de gestão pública e de gestão pública do turismo, com enfoque nos mecanismos e processos de participação social, permitiram verificar empiricamente (1) a frequência dos membros do Conselho, (2) participação qualificada, (3) bem como os principais resultados das propostas convertidos em ações concretas. Metodologicamente, este estudo recorreu à análise documental de atas das reuniões, documentos oficiais, da instituição e de outras entidades públicas, bem como não oficiais, tais como notícias de imprensa, relatos e entrevistas. Tais dados foram ordenados, classificados e analisados por meio da análise de conteúdo, com vistas a quantificar as frequências e categorias encontradas. Os resultados mostram que, majoritariamente, existe um baixo grau de assistência às reuniões ou mesmo há abstenção (participação nominal), o que é ainda mais restrito quando se analisa a participação efetiva (ou qualificada) dos atores, por meio da qual se geram propostas concretas. Apenas 3 atores tiveram participação (nominal e) qualificada, e de cujas propostas, apenas uma parte se converteu em resultados. Em síntese, os atores “mais participativos” são também os mais efetivos em termos de resultados, os quais, de algum modo, representam seus pontos de vista e interesses. Conclui-se, portanto, que há uma fragilidade institucional e crise de legitimidade deste mecanismo (conselho), dada a expressão minoritária daqueles que participam, seja nominal ou qualificadamente, crise que está aliada ao risco da cooptação oportunista por aquelas entidades que conseguem impor demandas de forma mais articulada e incisiva, diante da ausência de obstáculos e contrapesos por parte de outros membros.

Palavras-chave

Participação Social. Participação Qualificada. Ciclo Político. Conselho Municipal. Turismo. Brasil.

Abstract

This article identifies and analyses two moments of the political cycle, the process of perceiving a problem and the generation of proposals to be implemented by members of the Municipal Tourism Council (COMTUR) of a city in Minas Gerais/Brazil during five years (2011-2015), based on the analysis of the participation of the actors in this social space. The theoretical lenses of public management and public management of tourism, focusing on the mechanisms and processes of social participation, allowed us to empirically verify (1) the frequency of Board members, (2) qualified participation, (3) as well as the main results of the proposals converted into concrete actions. Methodologically, this study used documentary analysis of minutes of meetings, official, institutional and other public entities' documents, as well as unofficial ones, such as press releases, reports and interviews. These data were ordered, classified and analysed through content analysis, in order to quantify the frequencies and categories found. The results show that, mostly, there is a low level of attendance (what was called "nominal participation") or even abstention at the meetings. This was even most restricted when it has analysed the effectiveness of participation, which means that the attendants were active in the discussions, giving more elaborated ideas. In this sense, only three actors had a qualified participation, through which proposals are generated. Yet, from these, only a fraction were converted into results. In summary, the "most participative" actors are also the most effective in terms of outcomes, for they somehow represent their views and interests. Therefore, we conclude that there is an institutional fragility and a crisis of legitimacy of this mechanism (council), given the minority expression of those who participate, whether nominally or in a qualified way. Such crisis leads to the risk of opportunist cooptation by those entities that manage to impose demands in a more articulate and incisive way, in the absence of obstacles and counterweights by other members.

Keywords

Social Participation. Qualified Participation. Political Cycle. Tourism. Brazil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os conselhos gestores tornaram-se sinônimos de gestão democrática e participativa (PAES DE PAULA, 2008)³, sobretudo, de acordo com o senso comum. A essa lógica subjaz a tese de que em espaços apropriados, livres de coação (imposta ou autoimposta), os atores sociais poderiam se expressar de forma mais autêntica e fidedigna, e fazer valer seus interesses locais e suas ideias (TENÓRIO, 2008). Por meio dos conselhos gestores, os diversos atores têm a possibilidade de se manifestar, formular, acompanhar e controlar as políticas públicas, exercendo, supostamente, um maior controle sobre o Estado (GOHN, 2011; IPEA, 2012). Seu uso tem se espalhado cada vez mais pelo país e se institucionalizado

em diversas instâncias, nos três níveis do Estado, e, inclusive, em organizações privadas⁴, apresentando, segundo Gohn (2011, p. 354):

Os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação. Em tese, são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, poderão imprimir novo formato às políticas sociais, pois se relacionam com o processo de formação das políticas e tomada de decisões. Com os conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública, pois criam uma nova esfera social-pública ou pública não estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, porque viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas.

Todavia, a despeito de suas possíveis contribuições, várias têm sido as situações em que esses mecanismos têm apresentado resultados questionáveis (ABRAMOVAY, 2001). O uso simbólico dos conselhos, apenas como mecanismo formal para habilitação da entidade gestora (municipal, estadual ou federal) à legislação, tem sido verificado constantemente. Ou, como apontam Gurgel e Justen (2013, p. 375), “o que se percebe é que os Conselhos, ao se institucionalizarem, convertem-se em aparelhos do Estado, com as mesmas vicissitudes das demais instituições do poder político”. Além disso, raras são as ocasiões em que se verifica a suposição (frágil) de que, com base neste dispositivo, os atores participariam mais e de forma efetiva (KLIKSBERG, 1999). Ao contrário, denúncias de desconhecimento, falta de interesse e questionamentos sobre a relevância e aplicabilidade dessas estruturas aliam-se à percepção destas estruturas como morosas, inespecíficas, inconclusas e pouco pragmáticas (NOBREGA; FIGUEIREDO, 2014). Tudo isso tem levado ao questionamento dos conselhos gestores *per se* como instrumentos de empoderamento e controle social (MATA, 2016).

Nos municípios sem tradição organizativo-associativa, os conselhos têm sido apenas uma realidade jurídico-formal e muitas vezes um instrumento a mais nas mãos do prefeito e das elites, que falam em nome da comunidade, como seus representantes oficiais, não atendendo minimamente aos objetivos de serem mecanismos de controle e fiscalização dos negócios públicos (GONH, 2011, p. 355).

Nesse sentido, uma questão fundamental a se indagar é: quão social são os resultados e o processo de participação em espaços institucionalizados de participação social, como os conselhos, por exemplo? Ou dito de outro modo, e partindo do princípio da dúvida metódica, será que existe a possibilidade de os espaços de participação social evitarem ou se reduzirem ao controle de uma minoria?

Partimos da suposição de que, embora do ponto de vista formal, haja, supostamente, a possibilidade de uma representação democrática e pluralista,⁵ factualmente, a representação e participação dos atores são guiadas por elementos materiais, ideológicos e conjunturais, os quais se manifestam em situações específicas, conforme o grau de restrições ou abertura que enfrentem a suas colocações. Adicionalmente, assumimos a tese de que a posição social do agente tende a afetar sua capacidade de participação e, conseqüentemente, sua influência

no processo.

Além disso, levanta-se ainda a discussão em torno ao fato de que a diversificação de interesses representados nestes espaços leva ao (des)equilíbrio de ideias, e que a participação normalmente existente não se concretiza em uma dinâmica democrática, no sentido de existência de diversidade de representação de temas e interesses conforme se caracterizam as demandas sociais de cada lugar.

Muitas pesquisas, no âmbito das políticas públicas têm se dedicado às estruturas dos conselhos, seus aspectos formais, seu funcionamento, assim como às suposições e condições que os embasam, inclusive o comportamento dos membros. Porém, ainda carece de discussão estudos sobre o tipo de participação, em particular, aquilo que chamamos de “participação qualificada” em seus aspectos e resultados no âmbito da dinâmica interativa de participação social dentro do conselho, já que este tipo de participação os habilitam a atuar de forma efetiva, desempenhando papéis e funções dentro do ciclo político, considerando o contexto das agendas públicas locais, sendo esta, portanto, a contribuição teórica deste trabalho. Por outro lado, do ponto de vista empírico ou pragmático, este trabalho evidencia que apenas a institucionalização formal de tais mecanismos de participação parece não ser capaz de assegurar o efetivo cumprimento de sua teleologia. Isto pode sugerir a ausência de uma real esfera civil (ALEXANDER, 2018).

Com o intuito de contribuir para o debate sobre esta temática, o presente artigo tem por objetivo identificar e analisar dois momentos do ciclo político, o processo de percepção de um problema e a geração de propostas a serem implementadas feitas pelos membros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de uma cidade em Minas Gerais/Brasil ao longo do período de cinco anos (2011-2015), a partir da análise da participação dos atores deste espaço social. Como elementos balizadores de tal discussão, toma-se em conta a participação dos membros (frequência nas reuniões), bem como o grau de efetividade das propostas levadas nas pautas (percepção de um problema) e que se tornaram resultados (implementação).

O artigo apresenta, além desta introdução, cinco partes. Na segunda seção, o marco teórico sobre políticas públicas e a gestão pública do turismo no Brasil é colocado como base para a construção da pesquisa. Na terceira parte, é delineada a metodologia utilizada para a análise realizada, cujos aportes são expostos na quarta seção. Finalmente, na última seção, pondera-se acerca das principais conclusões e contribuições alcançadas no estudo exposto.

MARCO TEÓRICO

Gestão Pública de Turismo no Brasil

Na trajetória recente da gestão do turismo nacional, destaca-se a experiência de gestão descentralizada do turismo no estado de Minas Gerais a partir de 1999, a qual foi considerada uma inovação (EMMENDOERFER; SILVA; LIMA, 2014; OLIVEIRA, 2014), sendo inclusive utilizada como modelo a nível nacional, dado seu resultado marcante, a partir

do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva em 2003. Recordar-se que, no início do referido mandato presidencial, essa ação foi incorporada simultaneamente à criação do Ministério de Turismo (MTUR), dando ênfase ao desenvolvimento turístico por meio da regionalização (EMMENDOERFER; SILVA; LIMA, 2014), além da ampliação do Conselho Nacional de Turismo (CNT), o qual passou a incorporar interesses e grupos da sociedade civil, antes não contemplados. Dessa forma, ressalta-se um conjunto de acontecimentos considerados um marco em relação à gestão da atividade turística, pois, a partir deste momento, demonstrou-se a possibilidade de inserção de interesses da sociedade civil em espaços de discussão democráticos o que poderia levar a influenciar na elaboração de diretrizes e ações para a atividade turística no país.

Nesse período, associada às alterações estruturais relacionadas à tradicional dinâmica que se verifica no início de novos ciclos governamentais, ocorreram, marcadamente, mudanças estruturais na gestão do turismo, pois havia uma preocupação com o desenvolvimento social do país, inclusive de temas como ética e sustentabilidade. Assim, como uma característica da nova agenda pública, são inseridos interesses de grupos que anteriormente não eram contemplados na agenda do turismo, particularmente da sociedade civil organizada (CHAVES, 2011; CARVALHO, 2015)⁶.

Dentro do contexto de estímulo à desconcentração das funções públicas e da gestão descentralizada, mais especificamente do Estado de Minas Gerais, em 2006, os Circuitos Turísticos (CT's)⁷, considerados como a própria política pública para o desenvolvimento da atividade no estado (OLIVEIRA, 2014), por iniciativa própria, criam a Federação dos Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais (Fecitur), com o objetivo de defender e representar os interesses dos circuitos, apoiando os representantes da iniciativa privada e do poder público. Vale ressaltar, no entanto, que, segundo Oliveira (2014), os CT's, com seu maior grau de descentralização e autonomia dos poderes locais, tiveram um avanço na participação local e consolidação das redes turísticas de Minas Gerais, porém, ainda não haviam alcançado um avanço com relação ao desenvolvimento regional.

Lembra-se ainda que, como forma de estimular este modelo de gestão, em 2009, ocorreu a inclusão do turismo na Lei Estadual n° 18.030⁸, conhecida como *Lei Robin Hood*, a qual dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), aos Municípios do Estado de Minas Gerais. Assim, o turismo aparece na Seção I, Subseção VIII, como um dos Critérios contemplados, pois é reconhecido como um instrumento de distribuição de renda democrático, já que permite a todos os setores da economia um grande benefício, promovendo o desenvolvimento econômico, social e cultural (MG-SECTUR, 2016).

O cerne do presente artigo está precisamente neste evento, pois, para receber o recurso proveniente dos repasses do ICMS turístico, os municípios mineiros devem cumprir os seguintes critérios: 1) participar de um *Circuito Turístico* (CT) reconhecido pela Sectur; 2) ter uma política municipal de turismo elaborada e em processo de implementação; 3) ter um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), constituído e em regular funcionamento; e

4) ter Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) constituído e em regular funcionamento (MG-SETUR, 2016; ASSIS, 2014).

O que se pretendia finalmente era favorecer a articulação e a profissionalização do setor em nível local. Nesse sentido, trata-se de um estímulo contextual externo, do Ministério do Turismo (MTUR) e da Secretaria de Estado de Turismo (MG-SETUR), por consequência do estabelecimento da Política de Regionalização no Brasil.

Desse modo, o incentivo financeiro foi utilizado como mecanismo de estímulo à gestão descentralizada do turismo, estratégia cujo objetivo final era criar alternativas de geração de desenvolvimento a nível municipal e regional através da atividade turística.

A Formação das Agendas Públicas e Ciclo Político

O sistema político é formado por diversos atores que possuem distintos interesses, bem como diferentes capacidades de intervenção nas decisões tomadas pelo governo em um determinado território. Nesse âmbito, estabelecem-se as inter-relações entre os agentes participantes – ou preocupados com os vários temas de interesse público – com o objetivo de fazer política, a qual tem a função de “resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua uma das partes” (SCHMITTER, 1984, p. 36). Esta definição está diretamente relacionada à estruturação das arenas políticas. Os motivos da existência de conflitos podem ser a escassez ou necessidade de recursos, assim como a disputa de poderes. Neste escopo, a política é o processo no qual os agentes buscam a resolução dos problemas por meio da cooperação.

Por outro lado, o Estado necessita de meios para respaldar suas decisões, administrar os recursos públicos, prestar contas à população, entre outras atividades. Desse modo, a análise das políticas, também chamada de *policy analysis*, oferece o suporte para examinar os caminhos e tendências característicos de cada período e de cada lugar particular, considerando os atores, os recursos, os interesses e as influências externas como alguns dos elementos centrais, os quais, em conjunto, são capazes de explicar o resultado de ações relacionadas à política.

Dentre os vários conceitos associados à *policy analysis* presentes na literatura da ciência política, destacam-se: *policy arena*, *policy network* e *policy cycle* (FREY, 2000), os quais refletem processos de discussão, disputa de recursos, posições e outras relações existentes.

A *policy arena* é formada pelo conjunto dos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas da política, os quais podem ser caracterizados pelo objetivo de distribuição de recursos a grande parte da sociedade, ou da redistribuição de recursos destinados a uma finalidade específica para atender outra considerada prioritária; além da normatização das “regras do jogo” por meio de decretos, leis, portarias, e as políticas constitutivas que definem as condições de definição das políticas regulatórias, redistributivas e distributivas (LOWI, 1972).

Deste modo, a partir das análises de *policy networks*, diferenciam-se e representam-se as

interações das diferentes instituições e grupos envolvidos no debate político – tanto do executivo, do legislativo como da sociedade – para explicar a gênese e a dinâmica de implementação de uma determinada *policy* (HECLO, 1978).

Por outro lado, em caso de um grupo de atores não ser capaz de se constituir em torno de uma política setorial como um todo (como, por exemplo, da política de meio ambiente), ainda que apenas identifiquem interesses comuns associados a algumas questões delimitadas de forma estrita (como a movimentação para implementar um projeto de coleta seletiva, de reciclagem do lixo ou a criação de uma área de proteção ambiental), observa-se a formação de *issue networks* (MILLER, 1994).

Por fim, o conceito de *policy cycle* representa uma compreensão processual da política, por meio da definição de cinco fases: (1) percepção do problema, (2) definição da agenda, (3) formulação de propostas (programas ou projetos) para solucionar o problema, (4) implementação e (5) avaliação. A percepção de um problema envolve a identificação pelos agentes das questões mais apropriadas para tratamento político (FREY, 2000). A definição da agenda é o processo de decisão das questões que serão foco das ações governamentais (THEODOULOU, 1995). Na elaboração, são estabelecidos programas ou projetos que são considerados capazes de resolver as questões inseridas na agenda. A implementação é a execução do programa por agentes definidos no seu planejamento. A avaliação é a verificação do atendimento dos objetivos propostos, normalmente baseada em indicadores previamente definidos. Assim, os resultados da avaliação podem servir para adequar uma política ou encerrá-la.

Apesar de considerarmos todos os momentos do ciclo político fundamentais à análise política, neste trabalho, trataremos especificamente de dois momentos: o processo de percepção de um problema e a concretização dos debates empreendidos, através da implementação de ações concretas resultantes das propostas que emergem em um espaço de participação social.

METODOLOGIA

Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla⁹ sobre a dinâmica da ação coletiva organizada em espaços de participação social, da qual extraímos um recorte específico para este texto sobre a participação – traduzida tanto em termos de sua frequência de assistência às reuniões, aqui entendida como “participação nominal¹⁰”, como em termos de suas propostas colocadas em pauta, aqui entendida como “participação qualificada” – dos membros que participam de um Conselho Municipal de Turismo de uma cidade do estado de Minas Gerais/Brasil, ao longo do período de cinco anos (2011–2015). Portanto, para alcançar o objetivo de analisar comparativamente os momentos do ciclo político de percepção de um problema e o de geração de propostas a serem implementadas feitas pelos membros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), buscou-se compreender, em um caso concreto, o processo de percepção de um problema e a implementação de ações originadas em proposta a sua solução, dentro de um espaço de participação democrático. Para tanto, foram analisadas especificamente:

1. A frequência dos membros, por meio de duas categorias:

a) participação nominal (ou frequência da assistência às reuniões por entidade): foi visualizada a participação de cada entidade por reunião em cada ano (2011-2015), possibilitando observar as entidades mais presentes;

b) participação qualificada: dada pela atuação proativa nas reuniões, manifestada por meio de falas, engajamento nos debates e propostas de ações. Tais elementos foram preliminarmente identificados em atas e, subsequentemente, cruzados e validados com os diários de campo e informações colhidas em entrevistas e na observação, participante e não participante, realizadas por parte dos membros da pesquisa.

2. Identificação da dinâmica instalada nas fases do ciclo político, por meio da:

c) percepção do problema: identificação dos conteúdos das pautas de discussão, expostos nas atas de cada uma das reuniões (isto é, como os temas se distribuem ao longo do ano¹¹); e da

d) implementação: quando se visualizou a identificação das propostas que se tornaram ações concretas, a partir da identificação prévia de quais ações foram executadas.

3. Relação entre a frequência das entidades e os principais temas da pauta que se converteram em ações concretas:

Neste último item, buscou-se verificar se, além da participação nominal (isto é, aquela relativa apenas à presença ou ausência nas reuniões), existe alguma correlação entre a participação dos membros, em termos de seu caráter mais subjetivo e/ou qualitativo, ou seja, aquilo que aqui se entendeu por “participação qualificada”, a qual se traduz na percepção de um problema, e a real implementação de ações. E, por fim, a relação entre presenças e temas de discussão e a efetividade das propostas e resultados gerados.

Metodologicamente, foram utilizadas as técnicas: análise documental de leis e portarias municipais relacionadas ao COMTUR, bem como o seu Regimento Interno (conf. Quadro 1).

Quadro 1 – Documentos institucionais consultados

Documentos	Tema
Lei nº 12.178, de 16 de dezembro de 2010	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo
Lei do FUMTUR	Capítulo II da Lei nº 12.178
Portaria 07.448 de 09 de fevereiro de 2011	Nomeia os representantes para o Conselho Municipal de Turismo
Lei nº 12.812 de 12 de junho de 2013	Altera a Lei nº 12.178, de 16 de dezembro de 2010
Portaria nº 8475, de 22 de julho de 2013	Nomeia os representantes para o Conselho Municipal de Turismo

Documentos	Tema
Regimento Interno	Regimento Interno estabelecido pelos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, conforme é determinado pela Lei nº 12.178, de 16 de dezembro de 2010
Lei nº 18.030, 12 de janeiro de 2009	Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS aos municípios do Estado de Minas Gerais

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal (2016).

Em seguida, por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), analisaram-se 63 atas de reuniões do Conselho Municipal de Turismo (Quadro 2). Especificamente, foram identificadas 66 atas de reunião no período de fevereiro de 2011, data de sua reativação, e dezembro de 2015, última ata disponível no portal eletrônico do COMTUR¹². Porém, foram excluídas três atas referentes às reuniões dos dias 30 de outubro de 2013, 30 de abril de 2014 e 01 de dezembro de 2014, por se tratarem de reuniões ordinárias do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), nas quais foram relatados os gastos do FUMTUR¹³.

Quadro 2 – Total de reuniões realizadas entre fevereiro de 2011 e dezembro de 2015

Período	2011	2012	2013	2014	2015
Janeiro	-	Dia 31 – Ordinária	Dia 30 – Ordinária	Dia 30 – Ordinária	Dia 28 – Ordinária
Fevereiro	Dia 01 – Ordinária	Dia 29 – Ordinária	Dia 28 – Ordinária	Dia 27 – Ordinária	Dia 27 – Ordinária
	Dia 10 – Extraordinária				
	Dia 10 – Ordinária				
	Dia 16 – Extraordinária				
Março	Dia 16 – Ordinária	Dia 29 – Ordinária	Dia 26 – Ordinária	Dia 18 – Ordinária	Dia 26 – Ordinária
				Dia 31 – Ordinária	
Abril	Dia 13 – Ordinária	Dia 27 – Ordinária	Dia 04 – Ordinária	Dia 25 – Ordinária	Dia 15 – Ordinária
			Dia 26 – Ordinária	Dia 30 – Ordinária FUMTUR*	
Maio	Dia 24 – Ordinária	Dia 30 – Ordinária	Dia 29 – Ordinária	Dia 30 – Ordinária	Dia 20 – Ordinária
Junho	Dia 01 – Ordinária	Dia 28 – Ordinária	Dia 12 – Ordinária	Dia 30 – Ordinária	Dia 11 – Ordinária

Período	2011	2012	2013	2014	2015
Julho	Dia 29 – Ordinária	Dia 31 – Ordinária	Dia 31 – Ordinária	Dia 31 – Ordinária	Dia 23 - Ordinária
Agosto	Dia 03 – Ordinária	Dia 28 – Ordinária	Dia 21 – Ordinária	Dia 28 – Ordinária	Dia 14- Ordinária
Setembro	Dia 16 – Ordinária	Dia 27 – Ordinária	-	Dia 26 – Ordinária	Dia 16 - Ordinária
Outubro	Dia 20 – Ordinária	Dia 11 – Extraordinária	Dia 30 – Ordinária FUMTUR*	Dia 30 – Ordinária	Dia 27 - Ordinária
		Dia 18 – Ordinária			
Novembro	Dia 01 – Ordinária	Dia 29 – Ordinária	Dia 28 – Ordinária	Dia 26 – Ordinária	Dia 27 - Ordinária
Dezembro	Dia 14 – Ordinária	Dia 19 – Ordinária	Dia 18 – Ordinária	Dia 01 – Ordinária FUMTUR*	Dia 15 - Ordinária
				Dia 17 – Ordinária	

Nota: * reuniões cujo conteúdo não foi incorporado à análise.

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (2016). Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/turismo/atas_de_reunioes.php>. Acesso em: 24 fev. 2016.

A análise das atas de reuniões possibilitou verificar a frequência e os temas colocados em pauta pelos membros. Comparou-se, dessa forma, a presença dos membros nas reuniões e contabilizaram-se tais números, a fim de conhecer e verificar o grau de participação¹⁴ e envolvimento na discussão e propostas de ações que envolvem e competem aos membros do COMTUR/JF. Finalmente, através da observação participante, buscou-se entender o jogo político que determina os resultados das ações dos membros que formam parte do conselho. Assim, buscou-se principalmente verificar (1) como se distribui a agenda de discussões do conselho ao longo do ano; (2) se existe alguma lógica (agenda explícita ou oculta) na distribuição dos assuntos; ou (3) se prevalece uma emergência aleatória de temas, segundo demandas contextuais/emergenciais; e ainda, (4) se existe alguma dinâmica/ciclo de tendência que leva a repetição dos assuntos (ainda que eles emergam *ad hoc*, isto é, de forma não planejada).

ANÁLISE

O Conselho Municipal de Turismo de Juiz de Fora

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi reativado e normatizado através da Lei nº 12.178, de 16 de dezembro de 2010, com o objetivo de contribuir para a formulação de políticas de turismo, articulando os diversos atores ligados ao setor na cidade. A Portaria 07.448 de 09 de fevereiro de 2011 nomeou os primeiros conselheiros. A partir daí, as reuniões do COMTUR ocorrem periódica e ininterruptamente a cada mês, funcionando como um órgão colegiado consultivo, de assessoramento e fiscalização, destinado a orientar, incentivar e promover o turismo no Município, sendo que sua composição de maioria não governamental teve a intenção de estabelecer um caráter de controle social. No período de realização do estudo, o COMTUR estava vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda.

Destaca-se que a motivação para reativar o COMTUR teve a intenção principal e explícita de atender às exigências do Plano Nacional de Turismo 2011-2013 e da Política Estadual de Turismo vigente naquele período, os quais vinculavam o repasse de recursos do ICMS turístico (sobre o ICMS turístico, conf. seção “Gestão Pública do Turismo no Brasil”).

O regimento interno do COMTUR estudado postula que os membros do COMTUR são responsáveis por participar das reuniões, apreciar e votar matérias sujeitas a avaliação. Devem analisar pareceres técnicos proferidos pelos membros, fornecer informações e dados que auxiliem nas decisões tomadas e encaminhar matérias a serem discutidas na Plenária. Além disso, devem propor a criação de comissões técnicas permanentes e/ou temporárias para tratar de assuntos de interesse do Conselho, bem como eleger entre os participantes o Presidente, Vice-presidente, Secretário e Conselheiros.

O Conselho é composto por entidades do setor público que realizam alguma função relacionada com o planejamento e organização do turismo e da sociedade civil e que atuam tanto nas áreas de planejamento como em atividades relacionadas com a oferta dos serviços turísticos na localidade. A estrutura organizacional é formada por uma Diretoria Executiva (Presidente, Vice-Presidente, Secretário), Comissão Fiscal e demais Membros (JUIZ DE FORA, 2010), apresentados no Quadro 3.

O período analisado corresponde a duas gestões. De 2011-2013, primeira gestão, o COMTUR foi composto por 21 membros¹⁵, conforme a Portaria nº 7448, de 09 de fevereiro de 2011, nomeados em conformidade com a Lei 12.178, de 16 de dezembro de 2010. Através da Portaria nº 8475 e da Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013, iniciou-se a segunda gestão analisada, gestão 2013-2015, na qual a composição do conselho foi ampliada. Especificamente, foram aceitas e nomeadas outras 11 entidades¹⁶, porém, nesse período, saem 3 entidades, ficando, no total, 29 entidades participantes. Além disso, em abril de 2015, saem 4 entidades e entram 3 outras, totalizando, de abril a dezembro de 2015, 28 entidades participantes.

Quadro 3 - Membros do COMTUR no período de 2011-2015

Ano	Entidades
Fevereiro de 2011 a junho de 2013	1) Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora – Agenda JF
	2) Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA
	3) Guarda Municipal
	4) Secretaria de Comunicação Social – SCS
	5) Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Geração de Emprego e Renda – Ditur/SDEER
	6) Secretaria de Esporte e Lazer – SEL
	7) Secretaria de Transportes e Trânsito – SETTRA
	8) Ação Brasil para o Turismo – ABRALTUR
	9) Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região – ADJFR
	10) Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV
	11) Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL
	12) Associação Brasileira de Produtores de Evento – ABRAPE
	13) Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora – ACEJF
	14) Associação Profissional das Empresas de Transportes de Passageiros – ASTRANSP*
	15) Circuito Turístico Caminho Novo – CTCN
	16) Juiz de Fora e Região Convention & Visitors Bureau – JFRC&VB
	17) Serviço de Apoio s Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
	18) Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Juiz de Fora – SHRBSJF*
	19) Faculdade Estácio de Sá/Curso de Turismo*
	20) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF SUDESTE/ Curso de Eventos**
	21) Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Ano	Entidades
Julho de 2013 a março de 2015	22) Associação Profissional das Empresas de Transporte de Juiz de Fora e Zona da Mata – ASETRAP**
	23) Associação Cultural e Recreativa Brasil Alemanha – ACRBA
	24) Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL
	25) Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG
	26) Serviço de Aprendizagem Comercial – SENAC
	27) Sindicato do Comércio de Juiz de Fora – SINDICOMERCIO
	28) Sindicato dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros de Juiz de Fora
	29) Sindicato dos Trabalhadores no Ramo de Motorista Auxiliar de Táxi Vans e Escolares - SINDITAXI AUXILIARES**
	30) Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico – SINART
	31) Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES JF
	32) Faculdade Machado Sobrinho**
Abril a dezembro de 2015	33) Associação dos Condutores Autônomos do Serviço de Táxi de Juiz de Fora – ACAST
	34) Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Juiz de Fora – SHRBSJF
	35) Centro Acadêmico de Turismo – CATUR

Nota: *Deixam de participar a partir de julho de 2013.

** Deixam de participar a partir de abril de 2015.

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se a importância de considerar o período total examinado em duas gestões, pois seria uma forma de identificar traços de evolução e delineamento de padrões nas práticas relacionadas às dinâmicas do conselho.

Nesse sentido, considerando-se a possibilidade de mudança tanto da secretaria executiva como dos próprios conselheiros na representação das entidades, procederiam duas situações principais: a permanência contribui para a continuidade de discussões e processos, como ritos relacionados à dinâmica das reuniões, e também supõe que haja um conhecimento acumulado sobre o contexto turístico do município, e seu papel e possibilidades turísticas em uma conjuntura mais ampla em termos regionais e nacionais, bem como em relação aos atores envolvidos no setor turístico local que participam ou não do conselho. Por outro lado, a entrada ou troca de membros pode favorecer a entrada de novas ideias e temas na agenda do conselho, como também a inserção de novas práticas.

Nesse sentido, uma situação favorável seria a renovação parcial do conselho para se manter

o conhecimento adquirido ao longo do tempo, no sentido de levar ao amadurecimento de discussões e evitar um retrocesso ao que se adquiriu até o momento. Argumenta-se que estas situações podem ser positivas ou negativas, dependendo de outros aspectos que contribuem para a conformação do ambiente interno e externo em que se desenvolvem os debates.

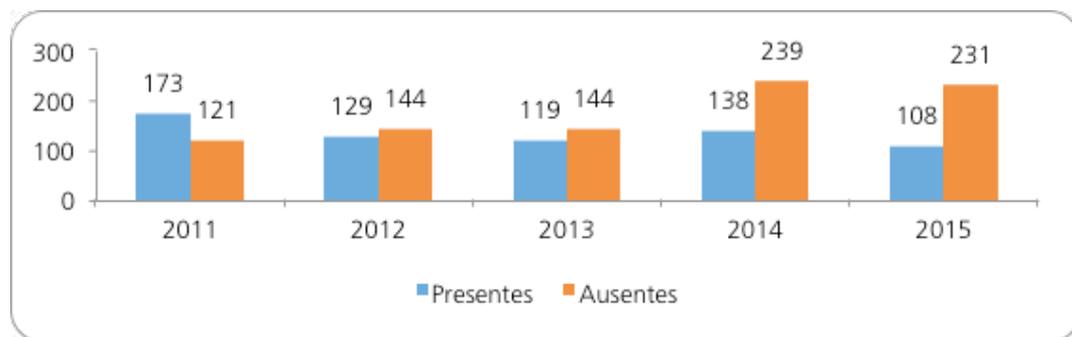
FREQÜÊNCIA DOS MEMBROS NO PERÍODO DE 2011-2015

Especificamente, nesta seção, objetiva-se analisar a frequência das entidades em todo o período estudado, de 2011 a 2015. Assim, consiste na verificação da presença e ausência das entidades nas reuniões ordinárias e extraordinárias. Os resultados representam a correlação entre a presença/ausência dos membros segundo o total de reuniões, ano a ano.

Frequência nas Reuniões

A frequência na reunião por membros é apresentada no Gráfico 1, cujo foco foi a visualização da presença e ausência de cada membro de entidade representada ao longo do ano. Assim, percebe-se que o número de ausências foi aumentando no período analisado. Somente o ano de 2011 teve mais presentes que ausentes. Nos quatro anos que seguem, o número de ausentes aumentou notavelmente. No total de observações, destacam-se 667 presenças contra 879 ausências, o que demonstra um grande desinteresse por parte das entidades em participar das reuniões do Conselho. Em termos gerais, metade dos agentes não esteve presente em sequer 50% das reuniões durante todo o período analisado.

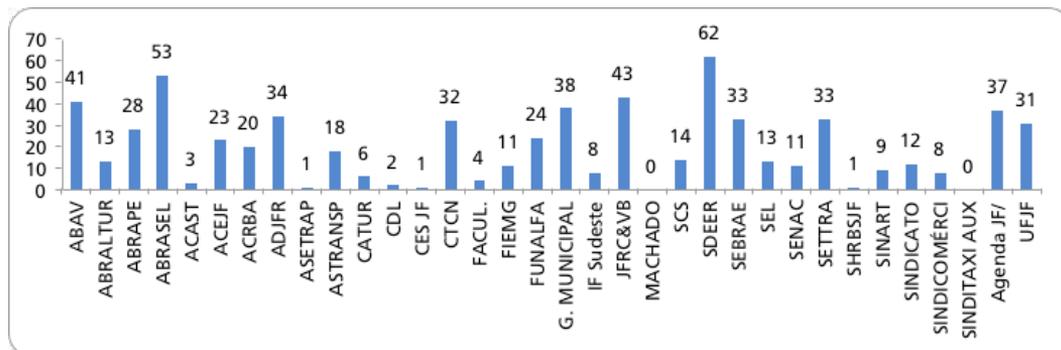
Gráfico 1 - Presenças e Ausências por ano no COMTUR (fev. 2011 - dez. 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes nas atas do COMTUR (2011-2015).

Frequência nas Reuniões por Entidade

Gráfico 2 - Presença total das entidades no COMTUR no período de 2011-2015



Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes nas atas do COMTUR (2011-2015).

A participação nominal é representada no Gráfico 2, no qual se analisou a distribuição de frequência de cada entidade participante por reunião durante todo o período, possibilitando a visualização das entidades mais presentes. Observa-se que as entidades que mais participaram das reuniões do COMTUR no período de 2011 a 2015 foram Ditur/SDEER com 62 presenças, ABRASEL com 53 presenças e JFRC&VB com 43 presenças. De forma geral, a frequência da participação das entidades nas reuniões foi baixa. A maioria dos membros não compareceu sequer à metade das reuniões realizadas em todo o período analisado. As entidades que mais participam estão diretamente relacionadas com o setor privado turístico de Juiz de Fora.

PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA NO PERÍODO DE 2011-2015

Nesta seção, destacam-se os temas debatidos nas reuniões e a entidade/agente que foi proponente. Buscou-se identificar os temas que foram colocados na pauta ou que surgiram durante alguma discussão (percepção de um problema), e, em seguida, filtrar aqueles que se tornaram uma ação concreta (implementação).

Percepção do Problema

Segundo Frey (2000), a percepção de um problema envolve a identificação, pelos agentes, das questões mais apropriadas para tratamento político. Para representar como os temas se distribuem ao longo do ano, no Quadro 3, foram relacionados os principais problemas percebidos, a síntese dos conteúdos das atas das reuniões, por ano, e as entidades envolvidas nessas discussões.

Em 2011, dos 13 temas principais discutidos, apenas 4 foram recorrentes na busca de sua conclusão: *edital de apoio a projetos turísticos, diagnóstico de pontos turísticos, comissões e campanha de sensibilização*. A maioria deles apenas foi citado e não mais mencionado, como

captação de recursos, criação de evento para angariar fundos e logomarca. A ABAV e Ditur/SDEER estiveram mais presentes ao longo do ano de 2011, seguidas pela ABRAPE e ADJFR. Destaca-se que, durante este primeiro ano de atividades do conselho, a dinâmica de trabalho organizou-se através de comissões, as quais se reuniam em dias diferentes das reuniões ordinárias e extraordinárias, de forma que apenas os resultados destes encontros eram trazidos à pauta de discussões.

Durante o ano de 2012, dos 17 temas colocados na pauta apenas 4 foram retomados: *criação de postos turísticos, implantação dos postos de informação, totens de informação turística e edital de apoio a projeto turísticos*. Em 2012, as instituições que mais participaram foram ABAV, Ditur/SDEER, Guarda Municipal, Agenda JF, ADJFR e o JFC&VB, sendo que as duas primeiras estiveram presentes em todas as reuniões.

Durante o ano de 2013, de 10 temas, aqueles que aparecem em pelo menos mais de uma reunião foram: *apresentação de atividades de comissões, votação da melhor opção para resolução de problemas com edital de apoio a projetos e alteração do regimento interno*. Os agentes mais presentes neste ano foram Ditur/SDEER, ABAV, ABRASEL e SEBRAE.

Em 2014, de 13 temas discutidos apenas 4 foram retomados, sendo que destes 3 assuntos estavam relacionados ao edital de apoio a projetos turísticos: *realocação de datas do edital de apoio a projetos, edital de apoio a projetos turísticos 2015, comissão de avaliação de projetos turísticos e seminário de turismo*. As entidades mais presentes deste ano foram Ditur/SDEER, ABRASEL, ACRBA, JFC&VB, CTCN, FIEMG e SETTRA.

Dentre os 17 assuntos identificados na pauta do ano de 2015, 8 temas foram recorrentes na composição das pautas: *fórum online, votação para convênio do escritório de projetos, edital de apoio a projetos turísticos, comissão para eleição dos novos membros da diretoria executiva (próxima gestão), apresentação de projetos do Escritório de Projetos, manutenção do edital de apoio a projetos para 2016, apresentação do plano diretor, apresentação das diretrizes para o plano diretor*. ABRASEL, Ditur/SDEER, CATUR, ACRBA e UFJF foram as instituições que mais marcaram presença.

Elaboração

De acordo com Theodoulou (1995), na elaboração, são estabelecidos programas ou projetos que são considerados capazes de resolver as questões inseridas na agenda. De todas as discussões durante o período de 2011 a 2015, somente algumas se tornaram ações concretas (propostas implementadas), obtendo resultados reais. O Quadro 4 sintetiza esses dados.

Quadro 4 - Resultados do COMTUR no período de 2011-2015

Ano de Proposição	Proposta/Projeto	Proponente
2011	Lançamento do Edital de Apoio a Projetos	ABAV, Ditur/SDEER
2013	Desenvolver softwares para alimentar os postos de informação turística em forma de totem com tecnologia touch screen	ABRASEL
	Aumento do orçamento, buscando maior captação de recurso externo	UFJF
2014	Discussão sobre o cronograma criado pela Comissão para a Conferência Municipal do Turismo com o objetivo de formulação do novo Plano de Turismo de Juiz de Fora.	ABRASEL, JFRC&VB, CTCN, Ditur/SDEER
	Buscar, junto aos vereadores da câmara, em particular em sua comissão de turismo, emendas parlamentares para a viabilização do escritório de projetos	Ditur/SDEER, Abrasel, UFJF
2015	Workshop ministrado pela consultora de governança do Sebrae, quando se buscou definir os papéis de cada entidade para que exista integração entre os atores da cadeia produtiva do turismo.	Organizadores: Ditur/SDEER e SEBRAE
	Diretrizes propostas para o Plano Diretor de Juiz de Fora ¹⁷ .	Guarda Municipal, Ditur/SDEER

Fonte: Elaboração própria.

A partir das propostas que lograram obter resultados concretos (cf. Quadro 4), foi possível rastrear as entidades proponentes de cada uma delas e cotejá-las com o tipo de participação. Nota-se que, em todo o período de 5 anos (2011-2015), o COMTUR somente conseguiu obter 7 resultados concretos. Isto se deve a muitas reuniões vazias com discussões indevidas, com muitas ideias, porém, com nenhuma proposta de ação concreta e de divisão de tarefas entre os participantes. Além disso, percebe-se uma falta de comprometimento das entidades com o Conselho, pois suas frequências são muito baixas.

É importante ressaltar que, além desses temas mencionados dentro do COMTUR, existem muitas discussões em torno do regulamento, normas e funcionamento do próprio COMTUR, além de questões técnicas como eleições, prazos, datas. Isto gera discussões largas, utilizando o tempo das reuniões para discutir e tirar dúvidas de algo que já deveria estar muito bem definido e de conhecimento de todos os membros.

Outra discussão muito recorrente dentro do COMTUR é a necessidade de maior presença das entidades nas reuniões, além de melhorar a dinâmica das reuniões para transformar as ideias/problemas que são relevantes para a organização do turismo no município em ações concretas. A proposta e a necessidade de refazer o Plano Municipal do Turismo é um assunto muito recorrente e que não gera resultados concretos, pois, desde a reativação do COMTUR até a última ata analisada, o Plano não havia sido elaborado, mesmo correndo o risco de perder o repasse de fundos proveniente do ICMS turístico.

RELAÇÃO ENTRE A FREQUÊNCIA DAS ENTIDADES E OS PRINCIPAIS TEMAS DA PAUTA QUE SE CONVERTERAM EM AÇÕES CONCRETAS

Neste último item, buscou-se verificar se, além da participação nominal (isto é, aquela relativa apenas à presença ou ausência nas reuniões), existe alguma diferença em relação à participação dos membros em termos de seu caráter mais substantivo, ou seja, aquilo que aqui se entendeu por “participação qualificada”, a qual se traduz na percepção de um problema e sua real implementação. E, por fim, a relação entre a frequência e as propostas que efetivamente viraram resultados concretos.

No Quadro 5, são correlacionadas as propostas convertidas em resultados segundo a frequência dos membros.

Quadro 5 - Relação da proposta de resultados concretos segundo a frequência

Entidade	Quantidade de propostas convertidas em resultados¹⁸	Frequência total (2011-2015)
1-Ditur/SDEER	5	62
2-ABRASEL	3	53
3- UFJF	2	31
4-ABAV	1	41
5-SEBRAE	1	33
6-Guarda Municipal	1	38
7-JFRC&VB	1	43
8-CTCN	1	32

Fonte: Elaboração própria.

A partir dessa análise, foi possível observar que poucas propostas surgidas no COMTUR resultaram na implementação de ações efetivas. Neste contexto, as propostas que o COMTUR conseguiu concretizar estão relacionadas às 8 entidades que estiveram mais frequentes nas reuniões.

Assim, foi possível evidenciar que existe correlação entre a participação qualificada dos membros do Conselho e sua capacidade de inserção e manutenção de temas na agenda do Conselho. Deste modo, os problemas percebidos por tais entidades e colocados em pauta tiveram maior possibilidade de resultar na implementação de ações. Por outro lado, foi identificado que algumas das entidades que esporadicamente frequentam as reuniões também buscaram levantar temas de seu interesse nas pautas e envolver-se nos debates da pauta do dia. Entretanto, estes agentes não alcançaram a capacidade necessária para mobilizar e convencer os demais membros acerca da relevância de seus temas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de identificar e analisar dois momentos do ciclo político: o processo de percepção de um problema e a implementação (ações concretas/resultados) das propostas feitas pelos membros do Conselho Municipal de Turismo de uma cidade em Minas Gerais/Brasil ao longo do período de cinco anos (2011-2015).

O COMTUR foi reativado em fevereiro de 2011 com a explícita intenção de atender às exigências do Plano Nacional de Turismo e da Política Estadual de Turismo, o qual vincula o repasse de recursos aos municípios à existência de um Conselho Municipal de Turismo e um Fundo Municipal de Turismo comprovadamente atuantes.

Em relação às propostas idealizadas e realizadas, encontramos que são as entidades UFJF, ABRASEL e Ditur/SDEER que mais têm suas propostas executadas, já que são os atores que mais conduzem os debates e conseguem que suas propostas sejam mantidas em pauta. Ou seja, essas entidades são aquelas que têm maior influência e que guiam o contexto turístico local de acordo com suas percepções. Inclusive, essas entidades são o único grupo bem delimitado, no sentido de apresentar um discurso homogêneo e que, repetidas vezes, apresentam a necessidade de articulação e coesão para que o COMTUR seja um órgão capaz de apoiar o desenvolvimento do setor de turismo de forma organizada e planejada. Os outros atores frequentemente buscam retomar os temas de seu interesse e pouco se envolvem na discussão de outros temas.

Além disso, as evidências apontam no sentido de uma relação direta entre o grau de participação nas reuniões e a tendência à aprovação e execução das propostas realizadas. Dessa forma, fica clara a relação direta que existe entre as entidades com maior frequência nas reuniões e as propostas realmente executadas.

Como conclusão, a despeito de uma suposta abertura em termos de possibilidade de ação, manifestação e participação em contextos e espaços democráticos como os conselhos municipais, identifica-se que as entidades utilizam o COMTUR para fazerem com que os seus interesses sejam postos em prática. Assim, o COMTUR é utilizado apenas de maneira instrumental. Dessa forma, a transformação não existe na prática, pois o espaço do Conselho não cumpre sua função originária.

Além disso, observou-se uma debilidade institucional e uma crise de legitimidade do Conselho como mecanismo de participação, pois, de forma frequente, a maior parte dos representantes dos interesses do setor turístico não utilizam este espaço para contribuir e interferir nos debates e ações relacionados ao turismo. Assim, devido à ausência de obstáculos e/ou contrapesos, há um forte risco de cooptação oportunista deste espaço pelas entidades mais participativas, as quais têm oportunidade de impor suas demandas de forma mais incisiva. Um exemplo disso é a distorção da política pública municipal de turismo, a qual foi reduzida à distribuição, mais ou menos harmoniosa, dos recursos públicos disponíveis para o setor privado, sob o pretexto de apoiar o desenvolvimento de eventos para aumentar o fluxo de turismo na cidade.

A esse respeito, como bem sintetizam Oliveira, Pereira e Oliveira (2010, p. 334):

Nos conselhos gestores, o risco de a participação gerencial sobrepor-se à participação política existe, principalmente quando: a) os conselheiros não possuem vínculos fortes com organizações sociais; b) as organizações sociais relacionam-se tangencialmente com movimentos populares; c) os movimentos populares não possuem lastro histórico ou comunitário; d) os poderes locais agem estrategicamente para não partilhar poder; e) os poderes locais não consideram os conselhos legítimos ou relevantes; f) os conselheiros desconhecem os sistemas de políticas sociais, a máquina pública e os meios para viabilizar suas decisões; e g) processos de ‘empoderamento’ de conselheiros são negligenciados.

Nesse sentido, um novo campo de estudos promissor pode ser aquele em que se busque resgatar elementos pessoais dos próprios conselheiros – como, por exemplo, o seu perfil sociodemográfico e suas habilidades e atitudes pessoais – bem como os elementos conjunturais e situacionais do processo decisório, presentes na dinâmica interativa dos conselhos, além de aprofundar nos mecanismos institucionais mais amplos que enquadram as possibilidades de ação. Outra possibilidade, não menos interessante, seria reinterpretar a questão à luz de novas teorias como *Civil Sphere Theory* (ALEXANDER, 2007).

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: maio 2018. Aceito para publicação em: set. 2018.
- 2 Uma versão prévia deste trabalho foi apresentada no 9º Congresso Latino Americano de Ciência Política, organizado pela *Asociación Latinoamericana de Ciencia Política* (ALACIP), realizado em Montevideo, entre 26 e 28 de julho de 2017, na área temática (#21): “Políticas Públicas”.
- 3 Oliveira (2008) evidencia, de forma precisa, a aderência desse discurso ao senso comum.
- 4 Na verdade, os conselhos gestores (ou de administração), nas empresas privadas, surgem como um dos mecanismos para resolver o “conflito de agência” – no âmbito da literatura sobre governança que se deslocará do setor privado para o público no início da década de 1970 e em diante –, conceito que, aos poucos, foi absorvido para a área pública, com base na tese da inclusão de vários controladores (um suposto *panoptismo* social).
- 5 Supondo aqui, momentaneamente, apenas a título de raciocínio hipotético, a possibilidade de que a tese do pluralismo político seja adequada. Por pluralismo político, a visão de que a sociedade é composta por vários grupos, competindo entre si, buscando limitar qualquer poder hegemônico, em particular, o do Estado (BOBBIO *et al.*, 2004).
- 6 O tema da caracterização da agenda pública do turismo foi discutido exaustivamente por Chaves (2011), Araújo (2007), Cavalcanti (2006), Carvalho (2014), entre outros autores.
- 7 Os Circuitos Turísticos tinham por objetivo conectar o trabalho do turismo nas esferas municipais e regionais para atrair mais turistas. Assim, abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, os quais se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional. O trabalho destas entidades se dá por meio da integração contínua dos municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional e protagonizando o desenvolvimento por meio de alianças e parcerias (SECTUR,

2016). Acesso em: 26 maio 2016.

- ⁸ Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/lei-18030-2009.pdf>>.
- ⁹ Na pesquisa, de caráter misto, quanti-qualitativo, foram utilizados diferentes métodos (*survey*, estudo de caso e método clínico) e procedimentos (questionário, entrevista, observação sistemática participante e não participante – por diferentes pesquisadores – e notas de diário de campo), bem como uso de material bibliográfico e documental, buscando assim alcançar uma melhor forma de triangulação possível. Para o artigo, por questão de espaço, nos ativemos a mencionar os procedimentos quantitativos e qualitativos, relacionados apenas à análise da participação.
- ¹⁰ White (1996) entende participação nominal como aquela que se assemelha à participação passiva e por consulta, o que, segundo a autora, poderia ser enquadrado como não participação. Embora o teor dos nossos achados possa ser associado à categoria, aqui utilizamos o termo participação nominal para nos referirmos ao simples ato de estar presente, sem engajamento em diálogos, consultas ou sugestões, ou seja, sem manifestação; o que será contraposto pelo tipo de participação qualificada – aquela na qual o direito à fala não só será exercido como dará lugar proativamente à manifestação de propostas, visando a solução de problemas comuns.
- ¹¹ Hipótese: se existe alguma lógica (agenda explícita ou oculta) na distribuição dos assuntos ao longo do ano ou se eles emergem aleatoriamente, segundo demandas contextuais/emergenciais, e ainda se existe alguma dinâmica/ciclo de tendência à repetição dos assuntos (ainda que eles emergem *ad hoc*, isto é, de forma não planejada).
- ¹² Utilizou-se essa fonte devido ao seu caráter oficial e institucional, sendo considerada documento legal de aferição da presença dos membros nas reuniões. As mesmas podem ser encontradas no sítio eletrônico oficial da prefeitura, dedicado ao COMTUR. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/turismo/atas_de_reunioes.php>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- ¹³ Os repasses efetuados de outros entes da federação para a Prefeitura de Juiz de Fora não são necessariamente utilizados na área de turismo, de forma que são direcionados à conta única do tesouro municipal. A liberação para a pasta de turismo passa obrigatoriamente pelo fundo municipal de turismo (FUMTUR), desde que haja nota (ou compromisso) de empenho para a realização dos gastos autorizados por parte do tesouro municipal. Assim sendo, o comportamento efetivo das reuniões (e, por suposto, dos registros em ata) do FUMTUR são, de certo modo, apenas formais e protocolares, já que apenas registram e refendam gastos autorizados e realizados pela secretaria de finanças.
- ¹⁴ Participação é um tema amplo e vastamente discutido pela literatura em suas mais diversas perspectivas (quanto à forma: se direta ou indireta/representativa; quanto ao objeto: se política, econômica, social (sociedade civil organizada), ou organizacional/produtiva, dentre outras; ou ainda em relação aos diferentes tipos e graus de participação que um ator pode desempenhar.
- ¹⁵ Neste período, a diretoria executiva foi composta pelos representantes da ABAV, como Presidente, da UFJF, como Vice-presidente e do Ditur/SDEER, como Secretário. Vale ressaltar que, na primeira reunião em que foi oficializada a reativação do conselho, o discurso do representante da Ditur/SDEER foi de que o Núcleo de Turismo não gostaria de assumir o cargo da presidência para evitar a politização do conselho, no entanto, gostaria de participar da secretaria executiva, pois era a entidade que tinha conhecimento de processos e dinâmicas do setor público, por exemplo, a política de turismo estatal e nacional, ou os ritos de reunião, e isso contribuiria para a “profissionalização” do COMTUR. Nesse caso, é evidente que o conhecimento do Ditur/SDEER sobre como se esperava que o conselho funcionasse contribuiria para o fortalecimento do órgão. Todavia, o esperado seria que as demais entidades assumissem responsabilidades e posições com o passar do tempo e que fossem capazes de

assumir cargos da secretaria executiva. O Conselho Fiscal foi composto pela ASTRANSP, JFRC&VB e a ADJFR.

- ¹⁶ Na gestão 2013-2015, a diretoria foi inicialmente composta pela Ditur/SDEER, na presidência, a ABAV, na vice-presidência, e a ABRASEL assumiu o cargo da secretaria do conselho. A ABAV foi substituída pela UFJF no percurso do mandato da vice-presidência. Nesse período, o Conselho Fiscal foi composto pela ACE-JF, o SINDICOMÉRCIO, o SINDITAXI AUXILIARES, o SEBRAE e o CTCN. Quanto às mudanças de entidades, destaca-se que o Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Juiz de Fora – SHRBSJF e a Faculdade Estácio de Sá/Curso de Turismo não aparecem entre os membros do conselho na gestão 2013-2015. Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores no Ramo de Motorista Auxiliar de Táxi Vans e Escolares - SINDITAXI AUXILIARES e a Faculdade Machado Sobrinho foram inseridas como membros conforme a Portaria nº 8475/2013. O caso do SHRBSJF é particular, pois a entidade é incorporada ao conselho na Portaria 2011, mas deixa de participar, é excluída do COMTUR, e volta apenas no fim da gestão 2013-2015, conforme a Portaria 2015.
- ¹⁷ Tópicos sugeridos: articulação de Juiz de Fora com Municípios da região, por meio de Circuitos Turísticos, e aproximação de governo Estadual e Federal; (2) incentivo ao comércio e serviços locais de interesse do turismo e criação de selos identificadores dos estabelecimentos turísticos capacitados; (3) incluir a criação de novas áreas para atrair investimentos relacionados ao turismo, reforçar a posição da cidade como polo de eventos, ampliar a infraestrutura e os espaços de exposições e congressos, criar condições para o turismo apropriado às características do Município – de eventos, negócios, cultura, gastronomia, compras e agro e ecoturismo – para aumentar a permanência do visitante; (4) concessão de benefícios fiscais a estabelecimentos contribuintes de imposto sobre serviços (ISSQN, isenção de IPTU, isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento, simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás – regulamentada por leis específicas); (5) criar polos estratégicos, identificando e explorando o potencial de cada região do município, criando identidades setoriais; (6) promover locais com potencial turístico e ambientalmente sustentáveis; (7) garantir informações turísticas nas unidades receptoras de turistas – aeroporto, rodoviária, pórticos, shoppings, entre outros; (8) estímulo ao turismo rural e produtos com identidade local; (9) reabilitação dos espaços públicos através de programas de segurança, preservação e recuperação urbanística para os locais turísticos.
- ¹⁸ Mais de uma entidade propôs o que foi realizado.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa da UFJF pela concessão de bolsas de PIBIC e BIC, respectivamente, junto ao projeto (nº 31968) “Método de Estudo Clínico da Escola Francesa de Sociologia das Organizações Aplicado aos Atores do Campo Turístico do Destino Juiz de Fora/MG”; aos alunos de graduação e de pós-graduação que vieram a colaborar voluntariamente na execução de alguma fase do mesmo; e aos revisores deste periódico que permitiram o amadurecimento deste trabalho em relação a sua versão inicialmente apresentada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-

140, 2001.

ALEXANDER, Jeffrey. On the Interpretation of the Civil Sphere: Understanding and Contention in Contemporary Social Science. **The Sociological Quarterly**, V. 48, Iss. 4 p. 641-659, 2007.

ARAÚJO, C. R. M. **A participação societal na concepção das políticas públicas de turismo no Brasil**: o caso do Conselho Municipal de Turismo de São Paulo no período de 1991 a 2006. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2007.

ASSIS, N. S. M. **A Política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais**: Um estudo de caso do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2004. CARVALHO, F. C. C. Agenda Governamental e Trajetória Institucional do Turismo no Brasil. **ABET**, v. 5, n. 1, p. 59-70, 2015.

CAVALCANTI, P. A. B. **Um Olhar Crítico sobre o Conselho Nacional de Turismo**: Articulação do Setor, Legitimidade e Auto-Interesse na Construção das Políticas Públicas. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 2006.

CHAVES, M. P. **A Institucionalização das Políticas Públicas de Turismo em Âmbito Municipal no Brasil**. 287 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras (UFLA). Lavras, Minas Gerais, 2011.

EMMENDOERFER, M. L.; SILVA, F. C.; LIMA, A. A. T. F. C. Inovação social na gestão pública do turismo: uma análise dos circuitos turísticos em Minas Gerais. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (Org.). **Gestão Pública do Turismo no Brasil?** Teorias, Metodologias e Aplicações. Vol. 1. 1. ed. Caxias do Sul - RS: EDUCS, 2014.

GONH, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-363, 2011.

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 357-378, abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2018.

HECLO, H. Issue Networks and the Executive Establishment. In: KING A. (Org.). **The New American Political System**. Washington D.C.: 1978.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Conselho Nacional de Turismo na Visão de seus Conselheiros. Relatório de Pesquisa**: Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: Governo Federal, 2012.

Kliksberg, Bernardo, Seis Tesis no convencionales sobre participaci3n. Revista de Estudios Sociales [en linea] 1999, (Agosto-Sin mes) : [Fecha de consulta: 14 de enero de 2019] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81511266010>> ISSN 0123-885X.

LOWI, T. American Business, public policy, case studies and political theory. **World Politics**, v. 16, p. 677-715, 1964.

N3BREGA, W. R. M.; FIGUEIREDO, S. J. L. Turismo e Gest3o P3blica: uma Avalia3o das Inst4ncias de Governan3a no Oeste do Estado do Par4. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (Org.). **Gest3o P3blica do Turismo no Brasil?** Teorias, Metodologias e Aplica33es. Vol. 1. 1. ed. Caxias do Sul - RS: EDUCS, 2014. p. 360-396.

OLIVEIRA, R. A. Descentraliza3o: um paralelo entre os circuitos turisticos de Minas Gerais e o modelo franc3s de regionaliza3o do turismo. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (Org.). **Gest3o P3blica do Turismo no Brasil?** Teorias, Metodologias e Aplica33es. Vol. 1. 1. ed. Caxias do Sul - RS: EDUCS, 2014.

OLIVEIRA, V. C. da S. **Sociedade, Estado e administra3o p3blica**: an4lise da configura3o institucional dos conselhos gestores do munic3pio de Lavras – MG. Tese (Doutorado em Administra3o) – Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil, 2009.

OLIVEIRA, V. C. da S; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, V. A. R. de. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 422-437, set. 2010. Dispon3vel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2018.

PAES DE PAULA, A. **Por uma nova gest3o p3blica**. S3o Paulo: Editora FGV, 2008.

PJF - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Lei n3 12.178, de 16 de dezembro de 2010**. Di4rio Oficial Eletr3nico. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (2010). Dispon3vel em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000033403>. Acesso em: 01 abr. 2016.

SECRETARIA DE TURISMO DE MINAS GERAIS – SECTUR/MG. **Circuitos Turisticos**. Dispon3vel em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>. Acesso em: 29 abr. 2016.

SECRETARIA DE TURISMO DE MINAS GERAIS – SECTUR/MG. **ICMS Turistico**. Dispon3vel em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/icms-turistico>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

TEN3RIO, F. G. (Re)Visitando o Conceito de Gest3o Social. In: SILVA JR., J. T.; M4SIH, R. T.; CAN3ADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. **Gest3o Social**: pr4ticas em debate, teorias em constru3o. 1. ed. Vol. 1. Fortaleza: Imprensa Universit4ria, 2008. 248p. Cap. 2, p. 39-60.

THEODOULOU, S. Z. The Contemporary Language of Public Policy: A Starting Point. In: THEODOULOU S. Z.; CAHN, M. A. (Org.). **Public Policy: The Essential Readings**. Nova Jersey: Prentice Hall, 1995.

WHITE, S. C. **Depoliticising development: the uses and abuses of participation**. *Development in Practice*, v. 6, n. 1, p. 6-15, 1996.

**Thiago Duarte
Pimentel**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Turismo/UFMG. Professor e pesquisador de dedicação exclusiva na UFJF, na pós-graduação em Ciências Sociais (M/D) e em Administração (M), e também nos cursos de bacharelado em Ciências Humanas e de Turismo. Membro da Associação Internacional de Sociologia (ISA) e da Associação Internacional de Peritos Científicos em Turismo (AIEST). Professor visitante nos EUA, Canadá, México, Cuba, Equador. Líder da rede de pesquisa: Realismo Crítico, Ação Coletiva e Trabalho (REACT). Diretor do Centro de Excelência Latino Americano em Turismologia (CELAT) e do Observatório Económico e Social do Turismo (OEST). Editor Chefe das Revistas Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET) e Revista Latino Americana de Turismologia (RELAT).

**Fabiola
Cristina Costa
de Carvalho**

Pós-doutoranda na Universidade de Guadalajara – Centro Universitario de la Costa. Doutora em Ciências Sociais. Mestre em Administração Pública. Bacharel em Turismo. Integrante do Centro de Excelência Latino Americano em Turismologia/CELAT e Observatório Económico e Social do Turismo/OEST, vinculados à Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil. Interessa-se e atua nas áreas de Turismo, Ciências Sociais, Ciência Política e Administração Pública, com ênfase, nas seguintes linhas de pesquisa e campos temáticos: (1) Turismo: História e Modelos Explicativos do Turismo, Gestão e Planejamento do Destino Turístico, Elementos Intervenientes no Sistema Turístico, Educação em Turismo, Epistemologia do Turismo; (2) Ciências Sociais: Epistemologia, Teoria Social, Realismo Crítico; (3) Teoria Política: Instituições e Políticas Públicas; (4) Administração Pública: Gestão Pública, Paradigmas da Gestão Pública, Participação Social.

**Marcela Costa
Bifano de
Oliveira**

Doutoranda em Ciencias para el Desarrollo, la Sustentabilidad y el Turismo, na Universidad de Guadalajara - Centro Universitario de la Costa, México. Mestre em Ciencias Económicas y Sociales na Universidad Autónoma de Sinaloa, México (2016). Bacharela em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil (2013). Membro do Centro Latino-Americano de Excelência em Turismologia (CELAT); do Observatório Econômico e Social do Turismo (OEST), e Realismo Crítico, Ação Coletiva e Trabalho (REACT) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua nas áreas de Turismo e Sociologia, com ênfase em: Políticas Públicas; Participação Social; Desenvolvimento e Ação Coletiva.

**Eliza Feres de
Lima Moura**

Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (2015) e graduação em Turismo (2017). Mestranda em Administração (2019) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Ex-bolsista PIBIC do projeto “Método de Estudo Clínico da Escola Francesa de Sociologia das Organizações Aplicado aos Atores do Campo Turístico do Destino Juiz de Fora/MG”.



Foto: Juan Manuel Reyna



Foto: Simony Marins

A Perspectiva da Moral na Aprendizagem da Prática do Artesanato de Barro Figurativo no Alto do Moura¹

Daniel Felipe Victor Martins

Resumo

A emergência de mais estudos críticos em Administração sobre os pressupostos que regem a tradição moderna, conduziu o campo dos Estudos Organizacionais – EOs a repensar as organizações a partir de abordagens teóricas alternativas voltadas à ampliação das suas principais reflexões. Todo esse esforço contribuiu para que a teoria organizacional ganhasse uma nova roupagem, principalmente, a partir dos Estudos Baseados em Prática – EBP (*Practice-Based Studies – PBS*), os quais, desde o movimento da ‘virada para a prática’ (*practice turn*), têm inclinado a teoria organizacional a uma lente de natureza social. Todavia, mesmo com todos os avanços, o campo ainda tem deixado em aberto possíveis lacunas que, de alguma maneira, merecem ser consideradas, tal como a questão da moral nas relações sociais de aprendizagem na prática. Com isso, propõe-se, nesta pesquisa, desvelar a moral como um elemento do saber prático, de maneira a ampliar os estudos sobre Aprendizagem Organizacional – AO. Para isso, foi tomado como principal eixo teórico a filosofia comunitarista de Alasdair MacIntyre por entender que ela realiza uma profunda análise crítica em torno da moralidade moderna, denunciando a abstração de uma sociedade racional e individualista, ao passo em que procura apresentar uma consciência moral comunitária emergida de valores que são transmitidos e aprendidos pela via prática ao longo das gerações. Os principais achados desta pesquisa apontaram que a moral nas relações de aprendizagem da comunidade artesanal do Alto do Moura implica em um saber prático de natureza social constituída por bens internos, isto é, de elementos morais pautados no respeito, na confiança no diálogo, na historicidade e na habilidade que se fazem presentes entre os seus membros participantes.

Palavras-chave Teoria Moral. Aprendizagem Organizacional. Prática Social. Análise de Narrativas. Comunidade Artesanal do Alto do Moura.

Abstract The emergence for more critical studies in Administration on the assumptions that govern the modern tradition have led the field of Organizational Studies (OS's) to rethink organizations from theoretical approach alternatives aimed at expanding their main reflections. All that effort has contributed to the fact that organizational theory might gain a new profile, mainly from Practice-Based Studies (PBS), which, since 'the turning movement to the practice', has led organizational theory to a social-nature point of view. However, even with all those advances, the field has still left open possible gaps that somehow deserve to be considered, such as the question of morality within social relations of learning in practice. In this study, I propose to reveal morality as an element of practical knowledge, contributing to a greater understanding of Organizational Learning - OL. For that, Alasdair MacIntyre's communitarian philosophy was taken as the main theoretical axis, because it carries out a deep critical analysis concerning modern morality, denouncing the abstraction of a rational and individualistic society, while searching to present a moral community conscience emerged from values, which are transmitted and learned by practice throughout generations. Therefore, the main findings from this research have pointed out that moral in the learning process of the craft community from Alto do Moura implies a practical knowledge of a social nature, which is supported by internal goods, in other words, moral elements based on respect, trust in dialogue, historicity and the skill that are present in the relations among participating members.

Keywords Moral Theory. Organizational Learning. Social Practice. Narrative Analysis. Craft Community from Alto do Moura.

INTRODUÇÃO

O final da década de 1970 marca, no âmbito da administração, a emergência de mais estudos críticos sobre os pressupostos que regem a tradição moderna (ALVESSON; WILLMOTT, 1992; ALVESSON; DEETZ, 1998; REED, 1998), conduzindo alguns dos seus campos do conhecimento, a exemplo dos Estudos Organizacionais – EOs, a fazerem uso de novas abordagens teóricas voltadas para a ampliação das suas principais reflexões (BURRELL; MORGAN, 1979).

Sobre algumas dessas reflexões, destaca-se o surgimento de teorias que procuram enfatizar a realidade das organizações a partir de fenômenos múltiplos com características transitórias, efêmeras e emergentes (CLEGG; HARDY, 1998). Esses fenômenos buscam, por sua vez, traçar uma “virada” nos EOs através de rupturas ontoepistemológicas na sua estrutura tradicional, possibilitando novas alternativas para o entendimento das organizações (COOPER; BURRELL, 1988; 2007; BURRELL, 1988; 1994; COOPER, 1989; ALVESSON; WILLMOTT, 1992; CHIA, 1995; MORGAN, 1996; ALVESSON; DEETZ, 1998; REED, 1998; CALÁS; SMIRCICH, 1999; VIEIRA; CALDAS, 2006).

Esse contexto de virada faz menção à guinada do paradigma pós-moderno (*postmodern turn*) nos EOs, o qual tem impactado significativamente a teoria organizacional, desde a publicação de uma série de trabalhos a partir do ano de 1988 sobre o tema da pós-modernidade na perspectiva organizacional, o que se deu, especialmente, pela inclusão do pensamento de teóricos como Michel Foucault, Jacques Derrida e Jürgen Habermas ao debate (COOPER; BURRELL, 1988; 2007; BURRELL, 1988; 1994; COOPER, 1989).

Esse cenário de transformação justifica-se como uma reação à predominância de valores racionais que foram privilegiados pela modernidade e que fizeram emergir um sujeito com características exclusivamente autônomas e individuais (COOPER; LAW, 1995). A ampliação da teoria organizacional, nesses termos, passa a ser debatida como um processo que procura repensar as organizações, colocando em dúvida alguns dos pressupostos assentados na tradição moderna, ao passo em que defende o deslocamento de macrocontextos estáticos em microcontextos dinâmicos de interação (TSOUKAS; CHIA, 2002).

Destaca-se, nesse sentido, a abordagem dos Estudos Baseados em Prática – EBP (*Practice-Based Studies – PBS*), os quais, desde o movimento da ‘virada para a prática’ (*practice turn*), têm inclinado a teoria organizacional para o social ao haver recebido, tanto da filosofia quanto da sociologia, uma série de contribuições teórico-empíricas, principalmente no que se refere a ações realizadas dentro de microcontextos de interação (SCHATZKI, 2001; RECKWITZ, 2002; GHERARDI, 2003; GEIGER, 2009), a exemplo de como acontece nos estudos que envolvem comunidades, sejam elas de prática, epistêmica e de gosto (LAVE; WENGER, 1991; KNORR-CETINA, 1999; WENGER; SNYDER, 2000; WENGER, 2003; STRATI, 2007a; 2007b; GHERARDI; NICOLINI; STRATI, 2007; GHERARDI, 2003; 2013). Apesar do conhecimento construído em torno das práticas sociais no âmbito organizacional, acredita-se ainda na existência de muitas lacunas a serem preenchidas no sentido de desvelar o real mundo das práticas (SANTOS; ALCADIPANI, 2015). Essa questão levantada por Santos e Alcadipani (2015) talvez seja dada à forte tendência de as

práticas sociais ainda continuarem a serem lidas, em sua grande maioria a partir, das lentes do cotidiano.

Sobre a existência de lacunas, Figueiredo (2016) vai sugerir a possibilidade de surgimento de outras lentes, as quais as teorias das práticas sociais poderiam utilizar para redirecionar as suas pesquisas, principalmente, por entender que as práticas representam: i) um conjunto de atividades interconectadas que, quando socialmente reconhecidas como forma de ordenamento, estabilizam a orientação comum e a ação coletiva; ii) o processo de produção de sentido (*sensemaking*) que sustenta o comprometimento com uma forma compartilhada de fazer as coisas e que permite a contínua negociação ética e estética de significados enquanto uma prática está sendo praticada; iii) os efeitos sociais gerados por uma prática em conexão com outras práticas. Os apontamentos listados pela autora contribuem para o delineamento de novas alternativas para a teoria organizacional, abrindo um maior espaço para a ampliação das principais discussões em torno das práticas e incrementando, no guarda-chuva das práticas, novas possibilidades para a teoria e a análise organizacional.

Nesses termos, pressupondo que a moral, pode fornecer alguns elementos teóricos suficientes para discutir a respeito das práticas sociais, propõe-se guiar este ensaio teórico-empírico a partir da seguinte questão de pesquisa: **Quais as possíveis contribuições teóricas da moral como elemento organizador das relações de transmissão do saber-fazer em comunidades artesanais?** Para respondê-la, foi proposto como objetivo geral desvelar a moral como um elemento do saber prático, de maneira a contribuir para a ampliação dos estudos sobre Aprendizagem Organizacional – AO, a partir dos respectivos objetivos específicos: i) identificar elementos morais na prática artesanal do barro figurativo na comunidade do Alto do Moura; ii) descrever a formação dos elementos morais na prática artesanal do barro figurativo na comunidade do Alto do Moura; iii) discutir sobre a importância da moral na prática artesanal do barro figurativo na construção social da comunidade do Alto do Moura; iv) compreender o valor da moral nas transformações da prática artesanal do barro figurativo na comunidade do Alto do Moura.

Nesse sentido, a ampliação das discussões em torno das organizações, especialmente, com relação às práticas sociais em comunidades, abre espaço para discutir a perspectiva da moral (MACINTYRE, 2001; 2010a; 2010b) como um elemento da teoria organizacional.

Com isso, pressupondo que a moral é capaz de se organizar em torno de práticas sociais, entende-se que oferecer uma maior compreensão de um tipo particular de comunidade favorece tal entendimento. Assim, foi delimitada a comunidade artesanal do Alto do Moura, localizada em Caruaru – PE, considerando que sua prática é manifestada a partir dos significados morais que são transmitidos de geração em geração quando tanto o mestre quanto o aprendiz da prática artesanal não exigem nas suas relações uma condição normativa de autoridade e subserviência (FOUCAULT, 1988; 2006). Nesses termos, a prática passa a ser uma realização social que resulta em um saber desenvolvido intersubjetivamente ao trazer a ideia de que múltiplos sujeitos compartilham (transmitem e aprendem) todos os tipos de conhecimentos dentro de uma coletividade para o bem social.

Assim, de maneira a atender aos objetivos propostos, foi escolhida, para guiar

metodologicamente esta pesquisa, a Análise de Narrativas – AN, por representar um caminho que possibilita um melhor entendimento dos fenômenos sociais a partir dos relatos contados pelos indivíduos participantes na comunidade, bem como por contribuir com uma análise interpretativa em profundidade do fenômeno investigado ao valorizar uma certa subjetividade dos elementos que podem ser encontrados em torno das narrativas (SCHOOLING, 2001). A AN apresenta-se, portanto, como uma metodologia que possui um certo cuidado com a maneira pela qual os fatos sociais são construídos e interpretados, não exigindo a obrigatoriedade de categorizações específicas, uma vez que a sua natureza é constituída subjetivamente com base nos meios em que uma comunidade perpetua ou modifica suas práticas.

Portanto, a inclusão da moral no debate das práticas sociais a partir da AO no campo dos EOs pode contribuir para que os valores morais se tornem elementos organizadores das relações de aprendizagem que se fazem necessários para as relações sociais (MOORE, 2015; FERNANDO; MOORE, 2015; KAVANAGH, 2013; MOORE, 2012; OVEREEM; THOLEN, 2011; BEADLE; MOORE, 2011; KEMPSTER; JACKSON; CONROY, 2011; HALLIDAY; JOHNSON, 2010; DOBSON, 2008; BEADLE; MOORE, 2006; HOLT, 2006; NIELSEN, 2006; MOORE; BEADLE, 2006; BREWER, 1997).

Esperando tornar esta questão ainda mais enriquecedora, será apresentado o conceito de moral à luz do pensamento comunitarista de MacIntyre (1972; 1981; 1983; 1984; 1990; 1992; 1998; 2001; 2009; 2010a; 2010b), de maneira a contribuir para o campo da AO baseada na prática. De tal modo, a moral para MacIntyre possui um caráter de sociabilidade (HOLT, 2006; MOORE; BEADLE, 2006; KEMPSTER; JACKSON; CONROY, 2011; KAVANAGH, 2013), tendo como propósito superar a visão atomizada do sujeito moderno através de uma ação que surge de interações entre os indivíduos que participam em uma determinada comunidade. A prática, nesses termos, torna-se responsável por produzir e reproduzir os significados morais no âmbito comunitário, almejando um fim que permite inverter relações totalitárias de dominação em favor de valores que se fazem imprescindíveis para uma vida social mais justa (moral), além de fazer com que a racionalidade dos indivíduos não esteja unicamente condicionada a estruturas, doutrinas, padrões, normas e comportamentos com características universalizantes (MACINTYRE, 2010a).

CONCEPÇÕES E REFLEXÕES SOBRE COMUNIDADES, APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL E TEORIA MORAL NAS ORGANIZAÇÕES

Desde a emergência de mais estudos críticos em administração (ALVESSON; WILLMOTT, 1992; ALVESSON; DEETZ, 1998; REED, 1998), o campo dos EOs tem atribuído uma significativa parcela de importância à abordagem social no âmbito das organizações (GEIGER, 2009). Essa inclinação ao social tem sido acompanhada por novas abordagens paradigmáticas do conhecimento, as quais, ao passo do tempo, vêm contribuindo significativamente para a ampliação da teoria organizacional.

A ‘virada para a prática’, por exemplo, é um movimento que tem se preocupado em fundar

contextos sociopráticos combinados com investigações de natureza teórico-empíricas voltados, principalmente, para proporcionar uma “virada” sobre determinadas tradições de pensamento (SCHATZKI, 2001). Essa ênfase reside em uma lente de cunho crítico que questiona determinados contextos entre níveis macro e micro de análise organizacional (TSOUKAS; CHIA, 2002), tendo se consolidado como um movimento importante, porque tende para o social (GEIGER, 2009), na medida em que também abre espaço para discutir a participação da prática enquanto um saber que pode se manifestar a partir de microcontextos de interação, tal como acontece no caso das comunidades.

As primeiras contribuições que fizeram emergir o conceito de comunidades vêm especialmente de áreas clássicas do conhecimento como a filosofia, sociologia, história e antropologia (SCHÖMMER, 2005). Convém dizer que a tradição predominante na formação desse conceito é a moderna, embora, com a emergência do pensamento pós-moderno, diferentes abordagens epistemológicas acabaram por surgir, difundindo uma realidade de novos significados capazes de romper com o predomínio dessa tradição (ANTONELLO; RUAS, 2002).

Percebe-se que existe um grande espaço para a sua ampliação na teoria organizacional, considerando-se que este é um campo ainda em construção (ANTONELLO; RUAS, 2002). Assim, nos EOs, algumas perspectivas conceituais sobre as comunidades se sobressaem, as quais podem ser destacadas pelas comunidades de prática, epistêmica e de gosto (LAVE; WENGER, 1991; 1998; KNORR-CETINA, 1999; STRATI, 2007a; 2007b; GHERARDI, 2003; 2013).

Nesse sentido, comunidade de prática é um termo introduzido na literatura organizacional, cuja construção é fruto de questões que envolvem especificamente a temática da AO (LAVE; WENGER, 1991). A sua relevância procura trazer questões que vão remeter diretamente ao tema da aprendizagem a partir de uma lente social (WENGER; SNYDER, 2000). Essa é uma perspectiva que questiona a transferência de saberes, enquanto um mero mecanismo cognitivo que se volta exclusivamente para a acumulação do conhecimento, já que entende esta condição como um limitador da prática, isolando substancialmente o desenvolvimento de certos processos sociais que, na verdade, deveriam ocorrer naturalmente no âmbito da comunidade (BROWN; DUGUID, 1991).

No caso das comunidades epistêmicas, mesmo sendo consideradas uma espécie de comunidade de prática, possuem algumas particularidades observáveis a partir da valorização de relações sociais que são construídas sob uma disposição hierárquica entre os seus participantes (KNORR-CETINA, 1999; GHERARDI; NICOLINI, 2001; GHERARDI, 2003; 2009; 2013). Na literatura organizacional, as comunidades epistêmicas são comumente tratadas como uma abordagem em construção, no entanto, mesmo demonstrando uma relevância para a teoria organizacional, no Brasil, poucos são os trabalhos que reservam integralmente o conteúdo de seus capítulos e/ou seções para tratar em profundidade desta abordagem no âmbito das organizações. No caso de uma comunidade de gosto (STRATI, 1999; 2007a; 2007b), esta faz reconhecer o conhecimento enquanto uma dimensão sensível da vida organizacional, isto é, ao explorar uma dimensão não racional da vida organizacional, na qual

o gosto passa a ser analisado como um conhecimento sensível dentro de microcontextos de interação específicos.

Nesse sentido, a discussão em torno das comunidades incita o desenvolvimento da AO como um campo que tem se tornado bastante frequente nos estudos que envolvem a teoria organizacional (ANTONELLO; GODOY, 2007), de tal modo que, desde a década de 1990, numerosas revisões de literatura contribuíram de maneira substancial para a sua consolidação no âmbito da teoria organizacional (EASTERBY-SMITH, 1997; EASTERBY-SMITH; CROSSAN; NICOLINI, 2000; ANTONELLO; GODOY, 2007; 2009). A ênfase dada à AO é dada à multiplicidade de abordagens que esta vem permitindo abarcar, sobretudo, a partir de duas abordagens fundamentais: cognitiva e sociológica (COOK; YANOW, 1993; GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; ANTONELLO; GODOY, 2007).

A primeira abordagem emerge da psicologia, procurando enfatizar a aprendizagem enquanto uma epistemologia de acumulação cognitiva do conhecimento, tomando a aprendizagem como um processo comportamental individualizado para a prática social no âmbito organizacional (ELKJAER, 2001; 2004; DEFILLIPPI; ORNSTEIN, 2003; ANTONELLO; GODOY, 2007). Nesses termos, a abordagem cognitiva tem na aprendizagem individual o elemento essencial da organização, podendo ser entendida a partir de dois lados: por um, o campo entende que a aprendizagem ocorre sempre na mente do indivíduo (ELKJAER, 2001; 2004; DEFILLIPPI; ORNSTEIN, 2003), por outro, destaca que o conhecimento é transmitido de maneira explícita a partir de uma determinada fonte para um receptor que se encontra em estado de carência do conhecimento (ELKJAER, 2001). Essa é uma perspectiva que vai remeter a um saber que procura representar os significados com maior precisão possível, isto é, quando o saber é entendido enquanto um conhecimento estabelecido – institucionalizado, objetivo, formal e normativo que existe *a priori* (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998; GHERARDI, 2001).

A perspectiva sociológica, por sua vez, trata a aprendizagem como algo que surge de interações sociais, fazendo entender que a aprendizagem e o saber se articulam continuamente e passam a ser comumente aceitos como uma prática social de uma comunidade específica (LAVE; WENGER, 1991). Assim, na perspectiva sociológica, a aprendizagem é um processo que está intimamente ligado a uma prática desenvolvida por um grupo de indivíduos que elabora a sua própria identidade através de processos de interação (GHERARDI; NICOLINI, 2001). Nessa perspectiva, os saberes não são aprendidos por meio da acumulação cognitiva de informações ou tomando a aprendizagem como um processo comportamental individualizado, mas por uma dinâmica que acontece pela contínua troca de experiências (GHERARDI, 2001).

Nesse sentido, a perspectiva sociológica vai conceder à AO uma característica socioprática (GHERARDI; NICOLINI, 2001; GHERARDI, 2009) que se constitui fundamentalmente a partir de relações entre indivíduos engajados em uma prática voltada para proporcionar saberes e transformar a realidade da comunidade (GHERARDI; NICOLINI, 2001). Assim, a AO não pode ser dada como um processo universal e estático para conhecer o mundo, mas um processo microdinâmico que procura se tornar uma parte social dele (GHERARDI;

NICOLINI; ODELLA, 1998; GHERARDI; NICOLINI, 2001; GHERARDI, 2009).

Essa visão, particularmente, faz uma certa alusão a alguns dos princípios da teoria de Foucault sobre o poder quando considera que a aprendizagem e os saberes são formas distintas e heterogêneas em constante transformação, assim como uma prática social que se constitui historicamente (GHERARDI; NICOLINI; ODELLA, 1998). Logo, o poder é evidenciado como um saber que se articula no processo da aprendizagem, isto é, a partir de práticas que visam garantir a sobrevivência do sujeito na sociedade (FOUCAULT, 2006). Nesses termos, o poder é uma prática social que influencia diretamente a realidade dos sujeitos.

Convém dizer que o conceito de poder não é representado aqui sob a ótica de um poder dominante, uma vez que, nesses termos, se converteria em um instrumento claro de autoridade que exclui, abstrai e mascara as verdades que, na realidade, poderia representar (FOUCAULT, 1988; 1999; 2006). Essa interpretação trata-se, portanto, de uma referência ao 'biopoder' (FOUCAULT, 1988), ou seja, um poder emancipatório e libertador do sujeito que contesta o mecanismo individual de dominação sobre o sujeito, ao passo em que valoriza o social e o coletivo. Nesses termos, o poder para Foucault (1988; 2006) é um elemento imaterial, exterior/imanente e de não dualidade.

As teorizações de Foucault discutidas até então direcionam a AO para novas lentes, fazendo entender que a sua contribuição para o campo dos EOs está imbricada, sobretudo, na prática social (AZEVEDO, 2013) enquanto um saber libertador do sujeito face às estruturas dominantes e universalizantes da sociedade (DELEUZE, 1996). O saber, nesses termos, é uma prática social voltada para a produção e reprodução de significados, expressando algo fundamental para o ambiente organizacional.

Tomando como base as possibilidades teóricas que o campo da AO baseada na prática permite abarcar, haja visto o crescente interesse pelo campo na teoria organizacional, torna-se possível apontar a existência de lacunas que mereceriam ser preenchidas para o desenvolvimento e ampliação do campo. Dentre as possibilidades que podem ser evidenciadas para suprir essas lacunas, destaca-se a inclusão da perspectiva moral nos estudos que envolvem a AO baseada na prática à luz do pensamento comunitarista de MacIntyre (1972; 1981; 1983; 1984; 1990; 1992; 1998; 2001; 2009; 2010a; 2010b), de maneira a contribuir com o campo da AO baseada na prática.

TEORIA MORAL NAS ORGANIZAÇÃO: O PENSAMENTO DE ALASDAIR MACINTYRE

Alasdair MacIntyre é um dos principais nomes que representa a retomada da filosofia moral no século XX, e realizar uma leitura do seu pensamento significa apresentar alguns conceitos fundamentais em torno do atual desencantamento cultural e de valores causado pela modernidade.

Para MacIntyre (2010a), a modernidade foi responsável por fundar uma racionalidade

pautada exclusivamente no ‘eu’, fortalecida por ações autônomas e individualizadas voltadas à eliminação de certos valores que envolvem as condições sócio-históricas da humanidade – acreditando que a falta de consenso racional sobre o bem comum imputados pelo Iluminismo contribuiu ainda mais para a ampliação da irracionalidade individual do sujeito contemporâneo.

Com isso, constrói a sua reflexão alegando a existência de um ‘emotivismo’ (*emotivism*) que, ao seu ver, precisa ser superado (MACINTYRE, 1984; 2001). O emotivismo é uma doutrina segundo a qual “[...] todos os juízos valorativos e, mais especificamente, todos os juízos morais não passam de expressões de preferência, expressões de sentimentos ou atitudes individuais, na medida que são de caráter moral ou valorativo” (MACINTYRE, 2001, p. 30).

MacIntyre (2001) atribui o emotivismo a uma suposta crise – cultural e de valores – que se instalou na sociedade contemporânea, na qual passam a prevalecer juízos particulares que são expressados, essencialmente, por meio de apelos emocionais. Sobre isso, MacIntyre (2001) ressalta que juízos particulares podem ser tanto morais quanto factuais, havendo nitidamente uma distinção entres eles. Os juízos morais são manifestados por expressões de sentimentos, isto é, não podendo ser considerados como verdadeiros ou falsos, uma vez que não se pode atribuir juízo de valor a sentimentos e, portanto, não sendo possível chegar a um acordo racional. No entanto, os juízos factuais podem ser verdadeiros ou falsos e, em se tratando do fato, podem existir critérios racionais que remetam o juízo a um consenso sobre o que seria verdade ou falsidade. Portanto, em vez de explicitar valores morais coletivos, o emotivismo acaba por expressar valores individuais que fazem com que indivíduos passem a agir conforme seus próprios interesses.

Como alternativa à crise emotivista, MacIntyre (2001) vai defender uma racionalidade com características dinâmicas no espaço-tempo, realizando, inicialmente, uma profunda crítica ao pensamento weberiano, uma vez que o considera um retrato emotivista manifestado através de um poder dominador que triunfa avassaladoramente perante o indivíduo e a sociedade.

MacIntyre (1981; 1983; 1984; 2001) inicia sua crítica combinando as principais teorizações que envolvem as estruturas racionais e burocráticas de Weber, isto é, por entender a modernidade como um processo crescente de racionalização intelectualista que está intimamente ligada ao desenvolvimento do progresso científico, fazendo com que o pensamento da época fosse levado a um processo de desencantamento do mundo.

A expressão que faz menção ao processo de desencantamento do mundo é apresentada como um conceito profícuo no esquema analítico weberiano, remetendo a duas interpretações importantes: uma religiosa, a partir de uma visão ético-prática, a qual indica uma via de salvação, e outra científica, a partir de uma visão empírico-intelectual, a qual designa uma via de transformação deste mundo em um mero mecanismo causal, voltado simplesmente para meios e fins (WEBER, 2004).

Essas descrições que envolvem formas de racionalização intelectualista remeteram

ao surgimento de relações burocráticas responsáveis por impetrar uma noção ou um instrumento de dominação, tal como um mecanismo que serve unicamente aos fins na medida em que almeja uma eficiência do poder exitoso (WEBER, 2000; 2004). No entanto, MacIntyre (2001) vai defender que as questões que envolvem os fins devem remeter a juízos valorativos. No entanto, para que isso seja possível, reconhece que, de alguma maneira, esta seria uma realidade distante de ser racionalmente justificada, porque a influência da tradição moderna passa a ser tão expressiva que transforma os valores em elementos de caráter não racionais – os quais surgem de opções pessoais, assim como acontece com os sentimentos e emoções.

Para MacIntyre (1984; 2001; 2010a), a teoria weberiana sobre a racionalização faz com que o sujeito se frustre diante do mundo, sobretudo, quando perde o elemento mantenedor dessa relação que é a sua ingenuidade original. Weber (1993) descreve, nesses termos, que a humanidade é fruto de um mundo habitado pelo mágico e pelo sagrado, até que seja alcançado um estágio de mundo puramente racionalizado, materializado e manipulado pela ciência que faça com que os indivíduos se libertem de toda e qualquer obscuridade nos termos da razão.

Assim, entende-se que, para Weber (2000), a sociedade moderna é regida unicamente pela racionalidade intelectualista, caminhando para um processo crescente de racionalização da ação. Nesse caso, a racionalização é uma variável crescente voltada para ser um instrumento de dominação, fazendo com que o homem acredite dominar a sociedade e uns aos outros pelo progresso intelectual do seu próprio conhecimento, reduzindo o mundo a um mecanismo social controlável pela expressão ideal da forma de dominação racional da sociedade, à qual chama de burocracia.

A burocracia é, para MacIntyre (1981; 1984; 2001), um instrumento de dominação que limita o indivíduo, encurralando-o a si próprio ao redor da razão e mantendo à sua frente estruturas fechadas – dominantes – que não são próprias de um mundo social. Nessa direção, o pensamento macintyreano aponta que os elementos que procuram reduzir a racionalidade dos fins a racionalidade dos meios propiciam um tipo de comportamento que subjuga a vida social em um rótulo de instrumentalidade, o que, na sua concepção, se configura como uma vontade arbitrária e alienada da vida.

No viés crítico sobre as estruturas dominantes, MacIntyre utiliza uma metáfora teatral, nomeando de personagens os papéis sociais estereotipados (FONTENELE, 2012), esperando esclarecer a intenção da racionalidade dominante. Para isso, destaca a figura do terapeuta e do gerente como exemplos desses personagens, mostrando que eles ajudam a legitimar o modo de existência social da modernidade, fazendo emergir a mesma noção emotivista entre o discurso de natureza racional e não racional (MACINTYRE, 2001).

MacIntyre (2001) entende que estes personagens resultam de aspirações de uma sociedade individual, isto é, no caso do terapeuta, este se assemelha caracteristicamente com o gerente no que tange às relações sociais manipuladoras e não manipuladoras, por tentar, de maneira eficaz, transformar sujeitos desequilibrados em equilibrados, tratando os fins como questões consumadas, eliminando de todos os lados a possibilidade de refletir sobre si próprios,

além de transformá-los em meros fantoches, uma vez que o terapeuta carrega consigo uma racionalidade técnica incontestável e com eficiência mensurável.

Um outro exemplo que ajuda a compreender as relações sociais manipuladoras e não manipuladoras do emotivismo está no caso proporcionado pelas organizações burocráticas, a exemplo das organizações empresariais privadas que combinam meio e fins de maneira econômica e eficaz (MACINTYRE, 2001). Nesse contexto, Weber (1993; 2000; 2004) torna-se um referencial importante, na medida em que identifica nas organizações o sentido de racionalização que perpassa a sociedade moderna, caracterizada pela crescente ênfase no conhecimento técnico-científico, nas estruturas formais de autoridade, na crescente profissionalização, na ênfase no mérito como forma de ascensão social, legitimidade da autoridade, dentre outras.

Assim, para MacIntyre, a racionalidade apresenta-se como a manifestação de um sujeito ilegítimo, próprio da modernidade, o qual, a partir de critérios formais, fundou sociedades emotivistas e preocupadas exclusivamente em fundamentar teorias do que em narrar histórias. Como saída, MacIntyre propõe a recuperação moral da racionalidade como um caminho alternativo que torna possível transformar sociedades burocráticas e instrumentais em sociedades mais humanizadas – social e orgânica –, tornando necessário se colocar em uma condição voltada para a transformação social, isto é, transformando a sociedade e seu modo de organização, sobretudo no que se refere às relações sociais. Nesse caminho, propõe como alternativa insistir na emergência de se criar formas de comunidades locais inspiradas no aristotelismo e no tomismo (MACINTYRE, 1981; 1984; 1990; 2001, 2010a), contribuindo para que, nas décadas de 1980 e de 1990, houvesse o reconhecimento acadêmico internacional dos seus principais trabalhos – Depois da Virtude (*After Virtue*), Justiça de Quem? Qual Racionalidade? (*Whose Justice? Which Rationality?*) e Três Versões Rivalis sobre a Pesquisa Moral (*Three Rival Versions of Moral Enquiry*), fazendo mover as editoras de todo o mundo a publicá-los em um curto espaço de tempo e em diversos idiomas (DAMASCENO, 2010; 2011).

A partir dos seus principais trabalhos, MacIntyre foi consagrado como um comunitarista, passando a ser membro de uma lista renomada de teóricos que centram seus interesses especialmente em torno de comunidades como um meio de repensar a ordem social, dentre os quais se destacam principalmente: Michael Sandel, Michel Walzer, Robert Bellah e Charles Taylor (TAYLOR, 1989).

Nesse sentido, as comunidades passam a assumir uma importância essencial para os indivíduos e a sociedade, considerando que partilham da visão de que o pensamento dominante nas relações sociais é uma das mais graves interferências ao bem-estar social (FOUCAULT, 1988; RORTY, 1992; TAYLOR, 1994; MACINTYRE, 2001). Com isso, as comunidades exercem um papel fundamental, porque estimulam os seus participantes a pensarem e agirem para o bem, tanto individual quanto coletivamente.

Para isso, MacIntyre (1983; 1984; 2001) vai destacar a figura do mestre como o sujeito responsável por estimular narrativamente os indivíduos participantes em uma comunidade, fazendo entender como substancial para a comunidade contar com todo o seu conhecimento

e experiência. Para MacIntyre (2001), a interlocução do mestre perante o aprendiz não implica necessariamente em um mecanismo de poder autoritário, deixando claro que não consiste na dominação da vontade alheia para os próprios fins (MACINTYRE, 1981; 1984; 2001). No entanto, a sua justificativa incide numa relação de poder que é considerada básica para a relação entre o mestre e o aprendiz, isto é, que se dá pela via prática. Assim, o conhecimento é produzido e reproduzido a partir da imersão do sujeito em um mundo real ou simbólico, composto de significados morais que podem tanto ser de si próprio como da própria comunidade. Assim:

Ingressar em uma prática é ingressar numa relação não só com seus praticantes contemporâneos, mas também com aqueles que nos precederam numa prática, em especial aqueles cujas realizações tenham ampliado o alcance da prática para que atingisse o ponto atual. É, assim, a realização, de uma a autoridade, de uma tradição com a qual agora me deparo e com a qual devo aprender. E para esse aprendizado, e para o relacionamento com o passado que ele acarreta, as virtudes da justiça, da coragem e da sinceridade são pré-requisito exatamente da mesma maneira e pelos mesmos motivos que o são no sustento dos relacionamentos atuais dentro das práticas (MACINTYRE, 2001, p. 326).

Nesse caminho, vale ressaltar aqui uma interpretação da genealogia de Foucault (1988) sobre o poder, a qual desconstrói a noção enquanto dominação, eliminando toda e qualquer possibilidade dessas relações chegarem a alcançar níveis de autoridade e subserviência. Para MacIntyre (2001), o poder deve ser apoiado muito mais no valor moral do que na autoridade, isto é, podendo dizer que a moral é um valor peculiar que motiva, de maneira a estimular os indivíduos a desenvolverem condutas e ações coerentes com os valores da própria comunidade. Em outras palavras, quanto maior for a valorização da moral nas relações entre os indivíduos participantes de uma comunidade menor será o uso da autoridade.

Entende-se que esse posicionamento seria impossível do ponto de vista weberiano, uma vez que essa relação seria entendida como um “comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes que se orientam por essa referência” (WEBER, 2000, p. 16), fazendo entender que as relações sociais são originadas não de uma prática social orgânica, mas, de uma ação social racional.

Para Foucault (2004; 2006), o poder é um conhecimento que não se relaciona com a estrutura social, no entanto, com práticas sociais. Nesse sentido, apoia-se na genealogia como um método que permite explicar o poder enquanto uma forma de conhecimento prático. O poder, nesses termos, manifesta narrativas e práticas, fazendo com que suas relações se distanciem de uma propriedade normativa de poder enquanto dominação, mas como manifestações que favorecem conhecimentos a partir da articulação da experiência entre prática e tradição.

Assim, na relação entre mestre e aprendiz, o mestre atua como um mediador no processo de aprendizagem do conhecimento que se obtém. O mestre abre para o aprendiz as portas para o conhecimento prático, já que não se aprende sendo apenas um mero espectador, mas sim quando se mergulha na confiança, permitindo, por sua vez, afirmar-se como sujeito, na

medida em que desempenha suas ações com aptidão e sabedoria.

Na reflexão em torno da relação mestre e aprendiz, as narrativas tornam-se responsáveis por disponibilizar os conhecimentos práticos necessários para a comunidade. O mestre exerce na sua relação com o aprendiz um papel essencial, ao ajudá-lo a organizar a vida dos indivíduos na comunidade, sendo merecedor da confiança outorgada pelo aprendiz. Portanto, o papel do mestre torna-se coletivo, isto é, de um lado, porque introduz o aprendiz em uma prática social significada e, por outro, porque o educa para que alcance a compreensão dos conhecimentos práticos narrados.

Assim, nessa relação entre mestre e aprendiz, as narrativas para MacIntyre (2001) são, na verdade, uma categoria de construção e reconstrução de uma unidade moral para o sujeito contemporâneo, o qual, por meio de práticas, resgata valores que foram ofuscados pela modernidade. Nesse sentido, MacIntyre (2001) insere as práticas sociais no contexto da comunidade, esperando fazer com que os seus participantes enxerguem a vida como uma narrativa composta de um *telos* ou uma unidade teleológica, tendo por interesse proporcionar a moral, ou seja, na qualidade de uma condição necessária para a vida dos indivíduos em comunidade.

De acordo com MacIntyre (2001), uma narrativa é um discurso prático que jamais deve ser descrito de maneira atomizada, isto é, não devendo ser interpretado como uma mera sucessão de fatos linguísticos que se transformam em ações. Na sua concepção, uma narrativa é um relato possível que pode ser colocado em prática no mundo real, ou seja, caso a narrativa passasse a ser pensada atomisticamente, implicaria em ações humanas complexas que passariam a valorizar contextos mais amplos ao modo de pensar dominante.

No mínimo, entende-se como necessário considerar a vida muito além do que uma mera sequência de ações e fatos individuais, tal como é preconizado pelo pensamento weberiano. Desse modo, a importância da narrativa para a teoria moral macintyreana é, sobretudo, porque a considera uma categoria dinâmica da vida que permite afastar do indivíduo o emotivismo que se encontra presente na sociedade contemporânea.

Assim, os elementos que compõem a teoria moral de MacIntyre (2001) contribuem para que as comunidades forneçam contextos importantes para a sociedade, uma vez que, a partir delas, é possível encontrar caminhos para o enfrentamento do emotivismo conferido pela modernidade até os tempos atuais. Assim, a filosofia comunitarista de MacIntyre (2001) vai incidir diretamente no reconhecimento de novos processos que surgem dentro das comunidades e que implicam em uma certa imprevisibilidade de ações.

Nesse sentido, as comunidades, na concepção macintyreana, não poderiam ser compreendidas conforme preconiza a tradição moderna, isso porque defende a existência de certas alterações na regularidade das ações dos indivíduos, fazendo reconhecer que, ao passo do tempo, vêm se mostrando cada vez mais imprevisíveis devido ao alto grau de capacidade de inovação por parte dos indivíduos. Nesse sentido, MacIntyre (2001) aponta a prática como um dos meios que permitem justificar e corrigir as distorções das ações humanas em sociedade, atribuindo à sua noção de prática um caráter de sociabilidade que propõe superar a visão atomizada do

homem moderno no que se refere à ação.

As discussões acima permitem, portanto, abrir espaço para que a filosofia comunitarista de MacIntyre (1972; 1981; 1983; 1984; 1990; 1992; 1998; 2001; 2009; 2010a; 2010b) seja convidada a dialogar com os EOs, sobretudo, devido ao posicionamento crítico que carrega a sua teoria moral frente à ortodoxia universal. Para isso, foi conveniente realizar uma busca de trabalhos que direcionassem a sua filosofia comunitarista aos EOs.

Preliminarmente, os trabalhos mostram que os EOs receberam algumas contribuições da sua filosofia, sobretudo, no campo dos estudos sobre AO, na medida em que discutem, no âmbito das organizações, o valor da moral nas relações de aprendizagem em microcontextos dinâmicos, além de teorizar a moral como um pressuposto da razão prática, a qual procura defender através de horizontes comunitários a produção de valores morais voltados para a civilidade e para o bem comum social. Especificamente, a proposta teórica do pensamento de MacIntyre para a AO aponta que a sua teoria moral possui uma característica prática, materializada com base nos pressupostos básicos do movimento comunitarista, ou seja, objetivando uma visão alternativa de mundo através de uma dimensão social voltada à redução de universalidades (MOORE, 2015; BEADLE; MOORE, 2011).

Nesses termos, para este enquadramento, foi realizado um levantamento bibliográfico de trabalhos em administração a nível internacional, de maneira a desenvolver um estado da arte sobre a sua teoria moral. O espaço temporal deste levantamento compreendeu publicações entre os anos de 1995 e 2017, esperando garantir o preenchimento de possíveis lacunas teóricas, além de ajudar a esclarecer as bases da filosofia comunitarista macintyreana no contexto dos EOs.

Para isso, foi realizado um levantamento de trabalhos no âmbito internacional, tendo como parâmetro de seleção, artigos científicos publicados na área dos EOs e avaliados com conceito "A" no Qualis Capes. Nesse sentido, foram levantados um total de 12 periódicos, dentre eles: *Journal of Critical Realism*; *Journal of Management Inquiry*; *Journal of Business Ethics*; *Organization*; *Organization Studies*; *Administration & Society*; *Philosophy and Organization Theory*; *Leadership*; *Management Learning*; *Planning Theory*; *Human Relations*; e *Business Ethics Quarterly*.

Os trabalhos levantados fazem menção, de modo geral, às pesquisas que vinculam a teoria moral macintyreana às organizações, especialmente sobre alguns elementos discutidos *a priori* neste capítulo – comunidades de prática, AO e prática social. E, após a análise desses trabalhos, foi possível identificar que os autores enquadram a sua filosofia como uma crítica às abordagens que tratam da posição hegemônica desfrutada, até então, pelos modelos universais modernos adotados pelas organizações (LYNN, 2017; MOORE; GRANDY, 2016; MOORE, 2015; FERNANDO; MOORE, 2015; KAVANAGH, 2013; MOORE, 2012; OVEREEN; THOLEN, 2011; BEADLE; MOORE, 2011; KEMPSTER; JACKSON; CONROY, 2011; HALLIDAY; JONHSSON, 2010; SCHWARTZ, 2009; DOBSON, 2009; THOMAS, 2008; BEADLE; MOORE, 2006; HOLT, 2006; NIELSEN, 2006; MOORE; BEADLE, 2006; BREWER, 1997; MANGHAM, 1995; RANDELS, 1995; NASH, 1995; HORVATH, 1995).

Os trabalhos de Lynn (2017), Moore e Grandy (2016), Fernando e Moore (2015) e Moore (2015; 2012), assim como os de Beadle e Moore (2011; 2006) e Moore e Beadle (2006), são aqueles que mais se destacam para os propósitos desta tese, considerando que propõem uma leitura da filosofia comunitarista de MacIntyre, visto que repensam as organizações para além da sua capacidade universal e regulatória, isto é, priorizando seus processos de aprendizagem na prática através de um sentido de transformação com direcionamentos voltados às necessidades dos tempos atuais.

Os trabalhos de Kavanagh (2013), Overeen e Tholen (2011), Kempster, Jackson e Conroy (2011), Halliday e Jonhsson (2010), Schwartz (2009), Thomas (2008), Dobson (2009), Holt (2006), Nielsen (2006), Brewer (1997), Mangham (1995), Randels (1995), Nash (1995) e Horvath (1995) destacam os principais pressupostos do pensamento comunitarista macintyreano, sobretudo, no que se referem às práticas sob o ponto de vista social. Nesse sentido, o alinhamento entre esses autores se dá, porque discutem a teoria moral a partir de microcontextos dinâmicos, os quais se originam da interação contínua de ações entre os agentes que participam em comunidade.

No entanto, é pertinente apontar que os artigos sugerem algumas limitações, devido à insuficiente capacidade de articulação entre si, sobretudo, na realização de diálogos e críticas entre as construções epistemológicas desenvolvidas pelos autores. Sobre isso, são exceções os trabalhos de Moore e Grandy (2016), Moore (2015), Fernando e Moore (2015), Moore (2012), Beadle e Moore (2011), Beadle e Moore (2006) e Moore e Beadle (2006), os quais realizam diálogos epistemológicos sobre os efeitos da teoria moral macintyreana no âmbito das organizações.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando as particularidades de cada tipo de pesquisa, optei, neste artigo, pelo uso da metodologia de natureza qualitativa, isto é, por representar uma abordagem que suscita uma maior compreensão dos fenômenos sociais em investigação (BOGDAN; BIKLEN, 1994; BARDIN, 2004; DENZIN; LINCOLN, 2011).

De maneira a atender aos objetivos propostos, escolhi, para guiar esta pesquisa, a Análise de Narrativas – AN. A AN representa um caminho que possibilita um melhor entendimento dos fenômenos sociais a partir dos relatos contados pelos indivíduos participantes de uma comunidade, mais especificamente, a comunidade artesanal do Alto do Moura, localizada em Caruaru – PE, bem como por contribuir com uma análise interpretativa em profundidade do fenômeno investigado, já que valoriza uma certa subjetividade dos elementos que podem ser encontrados em torno das narrativas (BERGER; LUCKMANN, 2001; BOJE; ALVAREZ; SCHOOLING, 2001; RHODES; BROWN, 2005; RESE *et al.*, 2010; CHASE, 2011; ZACARELLI; GODOY, 2013; BASTOS; BIAR, 2015).

As técnicas que utilizei para apoiar a metodologia de pesquisa foram delimitadas por

meio das narrativas históricas de múltiplos sujeitos e entrevistas. As narrativas históricas são importantes para a NA, porque contribuem para responder questões dadas como sumariamente particulares, a partir de um universo de significados coletivo, levando em consideração a capacidade dos fenômenos sociais não poderem ser reduzidos a um mero estado racional de objetividade (RESE *et al.*, 2010; CHASE, 2011).

Para a construção das narrativas históricas de múltiplos sujeitos, alguns instrumentos foram necessários para a preservação de toda a memória do campo empírico, isto é, de maneira que viabilizassem a construção e organização das minhas reflexões em torno do objeto. O primeiro instrumento que utilizei foi o diário de visitas, haja vista que este foi responsável por registrar grande parte dos achados que iam surgindo durante a minha trajetória no campo, além de ser um recurso metodológico importante para a compreensão em profundidade sobre determinados fenômenos (ZACARELLI; GODOY, 2010). Para tornar mais clara a minha escolha pelo diário de visita, este foi um instrumento que se tornou bastante útil, porque, na medida em que eu adentrava e avançava no campo, passava a registrar todas as informações que acreditava possuir relevância para a minha pesquisa no momento real em que os contatos e vivências aconteciam. Posteriormente, passava a analisar todos os registros e construía, paralelamente, uma série de reflexões sobre o que seria importante naquele dia de vivência em campo.

Ademais, também foram realizadas entrevistas com mestres artesãos e artesãos participantes na comunidade artesanal do Alto do Moura. Para sua realização, utilizei como instrumento um roteiro específico semiestruturado voltado para uma melhor organização e coerência sobre possíveis respostas do entrevistado em torno do fenômeno investigado. A sua estrutura foi voltada para uma investigação em profundidade da história da comunidade, dos saberes e fazeres em torno do artesanato de barro figurativo e das relações comunitárias. Convém dizer que as entrevistas foram realizadas individualmente com cada mestre artesão e artesão, isto é, evitando cair na armadilha de criar condições de inibição por parte do entrevistado, bem como a de evitar que o entrevistado sofresse a influência de terceiros em suas respostas, considerando que essa condição poderia limitar substancialmente a dinâmica da entrevista. Em cada entrevista realizada, deixei que os entrevistados ficassem à vontade em relação ao tempo e à maneira pela qual pretendiam se expressar, já que essa condição seria a mais viável para a extração do máximo possível de respostas.

ANALISANDO NARRATIVAS: CONHECENDO DE PERTO O CAMPO, MÚLTIPLOS SUJEITOS E OBJETO

A escolha pela comunidade artesanal do Alto do Moura foi motivada pelo pressuposto de que esta comunidade em particular carrega consigo os saberes em torno do barro figurativo, haja vista que o artesanato é uma prática que pode refletir os significados morais de uma determinada comunidade, tendo em vista a sua importância cultural e de valores.

O *corpus* levantado para esta pesquisa exigiu um número adequado de sujeitos que tornasse possível o alcance de respostas substanciais para a compreensão do fenômeno em

investigação. Particularmente, foi delimitado um número total de cinco sujeitos de pesquisa, sendo eles três mestres artesãos e 2 artesãos. O meu parâmetro de seleção dos múltiplos sujeitos teve duas motivações específicas: i) a relevância que desempenham em torno do objeto estudado e ii) a aceitação na participação da pesquisa. Assim, foram delimitados os respectivos nomes, conforme ilustrado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Relação dos múltiplos sujeitos da pesquisa

Mestres artesãos	Artesãos
Mestre 1	Artesão 1
Mestre 2	Artesão 2
Mestre 3	

Fonte: Dados da pesquisa

De maneira a conhecer mais sobre esses sujeitos, procurou-se compreender a maneira pela qual os mestres artesãos e os artesãos vivem e, sobretudo, participam no cotidiano da comunidade artesanal do Alto do Moura.

Inicialmente, a categoria de mestre artesão “(...) diz respeito a uma identidade social que define alguém em razão das habilidades que tal pessoa incorporou no transcurso do aprendizado de uma prática” (FIGUEIREDO, 2014, p. 2). Sobre isso, pode-se dizer que a categoria de mestre artesão é, para a comunidade do Alto do Moura, um tratamento simbólico designado para nominar aqueles sujeitos reais que possuem determinada influência em seu meio, dado, sobretudo, pela profunda vivência cultural e pelo notório saber teórico e prático reconhecido *a priori* pela comunidade. A vivência, assim como o saber teórico e prático, funda a habilidade do mestre artesão, o que, no Alto do Moura, é representado como um conhecimento histórico, técnico e estético, manifestado diante do barro e voltado para a produção e reprodução material e imaterial da sociedade. Assim, na comunidade do Alto do Moura, os mestres possuem um papel de grande importância, haja vista que atuam como transmissores de valores necessários para a motivação da prática artesanal na comunidade.

No caso dos artesãos, estes são entendidos na comunidade do Alto do Moura como sujeitos que possuem exclusivamente um determinado domínio sobre o barro. Cabe dizer que esse domínio é visto, na maioria das vezes, enquanto técnica, tal como um mecanismo habitual representado por uma prática de procedimentos recorrentes, alienantes e instrumentais. No entanto, esse entendimento não é necessariamente uma condição proeminente do artesão da comunidade do Alto do Moura, uma vez que a técnica é uma habilidade que pode ultrapassar a imposição de certas estruturas de regulação e dominação (NASCIMENTO, 2011; 2012). Este talvez seja um reflexo que ilustra uma condição de superação que, através da motivação, do engajamento e do desenvolvimento de novas ideias, transforma o artesanato em uma prática diferenciada (DORMER, 1994).

Nesse sentido, essa é uma condição que permite compreender mestres artesãos e artesãos no contexto pós-moderno, implicando em uma interpretação de exterioridade, tendo os critérios de reconhecimento em torno do saber e do fazer artesanal, ou seja, substituindo o domínio exclusivo da técnica pela habilidade, enquanto um conhecimento histórico, técnico e estético que vai além de uma capacidade instrumental. Nesses termos, a habilidade é um conjunto de conhecimentos que não permite ser reduzido unicamente a um estado de racionalização (FRADE, 2006).

As experiências no entorno dos mestres artesãos e artesãos ilustram essa discussão, embora, mesmo externando histórias distintas, foi possível perceber que as narrativas dos mestres artesãos e dos artesãos se convergem em diversos pontos no âmbito da prática artesanal.

Construindo as narrativas

No processo de convivência com a comunidade artesanal do Alto do Moura, foram emergindo, no decorrer da trajetória de pesquisa, uma série de relatos históricos que deram o sentido necessário a esta comunidade em particular. O maior interesse por parte das narrativas deu-se pelo fato de que elas permitem situar da melhor maneira o pesquisador dentro da comunidade pesquisada, sobretudo, com relação às dinâmicas que giram em torno das suas práticas. Desse modo, na comunidade artesanal do Alto do Moura, as narrativas revelaram muito mais do que experiências através dos relatos dos seus participantes, mas fatos que me ajudaram a compreender os significados morais existentes na prática artesanal do barro figurativo.

Com isso, as narrativas surgem pelo fato de que, no Alto do Moura, a grande maioria dos artesãos relatam haver aprendido a prática do artesanato na infância. O processo de transmissão do conhecimento acontece, a grosso modo, dentro de um contexto familiar, tendo em vista que os responsáveis pela transmissão são representados, na grande maioria, pela figura de um mestre do gênero masculino, isto é, pelo pai ou pelo avô, salvo a exceção de Mestre 3, o qual, além de seu pai, teve também a mãe como sua agente motivadora da prática artesanal. Apesar de não haver relatos substanciais de que o gênero feminino fosse responsável pela transmissão do conhecimento da prática artesanal, verificou-se grande importância e presença em atividades secundárias, a exemplo de pintura de peças produzidas. Assim, para o Mestre 3:

Eu via papai e mamãe trabalhando todos os dias em casa, então eu, vendo eles trabalhar, eu fazia as coisinhas em casa pra poder brincar com minhas irmãs de panelinha, de cavalinho, de bonequinha de barro, aí foi quando eu comecei realmente a me interessar pelo artesanato de barro [...] (ENTREVISTA COM O MESTRE 3).

Segundo as narrativas, também foi possível identificar que o processo de iniciação acontece de maneira natural, ou seja, sem a existência de qualquer forma arbitrária ou compulsória do aprendizado da prática. Sendo assim, não houve narrativas de imposição e coerção por parte dos familiares sobre o aprendizado da prática artesanal. Na verdade, a grande maioria dos

relatos apontou que o aprendizado é motivado desde a infância, isto é, esperando suprimir a carência de brinquedos para a diversão e, na vida adulta, como um meio de angariar recursos financeiros para a subsistência familiar, muito embora, os relatos narrados indicarem que o maior valor é o orgulho e satisfação daquilo que fazem, isto é, uma consciência do valor moral da prática artesanal. Sobre esta questão, é importante ressaltar que esta consciência é uma identidade da comunidade artesanal do Alto do Moura, onde pude observar a existência de afeto e zelo em todas as etapas da prática artesanal. De tal modo que, para o artesão 2, “Eu comecei brincando em casa né, comecei brincando fazendo uns brinquedos pra mim, aí quando fui crescendo eu fui trabalhar com meu pai, foi quando eu aprendi a mexer com o barro e a pintar o que era produzido [...]” (ENTREVISTA COM O ARTESÃO 2).

Durante as etapas da pesquisa empírica, foram observados indícios de um baixo nível de escolaridade na comunidade do Alto do Moura. De acordo com os relatos, muitos artesãos são analfabetos ou não concluíram o ensino fundamental. Apesar dessa limitação, foi possível entender que o grau de escolaridade não tinha qualquer tipo de influência direta na dinâmica da comunidade que, de alguma maneira, pudesse comprometer a realização da sua prática. Assim, a escolaridade não se apresentou como um aspecto de grande importância para a comunidade artesanal do Alto do Moura, não sendo, portanto, uma limitação, já que o mais importante é o saber da prática artesanal, de maneira que o saber formal deixa de ser um elemento moral desta comunidade.

Nesses termos, foi percebido também que o processo de transmissão da prática artesanal na comunidade do Alto do Moura não é instigado através da escolha de um aprendiz por um mestre, mas pelo contexto da comunidade, isto é, que decorre das relações que são próprias do Alto do Moura. Essas relações emergem da interação entre os membros do Alto do Moura, os quais procuram incorporar, nas suas dinâmicas, um sentimento de pertencimento coletivo que, de alguma maneira, pode ser entendido como um elemento moral que envolve as práticas desta comunidade. Assim, foi possível constatar que os artesãos compartilham de uma série de significados morais que giram em torno do artesanato de barro figurativo, atuando como um convite de pertencimento coletivo que engaja os indivíduos da comunidade do Alto do Moura a aprenderem a prática artesanal do barro figurativo. Sobre isto, a aprendizagem baseada no engajamento das ações em torno da comunidade do Alto do Moura me apontou, com base nas narrativas, a identificação de aspectos como: respeito, confiança, diálogo, historicidade e habilidade. A identificação do respeito nas relações sociais no Alto do Moura surgiu a partir da percepção de que mestres artesãos possuem certa condição de destaque entre os membros participantes da comunidade, isto é, inserindo-os em uma condição de protagonismo em torno da prática artesanal do barro figurativo. É importante mencionar que o protagonismo dos mestres artesãos emerge de toda uma bagagem de conhecimentos que giram em torno da comunidade, os quais, segundo os relatos, estão distribuídos a partir da história, da cultura, do valor moral, da experiência, da estética e do saber e do fazer artesanal. Os relatos do Mestre 1 sobre a história e memória do seu pai ilustraram claramente essa condição moral e social com base no respeito:

[...] papai se realizava em passar tudo o que sabia para os outros, era a maior felicidade dele quando via que alguém daqui de casa e os amigos de fora aprenderem

a manusear o barro e começar a fazer os bonecos de barro pra serem vendidos na feira [...]. Os mais antigos daqui começaram a trabalhar no barro por causa de papai, que incentivava todo mundo do Alto do Moura [...] (ENTREVISTA COM O MESTRE 1).

Na comunidade do Alto do Moura, a confiança está presente nas relações entre os membros participantes da prática artesanal de tal modo que as interações entre mestre artesão e artesão geram dinâmicas sociais que promovem significados morais. A relação de amizade do artesão para com seu mestre artesão desperta a confiança nas relações de aprendizagem na prática do artesanato de barro figurativo, de maneira que o mestre artesão é colocado em uma condição de reconhecimento e liderança perante a comunidade. Sobre isso, os relatos mostraram que os mestres artesãos, por serem detentores do conhecimento sobre histórias e práticas em torno do Alto do Moura, estimulam os demais membros da comunidade a despertarem o interesse pela prática artesanal, para tanto, um exemplo que ilustra esta condição é a capacidade que o Mestre 1 possui em motivar constantemente o interesse da aprendizagem daqueles membros da comunidade que não possuem afinidade com a prática artesanal. Ainda, segundo os relatos, pude perceber que o contexto familiar é o maior influenciador da condição de confiança, considerando a existência de intimidade entre os indivíduos, o que favorece o processo de aprendizagem na prática.

A oralidade e a comunicação presentes nas relações sociais na comunidade artesanal do Alto do Moura, representam a capacidade de diálogo entre os membros participantes na prática. Com isso, foi percebido que o diálogo surge de narrativas orais e são capazes de semear e transmitir o conhecimento, isto é, ao passo em que o mestre artesão alia a sua capacidade de oralidade com a bagagem de conhecimentos amparados na história, cultura, valor moral, experiência, estética e do saber e do fazer artesanal. De acordo com os relatos dos mestres artesãos 1, 2 e 3 e dos artesãos 1 e 2, na comunidade do Alto do Moura, o diálogo é capaz de socializar os saberes e fazeres em torno do artesanato. Outrossim, é importante mencionar a presença do sentimento de “paixão” na transmissão do conhecimento, considerando que, sem este sentimento de envolvimento, não seria possível o diálogo. Para o Mestre 2, esse é um sentimento fundamental que deve estar sempre presente na transmissão do conhecimento, pois, sem ele, a prática artesanal não teria significado algum. Portanto, segundo ele, o “[...] artesão deve ter paixão por tudo aquilo que faz e deve passar todo seu conhecimento com esse mesmo sentimento, senão nada faz sentido [...]” (ENTREVISTA COM O MESTRE 2).

A historicidade é outro aspecto identificado na comunidade artesanal do Alto do Moura, sobretudo, porque remete às questões que envolvem a tradição da comunidade. Sobre isso, foi possível verificar, por parte dos mestres artesãos 1, 2 e 3, bem como dos artesãos 1 e 2, o reconhecimento de que o resultado de suas práticas se inscreve diretamente no contexto histórico da localidade, bem como das tradições culturais que a envolvem. Durante toda trajetória de pesquisa, os artesãos insinuam, ao seu modo, que o artesanato de barro figurativo é muito mais do que produção, isto é, sendo também história, memória, cultura e identidade, portanto, “[...] andar aqui pelo Alto do Moura é conviver com nosso passado e nossa história [...]” (ENTREVISTA COM O ARTESÃO 1).

Por fim, a habilidade foi o último aspecto identificado na comunidade do Alto do Moura. Sobre isso, é possível dizer que, nesta comunidade em particular, a questão da habilidade é um elemento presente nas relações de aprendizagem na prática, porque ilustra a capacidade técnica e estética dos artesãos. A habilidade técnica dos artesãos é o saber representado pelo domínio sobre o barro, desde a sua preparação até a sua produção. Além do domínio, os relatos apresentaram características estéticas criativas, ensejando a inovação como uma habilidade estética que, segundo os artesãos do Alto do Moura, é típica daquele sujeito que desenvolve a prática artesanal, integralizando o sentimento de paixão pelo artesanato com a habilidade técnica.

Portanto, para os estudos sobre moral no âmbito dos EOs, alguns avanços são destacados, sobretudo, ao evidenciar que, na comunidade artesanal do Alto do Moura, a moral é capaz de se organizar em torno de valores comuns, sendo possível perceber que ela favorece o entendimento de como as práticas podem representar uma construção social que resulta de um saber compartilhado intersubjetivamente (GHERARDI, 2009), isto é, quando os indivíduos transmitem e aprendem todos os tipos de conhecimentos dentro de uma coletividade, fazendo da prática o meio mais adequado para a bem social (MACINTYRE, 2001; 2010a). Nesse sentido, a possibilidade de compreender a moral nas relações entre os membros do Alto do Moura apenas foi possível graças ao sentido de coletividade que paira no seio da comunidade, permitindo compreender a sua influência social nos processos de aprendizagem na prática do artesanato de barro figurativo. Essa evidenciação contribuiu para entender que a aprendizagem em comunidades de prática acontece a partir de relações morais entre seus participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperando atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, a motivação teórica partiu das formulações da filosofia comunitarista de MacIntyre, a qual, amparada numa epistemologia moral, defende que as relações entre indivíduos devem ser construídas a partir de uma perspectiva socioprática. Assim, para que a base epistemológica do referido autor contribuísse para o andamento desta pesquisa, entendi como necessário recorrer a artigos que vinculam sua filosofia no âmbito dos EOs, bem como de outras epistemologias relevantes e presentes na teoria organizacional que fossem capazes de estabelecer possíveis diálogos com a sua filosofia. Contudo, apesar da bagagem teórica utilizada, foi minha aproximação com a prática do artesanato do barro figurativo na comunidade do Alto do Moura que me permitiu atender aos objetivos de pesquisa, isto é, através das narrativas que foram construídas com base nos múltiplos sujeitos desta comunidade em particular.

Assim, das evidências empíricas, foi possível apontar que as narrativas ensejam sobre a presença e importância da moral nas relações de aprendizagem na prática do artesanato de barro figurativo na comunidade do Alto do Moura. Na comunidade do Alto do Moura, a prática passa a ser materializada a partir dos significados morais que são transmitidos de geração em geração quando tanto o mestre quanto o aprendiz não exigem nas suas relações uma condição normativa de autoridade e subserviência.

Contudo, apesar dos objetivos terem sido alcançados, algumas limitações puderam ser identificadas, sugerindo caminhos a serem percorridos pelo campo dos EOs. A primeira limitação está concentrada na apresentação e desenvolvimento teórico-empírico dos bens externos à prática, considerando que os bens individualizados não foram tratados adequadamente pelo seu grau de importância enquanto uma disfunção nas relações morais na prática. A segunda limitação ainda faz menção aos bens internos à prática, sob o ponto de vista macintyreano, considerando que, durante diálogo mantido com o Professor Schatzki via correio eletrônico em 2016, este acredita que tais bens possuem algumas inconsistências teóricas quando tratados a partir de uma prática social, mas que, de alguma maneira, não foram claramente definidos por ele. Portanto, a partir da análise dos achados identificados no âmbito desta pesquisa, destaco que esta tese contribui para a ampliação dos estudos das práticas na perspectiva dos EOs, fazendo entender que o elemento moral baseado na perspectiva macintyreana atua como um elemento de grande importância nas relações sociais comunitárias de aprendizagem na prática.

NOTA

1 Submetido à RIGS em: maio 2018. Aceito para publicação em: out. 2018.

REFERÊNCIAS

ALLEN, A. MacIntyre's traditionalism. **The Journal of Value Enquiry**, v. 31, n. 4, p. 511-525, 1997.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEEG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. V. 1, São Paulo: Atlas, 1998.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. On the idea of emancipation in management and organization studies. **Academy of Management Review**, v. 17, n. 3, p. 432-464, 1992.

ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. Uma agenda brasileira para estudos em aprendizagem organizacional. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 49, n. 3, p. 266-281, 2009.

ANTONELLO, C. S.; RUAS, R. Formação gerencial: pós-graduação *latu senso* e o papel das comunidades de prática. In: ENCONTRO DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, 2002.

AZAMBUJA, S.; ANTONELLO, C. As práticas de trabalho e o processo de aprendizagem de trabalhadores da construção civil à luz da estética organizacional. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**. v. 2, n. 1, p. 1-30, 2014.

AZEVEDO, D. Aprendizagem organizacional e epistemologia da prática: um balanço de percurso e repercussões. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social – RIGS**, v. 2, n. 1, p. 35-55, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEADLE, R.; MOORE, G. MacIntyre, neo-aristotelianism and organization theory. **Philosophy and Organization Theory** (Research in the Sociology of Organizations), v. 32, p. 85-121, 2011.

BEADLE, R.; MOORE, G. MacIntyre on virtue and organization. **Organization Studies**, v. 27, n. 3, p. 323-340, 2006.

BELLAH, R. N. A nova consciência religiosa e a crise na modernidade. **Religião e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 18-37, 1986.

BENJAMIN, W. **El Narrador**: para una crítica de la violencia y otros ensaios. Iluminaciones IV. Madri: Taurus, 1991.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BOJE, D. M.; ALVAREZ, R. C.; SCHOOLING, B. Reclaiming story in organization: narratologies and action science. In: WESTWOOD, R.; LINSTED, S. (Org.). **The language of organization**, Londres: Sage, 2001. p. 132-175.

BORGES, C. Os fundamentos ontológicos da ética das virtudes de Alasdair MacIntyre: uma abordagem a partir do conceito de “prática social”. In: SEMANA ACADÊMICA DO PPG EM FILOSOFIA DA PUC – RS, 2011, Porto Alegre – RS. **Anais...** Porto Alegre – RS, 2011. p. 263-274.

BRUGNERA, N. **Tradição e Relativismo Moral em Alasdair MacIntyre**. 179 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, 2015.

BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis 2: the contribution of Michel Foucault. **Organization Studies**, v. 9, n. 2, p. 221-235, 1988.

BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis 4: the contribution of Jürgen Habermas. **Organization Studies**, v. 15, n. 1, p. 1-19, 1994.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**: elements of the Sociology of Corporate Life. Londres: Heinemann, 1979.

BREWER, K. B. Management as a practice: a response to Alasdair MacIntyre. **Journal of Business Ethics**, v. 16, n. 8, p. 825-833, 1997.

BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational learning and communities of practice: Toward a unified view of working, learning and innovation. **Organization**, v. 2, n. 1, p. 40-57, 1991.

CARDOSO, F. A. **Teoria das Virtudes de Alasdair MacIntyre**. 142 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte-MG, 2010.

CARVALHO, H. B. A. **Tradição e Racionalidade na Filosofia Moral de Alasdair MacIntyre**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte-MG, 1997.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1, São Paulo: Atlas, 1998.

COOPER, R. Modernism, postmodernism and organizational analysis 3: an introduction. **Organization Studies**, v. 10, n. 4, p. 479-502, 1994.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organization Studies**, v. 9, n. 1, p. 91-112, 1998.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Org.). **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

COOPER, R.; LAW, J. Organization: distal and proximal views. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 13, p. 237-274, 1995.

DAMASCENO, M. M. **Tradição, razão e verdade na Filosofia moral de Alasdair MacIntyre**. 97 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2010.

DELEUZE, G. **O Mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Veja: Passagens, 1996.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **Handbook of qualitative research**. 4. ed. Londres: Sage Publications, 2011.

DOBSON, J. Alasdair MacIntyre's Aristotelian Business Ethics: a critique. **Journal of Business Ethics**, v. 86, p. 43-50, 2009.

DORMER, P. **The art of the maker**. Londres: Thames and Hudson Ltd., 1994.

EASTERBY-SMITH, M. Disciplines of organizational learning: contributions and critiques. **Human Relations**, v. 50, n. 9, p. 1085-1113, 1997.

ELKJAER, B. Em busca de uma teoria de aprendizagem social. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Org.) **Aprendizagem Organizacional e organização de aprendizagem: desenvolvimentona teoria e na prática**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 100-118.

ENGESTRÖM, Y. Activity theory as a framework for analyzing and redesigning work. **Ergonomics**, v. 43, n. 7, p. 960-974, 2000.

EWENSTEIN, B.; WHITE, J. Beyond words: aesthetic knowledge and knowing in organizations. **Organization Studies**, v. 28, n. 5, p. 689-708, 2007.

FERNANDO, M.; MOORE, G. MacIntyrean Virtue Ethics in Business: A Cross-Cultural Comparison. **Journal of Business Ethics**, v. 132, p. 185-202, 2015.

FIGUEIREDO, M. D. Como se define maestria? Reflexões sobre corporeidade, habilidade e identidade profissional a partir do artesanato. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014. p. 1-16.

FONTENELE, T. L. R. O conceito de educação na filosofia moral de Alasdair MacIntyre. **Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 4, p. 48-63, 2010.

FONTENELE, T. L. R. **Os pressupostos de uma ética das virtudes na filosofia de Alasdair MacIntyre: práticas, narrativas de vida e tradição.** 93 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, 2012.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2006.

GEIGER, D. Revisiting the Concept of Practice: Toward an Argumentative Understanding of Practicing. **Management Learning**, v. 40, n. 2, p. 129-144, 2009.

GHERARDI, S. Knowing as desiring: mythic knowledge and the knowledge journey in communities of practioners. **Journal of Workplace Learning**, v. 15, n. 7/8, p. 352-358, 2003.

GHERARDI, S. Introduction: the critical power of the 'practice lens'. **Management Learning**, v. 40, n. 2, p. 115-128, 2009.

GHERARDI, S. Prática? É uma questão de gosto! **Revista Interdisciplinar de Gestão Social – RIGS**, v. 2, n. 1, p. 107-124, 2013.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. The sociological foundations of organizational learning. In: DIERKES, M. et al. (Org.). **The Handbook of organizational learning and knowledge.** Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 35-60.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D.; ODELLA, F. Toward a social understanding of how people learn in organizations: the notion of situated curriculum. **Management Learning**, v. 29, n. 3, p. 273-297, 1998.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D.; STRATI, A. The passion for knowing. **Organization**, v. 14, n. 3, p. 315-329, 2007.

GHERARDI, S.; STRATI, A. **Administração e aprendizagem na prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

- HALLIDAY, L.; JOHANSSON, M. C. A macintyrian perspective on organizational learning. **Management learning**, v. 41, n. 1, p. 37-51, 2010.
- HASSARD, J.; PARKER, M. **Postmodernism and Organization Analysis**. Londres: Sage, 1993.
- HOLT, R. Principals and practice: rethoric and the moral character of managers. **Human Relations**, v. 59, n. 12, p. 1659-1680, 2006.
- HORVATH, C. Excellence v. effectiveness: MacIntyre's critique of business. **Journal of Business Quarterly**, v. 5, n. 3, p. 499-532, 1995.
- KAVANAGH, D. Problematizing practice: MacIntyre and management. **Organization**, v. 20, n. 1, p. 103-115, 2013.
- KEMPSTER, S.; JACKSON, B.; CONROY, M. Leadership as purpose: exploring the role of purpose in leadership practice. **Leadership**, v. 7, n. 3, p. 317-334, 2011.
- KNORR-CETINA, K. **Epistemic Cultures: how the sciences make knowledge**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LYNN, A. MacIntyre, Managerialism, and Metatheory: Organizational Theory as an Ideology Control. **Journal of Critical Realism**, v. 16, n. 2, p. 1-20, 2017.
- MACHADO, J. A. L. **A dinâmica moral em MacIntyre: o conflito das racionalidades**. 142 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2012.
- MACINTYRE, A. Praxis and Action. **Review of Methaphysics**, v. 25, n. 4, p. 737-744, 1972.
- MACINTYRE, A. **After Virtue: A Study in Moral Philosophy**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1981.
- MACINTYRE, A. Moral, Rationality, Tradition and Aristotle: A Replay to O. O'Neill, R. Gaita and R. L. Clark. **Inquiry**, v. 26, n. 4, p. 447-466, 1983.
- MACINTYRE, A. The Claims of After Virtue. **Analyse & Kritik**, v. 6, n. 1, p. 3-7, 1984.
- MACINTYRE, A. **Three Rival Versions of Moral Enquiry**. Londres: Duckworth, 1990.
- MACINTYRE, A. Practical rationalities as social structures. In. KNIGHT, K. (Org.). **The MacIntyre reader**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1998. p. 210-135.
- MACINTYRE, A. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral**. Bauru: Edusc, 2001.
- MACINTYRE, A. **Justiça de quem? Qual racionalidade?** (Tradução de Marcelo Pimentel Marques), São Paulo: Loyola, 2010a.
- MACINTYRE, A. Danish Ethical Demands and French Common Goods: Two Moral Philosophies. **European Journal of Philosophie**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2010b.

MANGHAM, L. MacIntyre and the Manager. **Organization**, v. 2, n. 2, p. 181-204, 1995.

MARQUES, M. R. Alasdair MacIntyre e a defesa da concepção de pesquisa racional nas tradições morais. **Argumentos**, v. 1, n. 1, p. 23-27, 2009.

MOORE, G.; BEADLE, R. In Search of Organizational Virtue in Business: Agents, Goods, Practices, Institutions and Enviroments. **Organization Studies**, v. 27, n. 3, p. 369-389, 2006.

MOORE, G.; GRANDY, G. Bringing morality back in: Institutional Theory and MacIntyre. **Journal of Management Inquiry**, v. 26, n. 2, p. 146-164, 2016.

OVEREEM, P.; THOLEN, B. After Managerialism: MacIntyre's lessons for the study of Public Administration. **Administration & Society**, v. 43, n. 7, p. 722-748, 2011.

ORLIKOWSKI, W.J. Sociomaterial practices: exploring technology at work. **Organizations Studies**, v. 28, n. 9, p. 1435-1438, 2007.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARD, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1, São Paulo: Atlas, 1998.

RESE, N. *et al.* A análise de narrativas como metodologia possível para os Estudos Organizacionais sob a perspectiva da estratégia como prática: "uma estória baseada em fatos reais". In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., Florianópolis. **Anais...** 2010.

SCHATZKY, T. Introduction. Practice Theory. In: SCHATZKI, T.; KNORR-CETINA, K.; VON SAVIGNY, E. (Org.). **The Practice Turn in Contemporary Theory**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2001. p. 1-14.

STRATI, A. **Organization and aesthetics**. Londres: Sage, 1999.

STRATI, A. Sensible knowledge and practice-based learning. **Management Learning**, v. 38, n. 1, p. 61-77, 2007a.

STRATI, A. **Organização e Estética**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007b.

TAYLOR, C. **Sources of the self: the making of the modern identity**. Cambridge: Havard University Press, 1989.

TSOUKAS, H. The firm as a distributed knowledge system: a constructionist approach. **Strategic Management Journal**, v. 17, p. 11-25, 1996.

TSOUKAS, H.; CHIA, R. On organizational becoming: rethinking organizational change. **Organization Science**, v. 13, n. 5, p. 567-582, 2002.

**Daniel Felipe
Victor Martins**

Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco, Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor e pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco – CODAI/UFRPE.



Foto: Nathália Procópio



Foto: Nathália Procópio

Perfil do Ingressante em Gestão Pública no Contexto do Recôncavo da Bahia: Quem é e o que Espera este Aluno desta Formação?¹

Lys Maria Vinhaes Dantas, Daniela Abreu Matos e Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

Resumo

Este trabalho apresenta o perfil dos ingressantes no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP), oferecido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O Recôncavo é marcado por contrastes, com práticas patrimonialistas resistentes. As competências na gestão pública são, de modo geral, preteridas em relação ao envolvimento pessoal, por vezes clientelista, daqueles que fazem/farão parte dos governos. Ainda assim, a demanda para o CSTGP tem variado entre 27 a 31 candidatos por vaga desde 2012. De modo geral, os calouros são oriundos da região, mobilizados pelo acesso tardio à educação superior, e acreditam que a continuidade de seu processo formativo traz uma possibilidade efetiva de transformação das suas vidas. Desse modo, esperam, com o fim da graduação, garantir uma inserção formal no campo profissional, de preferência, no público estatal e/ou continuar a estudar, o que requer o diálogo do CSTGP com o Campo de Públicas, para que sejam abertas vias para inserção profissional e pós-graduação.

Palavras-chave

Gestão Pública. Perfil do Aluno.

Abstract

This paper presents the profile of the students enrolled in the Undergraduate Program of Technology in Public Management (CSTGP), offered by the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB). The Recôncavo Area presents a lot of contrasts, with remaining patrimonial practices. Skills in public management are generally overlooked and personal relationship plays a more important role for those who are/will become part of local administrations. Still, demand for CSTGP has ranged from 27 to 31 applicants per vacancy since 2012. In general, freshmen are local individuals who are moved by late access to higher education. They believe that the continuity of their training process might bring the possibility of transforming

their lives. After graduating, they expect to ensure a formal insertion in the professional field, preferably within public management, and/or to continue studying, which requires partnership between the CSTGP and the Public Management, in order to create job opportunities and graduate programs.

Keywords Public Management. Student's Profile.

INTRODUÇÃO

O Campo de Públicas é um campo em formação. É interessante, portanto, conhecer o perfil dos alunos que buscam cursos neste Campo, mapeando-os pelo Brasil. Assim, este trabalho apresenta o perfil dos ingressantes no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP), oferecido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), ao longo de seus primeiros anos de existência (2010 – 2016). Dessa maneira, é possível observar quem se sente atraído pelo Campo de Públicas na região e, especialmente, por uma formação centrada na gestão pública. Por fim, o artigo apresenta também a avaliação feita por concluintes das primeiras turmas em relação às competências e habilidades adquiridas durante sua formação.

O Recôncavo (da Baía de Todos os Santos) é marcado por contrastes. Outrora um território rico, berço das culturas canaveira e, mais tarde, fumageira, acessado principalmente pelo Rio Paraguaçu (o qual desagua na referida Baía), a região teve uma função importante para o Brasil nos seus primórdios: unir o interior do Estado a Salvador, sua capital, e dali a Portugal e ao mundo, favorecendo o escoamento de produtos. Com a mudança dos modais de transporte e com a exploração de petróleo na década de 1950, os municípios empobreceram e saíram do foco econômico. Somente nos anos 2000, a região volta a ter atenção de políticas públicas que incluíram a implantação, entre outras, da UFRB no território. Apesar dessas mudanças, as práticas patrimonialistas são resistentes na região e as competências na gestão pública são, de modo geral, preteridas em relação ao envolvimento pessoal, por vezes clientelista, e relações político-partidárias daqueles que fazem/farão parte dos governos. Este é um dos aspectos que tornam interessante entender quem busca a formação na gestão pública.

Multicampi, identificada pelo discurso de inclusão, especialmente do aluno(a) negro(a) e pobre da região, a UFRB conta hoje com sete centros, dois a mais que em 2005². A implantação da Universidade em 2005 é fruto de grande mobilização política e popular, resultando, inclusive, na escolha das cidades nas quais os *campi* são instalados. A Universidade declara o Recôncavo como um “território de aprendizagem” (UFRB, 2010) e marca seu compromisso com ele, por exemplo, no seu Estatuto, ao declarar que tem como finalidade, dentre outras, “contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do

Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades” (UFRB, 2005, Cap. 3º, III).

Dentre seus *campi*, está o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), situado em Cachoeira, um dos municípios mais representativos do processo histórico antes referido. Hoje oferece os cursos de graduação em História, Museologia, Ciências Sociais – Bacharelado e Licenciatura, Comunicação/Jornalismo, Comunicação - Publicidade e Propaganda, Artes Visuais – Bacharelado e Licenciatura, Cinema e Audiovisual, Serviço Social e, único de natureza tecnológica, Gestão Pública. E ainda dois cursos de Mestrado Acadêmico (Ciências Sociais e Comunicação) e um Mestrado Profissional em História da África, Diáspora e Povos Indígenas. Não sendo Artes, Humanidades ou Letras, frequentemente, os alunos questionam o porquê de Gestão Pública ser “um curso do CAHL” e, muitas vezes, levam tempo para perceber a riqueza de estudar em um ambiente tão diverso.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) é noturno, com carga horária de 1.870 horas, e destina-se a formar, de modo multidisciplinar, “tecnólogos em Gestão Pública aptos a compreender a importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas de desenvolvimento regional e social” (UFRB, 2010b, p. 10). A atuação de seu egresso abrange as esferas públicas estatais e não estatais e a interface entre o público e o privado, sempre pautada em valores republicanos.

Uma segunda questão que marca o CSTGP é o seu caráter tecnológico. Inicialmente pensado como um bacharelado, é assumido como ajuste às mudanças ocorridas no MEC decorrentes do REUNI e, de acordo com Montenegro e Zimmermann (2010), a expectativa era de que fosse transformado em bacharelado após a implantação. Do mesmo modo que a inserção de Gestão em um Centro de Humanidades e Artes acaba sendo absorvida pelas turmas, a natureza tecnológica vai – ano a ano – sendo debatida e uma identidade vem sendo criada ao CSTGP desde 2010.

No seu projeto político-pedagógico (PPP), o CSTGP, em sintonia com a UFRB, busca responder às demandas locais e apresenta-se sensível às questões sociais e de participação popular, como observado no parágrafo transcrito a seguir:

[...] com a formação de profissionais qualificados, pode desencadear um processo de melhoria em direção à efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e participação de toda a sociedade, com a preponderância da participação popular e a discussão de um padrão de civilidade a toda sociedade (UFRB, 2010b, p. 7).

A primeira turma do CSTGP foi composta em 2010 e, desde 2011, um acompanhamento tem sido feito do perfil do ingressante do CSTGP, para contribuir com o Núcleo Docente Estruturante nas discussões sobre o PPP e sobre as suas avaliações (DANTAS, 2014; 2016). Para compor este perfil, é aplicado um questionário aos ingressantes no primeiro mês de aula, composto por questões fechadas, de respostas curtas e questões discursivas, em três diferentes dimensões: Identificação/História, Expectativas e Conceito. Na primeira

dimensão, busca-se saber quem é o aluno, de onde vem, qual a sua trajetória acadêmica e de trabalho; na segunda, busca-se saber o que ele procura no CSTGP e o que pretende após se formar; na terceira dimensão, é feita uma única pergunta: Defina Gestão Pública³. A partir de 2013, este perfil, após discussão com os próprios alunos, tem sido divulgado no *site* do Curso⁴.

Visando apresentar e refletir sobre esta experiência, este artigo está estruturado a partir desta introdução, a qual apresenta um breve histórico e contextualização da proposta. Em seguida, há a seção “Quem é atraído pelo Curso de Gestão Pública oferecido no Recôncavo da Bahia?”, focando aspectos relacionados à origem do aluno ingressante, o perfil socioeconômico, os motivos para a procura de formação em Gestão Pública, as expectativas no ingresso e o que pensa o ingressante sobre Gestão Pública. Na terceira seção, é apresentada a avaliação do CSTGP pelo concluinte e, por fim, as considerações finais.

QUEM É ATRAÍDO PELO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA OFERECIDO NO RECÔNCAVO DA BAHIA?

De onde vem o aluno ingressante no CSTGP?

O processo seletivo para o CSTGP se dá majoritariamente pelo ENEM, com uma entrada anual, quando são oferecidas 50 vagas pelo SiSu. A adesão ao ENEM/SiSu abre a concorrência para todo o Brasil, mas, na formação de suas cinco primeiras turmas, o CSTGP atraiu alunos do próprio Recôncavo e regiões contíguas. Excluído o primeiro ano, a concorrência tem sido em torno de 27 a 31 candidatos por vaga (UFRB/Prosel).

Este fato chama atenção por duas questões, aparentemente paradoxais. Por um lado, como mencionado brevemente, as relações clientelistas sobrepõem-se àquelas de competência técnica, o que talvez indicasse que uma formação em Gestão Pública não fosse tão necessária para quem quisesse atuar na região. A exceção de dois ou três municípios maiores, boa parte dos municípios é caracterizada pela predominância de algumas famílias tradicionais, vinculadas a explorações agrícolas, pecuárias ou ao comércio e que dominam a cena política.

Por outro lado, os municípios são empobrecidos, possuem baixo desenvolvimento, abaixo da média brasileira e baiana, e o poder público é, em geral, o principal empregador. Hoje, a Bahia é dividida em 27 territórios de identidade e um deles é o Recôncavo, formado por 19 municípios, conforme Tabela 1 a seguir. Deles, 10 são de pequeno porte e outros 09 de médio porte; 25,4% da população do território está nos municípios menores e o restante nos médios; fatores que depõem para a busca da profissionalização e o fortalecimento do poder público local no intuito de fomentar possibilidades de desenvolvimento para a região.

Tabela 1 - Panorama dos municípios do Recôncavo da Bahia

Município	População 2010	IDH (2010)	% receitas oriundas de fontes externas	PIB per capita \$ (2014)
Cabaceiras do Paraguaçu	17.327	0,581	?	5.990,47
Cachoeira	32.026	0,647	?	12.491,21
Castro Alves	25.408	0,613	93,9	10.239,42
Conceição do Almeida	17.889	0,606	96,8	6.548,40
Cruz das Almas	58.606	0,699	85,0	12.703,53
Dom Macedo Costa	3.874	0,632	96,5	6.454,26
Governador Mangabeira	19.818	0,643	92,6	7.617,33
Maragogipe	42.815	0,621	88,3	11.920,21
Muniz Ferreira	7.317	0,617	96,6	5.340,30
Muritiba	28.899	0,66	93,8	8.053,25
Nazaré	27.274	0,641	93,4	7.783,10
Salinas da Margarida	13.456	0,617	93,5	9.646,39
Santo Amaro	57.800	0,646	90,9	10.516,73
Santo Antônio de Jesus	90.985	0,700	81,0	17.579,22
São Felipe	20.305	0,616	94,0	7.611,74
São Félix	14.098	0,639	98,6	9.569,47
Sapeaçu	16.585	0,614	95,5	8.246,35
Saubara	11.201	0,617	94,6	8.811,13
Varzedo	9.109	0,586	95,6	6.965,09
Média/Recôncavo	27.094	0,631	83,19	9.162,5

Fonte: IBGE Cidades

Uma terceira questão também pode ser sopesada ao se pensar na escolha pela Gestão Pública pela conveniência da proximidade entre residência e local de estudo. Apesar de serem relativamente próximos entre si e da capital do Estado, Salvador, a rede de transporte entre os 19 municípios é muito precária e as vias interurbanas não federais são ruins, o que faz com que a mobilidade entre os municípios seja dependente de transportes alternativos. Isto afeta especialmente aqueles que buscam estudar no turno noturno em municípios que não os seus de residência, o que talvez ajude a explicar por que os alunos que procuram o CSTGP são majoritariamente residentes em sete municípios: Cachoeira (município que sedia o CAHL), Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba e São Félix (todos relativamente próximos ao CAHL).

Qual o perfil socioeconômico do aluno do CSTGP?

O CSTGP atrai, em maioria, alunos adultos. São considerados adultos, de maneira geral,

os alunos normalmente mais velhos, os quais assumem responsabilidade por suas famílias, provedores (principais ou não) e trabalhadores. De todas as turmas, 2015.1 é aquela com maior quantidade de adultos, quando comparada às outras turmas desde 2012.

A Tabela 2 apresenta o panorama de idade das turmas entre os anos de 2012 e 2015. As turmas do CSTGP são bastante heterogêneas: a idade dos ingressantes tem variado de 17 a 64 anos e a mediana tem sido sempre superior a 26 anos.

Tabela 2 - Panorama de idade dos ingressantes do CSTGP – UFRB nos anos 2012 a 2015

Ano de ingresso	Média de idade (em anos)	Moda (em anos)	Mediana (em anos)
2012	29,5	21	27
2013	29	19	27
2014	28	29	26
2015	30	27	29

Fonte: Elaboração própria

Talvez por esta característica, as turmas também têm um percentual significativo de alunos casados, com e sem filhos, como mostrado nas Tabelas 3 e 4. Há de se considerar que muitos destes alunos tiveram possibilidades tardias de alfabetização e de acesso ao sistema formal de ensino, o que denota as características do acesso tardio e das vulnerabilidades sociais da região.

Tabela 3 - Panorama de estado civil dos ingressantes do CSTGP – UFRB nos anos 2012 a 2015

Ano de ingresso	Solteiros		Casados		Divorciados / viúvos		Total
	N	%	N	%	N	%	N
2012	42	76,4	13	23,6	00	0,0	55
2013	34	75,6	09	20,0	02	4,4	45
2014	26	63,4	12	29,3	03	7,3	41
2015	28	65,1	13	30,2	02	4,7	43

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 - Situação de filhos dos ingressantes do CSTGP – UFRB nos anos 2012 a 2015

Ano de ingresso	Sem filhos		Com filhos		Total
	N	%	N	%	51
2012	35	68,6	16	31,4	41
2013	34	82,9	07	17,1	41
2014	29	70,7	12	29,3	42
2015	25	59,5	17	40,5	51

Fonte: Elaboração própria

Quando observadas as faixas de renda familiar, também as turmas apresentam certa heterogeneidade. O perfil sobre a renda familiar só foi levantado a partir de 2013.1 e os

resultados podem ser vistos na Tabela 5. De modo geral, há maior concentração das turmas nas faixas de 01+ a 05 salários mínimos, embora chame atenção que, em todos os anos, haja mais alunos nas faixas até 01 salário que nas faixas superiores a cinco salários. Observado o total de alunos em cada faixa ao longo dos três anos, 20% estão na faixa de até 01 salário mínimo de renda familiar mensal, enquanto 8,5% das turmas referem renda familiar superior a cinco salários. Novamente, talvez este seja um reflexo do fato de que o CSTGP atrai majoritariamente alunos da região do Recôncavo. Cabe destacar que o salário médio dos municípios do Recôncavo é de 2,3 salários mínimos (IBGE, 2015).

Tabela 5 - Renda familiar mensal em salários mínimos. Panorama das Turmas 2013.1 a 2015.1.

Ano de ingresso	De R\$ 1,00 a meio SM	De +meio a 01 SM	De +01 a 02 SM	De +02 a 05 SM	De +05 a 10 SM	+ 10 SM	Total de respondentes/ano
2013	0	7	17	17	3	2	46
2014	1	7	16	13	2	2	41
2015	1	10	21	9	0	2	43
Total de respondentes por faixa	2 (1,5%)	24 (18,5%)	54 (41,5%)	39 (30,0%)	5 (3,8%)	6 (4,6%)	130 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Na reforma promovida pelo REUNI em 2007, uma das metas do governo federal era o aumento da oferta de cursos no turno noturno, de modo a permitir que trabalhadores pudessem ter acesso à educação superior, antes muito espalhada nos turnos matutino e vespertino (a oferta no noturno anteriormente era – e ainda é – uma característica da rede privada). O CSTGP sempre, desde sua primeira turma, atraiu trabalhadores, como está ilustrado na Tabela 6, o que demonstra boa atuação do Curso na proposta do REUNI.

Tabela 6 - Panorama de trabalho. Panorama das Turmas 2012.1 a 2015.1.

Ano de ingresso	Aluno trabalha		Aluno não trabalha		Total de respondentes
	N	%	N	%	N
2012	40	72,7	15	27,3	55
2013	33	71,7	13	28,3	46
2014	29	70,7	12	29,3	41
2015	26	60,5	17	39,5	43

Fonte: Elaboração própria

Interessantemente, é a Turma 2015 que, com maior percentual de alunos adultos, também apresenta o menor percentual de trabalhadores (60,5%), quando a expectativa seria que este percentual fosse mais alto. Talvez seja este um reflexo da crise na oferta de postos de trabalho que assola o país desde 2015 e, mais especificamente, no território do Recôncavo, o qual possui poucos polos econômicos para inserção profissional.

Outra característica que tem sido observada nos ingressantes do CSTGP diz respeito à

experiência no setor público estatal (sempre superior a 30%) e a baixa experiência no setor público não estatal (variando entre 15,2% a 0%). É interessante observar a presença de policiais militares em todas as turmas do CSTGP, tanto soldados como oficiais, e também de funcionários (servidores e terceirizados) das prefeituras dos municípios do Recôncavo, como da própria UFRB.

Tabela 7 - Experiência anterior no serviço público e no terceiro setor. Panoramas das Turmas 2012.1 a 2015.1 – CSTGP - UFRB

Ano de ingresso	Experiência no serviço público estatal		Experiência no terceiro setor	
	N	%	N	%
2012	26	47,3	6	10,9
2013	15	32,6	7	15,2
2014	17	41,5	0	0
2015	18	41,6	2	4,7

Fonte: Elaboração própria

A heterogeneidade em sala de aula, ao tempo que desafia o professor, enriquece as discussões, especialmente quando se trabalha com Ciências Sociais Aplicadas. Uma questão que se coloca é que, mesmo trabalhando no setor público, o aluno do CSTGP muitas vezes está envolvido com atividades operacionais, longe de funções da gestão. No seu processo de formação, é necessário fazer a ponte da reflexão entre o fazer e o porquê/para quê/para quem fazer, desafios que se apresentam para o Curso, a UFRB e as instituições de governo na região.

Por que os alunos procuraram uma formação em Gestão Pública?

Quando observadas as razões pelas quais os ingressantes optaram pelo CSTGP, entre 2012 e 2015, chama atenção que a natureza tecnológica do Curso não é a razão principal para a escolha e, sim, a afinidade ou interesse com a área (Gestão). Dentre os que o escolheram pelo caráter tecnológico, boa parte referiu a curta duração do Curso, quando comparado com bacharelados, como principal razão. O ano de 2015 teve o maior número de ingressantes que buscaram o CSTGP por sua curta duração (33,3%).

No entanto, ao longo dos anos, tem sido curioso perceber que muitos alunos mencionaram escolher o CSTGP, porque é uma opção “perto de casa”, no noturno, “as outras opções eram menos atraentes no CAHL” ou ainda que não escolheram o Curso, mas a linha de corte que lhes permitisse entrar na educação superior no momento da seleção no SiSu. Este último tipo de escolha, a qual, muitas vezes, releva o perfil “vocacional” e pode contribuir para o abandono do Curso, precisa ser levado em conta nas políticas de seleção pelo SiSu. De modo geral, o percentual desses alunos era pequeno, mas, na turma 2016.1, chegou a 44%.

Nas turmas de 2011 a 2015, houve sempre a presença de alunos já graduados. Questionados sobre as razões pelas quais buscaram uma segunda graduação, foram mencionadas: “é

uma opção para estudar para concurso”, “não dá pra ficar em casa assistindo novela” ou “para complementar minha formação”. São exemplos de formações anteriores concluídas: Fisioterapia, Enfermagem, Direito, Administração, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, História, Serviço Social, Agronomia, Pedagogia, Jornalismo, dentre outras. Em muitos outros casos, os alunos chegaram ao CSTGP vindos de múltiplas graduações anteriormente abandonadas, algumas em áreas bastante diversas na própria UFRB.

Tabela 8 - Ingressantes com graduação anterior concluída. Panoramas Turma 2012.1 a 2015.1 – CSTGP - UFRB

Ano de ingresso	Número de alunos com graduação completa anterior	Número total de ingressantes respondentes
	N	N
2012	9	53
2013	7	46
2014	5	41
2015	6	43

Fonte: Elaboração própria

Que expectativas tinham os alunos ao ingressarem no CSTGP?

Retomando a discussão sobre o poder público como ente contratador no Recôncavo, a mais presente expectativa em todas as turmas é “fazer concurso público”, embora, de preferência, em esfera federal. No entanto, ao longo dos anos, poucos foram os alunos que mencionaram querer atuar em Brasília ou sair da Bahia, mas a presença de instituições federais no Recôncavo, a exemplo da UFRB, UNILAB, IFBA e IFBaiano, contribui para o desejo de fazer concurso para uma instituição federal e permanecer perto de casa.

São muito poucos (de nenhum a no máximo quatro por turma) os ingressantes que querem se dedicar ao terceiro setor ou buscam empreender. Alguns não sabem o que esperam para depois da formatura (um a três por turma), mas muitos (sempre mais que 50% em cada ano) mencionam algum tipo de estudo depois da colação de grau, a exemplo de curso de idioma, pós-graduação *latu sensu* ou mestrado.

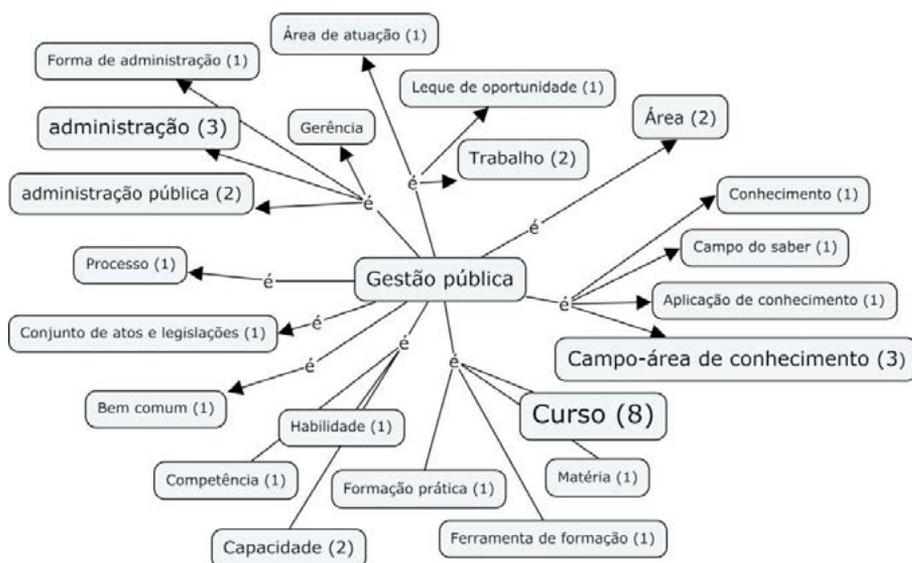
Como esta é uma questão aberta no questionário de levantamento de perfil, as respostas podem ser muito díspares. No entanto, é presente a associação entre uma graduação e a possibilidade de conseguir emprego/subir na carreira (muitas vezes no Estado, nas diversas esferas), conseguir uma situação mais estável. Mais do que uma formação na área pública, os alunos manifestam seu desejo por um emprego na área pública. Neste caso, o desafio da formação em Gestão Pública é maior: o olhar sobre o caminho individual precisa ser deslocado para *a res pública*.

O que pensa o ingressante sobre Gestão Pública?

A terceira dimensão do levantamento do perfil do ingressante do CSTGP na UFRB tem sido feita por uma questão aberta. O tratamento desta questão é representado em mapas. (DANTAS; MONTEIRO, 2017). Na síntese final do processamento desta pergunta, foi possível observar que um grupo de alunos associou gestão pública ao curso no qual estavam ingressando, outro à administração pública, outro à competência/habilidade/capacidade e outro ainda à área de atuação e ao trabalho.

Para compor o diagnóstico, foram elaborados vários mapas baseados nas respostas à questão aberta. Para o desenho do primeiro mapa, foram selecionadas todas as sentenças que eram iniciadas por “Gestão Pública é ...”. Como pode ser observado na Figura 1, a maior frequência foi encontrada entre o curso no qual o aluno estava ingressando e a Gestão, ainda que fosse possível serem observadas nove diferentes linhas de definição. Embora, individualmente, cada resposta não abrangesse o conceito de Gestão Pública, era possível, com base no mapa inicial, construir o conceito com a própria turma.

Figura 1 - Ilustração Gestão Pública é pelos ingressantes no CSTGP/CAHL, Turma 2013(julho, 2013)



Fonte: DANTAS; MONTEIRO, 2017, p. 105.

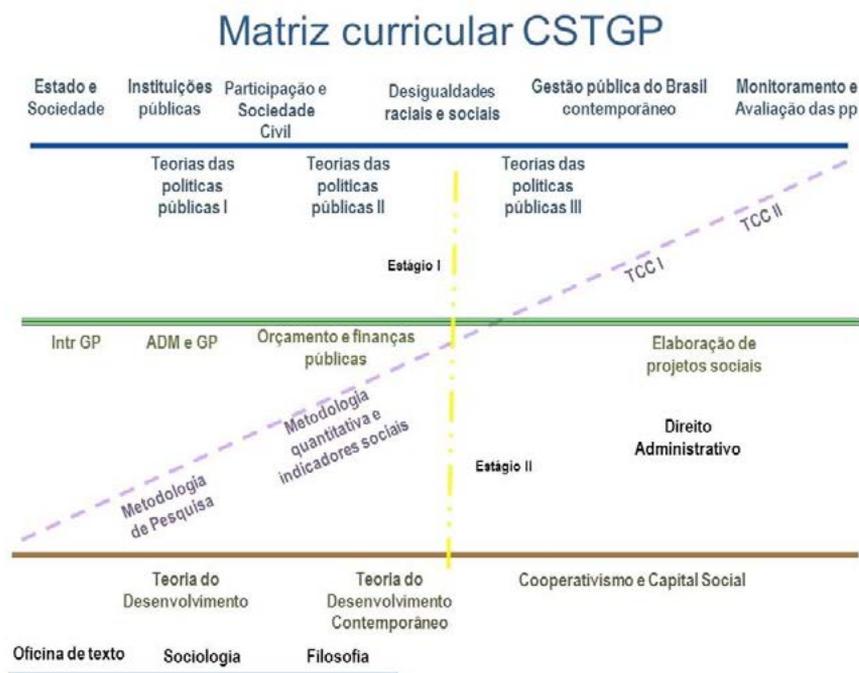
O CSTGP NO OLHAR DE SEUS CONCLUINTES

Avaliação do CSTGP pelo concluinte

A formação em Gestão Pública no Recôncavo da Bahia tem duas ênfases: atuação na máquina pública em qualquer dos três níveis administrativos, seja na administração direta ou indireta, e atuação no e para o Terceiro Setor. Em termos de conteúdos conceituais,

considerando o Campo de Públicas e a formação do gestor público como multidisciplinares em essência, dado que sua estruturação perpassa as áreas de Ciências Sociais, Economia, Administração e Direito, observa-se que estas duas últimas foram sub-representadas no projeto político pedagógico original, na proposta curricular e na grade de disciplinas do CSTGP.

Figura 2 - Matriz curricular do CSTGP vigente até 2017.



Fonte: Elaboração própria

A figura acima representa a estrutura da Matriz do CSTGP. A formação geral é composta por três disciplinas, obrigatórias a todas as formações do CAHL: Oficina de Texto, Sociologia e Filosofia. Os alunos precisam cumprir disciplinas obrigatórias (1530 horas), a maior parte nos quatro primeiros semestres, além de optativas (mínimo de 170 horas), Estágio I e II (102 horas), Trabalho de Conclusão de Curso (em dois semestres, no total de 102 horas) e Atividades Curriculares Complementares (68 horas). As obrigatórias estão distribuídas nos eixos de Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional, Administração e Gestão Pública e Pesquisa, com uma única disciplina obrigatória voltada para o Direito (UFRB, 2009; UFRB, 2010b).

As primeiras turmas de concluintes do CSTGP foram chamadas a avaliá-lo. Entre as várias perguntas feitas no formulário, o aluno foi convidado a atribuir uma nota de 0 a 10 para a contribuição que o CSTGP tinha dado para sua formação, considerando-se cada uma das competências e habilidades previstas no PPP. As maiores notas foram atribuídas pelos alunos para as competências *Respeito das identidades e diferenças* (9,2), *Compromisso social* (8,8) e *Desenvolvimento de pensamento crítico e flexível* (8,8). A nota mais baixa – 5,9 – foi

relacionada à *competência na utilização da informática* e a segunda nota mais baixa representa uma crítica feita pelos alunos ao longo dos semestres: a dificuldade na *articulação teoria e prática*. Graças a estas observações e reflexões, hoje o CSTGP está em processo de revisão do seu PPP.

Nesta avaliação, houve uma grande preocupação em sensibilizar a academia para a condição do aluno trabalhador. Do mesmo modo, a demanda colocada era por atividades práticas que aproximassem a sala de aula do mundo do trabalho e que dessem conta da heterogeneidade das turmas. Também ficou claro o desejo de alguns em continuar os estudos em pós-graduação. É muito revelador e auspicioso o número de alunos (88,5%) que, tendo escolhido um curso tecnológico e apesar de toda a carga de trabalho que envolve trabalhar e estudar concomitantemente, pretende continuar a estudar após sua formatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a pergunta principal que dá origem a este trabalho “quem é o/a aluno/a atraído/a pela formação em Gestão Pública?”, podemos afirmar que são moradores da região do Recôncavo da Bahia mobilizados pelo acesso tardio à educação superior. Importante mencionar que a criação da UFRB, em 2005, ocorre 60 anos após a criação da UFBA, até então única Universidade Federal na Bahia, o que marca o processo de interiorização do ensino superior e traz efetivas oportunidades de inclusão das camadas populares a essa formação. Esses moradores do Recôncavo acreditam que a continuidade de seu processo formativo traz uma possibilidade efetiva de transformação das suas vidas. Desse modo, esperam, após a conclusão da graduação, garantir uma inserção formal no campo profissional, de preferência, em uma atuação no campo público estatal.

A média de idade é alta – entre 28 e 30 anos – e cerca de 30% são adultos casados e mantenedores das suas famílias. Mais de 50% tem renda familiar de até 02 salários mínimos e a maior parte já trabalha ao iniciar os estudos – entre 60 e 70% dos alunos/as –, o que conforma um novo perfil do aluno adulto-trabalhador ou jovem-trabalhador, o qual tem como principal desafio conciliar as demandas da vida acadêmica com as demandas e responsabilidades da sua inserção laboral. Esse desafio é extensível para a Instituição e aos docentes que são convocados a repensar suas práticas pedagógicas de modo a garantir a qualidade da formação em diálogo com um tempo, na maioria das vezes reduzido, de dedicação aos estudos e a própria vivência do ambiente universitário.

Apesar de não termos dados sistematizados, a experiência empírica e o acompanhamento das histórias de vida autoriza-nos a afirmar que, em boa parte, esses alunos(as) são as primeiras pessoas das suas famílias a acessarem e concluírem um curso universitário, o que traz para cada uma delas um grande orgulho dessa condição e uma busca intensa pela sua permanência, o que minimiza os efeitos dispersivos que advêm, em alguns casos, da condição de trabalhadores/as e chefes/as de família. Ainda nesse sentido, é muito interessante e motivador observar que mais de 80% dos alunos demonstram o desejo de continuar seus estudos após a conclusão da graduação tecnológica. Para eles, a inserção em espaços formais

de educação é algo válido nas suas experiências e pode contribuir efetivamente na busca por melhores condições de vida.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: abr.2018. Aceito para publicação em: jul. 2018.
- 2 Os *campi* da UFRB estão situados nos municípios de Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana.
- 3 Sobre a dimensão “Defina Gestão Pública”, sugere-se a leitura do texto “O Calouro e a Gestão Pública: uso de mapas nas sequências didáticas para aproximação dos dois” de autoria de Dantas e Monteiro (2017), o qual apresenta experiências em sala de aula de ingressantes com uso de mapas cognitivos, tanto para diagnosticar noções pré-concebidas sobre a Gestão Pública como para planejar novas aulas e contribuir para o ensino de Gestão Pública. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/626/474>.
- 4 www.ufrb.edu.br/gestaopublica
- 5 <https://ufrb.edu.br/portal/prosel/concorrencias-do-sisu>

REFERÊNCIAS

DANTAS, Lys Maria Vinhaes. Perfil dos ingressantes e acompanhamento dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – 2012 a 2015. Relatório de Pesquisa UFRB - PRPPG922. Centro de Artes, Humanidades e Letras, jul. 2016. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/Relatorios_de_perfil/Perfilingressante_e_egresso_CSTGP_2012-2015.pdf>. Acesso em: set. 2017.

DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **Relatório Avaliação do Concluinte 2012 – 2013**. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Centro de Artes, Humanidades e Letras, ago. 2014. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/DocumentosCSTGP/Relatorio_de_avaliao_do_concluinte_2012_e_2013final.pdf>. Acesso em: set. 2017.

DANTAS, Lys Maria Vinhaes; MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches. O Calouro e a Gestão Pública: uso de mapas nas sequências didáticas para aproximação dos dois. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 8, p. 101-117, 2017.

MONTENEGRO, Nelson Eugenio; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. O Curso de Gestão Pública no Recôncavo da Bahia. **Temas de Administração Pública**. Araraquara, v.1, n. 6, p. 1-11, edição especial, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6156/4625>>. Acesso em: set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. 2005. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/ccs/images/DIACOL/Legislacao/Estatuto-UFRB.pdf>>. Acesso em: set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **UFRB 5 anos.** Caminhos, histórias e memórias. Cruz das Almas: UFRB, 2010a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Resolução CONAC nº 011/2010**, de 11 de maio 2010(b). Aprova o Projeto Político Pedagógico de Criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - Noturno desta Universidade. Disponível em: <www.ufrb.edu.br/cahl/images/legislacao/resolucao-11-10-conac_aprovacao_gestao_publica.pdf>. Acesso em: 04 set. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Resolução CONAC nº 035/2009**, de 23 de dezembro 2009. Aprova a criação dos Cursos de Graduação: Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Letras com Libras e Língua Estrangeira, Tecnologia em Gestão Pública, Tecnologia em Gestão Ambiental e Bacharelado em Artes com Ênfase Multimeios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/cahl/images/legislacao/resolucao-35-09-conac-criacao_cursos_gestao_publica.pdf>. Acesso em: 04 set. 2014.

**Lys Maria
Vinhaes
Dantas**

Professora-adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Principais áreas de interesse: implementação e avaliação de políticas educacionais, educação superior, gestão pública e tecnologias.

**Daniela Abreu
Matos**

Professora-adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, dedicando-se a estudos que articulam comunicação, cultura, juventudes e territórios em uma perspectiva de empoderamento dos sujeitos e das possibilidades de resistências e transformações do instituído. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

**Doraliza
Auxiliadora
Abranches
Monteiro**

Professora-adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Mestrado Profissional em Administração do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Principais áreas de interesse: administração pública e gestão de serviços públicos.

RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

A RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social é uma publicação acadêmica com periodicidade de 4 meses, contando, portanto, com 3 números por ano.

Pressupõe-se que a gestão social situa-se na contemporaneidade e em territórios pluridisciplinares de prática e investigação acadêmica, tratando de diversas problemáticas ligadas a campos de conhecimentos tais como Sociologia, Antropologia, Administração, Educação, Geografia, Arquitetura, Ciência Política, dentre outras.

Ao valorizar essa concepção abrangente e inclusiva da gestão, a RIGS publica documentos originais para o contexto brasileiro. São textos, fotos e vídeos que demonstram sua contribuição para o avanço da pesquisa e da prática com base na interdisciplinaridade.

A RIGS publica documentos inseridos em seis tipologias de contribuição: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual.

www.rigs.ufba.br

